

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**A luta pelo controle da informação nas redações  
cariocas (1975-1981)**

**A abertura política e as estratégias de poder no  
campo do jornalismo**

**Ana Lucia Vaz**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A LUTA PELO CONTROLE DA INFORMAÇÃO NAS REDAÇÕES  
CARIOCAS (1975-1981)  
A ABERTURA POLÍTICA E AS ESTRATÉGIAS DE PODER NO  
CAMPO DO JORNALISMO**

**ANA LUCIA VAZ**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Luís Edmundo de Souza Moraes**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ  
Novembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V3931 Vaz, Ana Lucia, 1965-  
A luta pelo controle da informação nas redações  
cariocas (1975-1981): A abertura política e as  
estratégias de poder no campo do jornalismo / Ana  
Lucia Vaz. - Rio de Janeiro, 2019.  
270 f.

Orientador: Luís Edmundo de Souza Moraes.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, História, 2019.

1. censura. 2. campo do jornalismo. 3. bombas do  
Riocentro. 4. ditadura militar. 5. notícia. I.  
Moraes, Luís Edmundo de Souza, 1966-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. História  
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO

**ANA LUCIA VAZ**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 04/11/2019

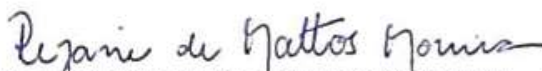
Banca Examinadora:



Doutor (a) LUÍS EDMUNDO DE SOUZA MORAES - UFRRJ  
(Presidente e Orientador)



Doutor (a) FELIPE SANTOS MAGALHÃES - UFRRJ



Doutor (a) REJANE DE MATTOS MOREIRA - UFRRJ



Doutor (a) MÁRCIO DE SOUZA CASTILHO - UFF



Doutor (a) BEATRIZ KUSHNIR - ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RJ

*Dedico esta tese à natureza, na forma mineral, vegetal e animal. Com especial carinho ao ser humano, único animal capaz de esquecer sua própria natureza.*

## AGRADECIMENTOS

Como todos que atravessam este ritual de passagem, preciso agradecer à imensa generosidade humana que me cerca. É uma travessia muito solitária. O sofrimento é só nosso, mas o afeto dos que nos estão próximos é indispensável à sobrevivência psíquica. Neste momento desesperado de fechamento, me voltam a imagem do meu irmão sorrindo ao me ver espalhada de papéis no chão da sala dele, e muitas imagens de uma família carinhosa e acolhedora para me ajudar no trabalho ou me salvar dele, em momentos que arrisquei adoecer. Algumas amigas fundamentais para compartilhar inquietações ou abobrinhas ou apenas dizer: “tô torcendo aqui”. Mas se sobrevivi com poucos arranhões, devo principalmente à Dani, que me lembra sempre que o amor cura as dores da alma... corrige planilhas e monta gráficos (se as planilhas e gráficos do segundo capítulo fazem sentido, a reponsabilidade é da química que me acompanha nesta vida).

Também tenho que agradecer as inúmeras orientações. Do meu orientador e amigo, Luís Edmundo Moraes, pela precisão e generosidade com que me conduziu. Dos meus terapeutas e gurus, José Mauro e Beá, me mantendo informada sobre os sentidos do caminho que trilha na vida e o lugar deste doutorado. Da Alinna, minha homeopata, trocando os remédios para me salvar da depressão ou da ansiedade. Dos mestres espirituais encarnados, Beth e Edilson, e dos amigos/irmãos de santo que me ajudaram a não afogar na racionalidade fria da pesquisa acadêmica.

O principal agradecimento é aos entrevistados: Luarlindo, Zé Sérgio, Maneschy, Cláudio Renato, Bira, Ana, Joelle, Kristina, Murilo, Milton Coelho, Luiz Eduardo, Vera, Lago, Antero, Romildo, Celeste e Regina. Jornalistas que me doaram horas de sua vida e pedaços de sua história. Essa pesquisa não existiria sem a generosidade com que me acolheram, que não se mede apenas em tempo, mas em energia e afeto. Me ofereceram suas experiências, me permitindo penetrá-las para compreendê-las do meu jeito. Por isso, todos receberão uma cópia deste texto. Para que possam acolher ou reclamar das interpretações que apresento aqui como minhas, mas são em muito maior medida deles e delas.

Por fim, quero agradecer a generosidade que a vida acadêmica nos ensina e exige. Ao Colegiado de Jornalismo da UFRRJ pelo apoio para além da burocracia. E à banca, por aceitar este convite que exige tanta generosidade! Um agradecimento especial ao Felipe e à Beatriz, que já enfrentaram a qualificação desta tese. Suas críticas e conselhos foram fundamentais para que esta pesquisa chegasse a um resultado satisfatório. Pelo menos para mim.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

## RESUMO

VAZ, Ana Lucia. A luta pelo controle da informação nas redações cariocas (1975-1981). A abertura política e as estratégias de poder no campo do jornalismo. 270p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

A presente tese tem como objetivo analisar as estratégias dos jornalistas na luta pelo controle da informação, no período da abertura política da ditadura militar. Utilizando os conceitos de campo e de *habitus*, de Pierre Bourdieu, esta pesquisa investiga o campo do jornalismo para identificar as estratégias de luta de seus agentes na disputa de poder com a instituição da censura. Para tanto, foram analisadas reportagens dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* sobre as bombas do Riocentro (1981), que revelaram critérios de seleção próprios aos procedimentos jornalísticos que condicionam as narrativas públicas sobre o episódio. Através de fontes orais e de registros nas páginas dos jornais, descreveu-se a estrutura e os procedimentos de produção da notícia, as condições de trabalho do jornalista e as relações entre repórteres, colunistas, editores e diretores de jornal com as instâncias de poder de Estado. Com isso, demonstrou-se a interdependência entre os campos do jornalismo e da política, não como desvio de função da instituição imprensa, mas como parte das regras que constituem e são constituídas pelos dois campos. Neste sentido, a censura pode ser vista como uma estratégia do Estado que rompe as regras do jogo de poder pela invasão do campo jornalístico. Os agentes do campo invadido reagem pela unificação do campo para enfrentamento do invasor. Com isso, as estratégias de controle da informação próprias ao campo do jornalismo foram ocultadas por uma narrativa que supervalorizou a ação da censura e o princípio da resistência como condição de pertencimento ao campo do jornalismo.

**Palavras-chave:** censura; campo do jornalismo; bombas do Riocentro; ditadura militar; notícia.



## ABSTRACT

VAZ, Ana Lucia. The struggle for information control in Rio de Janeiro newsrooms (1975-1981). Political opening and power strategies in the field of journalism. 270p. Thesis (Doctorate in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

This thesis' goal is to analyze the strategies of journalists in the struggle for information control, during the political opening of the military dictatorship. Using Pierre Bourdieu's concepts of field and *habitus*, this research investigates the field of journalism in order to identify its agents' strategies in the struggle for power against government censorship. With this goal, we analyzed reports by the newspapers *O Globo* and *Jornal do Brasil* on the Riocentro bombs (1981) that revealed selection criteria specific to the journalistic procedures tailoring the public narratives about the episode. Through oral sources and newspaper pages records, this work describes the structure and procedures of news production, the journalists' working conditions and the relations between reporters, columnists, editors and newspaper directors with state power instances. The interdependence between the fields of journalism and politics is then revealed, not as a deviation from the press institution's function, but as part of the rules that constitute and are constituted by both fields. In this sense, censorship may be seen as a state strategy that breaks the power game rules by invading the journalistic field. The invaded field agents react by unifying the field to confront the invader. The field of journalism's strategies of information control are then hidden by a narrative that overestimated the action of censorship and the principle of resistance as a belonging condition to the field of journalism.

**Keywords:** censorship; field of journalism, Riocentro bombs; military dictatorship; news.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
ABP – Associação Brasileira de Propaganda  
AI-5 – Ato Institucional número 5  
Arena – Aliança Renovadora Nacional  
BO – Boletim de Ocorrência  
Cebrad – Centro Brasil Democrático  
Cenimar – Centro de Informações da Marinha  
CIE – Centro de Informações do Exército  
Cisa – Centro de Informações da Aeronáutica  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CPC – Centro Popular de Cultura  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
Detran – Departamento de Trânsito  
DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais  
DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna  
Dops – Departamento de Ordem Política e Social  
DPPS – Departamento de Polícia Política e Social  
Faferj – Federação das Associações de Favela do Rio de Janeiro  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
HMC – Hospital Miguel Couto  
IML – Instituto Médico Legal  
IPM – Inquérito Policial Militar  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PN – Publicidade & Negócios  
PP – Partido Popular  
SNI – Serviço Nacional de Informação  
STM – Supremo Tribunal Milita

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Uma investigação sobre as estratégias de controle da informação.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Recortes e questões metodológicas .....</b>	<b>18</b>
<b>1.3 Roteiro de leitura .....</b>	<b>23</b>
<b>2 A IMPRENSA NA ABERTURA POLÍTICA.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 O campo do jornalismo .....</b>	<b>25</b>
2.1.1 Imprensa: uma instituição liberal.....	25
2.1.2 Campo de luta pelo controle da informação.....	33
2.1.3 Os jornais que se tornam empresa.....	36
<b>2.2 O campo da política .....</b>	<b>43</b>
2.2.1 O golpe empresarial-militar .....	43
2.2.2 A censura como estratégia de Estado.....	49
2.2.3 Repressão: o medo como parte do cotidiano.....	55
2.2.4 Abertura lenta, gradual e insegura .....	59
2.2.5 Vladimir Herzog e Fiel Filho: um ponto de inflexão .....	63
2.2.6 Riocentro: a bomba que explodiu no colo do DOI-Codi.....	71
<b>3 A FONTE DO JORNALISMO .....</b>	<b>75</b>
<b>3.1 O valor-notícia e o valor da notícia .....</b>	<b>76</b>
<b>3.2 Gatekeeper: o controle do noticiário.....</b>	<b>80</b>
<b>3.3 A fonte do jornalismo .....</b>	<b>83</b>
<b>3.4 Bombas no Riocentro: as fontes-personagens da cobertura .....</b>	<b>87</b>
3.4.1 O caso Riocentro.....	87
3.4.2 Indícios a partir da seleção das fontes.....	90
3.4.2.1 O esforço de amplificação.....	92
3.4.2.2 Fortalecimento do status quo.....	94
3.4.3 As aspas: o que as fontes falam .....	101
3.4.3.1 Os autores: terroristas x povo.....	101
3.4.3.2 O alvo: terrorismo x democracia.....	104
3.4.3.3 “Cuidado com o general” .....	106
<b>3.5 O narrador sobe ao palco.....</b>	<b>109</b>
3.5.1 Indícios de um <i>ethos</i> problemático .....	109
3.5.2 O sigilo da fonte.....	110

3.5.3 Fontes que não falam .....	113
3.5.4 Confronto com as autoridades.....	114
2.5.4.1. Como calar um general .....	115
2.5.4.2. A história contada através das perguntas.....	120
2.5.4.3. Como obrigar o ministro a falar de política.....	126
<b>3.6 Estratégias jornalísticas de controle.....</b>	<b>129</b>
<b>4 A FABRICAÇÃO DA NOTÍCIA.....</b>	<b>134</b>
<b>4.1 Os trabalhadores da fábrica .....</b>	<b>134</b>
4.1.1 Uma profissão que se aprende na prática.....	134
4.1.2 A miséria dourada.....	138
<b>4.2 Linha de montagem .....</b>	<b>145</b>
4.2.1 A redação .....	145
4.2.2 Pauta .....	150
4.2.3 Reportagem.....	152
4.2.3.1 Dentro da redação .....	152
4.2.3.2 Fora da redação .....	155
4.2.4 Copidesque.....	163
4.2.5 Edição: a ordenação do caos .....	167
<b>4.3 Os veículos-empresa .....</b>	<b>171</b>
4.3.1 Memória institucional .....	171
4.3.2 JB: um liberal aristocrático .....	172
4.3.3 <i>O Globo</i> : um conservador popular.....	179
<b>4.4 Jornalismo e política: campos que se interpenetram.....</b>	<b>189</b>
4.4.1 O jornalista e o informante.....	189
4.4.2 A circulação pelos cargos de poder.....	194
<b>5 MEMÓRIA DA CENSURA .....</b>	<b>197</b>
<b>5.1 Invasão na linha de montagem .....</b>	<b>197</b>
5.1.1 Bilhetes e recados .....	198
5.1.2 Pauta encomendada.....	201
<b>5.2 Defesa do território.....</b>	<b>207</b>
5.2.1 “Nada de autocensura”.....	207
5.2.2 Marcas da invasão.....	210
5.2.3 Liberdade dentro da linha .....	214
<b>5.3 O trabalho de memória .....</b>	<b>218</b>
5.3.1 Somos todos democratas.....	221

<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>227</b>
<b>FONTES HISTORIOGRÁFICAS .....</b>	<b>234</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>238</b>
<b>ANEXO 1 – O AI-5 NO JORNAL DO BRASIL .....</b>	<b>244</b>
<b>ANEXO 2– VLADMIR HERZOG.....</b>	<b>246</b>
<b>ANEXO 3 – BOMBAS DO RIOCENTRO.....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXO 4 – PLANILHA.....</b>	<b>258</b>
<b>ANEXO 5 – MEMÓRIA DE RESISTÊNCIA E CONCILIAÇÃO .....</b>	<b>266</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Uma investigação sobre as estratégias de controle da informação

Esta pesquisa investiga as relações de poder que conformam e transformam o campo do jornalismo, durante o processo de abertura política brasileira, com foco nas estratégias dos jornalistas na luta pelo controle da informação.

A censura praticada pelo Estado figura como personagem central da historiografia da imprensa sob a ditadura militar. Censura que não nasceu com o golpe, nem desapareceu com o fim do regime militar, mas se institucionalizou e intensificou seus métodos repressivos no período em que os militares ocuparam o poder de Estado. Alguns veículos que se opuseram ao golpe de 1964, como a *Última Hora*, sentiram a força da repressão desde o início, mas para a maioria dos veículos de grande circulação — quase todos apoiadores do golpe, no primeiro momento — a censura só se fez sentir a partir de dezembro de 1968, com a promulgação do AI-5. Como destaca Beatriz Kushnir (2001), apenas após o AI-5 a censura à imprensa foi regulamentada<sup>1</sup>.

Poucos veículos estiveram por tempo significativo sob censura prévia, mas muitos atuaram recebendo “ordens superiores” sobre o que não poderia ser divulgado. Entre 1974 e 1978, a censura prévia e as “ordens superiores” através de bilhetes e telefonemas recuaram lentamente, como parte das estratégias da distensão lenta e gradual e nada segura do governo do general Ernesto Geisel. O recuo institucional foi acompanhado de ameaças veladas e, em alguns casos, recolhimento de publicações que ousaram mais do que o governo considerava aceitável. Ao mesmo tempo, muitos opositores, entre eles vários jornalistas, foram presos, torturados e/ou assassinados, como Vladimir Herzog, morto nas dependências do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna<sup>2</sup>) de São Paulo, em 1975.

Enquanto o governo oferecia uma espécie de liberdade vigiada, crescia o terrorismo de direita, que explodiu bancas, invadiu jornais, promoveu atentados contra instituições e políticos de oposição. Em 1981, uma bomba matou acidentalmente um sargento e feriu gravemente um capitão, ambos do DOI-Codi do Rio de Janeiro, expondo o comprometimento dos órgãos de segurança com o terrorismo. O Caso Riocentro, como ficou conhecido, marcou um momento

---

<sup>1</sup> Decreto 1.077, de 1970.

<sup>2</sup> Foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura militar.

significativo em que o campo do jornalismo ganhou a briga da informação contra os órgãos de repressão.

Na década de 1980, a luta pela garantia da liberdade de imprensa e de expressão, na Constituição de 1988, talvez tenha favorecido a memória da rejeição à censura como uma espécie de consenso popular. Mas a desarticulação dos mecanismos oficiais de censura de Estado sobre a imprensa não resultou no surgimento de uma imprensa livre e crítica. Os princípios que regem o sistema de comunicação, aprovados na Constituição de 1988, jamais foram regulamentados em leis complementares. Entre os argumentos contra esta regulamentação, está a identificação entre Estado e censura, embasada na ideia de que qualquer mecanismo de controle do poder público sobre as empresas de comunicação representaria cerceamento à liberdade de expressão.

Nos anos 1990, com a convicção de que o Estado propiciava ampla liberdade de expressão à imprensa, alguns autores buscaram explicações para a permanência de limites estreitos à livre expressão, nos jornais, recorrendo novamente à noção de censura. Desta vez, identificada no controle exercido por anunciantes e empresários ou na introjeção da censura pelos jornalistas — a autocensura. Ou seja, reconhecia-se que o Estado não era o único agente que impunha censura à atividade jornalística. Bernardo Kucinski (1998) e Maria Aparecida Aquino (1999), entre outros autores, observam que os jornais brasileiros se tornaram mais restritivos na expressão da diversidade de opiniões da sociedade, a partir dos anos 1990.

Para explicar o fenômeno “paradoxal”, nas palavras de Aquino (1999), alguns autores buscaram identificar a permanência de outros mecanismos de censura à atividade jornalística. Kucinski (1998) discute a incorporação da censura pelos próprios jornalistas. Kushnir (2001) e Aquino, além de mencionar a hipótese da autocensura, discutem a censura imposta pelos proprietários dos jornais. Paolo Marconi, ainda em 1979, tratou da prática permanente de censura por parte dos empresários, destacada por Cláudio Abramo e Alberto Dines em depoimentos a Marconi (1979)<sup>3</sup>.

Todas essas análises têm fundamento histórico no funcionamento das redações jornalísticas brasileiras. Por outro lado, reafirmam, como pressuposto, a identidade da imprensa como uma instituição cuja função social, por natureza, seria a de promover a mais ampla

---

<sup>3</sup> Outras hipóteses que tentam explicar o encolhimento do campo do jornalismo como espaço de expressão da sociedade são: a derrota global do comunismo que esvaziou o interesse dos jornalistas pelo campo político (ABREU, 2002) e/ou a reformulação gerencial que aprofundou o caráter industrial e mercadológico da notícia (ARBEX, 2002; RIBEIRO, J.C., 1994). Essas hipóteses se concentram no que Marialva Barbosa identifica como despolitização das redações, a partir dos anos 1980. Barbosa avalia que nos anos 1970 havia uma “sobre politização” (2010: 221) dos jornalistas.

liberdade de expressão, estimulando a crítica e fiscalizando o poder. A partir deste pressuposto, a censura se tornou o nome capaz de abarcar todos os mecanismos que insistem em impor limites à plena liberdade de expressão, entendida como meta da imprensa.

Na origem desta pesquisa havia uma inquietação diante do uso da palavra “censura”. Ao longo dos anos 2000, o debate sobre a liberdade de imprensa, no Brasil, se intensificou frente às tentativas do governo federal de estabelecer mecanismos de controle dos meios de comunicação. O debate a respeito do controle do Estado sobre a comunicação reavivou os discursos sobre a censura e a ameaça que representa à democracia. O uso da palavra censura para rejeitar qualquer tipo de controle dos meios de comunicação através de mecanismos legalmente estabelecidos evidenciaram uma ampliação excessiva do sentido da palavra.

Esta pesquisa parte da hipótese de que a atividade jornalística envolve, por sua natureza, procedimentos de controle da informação que não cabem no conceito de censura. O objetivo principal, portanto, é identificar as formas de controle que não se limitam à ação censória, como forma de identificar os limites da imprensa, como instituição, para além daqueles impostos pelo Estado.

A partir de estudos sobre os processos de produção jornalística, Nelson Traquina afirma que os jornalistas (e o jornalismo) construíram para si uma imagem de contrapoder que ele chama de “ideologia do jornalismo”, na qual todos, profissionais e público, acreditam. No entanto, segundo Traquina, na maior parte do tempo o jornalismo reforça o *status quo*.

A presente pesquisa parte da hipótese de que essa autoimagem de contrapoder, que serve à construção de identidade social da imprensa e da atividade jornalística, contribui para ocultação das estratégias de poder próprias do campo. Sendo assim, busco interpretar as estratégias de luta pelo controle da informação, no período da abertura política, considerando a censura, mas retirando-a do centro da observação.

A centralidade da censura, agente de controle da informação, contribui para criar uma imagem de antagonismo entre jornalistas e censores. Neste cenário, ou os jornais e jornalistas combatiam o controle imposto pela censura de Estado, ou se tornavam colaboradores, um tipo de capitulação, segundo Aquino. A ênfase nesta chave interpretativa cumpre papel — deliberado ou não — de camuflar as formas de controle da informação inerentes à atividade jornalística.

Nesta pesquisa, busco demonstrar que a atividade jornalística estabelece — e se estabelece dentro de — um campo de luta pelo controle da informação. Não é, portanto, uma atividade antagônica a qualquer mecanismo de controle da informação. Pelo contrário, trata-se



de uma atividade cujas estratégias de atuação giram em torno exatamente do controle da produção e circulação da informação.

Sob este prisma, o conflito entre jornalistas e censores deve ser percebido como luta de poder no campo do controle da informação. O *modus operandi* do censor, desde sua formação e lugar institucional, bem como seus critérios e procedimentos de controle já foram estudados por alguns autores<sup>4</sup>. Esta tese se debruça nos critérios e procedimentos de controle da informação operados pelos jornalistas.

Para tanto, esta pesquisa se concentra no período da distensão política do governo militar. A hipótese que sustenta esta escolha é de que os mecanismos de controle operados pelo Estado se modificam neste período, bem como as estratégias de luta pelo poder por parte dos jornalistas. Em momentos de transição tendem a se tornar mais evidentes as estratégias e os princípios que as definem, uma vez que muitos procedimentos se tornam obsoletos ou são reconfigurados.

Nas redações aqui estudadas, este é o período em que desaparece a figura do censor, ou dos recados oficiais da polícia. Segundo diversos entrevistados, é o momento em que as redações se sentem obrigadas a praticar autocensura. As contradições entre um *ethos* profissional de contrapoder e as estratégias de afirmação do poder institucional se evidenciam.

Para investigar as estratégias de controle da informação mobilizada pelos jornalistas, recorro ao conceito de campo e *habitus*, inspirada na metodologia proposta por Bourdieu. Isto é, proponho pensar o jornalismo como estruturas, estruturadas e estruturantes, que definem e são definidas por um determinado campo de lutas. É nas relações de poder, no conflito entre os interesses — nem sempre conscientes — dos agentes que atuam no campo, que as regras do jogo se definem e se transformam permanentemente.

Há diversos agentes que atuam nesta luta, desde as instâncias da estrutura de Estado (sendo a censura institucional apenas uma delas) até os redatores e repórteres, passando por proprietários de veículos e seus sócios e patrocinadores. O que investigo é o *habitus* dos jornalistas, o conhecimento e a história incorporada, a consciência em ação. Tanto as empresas de jornalismo quanto os jornalistas serão pensados como agentes que constituem e são constituídos pelo campo do jornalismo, que atuam seguindo e tentando modificar as regras do jogo na luta pelo poder de controle da informação. A desigualdade de poder de cada agente não

---

<sup>4</sup> Neste aspecto, merece destaque a pesquisa de Beatriz Kushnir (2001), “Cães de Guarda: jornalistas e censores do AI-5 até a Constituição de 1988”, que nos apresenta os censores e sua ética da responsabilidade, jogando luz no campo até então estigmatizado da censura. Kushnir revela, ainda, que a maior parte dos censores que entrevistou eram jornalistas.

inviabiliza a luta, mas faz parte das condições do jogo. Concretamente, nem empresa, nem empresário, nem o mais novato dos repórteres deve ser visto como onipotente ou como impotente nesta luta, mas como agentes que atuam mobilizando capitais simbólicos desiguais.

Quando nos referimos à “imprensa”, cujo caráter e papel social parece poder ser observado e interpretado de maneira unitária, estamos afirmando, na realidade, o caráter de instituição social que este conceito oferece. As grandes empresas de jornalismo comumente personificam este campo institucional nas narrativas sobre a imprensa, de tal maneira que costumam ser identificadas como “grande imprensa”. Esses veículos-empresa tendem a ser pensados como espécie de entidades unificadas, embora esta identidade unificada dependa de um trabalho permanente de construção de imagem institucional. Esta construção é tão poderosa que é possível, aos historiadores, discutir as manobras que essas empresas teriam empreendido para mudar seu lugar na memória. Daniel Aarão Reis comenta a capacidade “camaleônica” dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* (2006). Ou seja, temos uma identidade, uma continuidade dada pelo nome — razão social — da empresa, cujas transformações podem ser interpretadas como estratégias deliberadas de uma direção. Essas unidades formam uma instituição que também pode ser unificada em outras chaves conceituais, como faz Napolitano (2010), ao discutir a memória de resistência construída pela imprensa liberal, para se eximir do compromisso com a ditadura. Napolitano contrapõe a imprensa liberal à imprensa alternativa, que resistiu à ditadura.

Esses jornais-empresas compõem o campo institucional identificado como “imprensa”, mas não o esgotam. Outros agentes compõem o campo. Entre os veículos de imprensa, principalmente durante a ditadura militar, um amplo leque de jornais e revistas atuava no campo com perfil bastante diverso. Bernardo Kucinski tentou demarcar este conjunto com o nome de imprensa alternativa. Mesmo alguns veículos como *O Pasquim*, dos anos 1970 — um empreendimento empresarial, em termos legais —, não poderia ser caracterizado como jornal-empresa, uma vez que sua função social e estrutura de funcionamento estava muito menos focada no objetivo comercial que na de uma militância político-intelectual que se opunha à perspectiva de classe empresarial.

Esta pesquisa se concentra nas estratégias dos profissionais do campo, os jornalistas, agentes cuja atuação se submete a — ao mesmo tempo que atua nas — regras de funcionamento do campo. Como empregados dos jornais-empresas, os jornalistas são agentes despossuídos dos meios de produção, mas isso não os reduz a meros objetos sob o controle daqueles que ocupam lugar de poder dentro da estrutura empresarial/institucional. Busco indícios das relações de poder naturalizadas na forma de procedimentos técnicos

Utilizarei, ao longo do texto, o conceito de jornal-empresa ou empresa de jornalismo para definir as estruturas predominantemente comerciais que comportam grandes veículos de imprensa. O primeiro objetivo é evitar o termo “grande imprensa”, que sugere uma relação de tamanho (que em geral existe, mas não é o que caracteriza o perfil dos jornais estudados). Ao me referir ao jornal-empresa também pretendo demarcar um caráter de empreendimento comercial cuja capacidade de gerar lucro é condição fundamental de sobrevivência.

No entanto, como veremos ao longo desta tese, uma empresa que produz informação não depende exclusivamente — e talvez nem principalmente — dos consumidores finais para se sustentar. Assim, uma das principais características que identificam esses jornais-empresas é o perfil de classe. A relação estreita entre o produto do trabalho jornalístico e a luta de poder no campo da política explicita a interdependência entre esses campos. Por isso, todo jornal-empresa deve ser visto, não apenas como empreendimento comercial, mas também político — ainda que este empreendimento político dependa de uma contabilidade eficaz para se sustentar.

É nesse campo de tensões que procuro, nesta pesquisa, reconhecer as estratégias de luta dos jornalistas em defesa do capital simbólico conferido pela profissão.

## **1.2 Recortes e questões metodológicas**

Os entrevistados foram selecionados, preferencialmente, entre repórteres e redatores. Ainda que alguns tenham chegado a ocupar cargos de direção, o foco das entrevistas foi a experiência cotidiana de produção. Interessava-me, principalmente, ouvir jornalistas que não falavam a partir de um lugar de poder institucional e, de preferência, cuja memória ainda não tivesse sido fartamente divulgada e, portanto, já solidamente estruturada. Além disso, para demonstrar que estratégias de controle da informação fazem parte do *modus operandi* profissional, era preciso identificá-las também na atuação daqueles que estão na base da hierarquia institucional.

A análise dos jornais se concentrou quase exclusivamente no material noticioso, isto é, nos textos tratados como factuais nas páginas dos jornais. A opção pelo material noticioso, em detrimento dos textos opinativos, segue o mesmo princípio que justificou a seleção dos entrevistados entre os profissionais que se encontram na base do processo de produção do conteúdo jornalístico. O objetivo foi buscar vestígios que me permitissem identificar escolhas não conscientes, ou parcialmente conscientes, que operam no processo produtivo tratado pelos agentes do campo como simples procedimentos técnicos. Escolhas, portanto, menos sob controle do que aquelas que regem a produção de textos opinativos.

Os editoriais são fartamente utilizados como fonte historiográfica para revelar as posições deliberadamente defendidas pelos veículos, as estratégias políticas explícitas das empresas. No entanto, para compreender o *ethos* profissional do campo do jornalismo, os textos noticiosos, resultantes de um processo de produção definido em nome de princípios técnicos, pareceram mais adequados.

O campo profissional dos jornalistas, na maioria dos casos, revela uma intensa circulação e interação entre as redações. Com raras exceções, jornalistas com mais de dez anos de profissão circularam por diversas redações, incluindo sucursais, revistas, jornais alternativos, agências, rádio e TV, em alguns casos. A alta rotatividade do mercado de trabalho e a ausência de especialização do conhecimento se combinam com uma forte cultura de identidade profissional. Por isso, esta pesquisa se concentra nas duas principais redações cariocas do período — *Jornal do Brasil* e *O Globo* — apenas como um recorte necessário ao aprofundamento da observação, mas não se limita a eles. Embora se possa identificar especificidades das condições produtivas de cada uma das redações, o *ethos* e o *modus operandi* do jornalista analisados aqui extrapola as fronteiras de cada empresa.

A escolha dos veículos-empresas se justifica pelo fato de serem os jornais de maior circulação do estado, num período em que a imprensa carioca ainda desfrutava do status de capital<sup>5</sup>. Além disso, os dois jornais representam lugares opostos na memória que se construiu sobre a imprensa durante a ditadura. Dentro da dicotomia resistentes/colaboradores, o *Jornal do Brasil* é sistematicamente colocado no polo resistente e *O Globo* no polo colaborador. Há extensa produção “biográfica” sobre o *Jornal do Brasil*, caracterizando-o desta forma. Alguns momentos de rebeldia, como as capas do dia seguinte à promulgação do AI-5 e ao assassinato de Salvador Allende<sup>6</sup>, ficaram registrados na memória como exemplos heroicos da resistência da imprensa contra a censura e a repressão. *O Globo*, ao contrário, figura na memória sobre a ditadura como veículo colaboracionista, que aderiu, do primeiro ao último momento, aos governos militares. Embora essa caracterização se fundamente em dados concretos e possa ser reforçada por diversos elementos levantados nesta pesquisa, ela se mostra insuficiente para compreender a complexidade dos processos de reprodução da realidade através das páginas dos jornais. Seja no relato dos jornalistas, seja na análise pormenorizada das matérias produzidas pelos dois jornais, veremos, ao longo deste estudo, que os procedimentos de controle e divulgação da informação dos dois veículos são bem mais semelhantes do que se poderia supor.

---

<sup>5</sup> Embora geograficamente a capital já fosse Brasília.

<sup>6</sup> Presidente do Chile deposto por golpe de Estado em 1973, tendo morrido dentro do palácio do governo.

Por outro lado, pode-se colocar *Jornal do Brasil* e *O Globo* no mesmo polo, como colaboradores, considerando que, não só apoiaram entusiasticamente o Golpe, em 1964, como se adaptaram, de maneira geral, às exigências dos governos e nunca deixaram de contribuir para a manutenção da ordem.

As duas possibilidades interpretativas têm fundamentos, mas só podem ser utilizadas a custo de ocultamentos. Para pensá-los em polos opostos, é preciso reduzir a história desses veículos a momentos específicos, simbólicos, em que esta diferença se fez perceber. Para colocá-los no mesmo lugar, é preciso reduzir a diversidade de estratégias do campo do jornalismo aos interesses de classe dos proprietários dos veículos. Nos dois casos, alguns aspectos relevantes que caracterizam os veículos são considerados, mas as estratégias próprias à atividade jornalística ficam invisibilizadas.

Esta pesquisa tem por objeto não a imprensa (ainda que em diversos momentos, a palavra “imprensa” seja utilizada de acordo com o senso comum, para garantir a comunicabilidade do texto), mas o campo do jornalismo, entendido como espaço de luta de poder, constituído e constituinte de seus agentes.

Quando nos aproximamos assim do campo, a relação entre jornalistas e censores como agentes institucionais da imprensa e do Estado, respectivamente, se revela como uma luta pelo controle da informação. Podemos, então, aprofundar a compreensão sobre as relações de poder que constituem e são constituídas no campo da produção jornalística. A luta entre jornalistas e censores, entre repórteres, redatores, editores e donos de jornal, entre empresários da comunicação e governantes pode ser pensada, então, como uma disputa de poder em torno da verdade, dentro do campo do jornalismo.

De acordo com seu código de ética profissional, o jornalista tem o “compromisso com a verdade”. Nos depoimentos e entrevistas recolhidos, este compromisso é permanentemente reiterado, em geral pela afirmação do compromisso com o relato fiel de fatos exteriores. O compromisso com a verdade é, pois, um princípio fundamental do *ethos* que define o campo de atuação do jornalista. Para a leitura desta tese, é interessante termos em mente este compromisso com a verdade, considerando-se a verdade no sentido sugerido por Michel Foucault:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é — não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções — a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. (1986: 12)

Sob este ponto de vista, a luta do jornalista em defesa da verdade é uma luta que se trava no campo da política. Assim, a luta entre jornalistas e censores não constitui o enfrentamento entre forças com propósitos antagônicos, mas entre agentes que, a partir de lugares e estratégias diferenciadas, disputam o controle sobre o campo da informação pública. Desse modo, as atitudes dos agentes precisam ser pensadas como estratégias complexas, nem sempre conscientes, da luta pelo poder, e o campo do jornalismo se revela indissociável do campo da política.

Isso não significa ignorar a violência representada pela institucionalização de um mecanismo de veto à produção jornalística. Pelo contrário, ao nos aprofundarmos no campo da luta pelo controle da informação, podemos identificar com mais precisão os retrocessos e atrasos que esta censura promoveu, ou propiciou, no campo do jornalismo e da política, no país.

Nesta pesquisa, além das entrevistas feitas por mim, foram utilizadas entrevistas realizadas por Carla Siqueira e Caio Barretto para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, do Sindicato Municipal dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, e os vídeos de Belisa Ribeiro e Aziz Ahmed. Todas feitas por jornalistas, com foco no registro da história do jornalismo, pelos jornalistas. Todas, portanto, com enfoque predominantemente autobiográfico.

A interpretação dos relatos e entrevistas gravadas por outros, bem como o direcionamento das entrevistas realizadas por mim, teve por objetivo buscar resposta à pergunta sobre as condições e os processos de trabalho cotidianos dentro das redações. Uma atenção especial foi dada às relações de poder entre os jornalistas dentro da redação.

Foram realizados dois blocos de entrevistas. Na primeira fase da pesquisa, as entrevistas foram quase totalmente abertas. A pergunta guia era sobre a carreira profissional. Como jornalistas em geral são pessoas treinadas na produção de narrativas e na realização de entrevistas, em geral era necessário dar várias explicações sobre a pesquisa para que meus entrevistados considerassem “saber o que eu precisava saber”. Por isso, foi necessário apresentar meu interesse por entender o cotidiano de trabalho, no período da abertura, para além da ação da censura. O segundo bloco de entrevistas, realizado no segundo semestre de 2018, quando eu finalmente entendi o que precisava saber, foram mais direcionadas para as condições de emprego e as estruturas de controle que, graças às primeiras entrevistas, já havia podido entrever.

Os jornalistas, em geral, não encontram dificuldade em relatar a experiência específica, com riqueza de detalhes. No entanto, percebi uma tendência a buscar as grandes histórias para me oferecer. Esta tendência à busca do que é espetacular, do “lide”, daquilo que é mais

significativo para o público (no caso eu), talvez seja mais um elemento que nos ajude a entender a força da censura de Estado como eixo narrativo da memória sobre a ditadura. Vários jornalistas contatados se recusaram a dar entrevistas, ou as concederam ainda que reticentes, sob o argumento de que não tinha nenhuma história que pudesse contribuir para minha pesquisa. Afinal, a vida pessoal não parece estar no campo de interesse possível.

Não fiz perguntas sobre como eles pensam o jornalismo. Não fiz perguntas conceituais sobre qual deveria ser o papel do jornalista ou do jornal, nem sobre a atuação da censura. As fontes entrevistadas por outros entrevistadores são, necessariamente, mais pobres, uma vez que não podemos direcionar, insistir em determinados assuntos, muito menos conhecer o clima da entrevista, compreender determinadas reações, etc. Sem contar a possibilidade de edição, no processo de transcrição.

As minhas entrevistas enfocaram mais especificamente a trajetória profissional. A investigação pretendeu identificar, fundamentalmente, a experiência pessoal de cada entrevistado, dentro do processo de produção cotidiano em que estavam inseridos, nas décadas de 1970 e 1980. Além de observar experiências e sensibilidades que se repetiam em diversos relatos, pude identificar alguns silenciamentos também significativamente repetidos.

Como explica Paul Thompson:

Em suma, as estatísticas sociais não representam fatos absolutos mais do que notícias de jornais, cartas privadas, ou bibliografias publicadas. Do mesmo modo que o material de entrevistas gravadas, todos eles representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social dos fatos; além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de evidência, o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser avaliado. (1988: 145)

Porém, quais os parâmetros para avaliar o significado social dos fatos que o relato a que temos acesso constroem? Para Thompson:

Fatos e eventos são relatados de um modo que lhes atribui um significado social. Pode-se supor que a informação oferecida pela evidência da entrevista sobre eventos recentes, ou situações em curso, situa-se em algum ponto entre o comportamento social concreto e as expectativas ou normas sociais da época. (Ibid.: 149)

Na pesquisa aqui empreendida, as fontes orais serão tratadas considerando este lugar intermediário. Informações reiteradas por diversas fontes e confirmadas por dados documentais foram consideradas descrição de situações concretas. É o caso, por exemplo, das informações que nos permitem reconhecer elementos dos modos de funcionamento e organização das redações dos jornais. No outro extremo, a relação com os mecanismos de censura descrita pelos

jornalistas pareceu evidenciar a adequação da narrativa às normas sociais, isto é, à imagem dominante sobre qual deve ser o papel do jornalista frente à censura.

A leitura dos jornais priorizou os textos das reportagens e sua edição nas páginas dos veículos, em busca de vestígios que nos permitem identificar escolhas dos repórteres, redatores e editores. As reportagens da cobertura do caso Riocentro, feita nos primeiros dias após a explosão das bombas, pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo*, foram analisadas detalhadamente para compreender o *modus operandi* do jornalista no seu trabalho de construção da notícia.

### 1.3 Roteiro de leitura

O primeiro capítulo discute as relações de poder entre Estado e imprensa, como instituições que conformam os sistemas de controle social, com foco no período de distensão e abertura, que se inicia em meados da década de 1970. Para tanto, recorro a elementos da construção da identidade da imprensa como instituição liberal. Em seguida, analiso os mecanismos mobilizados pelo Estado para controle da informação jornalística, a que podemos dar o nome de censura. A cobertura feita por *Jornal do Brasil* e *O Globo* sobre assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, é rapidamente discutida, como momento marco em que a narrativa jornalística fura a bolha da censura, no que diz respeito à denúncia da repressão. A análise do processo político em curso se concentra, principalmente, nas tensões entre governo federal, órgãos de repressão e imprensa.

As tensões que se evidenciam no caso Herzog parecem apontar para um desfecho quase seis anos depois, no caso Riocentro. Não se trata de sugerir os dois momentos como marcos para uma periodização da historiografia sobre a ditadura militar. Trato os dois eventos como fatos-símbolo, no sentido da representação midiática, das relações de poder entre os agentes do campo do jornalismo e da política. A cobertura feita pelos jornais cariocas desses dois episódios são dois momentos significativos e bastante diferenciados em que o campo do jornalismo avança no enfrentamento dos mecanismos de repressão do Estado, revelando seus próprios mecanismo de controle.

Analiso, no primeiro capítulo, os primeiros dias de cobertura da morte de Herzog, considerando, principalmente, escolhas na edição do material. Naquele momento, é evidente a submissão da cobertura ao material que chega à redação pronto. Por fim, destaco o contraste com o perfil de cobertura das bombas do Riocentro, quando os repórteres empreendem uma corrida investigativa na melhor performance daquilo que se afirma como *ethos* profissional do jornalista.



No segundo capítulo, mergulho na cobertura do episódio das bombas que explodiram no Riocentro, no dia 30 de abril de 1981, atingindo dois militares ligados ao DOI-Codi. Uma análise pormenorizada dos primeiros dias de cobertura do episódio realizada pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo* permitem identificar indícios do *modus operandi* dos jornalistas. A amplitude da cobertura deste episódio, a riqueza de material produzido *a posteriori* e a importância que ele ganhou, seja na memória da imprensa, seja na historiografia sobre a ditadura, motivaram a escolha. O foco central da análise é a maneira como os jornalistas operam com as fontes-personagens. Para tanto, começo aprofundando alguns conceitos do campo do jornalismo, como valor-notícia e fonte, como referenciais interpretativos para analisar as notícias e reportagens publicadas por *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Por meio da identificação e tabulação das personagens expostas pelos jornais e do tratamento dado a elas é possível identificar indícios dos critérios de seleção operados pelos agentes jornalistas. Também é possível perceber algumas estratégias de atuação do jornalista na disputa de poder no campo da política.

No segundo capítulo, me concentro no universo das redações de *O Globo* e *Jornal do Brasil*, ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980, para compreender as estruturas organizativas, as relações de poder e as regras de procedimento operacional da produção jornalística que resulta na publicação de cada dia. Uma análise pormenorizada das estruturas de comando e das relações dos jornalistas com suas fontes e com as estruturas do poder de Estado oferece elementos para identificarmos os elos de compromisso entre o campo do jornalismo e o campo da política.

O segundo e o terceiro capítulos, revelam os procedimentos de produção que justificam pensar nos jornalistas como operadores de um processo específico de controle da informação, sem perder de vista a historicidade do campo do jornalismo.

No quarto e último capítulo, aprofundo a reflexão sobre a censura, não apenas como práticas que atuaram nos processos de controle da informação durante a ditadura, mas como parte da memória que se construiu sobre a atividade jornalística. Os sentidos atribuídos à censura revelam aspectos significativos do trabalho de memória a respeito da imprensa. Assim, estabeleço uma reflexão sobre elementos do *ethos* do jornalista, como conhecimento incorporado, especificidades dos critérios de poder e prestígio e condições de pertencimento ao campo. Nesta investigação, algumas estratégias de legitimação do campo e da atuação de seus agentes são identificadas, de modo a permitir uma compreensão mais profunda dos processos de construção de memória que não se restringem às intenções conscientes dos dominantes, mas resultam de uma luta de poder entre diversos agentes em diferentes lugares de poder.

## 2 A IMPRENSA NA ABERTURA POLÍTICA

O objetivo deste capítulo é investigar as relações de poder no campo da política que atravessam o campo do jornalismo, durante o período de distensão e abertura política da ditadura militar brasileira.

Começo discutindo aspectos da memória da imprensa e seu caráter de instituição liberal, para historicizar algumas ideias naturalizadas sobre sua função e atuação social. Compreendendo a imprensa como instituição liberal, opto por trabalhar o conceito de campo do jornalismo, partindo das noções de campo e *habitus* sugeridas por Bourdieu. Em seguida, analiso as estratégias empresariais dos veículos de jornalismo na luta pelo poder econômico e político, e os principais mecanismos de controle da atividade jornalística utilizados pelo Estado.

A cobertura da morte de Vladimir Herzog (1975) e das bombas do Riocentro (1981) são apresentadas como dois momentos que marcam períodos de mudança significativa nas relações de poder no campo do jornalismo.

### 2.1 O campo do jornalismo

#### 2.1.1 Imprensa: uma instituição liberal

Originalmente descritiva de uma tecnologia de reprodução mecânica — “máquina com que se imprime ou estampa” —, a palavra “imprensa” ficou de tal forma associada a um determinado uso social desta tecnologia que se despreendeu da máquina, podendo servir para designar “o conjunto dos jornais e publicações congêneres”, “qualquer meio de comunicação de massa” e até “os jornalistas, os repórteres”. Isso permitiu um conceito de corporificação da imprensa, transformada em entidade de tal maneira que se pode dizer que “a imprensa esteve presente...”<sup>7</sup> em determinado lugar e até mesmo analisar o comportamento “da imprensa” em determinado período histórico.

De acordo com Brigg e Burke, “em 1534, os protestantes franceses já usavam a imprensa para dar publicidade às suas ideias” (2006: 91). Eles se referem à tecnologia de impressão de cartazes e placares atacando os católicos, que eram contrabandeados da Suíça e pendurados em locais públicos. Os autores discutem o surgimento da imprensa, como parte de uma história das mídias, com base nas mudanças que a nova tecnologia oferece ao campo da luta em torno das ideias, na Europa. A possibilidade de reproduzir tecnicamente ideias retirou dos monges copistas o controle sobre a circulação de informação. Surgia, então, um novo campo de debate

---

<sup>7</sup> De acordo com o Novo Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa, Século XXI.

público através da palavra escrita. Neste campo, afirmavam-se os valores liberais da burguesia ascendente.

Essa explosão de matéria impressa serviu de contexto ao famoso debate sobre liberdade de imprensa, do qual participou o poeta puritano John Milton, ao publicar o *Areopagítica* (1644), que atacava a prática de imprensa do Alto Parlamento, e defendia a "liberdade de imprimir sem licença" (ibid.: 95).

Na base da argumentação de Milton estava a defesa do princípio da livre concorrência de ideias, mais precisamente, a “condenação da censura prévia de qualquer livro, em nome da razão e da liberdade, fundadoras da virtude” (1999: 18). Briggd e Burke mencionam, ainda, outros manifestos em defesa da liberdade de impressão:

A matéria impressa teve parte importante na Revolução Francesa, que começou com apelos à imprensa livre. O Conde de Mirabeau (1749-81) adaptou a *Areopagítica* de Milton (1788), Marie-Joseph Chénier lançou uma forte *Denonciation des inquisiteurs de la pensée* (1789) e Jaques-Pierre Brissot produziu um *Essai sur la nécessité de la liberté de presse* (1789). Brissot tinha em mente os jornais”. (2002: 103)

Ou seja, a palavra “imprensa”, identificada no primeiro momento com a tecnologia de impressão, se estende à circulação de jornais, diretamente ligada aos princípios liberais que fundamentam ideologicamente a luta da burguesia contra o Estado.

Em 1810, Hipólito da Costa publicou, no Brasil, a primeira tradução do texto de John Milton, no *Correio Braziliense*<sup>8</sup>. A expressão “*liberty of unlicensed Printing*” (liberdade de imprimir sem licença), usada pelo inglês, foi traduzida para “Liberdade de Imprensa”. Ao longo da publicação, Hipólito da Costa utiliza as ideias de Milton para combater a censura imposta pela corte portuguesa<sup>9</sup>.

Nelson Werneck Sodré, autor da primeira obra abrangente de história sobre a imprensa, no Brasil, inicia sua narrativa afirmando que “a história da imprensa é a própria história da sociedade capitalista”. Em seguida, afirma:

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações — que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que ele está inserido — é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo às diferenças de interesses e aspirações. (1999: 1)<sup>10</sup>

O controle da informação impressa, portanto, não é apenas a expressão de governos autoritários, mas um campo de luta permanente entre diferentes interesses e atores sociais. Este

---

<sup>8</sup> *Correio Braziliense*, maio-junho, 1810, volume IV, páginas 477 a 503.

<sup>9</sup> Na publicação mais recente em português do discurso de Milton (1999), é mantida a expressão “liberdade de imprensa” para se referir à liberdade de impressão.

<sup>10</sup> 4ª edição, com acréscimo de um capítulo sobre os anos 1990. A primeira edição foi publicada em 1966.

controle está na origem do que ele chama de imprensa, cuja função social está diretamente ligada à história do capitalismo.

Seu livro, *História da Imprensa no Brasil*, inicia com a história da repressão à tipografia para impressão de livros. A tecnologia só consegue se estabelecer quando trazida pela família real. “A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil — e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial” (ibid.: 19). Mantendo coerência com a relação entre imprensa e tecnologia de impressão, Sodré delimita a história da imprensa à história dos veículos impressos de notícias. Os demais veículos são uma outra categoria, que ele chama de comunicação de massa.

Juarez Bahia (2009)<sup>11</sup> começa a contar a *História da Imprensa Brasileira* narrando a atuação dos “jornalistas sem prelo” do século XVIII, que divulgavam suas ideias oralmente ou através de manuscritos, quando ainda não havia sistema de impressão mecânica no país. Ele destaca as sátiras de Gregório de Mattos, que acabou exilado. Outros foram presos, exilados ou executados ainda no século XVIII.

Depreende-se, do texto de Bahia, que o jornalismo é a ação de divulgação de ideias e informações que precede a tecnologia de impressão e se utilizará dela. Mais que isso, é uma atividade que se caracteriza pelo esforço de tornar pública visão crítica ao *status quo*. Para Bahia, é “sob o signo do oficialismo e com atraso de três séculos que se inaugura a imprensa no Brasil, em 1808” (2009: 17)<sup>12</sup>. Em nenhum momento, Bahia propõe uma definição de imprensa. Os termos imprensa e jornalismo se intercambiam ao longo do texto, de maneira pouco diferenciada. A imagem dos jornalistas sem prelo que desafiavam o poder estabelecido e eram reprimidos, porém, sugere a identificação da atividade jornalística com o lugar de contrapoder, em contraposição à instituição imprensa que já nasce “sob o signo do oficialismo”<sup>13</sup>.

Marialva Barbosa critica estudos que, segundo ela, ampliam demasiadamente o conceito de jornalismo, como os que consideram as cartas de Pero Vaz de Caminha, ou os manuscritos de circulação restrita como atividade jornalística. “A existência de informações manuscritas e de impressão clandestina (...) não permitem dizer que existam imprensa e jornalismo”. Para ela,

---

<sup>11</sup> Trata-se da 5ª edição. A primeira foi publicada em 1964.

<sup>12</sup> Ou seja, a história da imprensa brasileira é pensada a partir de um referencial externo, a história da imprensa na Europa, o que permite reconhecer nosso “atraso”.

<sup>13</sup> Esta contradição entre um *ethos* de contrapoder que caracterizaria a atividade jornalística e a atuação da imprensa em sua atuação de controle se repete em diversas narrativas que serão analisadas ao longo desta pesquisa.

“só há imprensa quando a ideia do público como espécie de abstração-concreta se torna o desejo dominante da publicação<sup>14</sup> (2010: 20).

Como Sodré, Barbosa considera que a história da imprensa e do jornalismo, no Brasil, começa com os dois jornais que circularam na capital brasileira a partir de 1808<sup>15</sup>: a *Gazeta do Rio de Janeiro* — que saía da gráfica real, a Impressão Régia, sob responsabilidade da corte — e o *Correio Braziliense* — de Hipólito da Costa, impresso em Londres. Os dois volumes da *História cultural da imprensa*, de Barbosa, também se concentram na história dos veículos impressos<sup>16</sup>.

Ainda que com definições ligeiramente diferentes e às vezes divergentes, os três autores utilizam as palavras “imprensa” e “jornalismo” sem distingui-las com clareza. Bahia focaliza a atividade de divulgação pública de ideias contestadoras do *status quo* como origem do jornalismo. Sodré e Barbosa limitam o jornalismo à atividade que se expressa através da tecnologia de impressão, constituindo, então, a imprensa. Sodré e Bahia, por caminhos diversos, constroem o sentido histórico da imprensa relacionado à luta contra — ou pelo — controle da informação.

Os três autores desenvolvem suas narrativas sobre a história da imprensa focalizando os veículos impressos<sup>17</sup>. Mas no cotidiano do trabalho da imprensa, as salas de imprensa, credenciais de imprensa e assessorias de imprensa atendem a jornalistas de diferentes mídias.

Para além de qualquer materialidade como tecnologia de impressão ou conjunto de veículos de qualquer espécie, a palavra imprensa é utilizada para designar uma unidade abstrata, com personalidade, intenções e atitudes passíveis de observação<sup>18</sup>. Trata-se do que Berger e Luckmann (2004) definem como instituição. A “formação do hábito na atividade humana é coextensiva com a institucionalização desta última”. Qualquer atividade humana que, por força da repetição, torna-se hábito, conforma um padrão e passa a ser conformada por este padrão. Este é, segundo Berger e Luckmann, o mecanismo básico de formação das instituições. “A

---

<sup>14</sup> Como veremos no próximo capítulo, no processo produtivo do jornal, “o leitor” é pensado como um referencial objetivo para as tomadas de decisão dos jornalistas. No entanto, este leitor é uma abstração, construída dentro do próprio meio profissional.

<sup>15</sup> No Brasil, a fusão entre as noções de impresso e de jornalismo no termo imprensa é reforçado pela história, uma vez que a instalação da primeira tipografia oficial do país coincidiu com o início da circulação dos dois primeiros periódicos do país.

<sup>16</sup> Ainda que, no volume que trata do Século XX, Barbosa (2010) faça considerações sobre as demais tecnologias, argumentando que estas exerceram influência sobre a imprensa.

<sup>17</sup> Sodré e Bahia escreveram seus livros na década de 1960, quando a televisão ainda não era significativa na disputa do campo do jornalismo. O rádio, porém, já cumpria papel relevante. Barbosa, cujos livros foram escritos no Século XXI, se vê obrigada a fazer considerações sobre o rádio e a tv.

<sup>18</sup> Materiais impressos que não são produzidas de acordo com o *modus operandi* jornalístico não são nomeados como imprensa.

institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (2004: 79). Ou seja, a tipificação das ações e dos atores constitui, por definição, uma instituição.

Berger e Luckmann partem de uma visão de natureza humana para discutir o processo de transformação das formas de ação em hábito e deste em instituição. A tipificação da ação implica sua institucionalização, assim como, reciprocamente, a instituição pressupõe ações e atores tipificados. Ou seja, a instituição controla os atores e determina suas ações e lugares, tanto quanto os atores constroem a instituição através de suas ações. Toda instituição exige uma identificação entre o lugar e o ator, e cria uma realidade que naturaliza sua existência.

“As instituições têm sempre uma história, da qual são produto” (ibid.: 79). De acordo com sua história, a imprensa se forjou na luta pela liberdade de expressão e este sentido permite a tipificação recíproca de seus atores. A instituição imprensa ganhou autonomia em relação à tecnologia de modo que, quando novas tecnologias de difusão da informação se incorporaram à atividade tipificada como jornalismo, também foram englobadas na instituição imprensa. A questão do controle da circulação de informação está no cerne da memória que dá sentido a esta instituição, cuja finalidade se construiu, a partir de uma noção de origem ligada ao embate em defesa da liberdade de expressão, contra o sistema de controle do Estado.

Há uma finalidade original que define o que é imprensa — e por extensão o que é jornalismo — e permite qualificar sua atuação, no período da ditadura militar, dentro da dicotomia “resistência/colaboração”. Coerente com esta memória institucional, pode-se julgar a atuação da imprensa, caracterizando a colaboração com o Estado e seus mecanismos de controle como capitulação ou mesmo traição aos propósitos originais.

As narrativas historiográficas sobre a imprensa brasileira costumam apresentar a instituição com base em pressupostos que definem para ela uma função de fiscalizadora do poder de Estado. Beatriz Kushnir explicita com precisão essa expectativa de que a função da imprensa é “fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico” (2001: 350). A explicitação deste pressuposto é fundamental para compreendermos o *ethos* que configura o campo da atividade jornalística. A maioria dos autores não explicita, mas ao avaliar e julgar a atuação da imprensa, principalmente em períodos autoritários, tem esta perspectiva naturalizada, como pressuposto. É esta perspectiva que permite associar a toda forma de controle da informação jornalística um lugar antagônico ao lugar da imprensa, o que acaba por camuflar os processos de controle próprios à institucionalidade.

Como afirmam Berger e Luckmann, “pelo simples fato de existirem, [as instituições] controlam a conduta humana estabelecendo padrões”. Ou seja, o caráter controlador “é inerente

à instituição, anterior a quaisquer mecanismos de sanções estabelecidos para apoiar uma instituição ou independente desses mecanismos.” (ibid.: 80). Esse caráter controlador se funda numa memória, pois as “tipificações recíprocas das ações” são construídas por uma história compartilhada.

Ou seja, como instituição, a imprensa possui seus próprios mecanismos de controle da conduta humana, ligada à atividade de produção e distribuição de informação. Além disso, é parte do conjunto de instituições que formam o “sistema de controle social” (ibid.: 90). Esses mecanismos de formação e controle institucional são opacos aos indivíduos, fazendo com que o mundo institucional seja experimentado “como realidade objetiva”. (ibid.: 86). Mas, como explica Berger e Luckmann, “a lógica não reside nas instituições e suas funções externas”, e sim na forma como são tratadas nas reflexões sobre elas (ibid.: 91).

A “lógica” da imprensa repousa nos princípios liberais e no *ethos* de contrapoder. Nessa perspectiva, quando os jornalistas atuam de acordo com a repressão, estão traindo sua missão profissional. Foi o caso da *Folha da Tarde*<sup>19</sup>, que ficou famosa entre os jornalistas como porta-voz do DOI-Codi, no período em que vigorou o AI-5. Esse fato, porém, não atinge a identidade da instituição “imprensa”. Tratada ironicamente como “o jornal de maior tiragem”<sup>20</sup>, a *Folha da Tarde* foi transformada numa espécie de exceção que confirma a regra<sup>21</sup>.

Alguns autores, como Beatriz Kushnir (2001), e mais tarde Marialva Barbosa (2010) e Carlos Fico (2012), avaliam que se criou uma memória dominante sobre a imprensa no período da ditadura que lhe atribui um papel de resistência heroica. Mais que isso: “criou-se um duelo, em que o censor é um tirano, um algoz, ou é um incompetente”, enquanto o jornalista “é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos heroicos, de desafiar esse opressor” (KUSHNIR, 2001: 36)<sup>22</sup>. Fico também critica uma imagem caricatural de incompetência do censor. Para Barbosa, há uma “idealização na forma de perceber a atuação da imprensa durante períodos de exceção”, que torna predominante “o discurso de que a imprensa luta bravamente — de maneira indiscriminada e genérica — contra a ação da censura”. Para ela, ao contrário, a imprensa, como empresa, se vê numa contradição entre “a construção de um discurso que a coloca num lugar heroico e a sua própria sobrevivência no mercado” (2010: 187).

---

<sup>19</sup>Beatriz Kushnir (2001) descreve detalhadamente, em sua tese, as mudanças de linha editorial da *Folha da Tarde* após a promulgação do AI-5.

<sup>20</sup> Um trocadilho entre a tiragem — número de exemplares impressos — e a gíria “tira” para se referir a policiais.

<sup>21</sup> Cláudio Abramo afirma que o grupo *Folha* deu a *Folha da Tarde* pro DOI-Codi em troca de liberar a *Folha de São Paulo*.

<sup>22</sup> A pesquisa de Kushnir é profunda na desmitificação dos censores, mostrando como esses profissionais viveram momentos de glória e de abandono e como entendiam sua atividade. A constatação de que, com exceção do trabalho de Kushnir, pouco se produziu sobre a censura sob o ponto de vista dos censores, indica um caminho a ser pesquisado sobre o poder dos agentes do campo do jornalismo na definição da narrativa histórica.

Alzira Alves de Abreu afirma, ao contrário, que “as análises, quando se ocupam da mídia, em geral só dão conta da autocensura e da subordinação da mídia às determinações dos militares.” (2005: 75). A autora defende que os jornais não tiveram comportamento homogêneo e que uns cederam à censura, enquanto outros “usaram fórmulas criativas para denunciar a repressão e a falta de liberdade”. O eixo interpretativo se mantém o mesmo: a instituição imprensa é antagônica à instituição censura, cabendo, portanto, analisar sua atuação durante a ditadura perguntando sobre o quanto resistiu ou capitulou aos interesses do adversário, o Estado.

Bernardo Kucinski (1991) também analisa os jornais pela postura de colaboração ou resistência, mas dentro de outra chave. O antagonismo se coloca entre a “imprensa hegemônica”, pró-governo e a “imprensa alternativa”<sup>23</sup>, que se opôs a ele. Com base nesta perspectiva, Kucinski constrói uma história da imprensa alternativa. Esta imprensa se apresentou como um “espaço público alternativo”. Kucinski lembra que essa imprensa hegemônica se opôs ao Estado nos governos de Getúlio Vargas e depois de João Goulart. Com o golpe de 1964, se completava um processo de ocupação do Estado pelas classes proprietárias, com a conseqüente despolitização da “imprensa hegemônica”.

A simetria é simbólica: sob o autoritarismo é o alternativo *MOVIMENTO* que se torna um quase-partido, gerando sua própria ideologia e fazendo política, enquanto o antigo quase-partido *O ESTADO DE S. PAULO*<sup>24</sup> regride à função de mero vendedor de notícias (envelhecidas pelo noticiário noturno da televisão) e propagandas impressas. (1991: XXII)

Marco Napolitano cita Kucinski para falar de “um jornalismo heroico” que “enfrentou o regime nos tempos duros”, além de não se submeter à “lógica comercial restritiva das grandes empresas jornalísticas” (2014: 204). Para o historiador, a “imprensa liberal” apoiou o golpe e a ditadura, mas teve momentos de tensão com a censura e, ao longo do processo de abertura e transição, construiu para si uma imagem de resistência. Sua interpretação se coloca no mesmo campo de Kucinski, dividindo a imprensa entre “hegemônica” (colaboradora), e “alternativa” (resistente).

Por outro lado, a ideia de uma “lógica comercial restritiva” se aproxima da crítica de Barbosa, que contrapõe o heroísmo da resistência às condições econômicas. A autora destaca

---

<sup>23</sup> A maioria dos estudos trata do campo imprensa ignorando os pequenos veículos que não seguem a estrutura das grandes empresas de comunicação, de maneira a generalizar as características empresariais como o padrão da atividade jornalística. Outros se concentram nos populares, alternativos, compreendidos como espaço de alteridade. Nos dois casos, se mantém a ideia de um padrão de jornalismo que tem por referência o *modus operandi* dominante nas grandes empresas e permite sua generalização para construção de uma espécie de sujeito denominado imprensa.

<sup>24</sup> Um dos grandes jornais que participou intensamente das campanhas contra o governo Getúlio Vargas e, depois, contra o governo João Goulart.



um aspecto político fundamental desta condição econômica que não se limita à dinâmica tradicional do mercado.

Clientelista e ligada ao poder, como forma de construir estratégias empresariais, a imprensa, também nas décadas de 1960 e 1970, faria dessa aproximação não só estratégia de sobrevivência, mas forma para atingir o sucesso. (2010a: 195)

Por fim, Barbosa inclui os jornalistas na acusação de “aderência ao regime autoritário”, o que se explicaria, principalmente, pelo fato de que “historicamente o jornalismo e os jornalistas se imiscuem às cercanias do poder, procurando as benesses daí advindas.” (ibid.: 192).

De acordo com uma certa perspectiva classista da imprensa, Kucinski afirma que a produção e venda de notícias e produtos culturais “não caracteriza uma empresa jornalística; ela alcança esse status ao tentar disseminar uma ideologia e defender interesses de classe, para o que constitui um espaço público independente do Estado” (1991: XXXII).

Ou seja, Kucinski mantém a compreensão de empresa dentro de uma perspectiva liberal, que exigiria certa independência em relação ao Estado, enquanto Barbosa sugere que este caráter empresarial alimenta a dependência da imprensa em relação ao poder de Estado. O pressuposto comum entre as análises apresentadas até aqui está numa certa imagem institucional da imprensa, ligada à memória de um campo de defesa dos princípios liberais, mais ou menos bem desempenhados, ou mesmo radicalmente traídos pela empresa em sua atuação.

Carla Luciana de Souza Silva, em sua tese *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*, afirma que “a predominância da visão liberal faz parte do processo de ocultamento da função histórica da grande imprensa: a manutenção do processo de acumulação do capital”. Segundo a autora, esta visão também é “correntemente usada por leituras críticas”, porque é naturalizada.

Essa concepção aparece como sendo a própria natureza da imprensa, como se a ela coubesse: vigiar o poder, aferir a opinião pública, ter responsabilidade social, garantir a liberdade de opinião. Se ela não cumpre esses preceitos, se trataria de desvios de função que precisariam ser corrigidos. (2005: 26)

Como contraponto, Silva se propõe a demonstrar que a imprensa é, na realidade, um “agente *partidário*” (grifo da autora), de acordo com uma perspectiva “gramsciana: formulador, organizador e fiscalizador de programas e projetos dos quais as próprias empresas jornalísticas fazem parte”. A imprensa-partido se apresenta como sujeito, construindo para si uma unidade, atribuindo-se “um caráter autônomo, a partir dos preceitos da suposta independência”, apresentando a si mesmo como “A Folha”, “O Estadão” etc, “quase como pessoas”. Para Silva,

os veículos da grande imprensa “‘criam’ a si próprios”, como encaminhadores de propostas concretas, o que leva a pesquisadora a concluir que eles podem ser pensados como “os grandes ‘intelectuais orgânicos do capital’” (ibid.: 33).

Silva identifica uma função política importante para compreender a atuação dos jornais-empresa, bem como o caráter ideológico do pressuposto liberal que se atribui a eles. O caráter fiscalizador, em Silva, ganha um sentido mais concreto: a “grande imprensa” fiscaliza o Estado de acordo com um programa que ela defende. Isso explica, por exemplo, a mudança de postura do *Estado de São Paulo*, apontada por Kucinski: um quase-partido na luta contra o governo até o golpe, e depois abdicando deste lugar político.

No entanto, outros aspectos empresariais ligados à dinâmica do mercado que não o projeto político-partidário, bem como as tensões internas à gestão da atividade jornalística, são desconsiderados por Silva. Com isso, as contradições próprias do campo ficam invisibilizadas.

Nesta pesquisa, tomo por referência o campo do jornalismo, como campo de luta de poder entre diversos agentes, no contexto da produção, circulação e controle da informação, envolvendo múltiplas determinantes, nem sempre coerentes entre si. Cada veículo de comunicação que circula informações jornalísticas é um agente específico<sup>25</sup> deste campo e o conjunto desses veículos não atua como unidade, ainda que em muitos momentos e aspectos se possa observar convergências de interesses e atitudes.

O objetivo desta pesquisa é investigar como se dá a luta pelo controle da informação jornalística em seus embates cotidianos, para além da polarização jornalismo x censura. Para tanto, pareceu mais adequado tomar distância da noção de imprensa como unidade institucional, optando pela noção de campo, sugerida por Bourdieu, que serviu, antes de mais nada, para o pesquisador francês, “negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa” (2016: 63), assim como à percepção dos sujeitos como plenamente autônomos ou reduzidos a objeto de poderes superiores.

### 2.1.2 Campo de luta pelo controle da informação

Uma das inquietações comuns a diversos pesquisadores da história da comunicação é o desafio de pensar a mídia reconhecendo as questões políticas e sociais mais amplas que envolvem os processos midiáticos, sem reduzir questões internas aos processos produtivos e às

---

<sup>25</sup> Um veículo pode ser visto como agente coletivo dentro do campo do jornalismo sem perdermos de vista que mesmo este veículo, que se constrói como uma identidade — o *JB*, a *Folha*, o *Globo* — é, na realidade, um campo específico de tensões e disputas de diversos agentes internos e externos. Cada jornalista, diretor, etc, é igualmente um agente do campo.

relações profissionais a mera consequência das determinantes gerais. E, vice-versa, ao reconhecer os agentes em suas atuações criativas, não reduzir a história ao feito de alguns personagens.

Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann apresentaram um “panorama das pesquisas sobre História da Comunicação e da Mídia no Brasil” (2008: 13). Embora observem o crescimento da área, os autores identificam limites que não parecem ser superados pela quantidade de pesquisas. A partir da sistematização dos perfis de pesquisa existentes, elencam o que consideram “impasses teóricos e problemas metodológicos”, cientes de que se trata de uma simplificação didática, “não aplicável à totalidade da produção da área” (ibid.: 18). Entre os limites identificados, está a dificuldade de, ao tratar das questões internas ao campo da mídia, não desconsiderar as questões externas, isto é, as “condições de produção”, tanto “institucionais”, quanto “histórico-sociais”, assim como, ao considerar as dimensões externas, desatentar das internas (ibid.: 22).

Marialva Barbosa apresenta outra sistematização, dentro do mesmo espírito, e destaca a importância de pesquisas que contemplem a “dimensão interna e externa do processo comunicacional numa perspectiva histórica” (2010: 16)<sup>26</sup>.

Boa parte dos estudos sobre a história da imprensa que analisa a dinâmica interna às redações, mesmo — ou talvez principalmente — quando considera a relação desta dinâmica com os processos histórico-sociais, tende a se concentrar nos interesses dos donos de jornal ou, no limite, daqueles jornalistas que ocuparam cargos de direção dentro da estrutura administrativa, para entender os caminhos tomados por cada veículo, ou pela imprensa como instituição. Esses interesses ajudam a compreender aspectos significativos das tomadas de decisão que conduzem a linha editorial e suas transformações. Mas podem nos levar a certa ilusão retrospectiva, que é considerar os resultados observados como consequência de intenções conscientes.

Por exemplo, a postura de enfrentamento à repressão, expressa nas páginas de parte dos veículos de imprensa, a partir de certo momento do período ditatorial, vista como a indignação dos donos do jornal diante da tentativa do Estado de cercear sua livre expressão, assim como uma estratégia orquestrada pela direção dos jornais para livrar-se da identificação com o golpe que originalmente apoiaram faz sentido. Porém, corre o risco de reduzir o campo de lutas políticas que envolve o controle da informação à vontade onipotente do dono da empresa. Isso não quer dizer que não se possa identificar, entre os donos de jornal, essas intenções. No

---

<sup>26</sup> É o que Marialva Barbosa se propõe a fazer nos dois volumes de sua *História Cultural da Imprensa* (2007 e 2010), uma referência, hoje, no campo da história da imprensa.

entanto, se atingiu o resultado que atingiu, isso não se deve apenas à tais intenções, mas a múltiplos fatores que atravessaram o campo do jornalismo. Entre eles, a intenção do próprio governo militar, em certo momento, de se diferenciar da repressão; as atitudes dos membros dos órgãos de repressão que contribuíram para que essa diferenciação ocorresse; as convicções políticas e o *modus operandi* dos jornalistas; os informantes de dentro do governo, das Forças Armadas e dos próprios órgãos de repressão a que os repórteres tiveram acesso, os interesses do público, dos anunciantes, e assim por diante.

Como sugere Pierre Bourdieu:

A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na ‘vontade’ de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as ‘vontades’ e no qual se define e redefine continuamente, na luta — e através da luta — a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevisos. (2016: 80).

Bourdieu utiliza o conceito de *habitus*, que ele atribui originalmente a Panofsky, assumindo que o modifica. Seu objetivo é expressar, com a noção de *habitus*, a recusa a abordagens que se limitem à noção do agente como sujeito consciente que age de acordo com intenções e finalidades, ou que reduzam o agente a uma peça inconsciente da engrenagem que o domina plenamente. Para ele, *habitus* serve para “pôr em evidência as capacidades ‘criadoras’, ativas, inventivas” do agente, para o que a palavra hábito não seria suficiente. De fato, ao descrever o hábito como gerador da institucionalização, Luckmann e Berger se referem à repetição de uma ação, de um modo de fazer que, com o tempo, se perde de sua origem e significado, institucionalizando-se de maneira a se apresentar como derivado da própria natureza da instituição e/ou do ser humano. Esta institucionalização estabelece uma tipificação recíproca entre agente e instituição, mas não é dado que exista, nesta perspectiva, espaço para a ação criativa do agente. Ao sugerir o conceito de *habitus*, Bourdieu insere o elemento criativo que não está apenas na origem da instituição, mas que continua atuante na prática institucionalizada, “chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana”, mas uma “razão prática”, de um “agente em ação” (ibid.: 59).

A noção de *habitus* nos serve, aqui, pois inclui a razão e a ação do agente institucional, sem cair na ilusão de que a razão antecede a ação, nem que são dois campos separados que podem entrar em contradição (como as interpretações que se baseiam numa análise sobre coerência ou contradição entre discurso e prática), mas como elementos interdependentes que

conformam determinado campo de forças a partir das práticas e conhecimentos acumulados, da “história em seu estado incorporado” (ibid.: 81).

O campo do jornalismo é o espaço de luta de poder entre agentes em diversas posições institucionais, onde as intenções conscientes se voltam fundamentalmente para o controle da informação pública<sup>27</sup>. O modo como atuam os agentes que constituem e são constituídos por este campo atende a necessidades práticas, cujas determinantes só são conhecidas em parte. Para Bourdieu, o pertencimento ao campo já implica em um tipo de censura.

O fato de pertencer a um grupo profissional exerce um efeito de censura que vai muito além das coações institucionais e pessoais: há questões que não são colocadas, que não podem ser colocadas, porque tocam nas crenças fundamentais que estão na base da ciência e do funcionamento científico. (2004: 20-21).

Bourdieu se refere aos limites do campo das ciências, mas aponta aqui uma das características comuns a outros campos profissionais — que acredito adequados ao campo do jornalismo —, cujos agentes atuam de acordo com um conhecimento adquirido e incorporado, “espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço” (2016: 60). O agente não é o sujeito autônomo que age de acordo com interesses e fins perfeitamente estabelecidos, nem um autômato controlado pelas regras institucionais do campo a que está submetido.

### 2.1.3 Os jornais que se tornam empresa

O conjunto de veículos que fazem circular as informações jornalísticas é o referencial concreto mais evidente do que chamamos de imprensa. Na sociedade de mercado, as grandes empresas de jornalismo não encerram o conjunto de veículos, mas são predominantes como imagem do que percebemos como perfil e atuação dos jornais. Não por acaso, muitas vezes são generalizadas como “grande imprensa”<sup>28</sup>. Bernardo Kucinski usa a expressão “imprensa hegemônica” para diferenciar este conjunto de empresas daquelas que se propõe a pesquisar: a “imprensa alternativa”. Maria Aparecida Aquino, ao fazer um estudo comparativo sobre a ação da censura prévia em *O Estado de São Paulo* e *Movimento*, esclarece:

Qualifica-se de grande imprensa — e aqui o termo aparece por oposição a uma imprensa de menor porte — os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser

---

<sup>27</sup> Sem procedimentos de controle não poderíamos sequer falar em informação, uma vez que esta é necessariamente resultante de um processo de ordenação e interpretação de dados, cuja obtenção também se faz a partir de mecanismos controlados de levantamento e investigação.

<sup>28</sup> Ou simplesmente “a imprensa”, deixando as classificações diferenciadoras para os conjuntos menores de veículos como “imprensa operária”, “imprensa popular”, “imprensa alternativa”, etc.

diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sobrevivência (1999: 37).

Com base nessa definição, Aquino classifica *O Estado de São Paulo* como grande imprensa e *Movimento* como imprensa alternativa. Dentro desta lógica, ao falar de um conjunto dentro do campo da imprensa, faço a opção por tratar do que chamarei de “imprensa empresarial”. O conceito pretende destacar o caráter político e administrativo desses veículos. Político, no sentido de que são propriedade de membros da classe empresarial; administrativo, no sentido de que é gerida dentro da lógica industrial da produção para geração de lucro<sup>29</sup>, através do trabalho assalariado<sup>30</sup>.

Entre os aspectos a serem considerados para compreender o vínculo entre imprensa e capitalismo, segundo Sodré, está a questão da liberdade de imprensa, tema significativo desde a invenção de Gutemberg (1999: 1). Sodré identifica aspectos do desenvolvimento capitalista como marcos da história da imprensa, desde a luta da burguesia por liberdade de imprimir sem autorização prévia, até o enorme poder concentrado nas mãos de grandes empresas de jornalismo. Associadas a agência de notícias e de publicidade, essas empresas formaram grandes engrenagens de comunicação, parte de uma “engrenagem maior”, que é o “capital monopolista”.

Desde a virada do Século XIX para o século XX, Sodré verifica o processo de transformação da produção jornalística em atividade industrial/empresarial.

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. (SODRÉ, 1999: 275)

Juarez Bahia divide a história da imprensa brasileira em quatro fases. A segunda fase começa por volta de 1880:

É a fase da aventura industrial — mais investimento, renovação do parque gráfico, maior consumo de papel — que abre ao jornal a dimensão de empresa (e, sobretudo, da consolidação, quando o jornal toma característica de empreendimento mercantil. (2009: 111)

---

<sup>29</sup> Como veremos ao longo do capítulo, este lucro não provém, necessariamente, das tradicionais relações de compra e venda do mercado.

<sup>30</sup> Embora muitos pequenos jornais do campo que ficou conhecido como imprensa alternativa tenham sido criados com a razão social de empresa, eram predominantemente formas de produção cooperativas e, mais do que um empreendimento empresarial, eram, em termos administrativos, mais assemelhados a partidos ou a círculos culturais, dependendo do perfil do jornal (Ver KUCINSKI, 1991).

Para os dois autores, essas transformações acompanham o início da industrialização do país. Marialva Barbosa escolhe, como fio condutor de sua narrativa, as transformações tecnológicas, e não deixa de registrar que “a tecnologia do linotipo ao lado das modernas máquinas a vapor, que invadem as publicações da cidade na alvorada do século XX, traz na sua essência a ideia de rapidez” (2010: 27). Barbosa destaca os efeitos de aceleração e aumento do volume de produção, a intensificação da disputa pelo público e a tendência a um jornalismo menos politizado e mais informativo.

Ao longo do século XX, as diferentes fases do processo de industrialização da economia brasileira refletiram-se na estrutura e funcionamento dos jornais. Para Alzira Alves Abreu, é ao longo dos anos 1950 que as empresas de jornalismo entram de fato na era empresarial, com transformações profundas na produção jornalística. Para a autora, após a II Guerra, “os jornais passaram por grandes transformações, tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de poder econômico e induziram inovações técnicas, gráficas e editoriais”. O suicídio de Getúlio Vargas, cujo governo sofria forte pressão da maioria dos jornais, e o ataque popular a alguns deles, foram, segundo a autora, acontecimentos traumáticos que também contribuíram para as “rupturas” que ocorreram na imprensa (2008: 10). Nos anos 1950, reformulações da estrutura administrativa e econômica das empresas jornalísticas foram acompanhadas por mudança profunda da concepção de jornalismo. Principalmente nas empresas do eixo Rio-São Paulo.

Fernando Lattman Weltman identifica, neste período, a passagem da imprensa brasileira de uma fase pré-capitalista para a fase empresarial. No Rio de Janeiro, é a fase das grandes reformas editoriais, inspiradas no modelo norte-americano de jornalismo, com a introdução dos conceitos de imparcialidade e objetividade.

Uma nova configuração foi se impondo aos jornais e aos jornalistas na década de 50. Novas técnicas de produção e de administração foram introduzidas e uma nova linguagem se fez presente, dando prioridade à notícia em detrimento da opinião. Essas mudanças se aceleraram durante os anos 60, com a chegada da televisão. (WELTMAN. In: ABREU, 1996: 58)

O jornalismo de opinião ou “jornalismo literário” tinha forte influência francesa “e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60”. Era o jornalismo dos suplementos literários e do “artigo de fundo”, que “deixa lugar a um perfil mais profissional e informativo”<sup>31</sup> (Ibid.: 15). Na mesma linha, Ana Paula Goulart Ribeiro afirma:

Até a década de 1940, a maioria dos diários era ainda essencialmente instrumento político. Pequenos em termos de tiragem e de recursos

---

<sup>31</sup> Esta imagem de jornalismo informativo está ligada ao conceito de notícia e aos princípios da objetividade e da imparcialidade, que serão discutidos no próximo capítulo.

econômicos, os jornais eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade. (2003: 148)

A ideia de profissionalização também atinge as relações de trabalho. Como conta Jânio de Freitas, no *Diário Carioca* dos anos 1950:

A norma era que os jornalistas tivessem — e esse era um conceito de grande parte dos donos de jornal — tivessem o seu salário no serviço público, naturalmente dispensados de ir às repartições públicas pelo fato de que eram jornalistas, o que tinham do serviço público era o vencimento no final do mês (FREITAS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 9/10/2008).

Segundo o jornalista, o *Diário Carioca* pagava mal e com atrasos que podiam chegar a três meses. O vencimento era garantido pelo serviço público. Mesmo assim, o *Diário Carioca* é apontado como o pioneiro na modernização do jornalismo carioca, com a criação do copidesque<sup>32</sup> e a implantação de um estilo norte-americano de texto. O emprego público como forma de sustentação para o jornalista não era uma realidade exclusiva do *Diário Carioca*. Inúmeros depoimentos dão conta do funcionário público que chegava na redação à tarde, e fazia jornalismo como um bico, um complemento salarial. Alguns chegavam com sua pauta apurada na própria repartição. Havia, ainda, os jornalistas que aproveitavam o contato com as autoridades para pleitear um emprego público<sup>33</sup>.

De acordo com Jânio de Freitas, alguns jornalistas do *Diário Carioca* começaram a fazer pressão contra esta lógica, defendendo maior profissionalização da atividade (FREITAS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 9/10/2008). As grandes reformas editoriais nos jornais cariocas, segundo todas as narrativas, começaram no *Diário Carioca* e, em seguida, na *Tribuna da Imprensa*. Jânio de Freitas conta que quando chegou no *Diário Carioca*, em fins de 1953, a reforma já estava completada. Em 1957, foi para o *Jornal do Brasil* com a equipe que empreendeu a reforma editorial deste. Uma das medidas foi estabelecer a regra de não contratar ninguém que já tivesse emprego público e não permitir que os que já estavam arranjassem novo emprego. Mas não demitiu quem já estivesse estabelecido assim<sup>34</sup> (FREITAS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 9/10/2008).

Também o sistema de financiamento dos jornais se modificou. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, havia, até os anos 1950, quatro fontes básicas de recurso para os veículos de

---

<sup>32</sup> Copidesque: do inglês *copy desk*, significa o trabalho de reformulação do texto para publicação e, por extensão, o setor do jornal que faz este trabalho.

<sup>33</sup> Vários entrevistados narraram a experiência, tanto de acúmulo de emprego público com o de jornalista, quanto de uso dos contatos estabelecidos através do jornalismo para pleitear cargo público. Não foi possível aferir que proporção atingia estas experiências na categoria, mas pareceu evidente que, pelo menos até os anos 1960, essa combinação era percebida como algo natural, ainda que começasse a ser questionada.

<sup>34</sup> É atribuído a Alberto Dines, mais tarde, a exigência de que os jornalistas escolhessem entre o emprego público ou o do *Jornal do Brasil*.



comunicação do Rio de Janeiro: “a venda avulsa ou por assinatura, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e apoio de grupos privados”. Quanto ao peso de cada uma dessas fontes de sustentação, a autora afirma que:

Poucos órgãos de imprensa carioca tinham na venda avulsa e por assinatura a sua maior fonte de renda. O aumento dos custos de produção, no final da década, principalmente devido aos aumentos no preço do papel e de outros insumos — contribuiu para reforçar essa tendência.

A publicidade comercial, que sempre fora fraca nos jornais, ganhou um forte impulso, com o desenvolvimento industrial. Mas a maioria das empresas jornalísticas ainda eram deficitárias e utilizavam de técnicas de administração e gestão extremamente tradicionais. Em muitos casos, os velhos métodos de clientelismo e chantagem e o apoio do governo ainda garantiam a sobrevivência da empresa. (RIBEIRO, A.P., 2001: 1)

Se a dependência em relação ao governo não desaparece de todo, a dependência em relação às agências de publicidade cresce. Nos anos 1950, o mercado publicitário “explode” no Brasil, segundo o observador Econômico e Financeiro. Entre 1947 e 1953, a verba publicitária no Brasil subiu de 750 milhões de cruzeiros para 3,5 bilhões de cruzeiros, segundo dados do Anuário de Publicidade de 1953 realizado pela Associação Brasileira de Propaganda (Observador Econômico e Financeiro, 1954, página 56). Em 1951, é criada a primeira escola de propaganda e fundada a Associação Brasileira de Agências de Propaganda. O tom ufanista da reportagem do Observador Econômico sugere que o crescimento da publicidade nos primeiros anos da década de 50, mesmo considerando a desvalorização da moeda, é “surpreendente”. A maioria das grandes agências de publicidade e muitos dos grandes anunciantes são estrangeiros, predominantemente norte-americanos<sup>35</sup>. Chama a atenção a forte participação das empresas de petróleo no montante da verba publicitária, principalmente considerando-se que, em 1953, o governo Getúlio Vargas criou a Petrobras sob forte campanha de oposição da maioria das empresas de jornalismo<sup>36</sup>.

Ana Paula Goulart Ribeiro explica que a dependência da publicidade aumentou de forma generalizada entre os jornais cariocas, ao longo da década de 1950. Ribeiro destaca o

---

<sup>35</sup> Alguns jornalistas, como Pompeu de Souza, tratado na maioria dos relatos e textos historiográficos como um dos principais responsáveis pela mudança no *Diário Carioca*, viajaram aos Estados Unidos para cursos de poucos meses, em geral, a convite da própria embaixada norte-americana. Este dado acentua a impressão de que há uma forte ligação entre a americanização do estilo e a ampliação das verbas publicitárias, no jornalismo brasileiro dos anos 1950.

<sup>36</sup> De acordo com os dados do Anuário de Publicidade divulgados pelo Observador Econômico, as principais agências em 1953 são a Standard Propaganda, a McCann Erickson e a J. Walter Thompson, todas norte-americanas, com faturamento mensal médio entre 8 e 12 milhões de cruzeiros. Entre os maiores anunciantes estão a Antártica (Cr\$ 70 milhões). Em segundo lugar, vem a Esso (Cr\$ 28 milhões), seguida de perto pela Gessy (nacional), The Sidney Ross Company, Irmãos Lever, Shell e Coca-Cola (todas com investimentos publicitários na ordem de Cr\$ 20 milhões). Abaixo, no ranking (com investimentos entre Cr\$ 15 e 10 milhões), estão a Brahma, A Johnson&Johnson e a Atlantic (Observador Econômico e Financeiro, 1954).

aumento do peso da publicidade, com base em dados da revista PN (06/2/1958): em 1949, a arrecadação de *O Globo* com publicidade tinha sido de apenas 100 mil cruzeiros; em 1957, este valor chegou a 212 milhões de cruzeiros, “superando muito o volume de 1956, que foi de 141 milhões” (2001: 11). O fato relevante para compreendermos os compromissos dos jornais é que a verba publicitária, na década de 50, se torna mais significativa que a venda avulsa no balanço financeiro dos jornais<sup>37</sup>.

Ribeiro avalia que o mercado publicitário e a concorrência por publicidade forçaram a modernização dos jornais brasileiros. No entanto, a dependência do Estado jamais desapareceu, impedindo que os jornais brasileiros cumprissem o papel de fiscalizadores do poder público.

Os interesses políticos continuavam a se sobrepor, algumas vezes, aos empresariais na escolha das estratégias das empresas. Claro que os anos 50 eram um período de transição e, como tal, é normal que fosse marcado por ambiguidades e contradições. Acreditamos, entretanto, que o que havia era uma contradição insolúvel. O processo de modernização apontava para uma autonomização do campo jornalístico, mas a sua autonomia total não era possível. O campo jornalístico — tal como se configurou historicamente no Brasil — jamais conseguiu se autonomizar totalmente em relação à política (Idem, 2003: 13)

Mas talvez falte aqui o outro lado da moeda: a autonomização em relação ao Estado implicava, necessariamente, dependência em relação a anunciantes e agências publicitárias, que também atuam no campo político. No caso brasileiro, este mercado cresceu internacionalizado — portanto, pressionado por interesses internacionais economicamente fortes.

Em 1957, o Congresso Nacional criou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) “para investigar as atividades políticas dos Grupos Shell e Esso do Brasil”<sup>38</sup>. Depois de mais de um ano, em janeiro de 1959, a CPI concluiu que, apesar da constituição brasileira vetar a participação do capital estrangeiro nos veículos de comunicação, este capital tem atuado no controle da opinião difundida pelos veículos nacionais através das agências de publicidade<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> De acordo com balanço apresentado pelo *Correio da Manhã* (26/4/59, p.12, 2º Caderno), em 1958, a empresa faturou 236 milhões de cruzeiros em publicidade e pouco menos de 33 milhões com assinaturas e vendas avulsas. Na edição de 12/4/56, *O Globo* informa que tem duas fontes de renda: anúncios e venda avulsa. Os anúncios renderam, em 1955, 92 milhões de cruzeiros, enquanto as vendas avulsas contribuíram com exatamente a metade do faturamento: 46 milhões de cruzeiros. O texto do *Globo*, publicado na primeira página, enaltece o “desenvolvimento do mercado publicitário brasileiro”.

<sup>38</sup> Resolução da Câmara dos Deputados, nº 100/1957 (Diário do Congresso Nacional – Seção 1 – 9/8/1957, Página 5792)

<sup>39</sup> Desde os anos 1940, a Esso atuou no campo do jornalismo, não só através da publicidade paga aos jornais. O Repórter Esso — programa jornalístico de rádio — criado pela MacCan Erickson, em 1941, como parte das estratégias publicitária da Esso, tornou-se um dos programas jornalísticos de maior audiência, nos anos 1950. Produzido pela UPI (United Press Internacional), que funcionava no mesmo prédio do *Jornal do Brasil* (na Av. Rio Branco), o programa era veiculado por diversas rádios. Em 1956, a empresa criou o Prêmio Esso, que se tornou uma das principais premiações do jornalismo brasileiro até 2015. O Repórter Esso manteve-se no ar até 31 de dezembro de 1968 (CASTILHO, 2008).

Como prova, apresenta, entre outros, a tabela de distribuição de verbas publicitárias da MaCan Ericksson, nos anos de 1956 e 1957, entre os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, demonstrando claro critério político nesta distribuição.

Os bem aquinhoados são justamente os que com mais violência e mais repetidamente se empenham em campanhas contra a política nacionalista do petróleo. E é interessante assinalar que são os de menos penetração da classe que mais compra gasolina, a dos motoristas profissionais. (Diário do Congresso Nacional, 30/10/1959, Seção I, p.797-798).

Entre suas conclusões, a CPI orienta o poder público a controlar de maneira mais rigorosa os investimentos das petrolíferas. Aparentemente com pouco efeito. Em fins de 1961, segundo Nelson Werneck Sodré, a revista PN (Publicidade & Negócios), da ABP (Associação Brasileira de Publicidade), iniciou longa campanha denunciando o controle estrangeiro sobre a imprensa brasileira, com destaque para o papel das agências de publicidade. Sodré explicita uma tensão entre controle do Estado e controle das empresas anunciantes e suas agências na determinação dos rumos da imprensa brasileira (1990: 422)<sup>40</sup>.

Em julho de 1963, sob o impacto das revelações que vinham sendo produzidas pela CPI que apurou as atividades ilegais do IBAD<sup>41</sup> (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) no financiamento de candidatos de oposição ao governo João Goulart nas eleições de 1962, a Câmara dos Deputados criou nova CPI para “verificar a operação das empresas jornalísticas estrangeiras no País” (Diário do Congresso Nacional – Seção 1 – 30/7/1963, p. 4899)<sup>42</sup>.

É esse jornalismo pós-reformas dos anos 1950, cujo principal faturamento provém da publicidade, distribuída em grande parte por agências de publicidade norte-americanas, que atua nas transformações políticas dos anos 60 do século XX. Um jornalismo que reduzia sua dependência do Estado e se distanciava do perfil partidário. Como veremos ao longo desta pesquisa, isso não significou um afastamento do campo da política, mas uma mudança significativa nas estratégias de atuação nesse campo.

---

<sup>40</sup> O custo sobe e o número de jornais diminui ao mesmo tempo em que as verbas publicitárias crescem. Nelson Werneck Sodré, em um capítulo intitulado “A crise da imprensa”, aponta a redução do número de veículos de imprensa em circulação na década de 1950 e início dos anos 1960. Entre os fatores da crise econômica que fecha diversas empresas de jornalismo, está o preço do papel, resultante de uma combinação entre monopólio da produção nacional nas mãos da Industrias Klabin do Paraná e Celulose S.A., o aumento das taxas de importação de papel e a “desvalorização vertiginosa do cruzeiro” na década de 1950 (1990: 412-413).

<sup>41</sup> As atividades do IBAD envolviam propaganda política e financiamento de candidatos às eleições de 1962. A CPI apontou ilegalidades que levaram à dissolução do Instituto, em dezembro de 1963 (João Goulart suspendeu as atividades do Instituto por três meses, em agosto de 1963. Suspensão prorrogada por mais três meses (Decretos 52.425 e 53.042, respectivamente).

<sup>42</sup> A CPI das empresas jornalísticas estrangeiras foi extinta após o golpe de abril de 1964.

## 2.2 O campo da política

### 2.2.1 O golpe empresarial-militar

Para explicar o processo político que culminou no golpe de 1964, René Armand Dreifuss (1981) descreve a formação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), que ele avalia que atua como uma espécie de “estado maior” do empresariado brasileiro, associado ao empresariado multinacional. Seguindo o modelo gramsciano de análise, Dreifuss descreve a organização da burguesia brasileira, sob o ponto de vista de sua ideologia e organização política.

Dreifuss parte do processo de industrialização do país e dos conflitos decorrentes da formação de uma burguesia industrial que convive com uma burguesia agrária, dominante até a década de 1930. Forma-se um equilíbrio instável entre esses grupos, nenhum deles, capaz de “assumir o controle do Estado em benefício próprio” (1981: 22). Esta fragilidade da classe empresarial ajuda a compreender, segundo o autor, a força do populismo, entre as décadas de 30 e 60 do século XX.

Ao longo da década de 1940, algumas organizações empresariais se formam na defesa de interesses empresariais. Mas é a criação do IPES, em fevereiro de 1962, que marca a formação de um órgão dirigente capaz de canalizar e organizar os interesses da classe empresarial, através do que Dreifuss chama de uma “elite orgânica”. Essa “elite orgânica” reúne empresários, banqueiros, intelectuais e militares e representa os interesses do que ele nomeia como “burguesia financeiro-industrial multinacional e associada” (Ibid.: 419).

Dreifuss descreve a criação de diversas organizações que atuaram de maneira coordenada ou paralelamente, mas com objetivos coincidentes, na conspiração que levou à derrubada do governo João Goulart. No entanto, ele destaca o IPES e a ESG (Escola Superior de Guerra) como duas instituições centrais na construção de programa e estratégia de ação na tomada do poder. Entre as estratégias, a propaganda ideológica anticomunista e de enfraquecimento do governo Jango eram centrais. A política arrojada de mobilização da opinião pública do IPES representou forte investimento na comunicação, seja através da produção de material próprio de propaganda e doutrinação, seja através do envolvimento do empresariado e dos profissionais do campo do jornalismo<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Dreifuss apresenta, com base em farta documentação, a lista de donos de jornal e jornalistas que figuravam entre os sócios do IPES, entre eles *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

O IPES atuava no sentido de produzir e difundir um ideário que aglutinasse a sociedade, sob sua direção, além de montar estratégias de ação. Mas “procurava ser discreto em suas atividades” (Ibid.: 231), colocando na linha de frente outras instituições. Após o golpe, Dreifuss demonstra que os quadros da elite ipesiana ocuparam postos estratégicos no governo militar e implantaram muitas medidas que constavam do programa proposto pelo IPES<sup>44</sup>. O papel das Forças Armadas no golpe e no governo que se seguiu teria sido superestimado e o dos empresários subestimado, principalmente em função de uma estratégia deliberada dos membros do IPES. Colocar a ESG na linha de frente era um modo de “legitimar a ‘neutralidade’ do regime”, além de vencer resistências militares e empresariais (Ibid.: 418). Dreifuss também demonstra que este empresariado — ou pelo menos parte dele, principalmente em São Paulo — apoiou e financiou a repressão através de doações à OBAN (Operação Bandeirantes)<sup>45</sup>.

Sob este ponto de vista, a relação entre empresas jornalísticas e Estado muda de sentido. Não se trata mais de perguntar até que ponto a empresa depende do Estado, mas também até que ponto o controla, sendo que as duas condições podem coexistir.

Com a tomada do poder de Estado:

A elite orgânica dos interesses financeiros-industriais multinacionais e associados foi capaz de assegurar poder econômico e administrativo objetivamente transformando o aparelho do Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia. (Ibid.: 419)

Este controle direto do Estado por representantes dos interesses monopolistas ajuda a entender o intenso processo de concentração empresarial e de riquezas que a ditadura promoveu. O perfil do campo do jornalismo também se reconfigurou neste processo. O surto da imprensa alternativa, nos anos 1960 e 1970 chegou a ensaiar um contraponto ao processo de concentração empresarial no campo do jornalismo. Porém, a tendência à concentração venceu, e o Rio de Janeiro chegou aos anos 1980 com três grandes jornais-empresa: *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*.

Alguns autores criticam as conclusões de René Dreifuss por elaborar “teoria conspiratória” e/ou utilizar um modelo interpretativo inadequado para a compreensão dos processos políticos em questão. A interpretação dos efeitos das ações com base exclusivamente nas intenções prévias dos atores, de fato, favorece uma interpretação dicotômica das

---

<sup>44</sup> Segundo Dreifuss, eram empresários, banqueiros e técnico-empresários que, ao assumir ministérios e outros postos estratégicos, consolidaram o controle empresarial sobre o aparelho do Estado.

<sup>45</sup> A OBAN foi uma organização criada em São Paulo para articular as ações dos diversos órgãos de repressão do Estado, em 1969. Fora do organograma do Estado, não possuía dotação orçamentária própria, contando, em grande parte, com financiamento privado para sua atuação. Responsável por parte significativa das ações mais violentas e arbitrárias da repressão.

instituições. No entanto, ele descreve e demonstra de maneira extremamente convincente as ações que levaram à tomada do Estado e sua condução posterior, bem como a amplitude das articulações, os projetos e o perfil dos personagens envolvidos nesse processo.

No que diz respeito às empresas de jornalismo, interessa compreender onde se inserem nas lutas políticas em questão. A participação do capital empresarial norte-americano nas articulações políticas contra o governo João Goulart ficou demonstrada, principalmente, no caso do financiamento, através do IBAD, da campanha eleitoral de 1962<sup>46</sup>. O IBAD, segundo Dreifuss, tinha função principalmente de propaganda e doutrinação. Não por acaso, no centro das investigações da CPI que levou à sua dissolução<sup>47</sup> estavam Esso e Shell, duas das mais fortes patrocinadoras do mercado publicitário que propiciou as transformações do jornalismo empresarial brasileiro.

A relação entre empresas brasileiras de comunicação e capital norte-americano ainda iriam gerar outras investigações parlamentares. Em outubro de 1965, foi criada CPI para “apurar os fatos relacionados com a organização Rádio, TV e jornal *O Globo* com as empresas dirigentes da revista *Time e Life*”. Tratava-se de um contrato milionário<sup>48</sup> entre a recém-criada TV Globo Ltda e a *Time Life Broadcast Internacional Inc.* norte-americana, firmado em julho de 1962<sup>49</sup>. Assim como a primeira CPI sobre a imprensa, criada no final de 1963, a CPI sobre a Rede Globo também se encerrou sem conclusão<sup>50</sup>. Tantos episódios envolvendo empresas de jornalismo e empresas estrangeiras, organizações empresariais e poder de Estado, pode-se depreender que o comprometimento de empresas de jornalismo, seja com interesses multinacionais, seja com o poder de Estado, não são episódios isolados, mas aspectos dos movimentos próprios ao campo. É com este entendimento que tentaremos pensar o jornalismo como uma atividade que opera dentro de um campo demarcado por regras e concepções

---

<sup>46</sup> Dreifuss avalia que a derrota eleitoral, naquele momento, alimentou uma disposição conspiratória golpista entre os ipesianos.

<sup>47</sup> No dia 15 de abril de 1963, a Câmara dos Deputados criou CPI “com o objetivo de apurar a origem dos haveres e a atuação política das instituições conhecidas pelas siglas — ‘IBAD’ e ‘IPES’” (página 4 do documento digitalizado da CPI do IBAD). Respectivamente, Instituto Brasileiro de Ação Democrática e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. O IBAD era acusado de gerenciar verbas norte-americanas para financiamento da eleição de parlamentares identificados com a ideologia anticomunista e para promover publicidade anticomunista através de filmes e de contratos com veículos de imprensa. Em 31 de agosto, o presidente João Goulart suspendeu, por três meses, o funcionamento do IBAD, para investigações. Em 14 de dezembro, a CPI encerrou seus trabalhos concluindo pelas irregularidades das atividades do IBAD. Em 20 de dezembro, o IBAD foi extinto.

<sup>48</sup> Na ordem de 3,8 milhões de dólares, segundo prestação de contas apresentada à CPI na Câmara dos Deputados, em junho de 1966.

<sup>49</sup> Para compreender todo o processo empresarial e político do contrato e da investigação do assunto ver HERTZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1988.

<sup>50</sup> A pendência legal da Rede Globo foi resolvida pelo posicionamento formal dos presidentes militares, isentando a Rede Globo das acusações.

específicas, cujos agentes só podem atuar com autonomia relativa, de acordo com as “regras do jogo” do campo.

Entre 1964 e 1985, o campo jornalístico brasileiro se reconfigurou em diversos aspectos. Houve um intenso processo de concentração empresarial e profundas transformações no perfil das empresas e do campo profissional.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o número de jornais diários circulando no Rio de Janeiro caiu a menos da metade, de 16 para sete, segundo levantamento feito por Alzira Alves Abreu<sup>51</sup>. A autora atribui esta concentração, em grande parte, à crise do petróleo, na década de 1970, que fez com que o preço do papel passasse de 171 dólares a tonelada, em 1971, para 320 dólares a tonelada, em apenas 3 anos (2001: 18).

Nos primeiros anos da década de 1970, Alberto Dines discutiu a crise do jornalismo, dando grande ênfase à questão do papel, cujo preço mundial vinha aumentando irreversivelmente, segundo o autor. “No Brasil, o problema tem cores mais graves: importamos 60% das nossas necessidades (250.000 toneladas/ano em 1972)”<sup>52</sup> (1974: 34). Segundo o autor, a demanda de papel, em 1973, foi de 270 mil toneladas, enquanto a produção nacional foi de 117 mil. O governo, além de não investir no aumento do parque industrial, facilitou a importação, através de créditos especiais, entre 1965 e 1972. Assim, segundo Dines, em 1974, a demanda prevista era de 313 mil toneladas, “para a mesma produção de 117 mil”<sup>53</sup>.

Marialva Barbosa considera a crise do preço do papel insuficiente para explicar a concentração da propriedade de veículos observada nos anos 1960 e 1970. Ela defende considerar, também, outros fatores:

... de natureza política — sobretudo o alijamento do noticiário de temas desse universo discursivo, ao lado da perseguição que sofrem alguns periódicos e que terão consequências administrativas significativas —, de natureza organizacional — como por exemplo favorecimentos e clientelismos, configurando dependência econômica baseada em alinhamentos políticos de ocasião e a visualização dos processos de reforma como espécie de tábua de salvação para as crises financeiras... (2010a: 200)

Por fim, Barbosa propõe incluir questões “de natureza cultural”, como a perda de espaço do jornal impresso, consequência do esvaziamento político sob a pressão da ditadura,

---

<sup>51</sup> Segundo Jânio de Freitas (em: RIBEIRO, Belisa. Documentário *Jornal do Brasil: história e memória*. Rio de Janeiro: Caminhos da cultura, 2015.), quando ele entrou no *Jornal do Brasil*, em 1957, havia 17 jornais diários circulando na cidade. Villas-Bôas Corrêa também fala em 17 ou 18 jornais no Rio de Janeiro nos anos 1950 (Entrevista a Américo Oscar Freire e Marieta de Moraes Ferreira, CPDOC, 10/9/1997).

<sup>52</sup> O autor atribui os dados à revista *Química & Derivados*, de novembro de 1973.

<sup>53</sup> Dados fornecidos pela Indústria Klabin de Papel e Celulose, de acordo com o autor.

combinado à concorrência da mídia audiovisual, mais adequada a uma comunicação distante do perfil de palanque político característico do jornalismo anterior à ditadura.

Na 4ª edição de seu livro, Nelson Werneck Sodré (1998) inclui um capítulo de atualização em que destaca o resultado, nos anos 1990, de um processo de concentração que acompanha os “avanços” do capitalismo.

Aquele que mais se destaca, ao nível dos fatos, é o que assinala a diferença, de qualidade e de função, entre a pequena e média empresa, que definiu o início da imprensa industrial, no Brasil, e a dimensão de grande empresa que define, hoje, um jornal ou mesmo, em menor escala, uma revista de grande circulação. (1998:X).

Este mercado dominado por poucas grandes empresas apresenta uma “impressionante uniformidade de posições”, distanciamento da realidade nacional e dos princípios da democracia. (Ibid.: XVI).

Para Juarez Bahia (2009), a crise econômica do país repercutiu nos jornais, mas é insuficiente para explicar as mudanças. Principalmente nos anos 1980, ele identifica um conflito interno:

No jornalismo, o espírito empreendedor de décadas anteriores é desalojado por tecno burocratas frios e insensíveis, que se mostram comprometidos apenas por itens de organização e método. Nenhuma das grandes empresas jornalísticas consegue romper, nesses anos de crise, o cerco dos tecnocratas. (2009: 404)<sup>54</sup>

Concentração empresarial, desnacionalização do conteúdo e submissão à tecnocracia industrial são processos econômicos, políticos, culturais e administrativos que participam na transformação das estruturas e da atuação empresarial no campo do jornalismo. Porém, sob um governo autoritário, a ação do Estado é o aspecto mais evidente.

*Correio da Manhã* e *Última Hora* são os dois exemplos cariocas mais claros e imediatos da atuação do governo no sentido de reduzir a concorrência empresarial a favor dos aliados políticos.

*Última Hora*, jornal de Samuel Wainer, único dos jornais-empresas do eixo Rio-São Paulo a defender João Goulart, foi sufocado imediatamente após o golpe de 1964. Ao estrangulamento econômico, se combinou a perseguição policial. *Última Hora* de Recife teve sua sede invadida e depredada pelo Exército no dia seguinte ao golpe. Wainer teve que se exilar. A *Última Hora* de São Paulo acabou vendida ao grupo Folha, em 1965.

O caso da *Última Hora* é significativo para mostrar a força da ação repressiva do Estado, em consonância com o mercado, para eliminar vozes discordantes. O jornal passou de uma

---

<sup>54</sup>A primeira edição do livro data de 1964.



empresa em franca expansão, em 1964, para a decadência de forma abrupta, sob o impacto da ditadura. Em sua autobiografia, Wainer conta que, logo após o golpe, refugiado na embaixada do Chile, foi procurado por Ibrahim Sued, representando um grupo de empreiteiros que pretendia comprar seu jornal. Não vendeu. Quando voltou do exílio, em 1968, a *Última Hora* carioca, único que ainda lhe pertencia, definhava. Em 1972, a *Última Hora* do Rio de Janeiro foi vendida a um grupo de empreiteiros liderado por Maurício Alencar, que já havia comprado o *Correio da Manhã*, em 1969. O jornal se tornou governista e porta-voz dos interesses dos empreiteiros<sup>55</sup>.

O *Correio da Manhã* apoiou o golpe, mas pouco depois se opôs à repressão e à censura. Além do jornal ter sofrido algumas apreensões, sua dona, Niomar Muniz Sodrê Bittencourt, foi presa no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em 1969 (MARCONI, 1980: 40). A sede do jornal também foi alvo de bombas e depredação em mais de um episódio. O grupo de empreiteiros que havia comprado o *Correio da Manhã*, transferiu para a *Última Hora* os contratos que interessavam, a partir de 1972, e, em 1974, o *Correio da Manhã* foi definitivamente fechado. Foram fechados, também, no Rio de Janeiro, nos anos 1970, *O Jornal* (1974) e *Diário de Notícias* (1976).

A pressão econômica, sob a ditadura militar, se processava por diversos caminhos. O primeiro e mais comum era a suspensão da publicidade dos órgãos públicos no veículo<sup>56</sup>. Outro caminho, mais sutil e eficaz, era a não concessão de empréstimos, canais de rádio e TV e outros “favores” do Estado. Para os mais rebeldes, a pressão incluiu ameaça aos anunciantes<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Sobre as relações políticas e os sistemas de troca de favores e de corrupção entre empreiteiras e governo, com participação de jornalistas e donos de jornal, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988)*. Niterói: Eduff, 2017.

<sup>56</sup> De acordo com Marconi (1980: 132), por ter denunciado, em 1974, o favorecimento oficial para a importação de material químico pela *Dow Chemical*, o jornal começou a sentir a redução de publicidade dos órgãos do governo. A queda se acentuou depois da denúncia de que altos funcionários federais utilizavam aviões particulares. Sumiu definitivamente quando o jornal criticou a política nuclear. Como exemplo, Marconi afirma que a edição de 11 de março de 1977 do *Globo* tinha 16 páginas de editais e anúncios oficiais, enquanto a edição do *Jornal do Brasil* do mesmo dia não tinha nenhuma (de fato, a edição do *Jornal do Brasil* disponível na Hemeroteca não tem nenhum edital ou publicidade de órgão federal. No acervo do *Globo* só foi possível verificar o primeiro caderno deste dia: havia publicidade do Petrobras, da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e do Bnaco do Brasil). Em editorial de 4 de maio de 1977, sob o título “Ameaça à liberdade” (p.10), o *Jornal do Brasil* denuncia: “a Direção Comercial desta Empresa acaba de receber, de parte do Sr Álvaro Costa, assessor de Imprensa do BNDE, a informação de que, “por ordem da Administração”, fomos excluídos da publicação do balanço da instituição, prevista para esta semana. Tal é a penalidade imposta ao *JORNAL DO BRASIL*, provavelmente por ter levado ao conhecimento da opinião pública a existência do *affaire* Lutfalla, que envolve cerca de 350 milhões de cruzeiros pertencentes à Nação e malversados num emaranhado em que se identifica, para dizer o menos, considerável soma de incompetência”. No parágrafo seguinte, recapitula: “Há bastante tempo outras empresas estatais e mesmo Governos estaduais têm pressionado a tecla da discriminação com critério político, sem outro resultado que o de ferir a liberdade de crítica”. Em muitos depoimentos e registros, argumenta-se que uma relativa independência do noticiário concorreu, ainda que não seja a única causa, para decadência do *Jornal do Brasil*.

<sup>57</sup> *Coojournal*, por exemplo, a experiência mais efetiva de cooperativismo jornalístico, surgido em Porto Alegre, chegou a circular com 60 páginas, quase metade de publicidade. Mas teve seus anunciantes pressionados pelo

Enfim, a redução da concorrência no mercado de jornalismo contou com a contribuição deliberada dos governos militares, mas só foi efetiva em função de diversos outros fatores. Um deles, que provavelmente pesou mais, como sugere Sodré, é o processo de concentração próprio à dinâmica capitalista.

### 2.2.2 A censura como estratégia de Estado

A forma mais evidenciada, pela memória e pela história, de controle exercido pelo Estado sobre a informação, em períodos autoritários, é a censura. À palavra censura corresponde uma gama ampla e nem sempre muito clara de noções. A definição de Strzyewski, reproduzida por Juliusz Tyszka, em seu artigo sobre a censura à imprensa na Polônia, parece bastante adequada para resumir uma percepção muito presente nos estudos de história da imprensa: “Censura é uma distorção consciente, feita por meio da seleção de informação de massa que dá credibilidade ao tema manipulado” (2006, p.17 em: COSTA (org.), 2012). Ou seja, a censura não é apenas um mecanismo de controle da informação, mas um tipo específico de seleção, com o objetivo de fraudar a verdade. No Dicionário de Comunicação, a definição anterior a qualquer debate mais profundo é:

Ação de proibir, no todo ou em parte, uma publicação ou representação. Supressão deliberada de determinado material de comunicação, do fluxo normal de informação, de forma a influir na opinião e na ação do público ao qual se dirige a mensagem. (RABAÇA e BARBOSA, G., 2001: 8)

A maioria dos estudos que trata da censura à imprensa no período da ditadura militar não chega a definir um conceito de censura, mas o que podemos observar é uma tendência a tratar da censura como uma política de Estado bem definida, que atuou de forma relativamente institucionalizada, principalmente a partir da promulgação do AI-5. Esta abordagem favorece um estudo detalhado da instituição censura.

A censura institucionalizada se concentra no período de vigência do AI-5, entre 1968 e 1978. As fontes documentais primárias — bilhetes da censura e matérias cortadas pelos censores — tornam esta forma de controle especialmente visível para a pesquisa historiográfica, demarcando com razoável precisão a ação repressiva institucionalizada do Estado. A censura foi exercida pelos governos militares desde 1964, assim como por governos anteriores, segundo Beatriz Kushnir. Mas o AI-5 — para muitos juristas “uma decretação não oficial do estado de

---

governo para retirar a publicidade. “Na edição anterior a esse movimento que envolveu Polícia federal e III Exército, o jornal tinha umas 60 páginas, 28 ou 29 de anúncio. E na edição seguinte tinha duas ou 3”, conta Elmar Bones, jornalista da cooperativa (depoimento ao projeto “Resistir é Preciso”, do Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <http://resistirepreciso.org.br/protagonistas-dessa-historia/>).

sítio” — criou as condições de generalização da prática. Mas, mesmo em termos legais, dispositivos da lei de imprensa de 1967 já havia aberto esta possibilidade, reforçada com o AI-5. A regulamentação efetiva da censura prévia, porém, segundo a autora, só se estabeleceu com o decreto 1.077<sup>58</sup>, de 1970 (KUSHNIR, 2001: 105).

A censura à atividade artística já era regulamentada. Sob o título “Os intelectuais, os censores e os policiais” (Ibid.: 168 a 188), Kushnir conta que o cargo público, que compromete o intelectual com os interesses de governo, foi a opção profissional de muitos artistas e intelectuais de nome como Carlos Drumond de Andrade e Vinícius de Moraes, entre outros. Com a delicadeza de quem vai ao fundo das questões, Kushnir analisa a biografia de Vinícius de Moraes, que narra sua atividade passageira como censor de cinema, em 1932. O que chama a atenção da autora é a necessidade de justificar e minimizar sua atuação como censor, como uma maneira de “desculpá-lo”. No entanto, como nos mostra Kushnir, o cargo de censor foi visto, em algum momento, como uma carreira profissional interessante. A censura à diversão pública era uma atividade demandada pela sociedade através de cartas e telefonemas. Como ressalta Carlos Fico, “a censura é sempre a expressão de uma demanda social” (in COSTA, 2012: 71). Talvez a necessidade de se desculpar pela atuação como censor só se tenha feito presente em função da posterior construção de uma memória sobre a ditadura militar que condenou a censura<sup>59</sup>.

A censura institucionalizada e documentada sobre a imprensa assumiu duas formas básicas: a exigência de aprovação prévia do material a ser publicado e os recados da Polícia Federal e outros órgãos informando os assuntos proibidos. Diversos autores tratam a primeira forma como censura prévia e a segunda como um mecanismo de autocensura dos jornais. A censura prévia era realizada por censores dentro da redação ou pelo envio de originais para órgãos de censura.

---

<sup>58</sup> Já nos dois primeiros artigos, o decreto explicita que “não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (Artigo 1º) e define a competência do “Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal”, não só para verificar publicações, como estabelecer autorização prévia e recolher exemplares sempre que considera necessário.

<sup>59</sup> GOMES e CABRAL analisaram críticas teatrais publicadas por jornais empresariais de grande circulação, entre o final do Estado Novo e o golpe de 1964 (1947-1964) concluindo que “fora de situações extremadas, como regimes autoritários, a ação censória é concebida como natural” pela imprensa (em COSTA (org.), *Reflexões sobre a trajetória da imprensa frente às ameaças à liberdade de expressão*, p. 179-192). Considerando as argumentações de Kushnir, parece necessário incluir, nesta interpretação, o fato de que a censura à diversão pública não é vista negativamente como a censura à imprensa. Mesmo esta censura muda de caráter, após o AI-5. Se antes o foco eram as questões ligadas à moral e aos costumes, depois do AI-5, também no campo das artes, a censura se torna mais ostensiva no que diz respeito aos conteúdos especificamente políticos, bem como promove a perseguição política de artistas engajados.

No caso de publicações mais críticas ao regime, com periodicidade semanal ou maior, chegou a ser exigido que o material fosse enviado à Brasília, como forma de inviabilizar praticamente a produção. *O Pasquim* sobreviveu a duras penas a este período. A revista *Veja* chegou a ser ameaçada, em 1974, mas, segundo depoimento do próprio Mino Carta, editor na época, ele foi à Brasília conversar com Golbery do Couto e Silva, então chefe do Gabinete Civil da Presidência, para explicar-lhe que a exigência de enviar a revista a Brasília seria o mesmo que decretar seu fechamento. Golbery aceitou seus argumentos e a censura foi feita em São Paulo (MARCONI, 1980: 116).

A censura prévia atingiu principalmente os jornais que acabaram classificados como imprensa alternativa<sup>60</sup>. Nos grandes jornais diários foi rara. As relações de confiança entre empresários de jornalismo e o alto escalão do governo provavelmente foi fator fundamental para criar mecanismos menos rígidos de controle<sup>61</sup>. Mas a dificuldade operacional de colocar censores dentro da redação todos os dias, acompanhando o fechamento durante a tarde/noite de produção deve ter contribuído<sup>62</sup>. Mesmo os veículos empresariais que estiveram sob censura prévia, em geral estiveram por curto espaço de tempo e, mesmo sob a ação da censura, mantiveram negociações com o governo federal<sup>63</sup>.

A promulgação do AI-5 ficou registrada na história como marco desta censura menos por questões legais, mais pela experiência concreta de uma mudança substancial na forma de atuação do Estado, em especial para as classes médias e os profissionais liberais. Para os jornalistas que trabalhavam nas redações dos jornais-empresa, foi o primeiro contato efetivo com censores.

“Visto do *Jornal do Brasil*, o AI-5 ocorreu assim: uma hora depois de lido o documento todo pela Voz do Brasil, apresentaram-se dois majores da Escola de Estado Maior do Exército no Jornal para fazer a censura.” (DINES em MARCONI, 1980: 183). Alberto Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil* de 1962 a dezembro de 1973, avalia que, até 1968, mais precisamente até a saída de Castelo Branco da Presidência da República, “a censura foi muito sutil”. Para

---

<sup>60</sup> Não se incluem aí os jornais clandestinos.

<sup>61</sup> Esta confiabilidade é variável de acordo com o veículo. Enquanto Roberto Marinho, dono do *Globo*, era um aliado direto de Golbery, Nascimento Brito tinha divergências significativas, o que, segundo alguns relatos, chegou a aproximá-lo de Sylvio Frota. Apesar das diferenças, mantinham relações cordiais e, principalmente, uma aliança de classe alimentada pelas relações pessoais com os mesmos círculos sociais. E com o elo estabelecido por alguns jornalistas. Sob um ponto de vista marxista, havia a aliança de classe.

<sup>62</sup> Em janeiro de 1975, documento interno da *Veja* informa que, como *O Estado de São Paulo* tinha se livrado da presença de quatro censores, ele havia conseguido “a designação pela Chefia da Polícia Federal de um Censor ‘in loco’, que atenda à novas necessidades de fechamento” (MARCONI, 1980: 223). Nas rádios, todos os relatos informam sobre bilhetes e, principalmente, telefonemas.

<sup>63</sup> Exceção à *Tribuna da Imprensa*, que esteve sob censura prévia de agosto de 1968 até junho de 1978, ininterruptamente.

Dines, Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva<sup>64</sup> “perceberam que podiam fazer uma censura branca, aproveitando justamente a estruturação da imprensa que era basicamente autoritária, paternalista e censória” (1980:182). Ou seja, o governo apostava na interferência sobre os mecanismos normais de controle das empresas.

Antônio Henrique Lago diz que a censura só começou a funcionar a partir de 1968 e dá como exemplo as peças de teatro contestatórias em cartaz até 1968. Referindo-se à imprensa, lembra que a tortura de Gregório Bezerra, em Recife, foi fartamente divulgada pela imprensa<sup>65</sup>. Também lembra que quando seu pai, Mário Lago, foi preso, ele e a mãe não tiveram dificuldade para conseguir que alguns jornais divulgassem a notícia (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).

O marco do AI-5 foi reforçado, na memória sobre a imprensa, pela resistência que ficou registrada nas páginas de alguns jornais de grande circulação, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*.

No *Jornal do Brasil*, Dines conta que, quando os dois oficiais se apresentaram na redação para proceder à censura prévia, ele foi à sala do “Dr. Brito” pedir licença para “pelo menos naquela edição marcar posição contra a censura”. Com autorização da direção, os censores foram enganados pelo editor-chefe. Segundo Dines, eles foram colocados na sua sala e receberam as provas de página que saíam da gráfica para serem aprovadas. Porém, na gráfica, que ficava no andar abaixo da redação, o jornal foi modificado. A capa do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1968 foi transformada em marco, a ser lembrada sempre que se quer demonstrar a resistência do jornalismo contra a censura<sup>66</sup>. Tornou-se lenda no jornalismo brasileiro (Anexo 1, p. 243). No dia seguinte, Sette Câmara, um dos diretores do jornal, foi preso<sup>67</sup>. No domingo, dia 15 de dezembro, o jornal não circulou por ordem da proprietária, a condessa Pereira Carneiro. (Anexo 1, p. 244) Uma semana depois, sob outra acusação<sup>68</sup>, Dines

---

<sup>64</sup> Chefe do SNI (Sistema Nacional de Informação) no governo Castelo Branco, o primeiro do regime militar.

<sup>65</sup> Gregório Bezerra, militante do Partido Comunista Brasileiro, em Recife, foi preso e arrastado pelas ruas da cidade com uma corda amarrada ao pescoço, imediatamente após o golpe de 1964. Sua tortura foi noticiada por diversos jornais do sudeste, mas censurada em Pernambuco.

<sup>66</sup> No primeiro bloco de entrevistas, em que as perguntas foram mais abertas, pedindo que o entrevistado falasse sobre sua experiência no período da abertura, essa capa foi mencionada por todos os jornalistas que estiveram no *Jornal do Brasil*.

<sup>67</sup> Ou foi ameaçado de prisão. Como veremos ao longo dos depoimentos, há as duas versões, e não foi possível verificar o fato.

<sup>68</sup> Dines conta que foi paraninfo da turma de jornalismo da PUC e fez um discurso contra a censura. Foi viajar e quando voltou, domingo, dia 20 de dezembro, foi preso. Passou o final do ano preso. Em janeiro, foi preso mais uma vez, para depoimentos, passou a noite na cadeia e, neste momento, a censura prévia também deixou o jornal.

foi preso. Pouco depois, a censura prévia se retirou do *Jornal do Brasil* e a direção do jornal passou a receber as orientações da censura<sup>69</sup>.

De acordo com Maria Aparecida Aquino, na noite de 13 de dezembro, a Polícia Federal esteve na redação de *O Estado de S. Paulo* e sugeriu que o editorial “Instituições em frangalhos” fosse substituído. A direção do jornal não acatou a orientação e a edição foi apreendida. Após este episódio, os censores só voltaram à redação de *O Estado de S. Paulo* em 1972, para permanecer até 1975 (AQUINO, 1998).

A alternativa de acatar as ordens da censura, evitando a censura prévia, como fez a maioria dos jornais, foi classificada por diversos autores como autocensura. Marialva Barbosa trata a autocensura como uma forma de colaboração com o regime autoritário. “A autocensura passou a ser uma espécie de palavra de ordem, fundamental para a aproximação com as cercanias do poder”. O fato de a maior parte dos jornais ter feito a opção pela autocensura demonstra, segundo a autora “um altíssimo grau de adesão dos meios de comunicação” ao governo militar. (2010a:195). Aquino considera que os jornais que colocaram na mão do censor a responsabilidade pelos cortes exerceram um tipo de resistência. Já a escolha por acatar as ordens da censura, evitando a censura prévia, foi uma capitulação.

De certo modo, embora eventuais resistências possam ocorrer — criando-se imagens figuradas que forçam uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo burlando-se ordens expressas —, a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever. (1999: 222)

O fato dos jornais classificados como alternativos, pelo perfil crítico ao governo e em geral menos adaptado à estrutura de grande empresa, terem sido os principais alvos da censura prévia corrobora esta interpretação que atribui à autocensura um caráter de colaboração ou capitulação. As negociações da família Civita, proprietária da revista *Veja*, e do próprio Mino Carta, editor da revista na época, com ministros do governo Médici e Geisel, no período em que a revista esteve sob censura, porém, sugerem que o lugar da *Veja* é bem distante daquele que *Movimento* ocupava, por exemplo, na relação com o governo. Por outro lado, o *Jornal do Brasil*, que só viveu a censura prévia nos primeiros dias, como a maioria dos jornais-empresa, tornou-se símbolo de estratégias de resistência, pelo menos no período entre o AI-5 e o fim do governo Médici, enquanto Alberto Dines e Carlos Lemos dirigiram a edição do jornal.

---

<sup>69</sup>Para Dines, uma traição da direção que aproveitou seu afastamento — uma segunda prisão, em janeiro — para negociar com a censura (MARCONI, 1980: 183-184). Mas, segundo Gaspari, a censura se retirou da maioria dos jornais em janeiro de 1969 (2002: 218).

Lemos defendia que era possível fazer matéria crítica, contanto que com cuidado. Algumas vezes foi chamado pela polícia para prestar esclarecimentos. O argumento dele era: “Não teve proibição. Se não foi proibido, nós publicamos. O que é proibido nós não publicamos, mas o que não é nós publicamos, seja o que for.” (LEMOS, entrevista ao CCMJ, 28/7/2008). Dines vai além e garante que era possível driblar a censura.

...a gente sempre dava um jeito de obedecer estritamente, isso foi uma coisa que partiu de todos, da lógica, do bom senso. Cumpra-se a determinação e interprete-se essa determinação com liberdade, é óbvio, você não poderia fazer diferente. Então sempre a gente obedecia, mas dava um jeito de desobedecer porque estava cumprindo estritamente... E as ordens eram burras, feitas pelo inspetor, inspetor Borges, se não me engano, que normalmente telefonava (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008).

Esses episódios não representam uma postura de enfrentamento do *Jornal do Brasil*, mas sugerem um campo de tensões a ser explorado se quisermos compreender os caminhos da luta de poder no campo do controle da informação durante a ditadura militar. Um campo que passou por algumas reconfigurações ao longo da ditadura. Se a decretação do AI-5, por exemplo, foi um momento-marco da experiência de repressão e censura para os jornais-empresas e para a maioria dos jornalistas que trabalhavam neles, o fim dessa experiência foi bem menos preciso. O general Ernesto Geisel assumiu a Presidência, em março de 1974, prometendo uma distensão política que incluía o fim da censura.

Quando começou a pintar a substituição de Médici, perto de 15 de março, tivemos a informação de que havia por parte do futuro governo a intenção de mudar um pouco as regras do jogo. Tive duas conversas preliminares com o Falcão (futuro Ministro da Justiça) que me deram a impressão de que haveria a possibilidade de mudar o esquema pois o novo governo chegava com uma proposta de distensão. (CARTA em MARCONI, 1980: 87)

Logo que Geisel assumiu, no final de março de 1974, Armando Falcão (recém-empossado ministro da Justiça) chamou Mino Carta a Brasília para informar que, como prometera, a censura prévia em *Veja* seria levantada. No entanto, o período entre 1974 e 1976 acabou sendo o de mais intensa presença da censura prévia em *Veja*. Ao mesmo tempo, em 1975, a censura prévia começava a se retirar de alguns jornais. Em janeiro de 1975, os censores se retiraram da redação de *O Estado de S. Paulo* (OESP) e do *Jornal da Tarde*; no final de março, *O Pasquim* foi liberado da censura prévia. O processo foi o mesmo: a redação recebeu um aviso lacônico de que não haveria mais censura, e que a responsabilidade passava a ser do veículo. O primeiro número do *Pasquim* “sem censura” foi apreendido, o que mostra que o recuo da censura prévia foi acompanhado de medidas censórias punitivas como forma de enquadrar os veículos. Como havia compreendido o pessoal do *Pasquim*: “sem censura não

quer dizer com liberdade” (*O Pasquim*, 300, 29/3/1975, p.2). Os últimos jornais a se verem livres da censura prévia, em junho de 1978, foram *Movimento*<sup>70</sup>, *O São Paulo*<sup>71</sup> e *Tribuna da Imprensa*. Ou seja, a retirada da censura prévia, anunciada no início do governo Geisel, só se completou menos de um ano antes do fim do mandato. Apesar do elástico ter sido aparentemente afrouxado, a violência contra as expressões fora da margem concedida permaneceu ou até endureceu, durante o governo Geisel.

### 2.2.3 Repressão: o medo como parte do cotidiano

A crítica de Maria Aparecida Aquino aos jornais que se submeteram ao que ela chama de autocensura se justifica. Se todos os jornais exigissem a presença de censores na redação, a operacionalidade seria bastante difícil. Também merece destaque o fato de que, se em alguns momentos os jornais defenderam uns aos outros, publicando denúncias sobre ataques ou censura a outros veículos<sup>72</sup>, mais comumente se omitiram e, em alguns momentos, até contribuíram para o desmonte do concorrente.

Mas se todos, com exceção quase exclusiva dos jornais clandestinos, de circulação extremamente reduzida, submeteram-se à censura prévia ou por recados é, também, porque havia outros mecanismos repressivos que garantiam a obediência. Esses mecanismos envolviam tanto ameaças econômicas, que comprometiam a existência do veículo, quanto as ameaças à segurança pessoal, mais direcionada aos jornalistas, que ia do medo de perder o emprego ao medo de ser preso, torturado ou assassinado<sup>73</sup>. Sob outro ponto de vista, poderíamos dizer que a censura, no sentido de uma relação institucionalizada de cerceamento da ação dos agentes da imprensa por parte do governo, se combinava com outros dois expedientes: a negociação político-econômica e o terrorismo policial<sup>74</sup>.

---

<sup>70</sup> Como a maioria dos jornais da chamada imprensa alternativa, *Movimento* esteve sob censura prévia durante praticamente toda a sua existência, de junho de 1975 a junho de 1978 ininterruptamente.

<sup>71</sup> Jornal editado pela arquidiocese de São Paulo, conviveu com censores na redação desde 1971, com idas e voltas. De 1973 a 1978 a censura dentro da redação foi permanente.

<sup>72</sup> Muito mais aos ataques às sedes e gráficas, em geral ações não identificadas com a institucionalidade do Estado, que à ação da censura, essa protegida pela instituição estatal.

<sup>73</sup> Também poderíamos dividir os mecanismos punitivos entre aqueles ligados aos trâmites das negociações políticos e aqueles que mobilizavam a repressão policial e parapolicial. No primeiro caso, teríamos as relações mais especificamente entre dirigentes dos jornais e representantes dos altos escalões do governo. No segundo, a prisão, tortura e assassinato de jornalistas, o empastelamento de sedes e gráficas de jornais, o recolhimento de publicações, as bombas em bancas de jornal, a perseguição e ameaça a jornalistas.

<sup>74</sup> Uso “terrorismo” policial porque, em primeiro lugar, a ameaça à segurança pessoal não se originava apenas no aparato policial-militar, uma vez que havia grupos paramilitares que contavam com apoio — ou pelo menos complacência — do Estado. Em segundo, porque a violência física efetiva atingiu diretamente a um número não desprezível, mas limitado de pessoas (A Comissão Nacional da Verdade estima em cerca de 3 mil pessoas que sofreram maus tratos, além das quase 500 assassinadas), mas a esta violência, pelos métodos bárbaros e arbitrários



A repressão policial no campo do jornalismo envolveu ações oficiais como cassação ou recusa de concessão de credenciais, prisão de diretores e jornalistas e apreensão de publicações. A repressão extraoficial — não assumidas pelo Estado — incluiu destruição de sedes, gráficas e bancas de jornal, perseguição e intimidação pessoal de jornalistas.

Os assassinatos e torturas praticados pelo aparato repressivo da ditadura, em geral, não foram oficialmente assumidos pelo Estado; na época, sendo muitos dados por desaparecidos ou suicidas. A arbitrariedade da repressão, combinada ao silêncio sobre suas ações foram componentes importantes para a criação de um clima de insegurança. Dois assuntos mereciam especial atenção dos censores: a repressão policial e a própria censura<sup>75</sup>.

Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, acusou os jornais de silenciarem sobre esta repressão, apesar das denúncias do sindicato.

Em notas sucessivas, enviadas às redações, o Sindicato denunciava as prisões. Raramente essas notas eram publicadas; nenhum jornal ousou perguntar nada além daquilo que constava nos comunicados. Nada era apurado, nada era investigado. (DANTAS, 2014:71)

Seja pelo clima criado pelas informações que chegavam e não podiam ser noticiadas, seja por uma operação de memória que reforça a imagem heroica dos jornalistas, vários jornalistas ressaltaram, sem que eu perguntasse, experiências de intimidação e medo.

Uma história contada por Luís Eduardo Resende, repórter especial de *O Globo*, é bastante representativa:

Teve uma rebelião no galpão da Quinta e o comandante da PM, na época, era um militar. Chamado Adir Fiuza de Castro, que foi o cara que montou o DOI-Codi no Rio. Aí, uma rebelião grande, três presos famosos mataram o diretor do hospital<sup>76</sup> — no livro eu conto essa história — eu fui entrevistar o Adir Fiuza de Castro, que era um coronel do Exército, daqueles... Estava entrevistando ele sobre esse assunto<sup>77</sup>, claro. Uma hora ele parou, olhou pra minha cara — estava só eu e ele na sala — fardado, disse: olha, você sabe o que a gente faz com comunista? — Num tô tratando de comunismo, aqui, tô tratando de rebelião de bandido preso... Eu, macaco velho, num vou responder. — Pois é, tem dois tipos de comunista: um, é aquele que distribuiu um panfletozinho, participou duma reuniãozinha... esse a gente prende, mete a porrada — Falou assim mesmo! — E depois solta, que ele se borra de medo e nunca mais vai fazer nada. Agora, tem o outro que já pulou o muro. Sabe o que é pular o muro? — Eu, calado estava, calado continuei. — Já assaltou banco, já matou, já botou bomba... esse tem que pegar e matar! — Parou, olhou pra minha cara... eu olhando pra cara dele — Agora, faz uma coisa: vai

---

com que se efetivava, criavam um clima generalizado de medo, na população, em especial entre os jornalistas — mais bem informados que a média sobre as barbáries dos porões.

<sup>75</sup> Das 1136 matérias do *Estado de São Paulo* censuradas na íntegra ou em parte, durante o período em que o jornal esteve submetido à censura prévia, 601 matérias (53%) tratavam do assunto política, sendo 142 sobre repressão política. A censura era o segundo tema mais censurado: 208 matérias (18%). (AQUINO, 1999: 62-67).

<sup>76</sup> A rebelião ocorreu no dia 2 de dezembro de 1974. (*O Globo*, 3/12/74, p.12)

<sup>77</sup> A entrevista com Adir Fiuza de Castro foi publicada no dia 4 de dezembro (*O Globo*, 4/12/1974, p.10)

pro jornal e escreve isso que eu acabei de falar pra você agora, pra ver o que vai te acontecer! — Obviamente que eu não escrevi. Se não, não estaria aqui te contando (RESENDE, entrevista à autora, 21/9/2018).

Luís Eduardo Resende narra outro episódio em que ele e o fotógrafo estavam fazendo matéria no Santos Dumont sobre segurança, porque um avião havia sido sequestrado. Um capitão da Aeronáutica lhe mostrou um revólver e disse: “Sabe pra que serve isso aqui? É pra usar contra comunista. Abre teu olho, hein!”

Romildo Guerrante, que cobria o setor de transportes pelo *Jornal do Brasil*, conta que certa vez denunciou um esquema de transporte clandestino da Polícia Civil e foi proibido de entrar no Detran. Continuou fazendo suas matérias, com base nas informações colhidas com seus informantes. Outra matéria desagradou o secretário de Segurança que chamou ele em seu gabinete.

Fui lá, morrendo de medo, o secretário de Segurança me chamar! Chego lá: — Quem te deu essa informação? — Não posso dizer. — Isso é mentira! — Não, não é mentira. — É mentira! Quem deu essa informação? Que eu quero punir os dois: o senhor, e quem deu essa informação! — Eu: caralho, tô fudido! — O senhor não vai mais cobrir o Detran, o senhor vai vir aqui pra Secretaria, todo dia. — Eu saí morrendo de medo, que merda! (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

Algum tempo depois, Romildo Guerrante já tinha sido novamente autorizado a entrar no Detran, cruzou com um homem, quando saía:

...um tal de Marreco, sujeito feio, vesgo, que eu acho que é um cara citado pelo Hermes Silva num livro dele de história, é um agente da Polícia Civil que tava por aí e foi parar lá no Detran<sup>78</sup>. Passou por mim e falou assim: — Garoto, cuidado que você pode ser atropelado. — Deu um risinho e foi embora. Caralho! Duvido não, né? (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

Vera Perfeito e Celeste Cintra eram estagiárias quando foram cobrir a repressão policial à ocupação dos estudantes na Reitoria da UFRJ, em 1968<sup>79</sup>. As duas afirmam que só não foram presas graças ao apoio dos colegas jornalistas. Vera Perfeito desenvolveu síndrome do pânico depois deste episódio.

A sorte é que os jornalistas ficavam muito juntos: não, ela é jornalista. E eu não podia nem mostrar minha carteira, mesmo, que era da PUC. Aí eu era estudante. Não, sou jornalista, não tenho carteira, comecei agora... acabaram

---

<sup>78</sup> Segundo Romildo Guerrante, durante o governo Geisel, à medida que os órgãos de segurança foram sendo esvaziados, “começaram a aparecer umas figuras nos órgãos estaduais, que estavam vindo corridos de algum lugar. Eu acho que estavam vindo do sistema de repressão que estava sendo ou desmontado, ou estavam se precavendo... começou a espirrar esses agentes que estavam infiltrados pra todo lado. Começaram a ser encostados em outras repartições. Como esse tal de Marreco.” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

<sup>79</sup> No dia 20 de junho de 1968, estudantes ocuparam a Reitoria da UFRJ, na Praia Vermelha, e permaneceram em assembleia, reunidos com membros do Conselho Universitário, por várias horas. Na saída, a polícia reprimiu violentamente os estudantes, que foram presos dentro do campo de futebol do Botafogo, onde foram espancados e depois fichados.

me soltando. Mas queriam me levar. Foi um massacre aquilo no campo do Botafogo! O que as meninas apanhavam! Eu vi gente sendo currada! Foi uma coisa terrível. A partir dali eu tive uma síndrome do pânico (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018).

Se as intimidações e provocações funcionavam, isso se deve ao fato de que a violência real existia e seus critérios e limites eram desconhecidos.

Romildo Guerrante desabafa: “a gente tinha tanto medo! Era muito medo. A gente não podia falar nem em botequim<sup>80</sup>, lugar nenhum!” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017). Quase todos os repórteres entrevistados relatam momentos de medo e/ou violência sofrido no exercício da função. Também há relatos sobre repressão a colegas. Os fotógrafos, segundo Romildo Guerrante, eram os mais visados. Muitos relatam o instinto de tirar rápido o filme da máquina e entregar a máquina com um filme vazio, que a polícia imediatamente destruía.

Luarlindo Ernesto conta que alguns empresários tentaram intimidá-lo, quando apurava matérias ou informações que eles não queriam ver publicadas. Principalmente na ditadura, porque “eles estavam mais à vontade” para fazer este tipo de pressão. Fritz Utzeri conta que, enquanto apurava o caso do Riocentro, sabia que seu telefone estava grampeado e chegou a ser seguido. Para conversar com fontes e colegas, marcava encontros pessoais, com cuidados semelhantes aos dos militantes de organizações clandestinas (UTZERI, entrevista ao CCMJ, 29/8/2008).

Já nos relatos sobre o ambiente na redação, principalmente no *Jornal do Brasil*, o que domina é uma imagem de descontração e solidariedade. Mas ao longo das entrevistas, alguns comentários casuais deixam transparecer outras relações. Pequenos sinais do que Romildo Guerrante chama de “um medo difuso” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

Oswaldo Maneschky lembra que no *Jornal do Brasil*, os setores onde ele trabalhava — a editoria Internacional e a Rádio JB — “a redação era blocada”, ou seja, todo mundo tinha a mesma posição e, portanto, podiam confiar uns nos outros. Mas quando o assunto é a delação, ele explica: “a gente tinha cuidado de só falar as coisas que interessavam efetivamente pra pessoa que você confiava”<sup>81</sup> (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017). O comentário foi feito depois que José Sérgio Rocha lembrou de uma história, das tantas do anedotário da redação: Walter Fontoura assumiu a direção do jornal no lugar de Alberto Dines. Era, segundo

---

<sup>80</sup> Guerrante também narra um episódio em que um colega que estava no botequim perto dele desaparece sem que eles percebam o que aconteceu. Muitos anos depois, ele encontrou com o colega e descobriu que tinha sido sequestrado e depois solto, sem saber por quê (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

<sup>81</sup> De novo, a ameaça que chega não se sabe de onde: Oswaldo Maneschky conta que um amigo recebeu ordem de prisão dentro do ônibus, de um policial à paisana, porque falava mal do governo conversando com um amigo (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017).

José Sérgio Rocha, um “conservador”, mas “incapaz de dedurar alguém”. Walter Fontoura teria passado pelo copidesque para se apresentar:

“Pessoal, meu nome é Walter Fontoura, eu tô assumindo hoje a direção de jornalismo — não me lembro do cargo — já sei de todos vocês, já sei quem é comunista, quem não é, que o Almeidinha já me contou tudo”. Almeidinha era um redator da Sunab, ligado ao general Glauco da Sunab, e ligado à repressão. Ele entregou o delator! (risos) (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017).

O dedo-duro dentro da redação era uma ameaça real. Ana Lagoa conta que, quando foi trabalhar na sucursal Rio do *Estado de S. Paulo*, encontrou um editor em quem não podia confiar. “Eu percebi que quando eu fazia o relatório interno, meu chefe lia para um coronel que era da repressão, da turma dos bandidos que estavam jogando bomba no Riocentro. Aí parei de fazer relatório interno<sup>82</sup>” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

Murilo Rocha assume a responsabilidade por fazer valer a censura apócrifa:

Eu, por exemplo, na Rádio Globo, recebia diariamente dois, três telefonemas da Polícia Federal, de um meganha qualquer, que dizia: — Notícia tal, sobre isso, tá proibida. Aqui é o agente Lemos. — A gente até fazia uma brincadeira: “a gente não lemos, a gente lê”. O senhor me mande um ofício. — Não vou mandar ofício porcaria nenhuma! Experimenta publicar a notícia! — Ia pro quadro de avisos. Ninguém ousava... (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018).

Jornalistas de outras redações, entrevistados para esta pesquisa, não relataram esse tipo de experiência, mas há indícios que sugerem que a censura se generalizou, sendo praticada não só pelos órgãos oficiais, mas também por outros agentes públicos, valendo-se do medo.

#### 2.2.4 Abertura lenta, gradual e insegura

Segundo Alfred Stepan (1986), há uma intensificação da repressão entre o final de 1973 e o início de 1974, num período que poderíamos chamar de transição de governo. Geisel ficou na história como o presidente militar que encaminhou o país na direção da democratização. No entanto, a repressão não diminuiu de maneira tão significativa como se poderia esperar pela promessa de distensão do governo. De acordo com os dados da Comissão Nacional da Verdade, no governo Médici, considerado o mais violento do período militar, foram registrados cerca de 250 mortes e desaparecimentos. Entre março de 1974 e março de 1979, período do governo de distensão e abertura de Ernesto Geisel, há cerca de 100 registros de mortos e desaparecidos<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> Relatório interno foi uma prática comum entre repórteres, durante a ditadura, quando apuravam informação que não poderiam divulgar. No caso de Ana Lagoa, os relatórios subsidiavam matérias ou artigos mais profundos, uma vez confrontados e acrescidos de outras informações.

<sup>83</sup> A maioria das vítimas listadas pelo relatório da Comissão da Verdade, na segunda metade dos anos 1970, figura como desaparecida (Relatório CNV, Volume III: Mortos e Desaparecidos, 2014).

Entre 1975 e 1976, a ação repressiva foi especialmente intensa e até espetacular. Para muitos, naquele momento, um sinal de que a violência do aparato militar-policial poderia se alastrar. A violência se estendeu contra militantes não-guerrilheiros, com a prisão, tortura e desaparecimento de dez dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sempre se posicionou contra a luta armada. O “Massacre da Lapa”, como ficou conhecido o assassinato dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), durante uma reunião do partido, em dezembro de 1976, em São Paulo, foi um episódio de violência espetacular, em plena cidade de São Paulo<sup>84</sup>.

Para alguns historiadores, os exageros da repressão devem ser atribuídos à reação dos setores do governo resistentes à política de abertura. Para outros, fez parte da estratégia do próprio governo. Algumas derrotas eleitorais sugeriam dificuldade do governo para tocar a distensão sem perder o controle do processo<sup>85</sup>. No segundo semestre de 1974, o único partido de oposição legalizado, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado em disputa, impondo a primeira derrota eleitoral a um governo militar. Os órgãos de repressão — provavelmente com a anuência do governo — apertaram o cerco contra os comunistas entre 1975 e 1976<sup>86</sup>. Ao mesmo tempo, algumas alterações da lei eleitoral viabilizaram a vitória da Arena nas eleições municipais de 1976. Mas, apesar de derrotado na contagem geral de prefeitos eleitos, o MDB venceu nas grandes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Para evitar o risco de nova derrota eleitoral em 1978, Geisel se utilizou do AI-5, em 1977, e o governo mais uma vez cassou parlamentares, fechou o Congresso e editou medidas arbitrárias. O Pacote de Abril, como ficou conhecido, reformulou as regras eleitorais a favor do governo<sup>87</sup>.

Apesar de todas as arbitrariedades, um trabalho de reconstrução da memória, segundo Marco Napolitano, criou uma espécie de mito em torno do general Ernesto Geisel. Quando

---

<sup>84</sup> No dia 16 de dezembro de 1976, um cerco policial-militar de quatro dias à reunião do comitê central do PCdoB terminou com o assassinato de três dirigentes e a prisão de seis deles, cinco barbaramente torturados nas semanas seguintes. A casa onde se reunia o comitê foi metralhada sob a alegação de que houve troca de tiros.

<sup>85</sup> No segundo semestre de 1974, o único partido de oposição legalizado, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado em disputa. Com algumas alterações na legislação eleitoral, a Arena elegeu a maioria dos vereadores nas eleições de 1976, mas foi derrotada nas maiores capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre).

<sup>86</sup> Documento da CIA tornado público em 2018, afirma que o presidente da República, Ernesto Geisel, e o chefe do SNI, João Batista Figueiredo, reunidos com chefes das Forças Armadas em março de 1974, início do mandato de Geisel, teria acordado que a política ilegal de extermínio de subversivos “perigosos” deveria continuar, mas só deveria ser executada com autorização do chefe do SNI. (Documento 99, Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, 11/4/1974)

<sup>87</sup> Através do Pacote de Abril, o governo criou cargos biônicos no Senado e reformulou a composição do Congresso. A oposição obteve quase 5 milhões a mais de votos, vitoriosa nos estados mais populosos. Ainda assim, graças ao Pacote de Abril, o partido do governo garantiu maioria no Congresso Nacional.

morreu, em 1996, Geisel foi enaltecido pela “imprensa liberal, artífice e arauto dessa memória” como o presidente que, com mão de ferro, pôs ordem nos quartéis e viabilizou a democratização do país (2014:206). Fernando Henrique Cardoso, o primeiro presidente vindo da oposição à ditadura, prestou homenagem a Geisel em vida, creditando-lhe a “chance à democracia” e decretou luto de oito dias quando o general morreu. Alfred Stepan também afirma, ainda na década de 1980, que “o Brasil é a única burocracia-autoritária em que alguns dos principais generais do regime (tais como Geisel) mantiveram um grau de prestígio significativo em amplos redutos da sociedade civil”<sup>88</sup> (1986:84).

De acordo com Napolitano, houve uma reconstrução da memória, para a qual a “imprensa liberal” contribuiu de maneira relevante.

A cacofonia de vozes críticas da sociedade sobre os acontecimentos que estão na origem do regime começa a sofrer, paulatinamente, um processo de reconstrução em meados dos anos 1970, concomitante à política de “distensão e abertura” (2014:284).

Ocorreu uma polarização entre “moderados” ou “liberais” e “linha dura”, que organiza boa parte das narrativas sobre o período de abertura política, e se estende como forma de interpretação de todos os governos militares.

Dentro desta perspectiva, Geisel e Golbery são classificados por Elio Gaspari como “castelistas”, isto é, seguidores da linha do general Castelo Branco, um moderado derrotado no início do regime militar pela “linha dura”. Carlos Fico discorda da caracterização de Geisel como castelista, pois em muitos aspectos, como a política externa de autonomia em relação aos Estados Unidos e a política econômica nacional-desenvolvimentista, Geisel ia na direção praticamente oposta à de Castelo Branco. No entanto, embora considere que não se deve reduzir as tensões internas às Forças Armadas à dicotomia “linha dura” versus “moderados”, Fico avalia que “o posicionamento em relação à repressão violenta é um dos aspectos mais importantes para se entender os grupos militares de então” (2004:35).

Para o historiador, o projeto repressivo estava presente desde os primeiros dias do golpe, como parte de uma “utopia autoritária”, que considerava a possibilidade de levar o país ao desenvolvimento democrático pela eliminação do dissenso. Nesse sentido, compreender o perfil

---

<sup>88</sup> Stepan define sociedade civil como “o cenário em que múltiplos Movimentos *sociais* (como por exemplo, associações de bairro, Movimentos de mulheres, grupos religiosos e correntes da intelectualidade) e *organizações cívicas* de todas as classes sociais (como advogados, jornalistas, sindicatos e empresários) esforçam-se por se organizar em torno de um conjunto de arranjos com finalidade de expressar e promover seus interesses” (1986: 9-10). Stepan inclui mais dois campos para interpretação da transição brasileira: a sociedade política (“a arena em que a *polis* se organiza, especificamente, para a contestação política, em busca do controle sobre o poder público”) e a arena estatal (sistema administrativo, legal, burocrático e coercitivo”).

moderado de Castelo Branco é fundamental para entender o regime militar como a trajetória de “surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como linha dura”.

Terá sido o fracasso de Castelo de pôr cobro aos anseios punitivos de militares radicalizados que fomentou o crescimento do que então se chamava de ‘força autônoma’, que se autonomeara verdadeira guardiã dos princípios da ‘revolução’, e que se tornaria, paulatinamente, um grupo de pressão muito eficaz (capaz, por exemplo, de reabrir a temporada de punições com o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965) e, posteriormente, institucionalizar-se-ia como as famosas ‘comunidade de segurança’ e ‘comunidade de informações’ (2004:33).

A comunidade de informações, nome que se popularizou para designar o enorme e complexo sistema de informação e repressão da ditadura militar, começou a existir (embora ainda não com este apelido) já em junho de 1964, com a criação do Serviço Nacional de Informação, o SNI<sup>89</sup>. “O ‘serviço aparelhado e eficiente’ idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva foi o embrião de um sistema que, em 1983, mobilizava cerca de 200 mil homens em todo o país, organizados em 16 órgãos especializados” (LAGOA, 1983:25)<sup>90</sup>. Entre as características peculiares à ditadura brasileira, Stepan destaca o SNI como um órgão de inteligência e repressão mais autônomo e amplo que qualquer de seus congêneres no mundo.

Em entrevista ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas, o ex-presidente Geisel critica a falta de centralização do sistema de informação.

A criação do CIE [Centro de Informação do Exército], ligado ao ministro, à semelhança do que existia na Marinha com o Cenimar [Centro de Informação da Marinha], e na Aeronáutica com o Cisa [Centro de Informação da Aeronáutica], era uma maneira de subtrair as ações das diferentes Forças Armadas ao controle da presidência da República, enquanto nós achávamos que a operação tinha que ser controlada pela presidência. (D’ARAÚJO e CASTRO, 1997:277).

Em outra passagem, Geisel afirma que os órgãos de informação “tinham autonomia, e isso de certa forma afetou a cadeia de comando. Porque muitas vezes, com a complementação depois dos DOI-Codi, cada um deles iria agir por conta própria”. Embora defendesse que os órgãos de repressão precisavam de alguma autonomia de ação para serem eficazes, Geisel condenava a falta de centralização do comando. Para Fico, “essa polícia política atuava com

---

<sup>89</sup> “Órgão da Presidência da República criado em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341 com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contra informação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional.” (verbete “Serviço Nacional de Informação”, CPDOC/FGV). <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni> - Capturado em 29/03/2018

<sup>90</sup> Ou seja, um aparato que não foi de fato desmontado pelos governos Geisel e Figueiredo, como muitos relatos fazem crer, ainda que possa ter sido reconfigurado em algum nível.

grande liberdade de ação”, mas não estava fora do controle do Estado: “...não se deve confundir a *independência operacional* com que trabalhava a polícia política com uma suposta *autonomia* em relação aos oficiais-generais. A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou.” (2004:35).

O projeto de institucionalização do regime do governo Geisel tinha como uma das prioridades a regulamentação da repressão e, para tanto, era preciso estabelecer limites mais estreitos para atuação dos órgãos de repressão<sup>91</sup>. Por outro lado, os órgãos de repressão reagiam.

### 2.2.5 Vladimir Herzog e Fiel Filho: um ponto de inflexão

Para Bernardo Kucinski, “a liberalização da imprensa foi concebida como o primeiro passo para intimidar a ‘linha dura’” (1998:64). Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe da Casa Civil no governo Geisel, teria assumido a negociação direta com donos de jornal e jornalistas importantes, para ganhar a colaboração ao projeto de abertura.

Dos contatos realizados entre os assessores mais diretos do general Geisel e os homens de imprensa, formou-se, no Rio de Janeiro e em São Paulo, um grupo de jornalistas influentes, completamente engajado no projeto político do governo. Esse grupo detinha especial influência nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, e nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Esses jornalistas chegavam a participar da elaboração de projetos e estratégias políticas junto com o grupo palaciano. (DUARTE, 1987:101 apud. KUCINSKI, 1991:58)<sup>92</sup>

Segundo Kucinski, “são quadros jornalísticos de direção, como editores, muito mais que os barões da imprensa, que aderem à rede de apoio à abertura” (1998:64).

O “processo de depuração de quadros jornalísticos” é o outro lado da moeda. Jânio de Freitas, Alberto Dines, Cláudio Abramo e Mino Carta estão, na avaliação de Kucinski, entre os quadros dirigentes do jornalismo que perderam poder ou o próprio emprego sob a pressão política de distensão.

---

<sup>91</sup> Havia também grupos de extrema direita, que incluíam militares e civis que atuam de maneira clandestina. O “Grupo Secreto”, descrito no livro *A direita explosiva* (ARGOLO, J.A., RIBEIRO, K. e FORTUNATO, L.A., 1996) é um deles. Durante os governos Geisel e Figueiredo, mas não só, este grupo foi responsável por vários atentados ou tentativas de atentados contra organizações e jornais identificados pelo Grupo como comunistas. Este tipo de organização clandestina pode ter ajudado a construir a ideia de que se tratava, como muitos defenderam, de ações de grupos isolados, em geral envolvendo militares de baixa patente.

<sup>92</sup> O mesmo trecho da dissertação de Rabello, é apresentada por Flamarion Maués (Revista Fórum, 29/9/2010). Na Revista da Fundação Perseu Abramo, Maués cita novamente Rabello em trecho que reforça a ideia da articulação entre jornalistas e governo: “Segundo Celina Rabello Duarte, ‘antes de [Geisel] tomar posse [em 1974], seus principais assessores reuniram-se por diversas vezes com jornalistas proeminentes e donos de jornais, a quem apresentavam o projeto político do novo governo e garantiam que a censura seria brevemente suspensa’” (RABELLO, 1987: 90 apud MAUÉS, 2011: 259).



O relato desses jornalistas — com exceção de Jânio de Freitas<sup>93</sup> — corrobora a tese de Kucinski. Alberto Dines, demitido do *Jornal do Brasil* no final de 1973, pouco antes da posse de Geisel, avalia que entre os fatores que contribuíram para sua demissão estava a negociação da empresa JB com o governo pela concessão de um canal de televisão. “Eles ofereceram a minha cabeça em troca” (MARCONI, 1980:185). Ao sair do *Jornal do Brasil*, descobriu que todas as portas do jornalismo tinham se fechado para ele. Mesmo amigos que já o haviam convidado antes, como Evrandro Carlos de Andrade e depois Roberto Civita, recuaram do convite dizendo que não poderiam contratá-lo (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008).

Cláudio Abramo conta que foi colocado no ostracismo pela *Folha de S. Paulo* em 1977, afastado da direção da redação “por imposição do ministro do Exército Sílvio Frota” (ABRAMO, 1998:20). Mino Carta descreve as tensões entre ele, o ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão, e os Civita, proprietários da revista *Veja*, até seu pedido de demissão em 1976. O jornalista afirma que precisou pedir demissão para que a *Veja* pudesse receber um empréstimo estatal (MARCONI, 1980:159).

O primeiro ano do governo Geisel não foi marcado pelo recuo da censura. Analisando a censura sobre *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, Aquino demonstra que, pelo contrário, a censura ficou mais intensa. Entre abril e dezembro de 1973 foram cortadas parcialmente ou na íntegra, 282 matérias. No mesmo período de 1974, primeiros meses do governo Geisel, foram 635 matérias<sup>94</sup>.

Segundo Audálio Dantas, eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo em 1975, naquele ano, a repressão atingiu mais intensamente os jornalistas. “Antes do assassinato do jornalista Vladimir Herzog<sup>95</sup>, em dependência do II Exército, em São Paulo, os

---

<sup>93</sup> Jânio de Freitas conta sua passagem pelo *Jornal do Brasil* (1959-1962), *Correio da Manhã* (1963) e *Última Hora* (1967), para retornar ao jornalismo, como colunista da *Folha de São Paulo*, na década de 1980 (FREITAS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 9/10/2008). O jornalista afirma seu desejo de se afastar do jornalismo durante a ditadura e critica a postura de jornais e jornalistas no processo de abertura.

<sup>94</sup> Notas de proibição arquivadas pelo *Jornal do Brasil* (publicado no caderno especial sobre censura, JB, 18/6/1978) corroboram o dado de Aquino: O jornal recebeu 106 proibições em 1973 e 131 em 1974, primeiro ano do governo Geisel. Em 1975, os bilhetes escasseiam até sumir. O *Jornal do Brasil* reuniu em um “livro negro” os bilhetes e ordens recebidos entre 19 de setembro de 1972 e 8 de outubro de 1975. O texto do caderno sugere que este foi o único período em que esses bilhetes chegaram. Alberto Dines, porém, diz que só em 1972, quando os bilhetes se intensificaram, ele teve a ideia de arquivá-los. É possível supor que, se antes havia menos bilhetes, não é porque havia menos proibições, mas porque havia outros métodos de censura (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008).

<sup>95</sup> Morto em outubro de 1975.

militares da extrema-direita haviam desfechado uma operação de caça a jornalistas acusados de subversão” (DANTAS, 2014:71)<sup>96</sup>.

O general decidiu me convocar para dizer que a nota dele estava perfeitamente correta<sup>97</sup>, que as redações estavam tomadas pelos comunistas. Comecei a entender que estava no meio [risos] de uma encenca muito grande. Em seguida, já julho, agosto, começaram as prisões em massa. Eles tinham derrotado a luta armada, os grupos que defendiam a luta armada, principalmente aqui em São Paulo, os milicos se opunham à proposta de abertura sob controle do Geisel, lenta, gradual e segura. E o grupo aqui, que eram os maiores torturadores, se opunha a isso. Tava na cara. Começaram uma operação violenta contra o Partidão, o Partido Comunista<sup>98</sup>.

(...) no início de outubro, começaram os sequestros de jornalistas. O primeiro deles foi o Sérgio Gomes da Silva, sequestrado no Rio de Janeiro, no Largo do Machado, se não me engano. Foi barbaramente torturado, e desde o primeiro caso, o sindicato começou a denunciar, a publicar notas. Muita gente pensou que começou com o Herzog, mas não é. Desde o primeiro caso, o sindicato começou a denunciar. Nós discutimos e digo nós porque éramos uma diretoria, e havia gente que não concordava, mas a maioria concordava. Denunciar era [risos] a maneira mais eficaz que nós tínhamos, em vez de nos silenciarmos. Aí vieram outros e outros e outros, o Vlado foi o décimo segundo. (DANTAS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 24/09/2008)

As prisões oficiais começaram antes de outubro. Em janeiro de 1975, Claudio Abramo foi preso pelo DOI-Codi de São Paulo, junto com a mulher. Em outubro de 1975, Vladimir Herzog foi preso e assassinado no mesmo DOI-Codi. No Rio de Janeiro, outro jornalista, Orlando Bonfim, do *Jornal do Brasil*, desapareceu em outubro de 1975, segundo a Comissão Nacional da Verdade.

Ana Lagoa diz que seu envolvimento com o jornalismo político se consolidou a partir da morte de Herzog. Antes, ela se mantinha “numa bolha”, preferindo trabalhar à distância da política. Mas a prisão de uma amiga jornalista (Marinilda Marchi) e o assassinato de Herzog, mais ou menos na mesma época, segundo ela, “explodiram” a bolha. “Aquilo ficou muito perto” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

---

<sup>96</sup> Tomando por base os dados da Comissão Nacional da Verdade sobre mortos e desaparecidos da ditadura, pode-se supor que a repressão, na realidade, se intensificou, pelo menos até o assassinato de Vladimir Herzog, em relação ao período anterior. Dos 100 mortos e desaparecidos do governo Geisel, 80 foram assassinados até janeiro de 1976, quando foi demitido o comandante do II Exército — demonstrando, talvez, que a reação popular somada à ação punitiva do governo Geisel foi eficiente. As execuções, porém, só param, quase definitivamente, em dezembro de 1976, depois da chacina da Lapa que dizimou o comitê central do PCdoB. O que sugere considerar, também, que a “limpeza” anticomunista tinha chegado a bom termo, na avaliação do governo, para garantir o controle sobre o processo político.

<sup>97</sup> A nota a que se refere Dantas diz respeito ao pronunciamento de um porta-voz do governo dizendo que as redações estavam cheias de comunistas. Dantas, como presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo reagiu com nota crítica.

<sup>98</sup> “Operação radar”, de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (Volume III).

Segundo Dantas, o comportamento omissivo dos jornais mudou aos poucos. A morte de Herzog teria provocado o “despertar de longos anos de silêncio” (2014: 71). Mas além da morte brutal, da mentira revoltante com a simulação de um suicídio inverossímil, cresce a percepção de que havia um processo crescente de repressão que atingia os jornalistas.

Nos primeiros dias de cobertura, nos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, é possível perceber um avanço cuidadoso dos dois jornais. No dia 26/10, quando Vladimir Herzog foi preso, *O Globo* publicou, no pé da página 5, a nota do II Exército informando o suicídio e prometendo maiores esclarecimentos para o dia seguinte. O *Jornal do Brasil* divulgou a nota do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo informando a prisão<sup>99</sup>, na página 40. Também sem comentários ou complementos (Anexo 2, p. 245).

No dia 27/10, *O Globo* publicou na primeira página a nota do II Exército quase igual à do dia anterior, anunciando maiores esclarecimentos na página 5, onde a nova nota do II Exército foi publicada na íntegra. Ao final dos esclarecimentos, dois intertítulos, cada um com apenas um parágrafo de texto. O primeiro informa o sepultamento, o segundo informa que o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo publicou nota pedindo maiores esclarecimentos. No *Jornal do Brasil*, o assunto continua não merecendo capa, mas é deslocado para a página 4. O jornal apresenta as duas notas, do II Exército e do Sindicato do Jornalistas, na íntegra. Também informa sobre o sepultamento. (Anexo 2, p. 247).

Pode-se notar *O Globo* mais comprometido com as Forças Armadas, reproduzindo inicialmente apenas a costumeira “versão oficial”. No segundo dia, mantém este compromisso, mas abre pequeno espaço para mencionar a nota do sindicato e informar sobre o sepultamento marcado para aquele dia. Também resolve dar mais destaque ao assunto, com chamada de primeira página para a versão do II Exército. O *Jornal do Brasil* dá visibilidade, desde o primeiro dia, à versão do Sindicato, mas sem “comentários”, em uma pequena coluna no meio de uma página de assuntos policiais e de tragédias. Avança, no dia 27, para a página País, com a matéria começando pela nota do II Exército.

Os textos, até o dia 27, são os mais assépticos possível, evitando qualquer expressão que sugira algum tipo de interpretação dos fatos. Apenas no dia 28, os jornais produzem alguma reportagem, que pressupõe algum nível de interpretação sobre o assunto. Ainda assim, as matérias se limitam à reprodução do debate em Brasília. Dia 28 de outubro de 1975 foi uma terça-feira. Portanto, era o primeiro dia de atividade parlamentar, em Brasília, após a morte.

---

<sup>99</sup> Não há informação sobre a morte.

O *Jornal do Brasil* destaca, na primeira página, a promessa do governo de investigar o episódio. Os dois jornais aproveitam a fala de Itamar Franco, vice-líder do MDB no Senado, para apresentar o nome dos jornalistas que continuavam presos<sup>100</sup>. As interpretações, nos dois jornais, ficam quase exclusivamente por conta das falas dos parlamentares e da reprodução de notas das entidades.

Os dois jornais publicam editoriais sobre o assunto. No *Globo*, o editorial reproduz trechos dos discursos de autoridades reproduzidos na reportagem, no sentido da garantia de apuração e da preocupação com o grande número de jornalistas presos<sup>101</sup>. O *Jornal do Brasil* se mostrou mais crítico aos métodos da repressão, mas reafirmando o compromisso com o governo federal. Em seu editorial, afirma que “houve violação clara de regras normais que instruem o processo civilizado de apurar maquinações subversivas”. O jornal julga necessários esses processos, na luta constante por vencer a “guerra contra o comunismo”, mas reclama a legalidade (Anexo 2, p. 249).

A distância entre a cobertura dos dois jornais se intensifica nos dias seguintes. O ato ecumênico realizado na Catedral da Sé, em São Paulo, no dia 31 de outubro, em memória a Vladimir Herzog, aparece na primeira página — sem manchete — no *Jornal do Brasil*. O título da matéria que informa o ato é: “Itamar assegura a Geisel apoio efetivo da Oposição”. Mas na página 15, o ato é divulgado com uma foto e um título de duas colunas: “Culto ecumênico na Sé se realiza com tranquilidade”. No *Globo*, o culto é mencionado em um parágrafo, na página 8, editoria O País, sob o título: “Inquérito apura morte de Herzog”, matéria de três parágrafos, no meio de uma coluna de pequenos informes. Na mesma página, o título principal com foto

---

<sup>100</sup> Itamar Franco lê, em pronunciamento no Congresso, a lista de jornalistas presos, segundo o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo: “A nota sobre o suicídio do jornalista Wladimir Herzog, distribuída à imprensa pelo II Exército, diz, em determinada passagem, que a preocupação dos órgãos de segurança é expressamente dirigida à manutenção da ordem no País, não havendo intenção de atingir qualquer classe. Estranho, entretanto, que um grande número de jornalistas tenha sido detido nos últimos dias. Além do já citado Wladimir Herzog, foram também presos, segundo nota distribuída à imprensa pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, os jornalistas Sérgio Gomes, Marinilda Marchi, Paulo Sérgio Markun, Ricardo de Moraes Monteiro, Luiz Paulo da Costa, Anthony de Christo, Frederico Pessoa da Silva, Rodolfo Konder, Luiz Vidal Pala Galé, Jorge Duque Estrada e Diléa Markun. Apenas esta última foi libertada, os demais continuam presos. Notícias de São Paulo, ainda não confirmadas oficialmente, dão conta de que novas prisões foram feitas ontem entre jornalistas. Esse grande número de jornalistas detidos não deve, necessariamente, ser encarado como uma preocupação dos órgãos de segurança com a imprensa. Mas é necessário, nesse momento, que as autoridades responsáveis venham a público explicar o fato que gerou um número tão elevado de prisões. E, ao mesmo tempo, declarar oficialmente e de maneira detalhada, o estado de saúde em que se encontram esses presos, pois muitos deles estão detidos há mais de duas semanas, sem que a sua detenção tenha sido legalizada, com a comunicação da prisão aos órgãos competentes, às auditorias militares.” (Diário do Congresso Nacional, Seção II, 28/10/1976, p.6100).

<sup>101</sup> Chamo de editorial pela forma de apresentação: um texto cercado por fios, com o título cortando a linha da caixa desenhada pelos fios, publicado na mesma página em que se publica a reportagem. O *Globo* não usava uma página de editorial, nesta época. Havia apenas esses textos, chamados de editorialetes, que acompanhavam os assuntos que a direção considerava necessário comentar.

trata da visita de Geisel a São Paulo: “Geisel encontrou clima de tranquilidade em São Paulo” (Anexo 2, p. 251).

Estamos diante de diferenças evidentes de linha editorial que, como veremos adiante, na cobertura realizada pelos dois jornais sobre as bombas do Riocentro, em 1981, tornaram-se bem mais sutis. Mais do que evidenciar algo como o recuo da censura ou da repressão, o que essa movimentação das linhas editoriais sugere parece mais relacionado às mudanças que ocorrem nas relações de poder entre as forças que atuam no processo político em curso.

Marco Napolitano avalia que “A morte de Herzog causou um profundo mal-estar entre donos de jornais e da imprensa”, no momento em que o governo tentava “construir pontes com a opinião pública através da imprensa” (2014:224-225). O recrudescimento da repressão fazia parte da política de governo. Mas o “suicídio” oficializado soou como provocação dos porões.

Em princípio, o clima de aprofundamento da distensão, com o reconhecimento das eleições e o fim da censura prévia a jornais, convivendo com caça violenta aos comunistas e afins, pode parecer um sinal de esquizofrenia governamental. Na verdade, revelam a estratégia da distensão, ao menos até meados de 1977: abrir espaços institucionais e canais de diálogo com vozes seletivas e autorizadas, sem necessariamente abrandar a repressão à esquerda e aos movimentos sociais como um todo. (Ibid.:225-226)

Neste xadrez, o campo do jornalismo jogava papel importante. Como explica Bernardo Kucinski, para fazer frente às pressões contra o modelo de distensão proposto pelo governo, não bastava uma imprensa passiva, silenciada, era preciso uma imprensa atuante em favor da abertura. O jornalista Carlos Castelo Branco, em sua *Coluna do Castello*, no dia 31 de outubro de 1975, dá o tom da política de acomodação da distensão política:

Enquanto o Presidente da República se deslocou para o centro das tensões nervosas que abalaram o quadro político, desenvolve-se em Brasília continuado esforço no sentido de assegurar ao Chefe do Governo condições para determinar o fim do processo de radicalização que se seguiu ao recrudescimento da ação anti-subversiva no país. (JB, 31/10/75, p.2)

O artigo segue com a descrição das intervenções de parlamentares governistas e de oposição, para elogiar o tom moderado dos parlamentares e concluir que “o que se aspira, em todos os setores nacionais, é o restabelecimento do espírito de justiça e do respeito aos direitos humanos” (JB, 31/10/75, p.2).

Censura? Talvez autocensura, mas não como simples submissão aos interesses de Estado, e sim como parte das estratégias de jogo. Em debate no Teatro Casa Grande, poucos meses antes, diante de um auditório de estudantes, numa mesa cujo foco principal era a crítica à censura, Villas-Bôas Corrêa analisou a abertura, de maneira diferente, em estilo mais direto e contundente, mas igualmente centrada em Geisel como artífice do processo político.

Perguntado sobre se o projeto de distensão, “tendo como contrapartida necessária uma oposição bem-comportada, inclusive com o silenciamento das vozes oposicionistas combativas” não estaria condenado, inicia sua resposta com um alerta: “É preciso ter certo cuidado para não entrar nesse jogo, que esse é o jogo do lado de lá.”. E segue argumentando: “A política de distensão tem que ser uma decisão do sistema. Geisel tem que liderar o sistema para essa política. O MDB é apenas um componente dela.”. Portanto, ele avalia, a postura da oposição importa pouco, pois é o general Geisel que precisa conduzir o processo à vitória. “Se Geisel ganhar a parada haverá distensão no limite em que ele possa afixar sua vitória. Se ele for derrotado dentro do sistema, não haverá distensão.”<sup>102</sup> (Caderno Opinião, 1976, p.164-165).

Ou seja, tanto Carlos Castello Branco, em sua coluna, quanto Villas-Bôas Corrêa, numa mesa de debate, focalizam no presidente da República a responsabilidade pela condução do processo de distensão política, quase como um projeto pessoal que depende exclusivamente de sua decisão, força e habilidade política<sup>103</sup>.

Três meses depois do assassinato de Herzog, em 17 de janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho morreu no mesmo lugar e mesmas condições de Herzog. Coerente com um discurso que exigia apuração e punição dos responsáveis pela morte de Herzog, o presidente Geisel destituiu e colocou na reserva o então comandante do II Exército. Foi a garantia da disciplina e centralização do comando que Geisel utilizou como argumento para demitir o general Ednardo D’Avila Mello e promover uma reestruturação do DOI-Codi paulista.

Ao mesmo tempo, os jornalistas relatam uma mudança gradual no clima vivido dentro das redações. Romildo Guerrante afirma que a demissão do comandante do II Exército após a morte de Manuel Fiel Filho foi o sinal de que a abertura era para valer. Mudou o clima nas redações? “Não, mudou geral. As pessoas começaram a falar de política na rua. Perderam o medo!” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

Diversos jornalistas do *Jornal do Brasil* falaram do clima de experimentação que se abre, aos poucos, na redação. Uma espécie de teste para ir vendo até onde podiam ir sem que a censura se manifestasse. “O pessoal ficava colocando contrabando pra ver se passava, para testar a censura”, explicou Maneschky, que também era redator da Rádio JB. Na rádio, eles

---

<sup>102</sup> O debate ocorreu no dia 12 de maio de 1975, menos de cinco meses antes do assassinato de Herzog. Na mesa, com Villas-Bôas Corrêa, estavam Zuenir Ventura e Mino Carta. Zivaldo fez a mediação. O debate sobre Jornalismo foi o 5º do Ciclo de Debates sobre Cultura Brasileira realizado no Teatro Casa Grande. A transcrição do ciclo foi publicada como parte da coleção Opinião.

<sup>103</sup> Há, entre Castello e Villas-Bôas, uma coerência de posicionamento, que será interpretada mais adiante, no terceiro capítulo, quando aprofundaremos as relações de poder no campo do jornalismo. O risco de reduzir esta coerência à autocensura, entendida como introjeção dos interesses dos agentes do Estado, é tornar invisível as estratégias dos jornalistas políticos, em sua luta pelo poder simbólico do campo.

pegavam as matérias pequenas, “escondidas”, e transformavam em manchete. “A minha chefe era a Ana Maria Machado. Ela só fazia questão que a matéria estivesse no jornal, pra gente não ficar descoberto.” Maneschy conta que o jornal deu uma nota bem pequena sobre a morte do delegado Sérgio Fleury<sup>104</sup>. “Na rádio eu dei manchete!” (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017). Regina Zappa conta que, em 1979, Paulo Henrique Amorim a mandou como enviada especial para Angola, para cobrir a morte do primeiro presidente angolano pós-independência, que tinha apoio da União Soviética. Para ela, “era também um jeito de ir testando a censura” (ZAPPA, entrevista à autora, 27/11/2018).

A censura e a repressão policial foram muito mais rigorosas no controle dos jornais alternativos. Mas é também neste período de distensão que, segundo Kucinski, o campo alternativo mais cresce.

Com a superposição dos novos jornais alternativos de caráter nacional aos já existentes, circulavam oito grandes alternativos, 11 de caráter nacional, com uma vendagem total, entre 1975 e 1976, da ordem de 120 mil a 160 mil exemplares. A eles foram se somando nos dois anos seguintes os jornais regionais de tiragens médias, e os jornais de novas temáticas, como os feministas. Tornou-se dominante o padrão alternativo, tanto visualmente, nas bancas de jornais, como nas escolas de comunicação e nas redações de jornais, surpreendidos pela variedade de formas, pela sua multiplicação e capacidade de resistência às perseguições do regime. (KUCINSKI, 1991:90)

Nas ruas, manifestações estudantis retomaram força, a partir de 1977. Na avaliação de Napolitano, essas manifestações estudantis, a mobilização pela anistia e, principalmente, as greves do ABC paulista, entre 1978 e 1979, forçaram o processo de distensão no sentido da abertura política. Numa perspectiva mais focada no jogo palaciano, a demissão do ministro Silvío Frota<sup>105</sup>, que se tornou o representante da “linha dura” dentro do Planalto, foi o marco da vitória do projeto de distensão de Geisel.

A reação contra a abertura se radicaliza a cada passo dado na direção da distensão. Com o recuo dos mecanismos institucionais de censura, as bancas de jornal que vendiam os jornais alternativos se tornaram alvos das bombas do terrorismo dos órgãos de repressão. Nos últimos anos da década de 1970, há uma sequência de atentados a bomba cujos autores não são identificados pelas autoridades.

O fato é que a demissão do general Ednardo D’Ávila Mello em janeiro de 1976, com a nomeação do general Dilermando Gomes Monteiro, atenuou o

---

<sup>104</sup> O delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, de São Paulo, acusado de participação no Esquadrão da Morte, foi atuante nas ações repressivas durante a ditadura. Morreu afogado, na Ilha Bela (SP), no dia 1º de maio de 1979, quando caiu de seu iate. A suspeita era de que se tratou de queima de arquivo da repressão.

<sup>105</sup> Ministro do Exército demitido no dia 12 de outubro de 1977. No mesmo dia, o ministro enviou aos jornais longa carta crítica às posturas do governo Geisel. Frota articulava sua candidatura à sucessão de Geisel quando foi demitido.

furor da repressão clandestina. Mas o porão continuaria ativo, agora em franca atividade terrorista. Em agosto de 1976, atentados da extrema-direita contra a ABI e a OAB aprofundam ainda mais a desconfiança dos liberais e da oposição como um todo na capacidade do governo em controlar o monstro que ele mesmo criou e alimentou. (NAPOLITANO, 2014:226)

O terrorismo de direita parece que se intensificou na mesma proporção em que diminuiu a atividade oficial dos órgãos de segurança. No *Jornal do Brasil* de 1 de outubro de 1978, matéria na página 19 informa que: “Em seis meses, 26 bombas explodiram em redações de jornais, sedes de diretórios estudantis, colégios, igrejas” em várias partes do país. No dia 2 de maio, de 1981, *O Globo* informa que foram 27 atentados a bomba de caráter político, só no Rio de Janeiro, desde 28 de agosto de 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia<sup>106</sup> (página 7). Embora os atentados não tenham começado durante o governo Geisel<sup>107</sup>, todos os registros levam a crer que se intensificaram no período da abertura<sup>108</sup>. O Rio de Janeiro foi o foco principal das bombas. No dia 27 de agosto de 1980, três cartas-bomba explodiram na cidade. Uma na sede do jornal Tribuna Operária, uma no gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho (MDB), mutilando seu assessor, e uma na sede da OAB, matando a secretária do presidente, Lyda Monteiro.

### 2.2.6 Riocentro: a bomba que explodiu no colo do DOI-Codi

Em 1981, quando uma bomba explodiu no colo de um sargento do DOI-Codi, já era grande a convicção, no campo do jornalismo, de que os responsáveis pelos atentados estavam ligados aos órgãos de segurança.

Na noite do dia 30 de abril, o Cebrad (Centro Brasil Democrático), organização de articulação cultural do Partido Comunista Brasileiro realizava show em homenagem ao 1º de Maio, no Riocentro, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Mais ou menos no início do show, uma bomba explodiu no colo do sargento Guilherme do Rosário, lotado no DOI-Codi do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, outra bomba explodiu próximo à casa de força, sem provocar danos. O sargento morreu, e o capitão, Wilson Machado, que dirigia o carro, ficou gravemente ferido, mas sobreviveu. O I Exército abriu um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar o caso e concluiu que os militares foram vítimas de atentado. A farsa do inquérito ficou evidente

---

<sup>106</sup> Lei 6.683, que anistiou parcialmente crimes políticos cometidos durante a ditadura.

<sup>107</sup> A primeira tentativa de atentado anticomunista à bomba, descrita no livro “A direita explosiva” (1996), foi realizada contra uma exposição Soviética, instalada no Campo de São Cristóvão, Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 1962. O livro também registra atentados realizados no período entre 1968 e 1970.

<sup>108</sup> Foram 33 atentados à bomba, desde o início de 1980, além de bancas de jornal explodidas por todo o país e, pelo menos, seis bombas desativadas, segundo relatório preliminar da Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 7-8.



e o governo desmoralizado, por acolher seu resultado e não punir ninguém. Mais que isso, o desgaste assumido pelo I Exército para inocentar os militares tornou evidente para boa parte da sociedade que entre os responsáveis pelos atentados havia pessoas do alto escalão das Forças Armadas.

Antero Martins conta que, logo depois do editor telefonar para ele mandando ir apurar a explosão, ele telefonou para seu informante na polícia para confirmar a informação que, segundo o repórter, respondeu: “Pegamos ele com a mão na massa, corre para lá!”<sup>109</sup> (MARTINS, entrevista à autora, 9/8/2017).

Em 1986, Alfred Stepan avaliava que a “sociedade política<sup>110</sup>” cumpriu papel central no processo de democratização brasileiro, principalmente com a campanha das Diretas Já e sua articulação em torno de Tancredo Neves, um candidato moderado capaz de unificar o país. Porém, para que as Forças Armadas aceitassem a vitória da oposição no colégio eleitoral de 1984, outros fatores concorreram. Entre eles, Stepan aponta uma “preocupação crescente de legitimidade, entre os militares”. Neste aspecto, o atentado do Riocentro teria cumprido papel importante para enfraquecer esta legitimidade.

Além do mais, o escandaloso caso do Riocentro, em 1981 — cuja responsabilidade a maior parte dos militares atribuiu à comunidade de segurança, mas que provou a incapacidade dos militares na condução de uma investigação séria —, possivelmente enfraqueceu o senso de legitimidade dos militares enquanto governo, para impor uma solução, e aumentou as dúvidas dos militares enquanto instituição, quanto à legitimidade que teria ao frustrar a eleição no colégio eleitoral. (STEPAN, 1986:78)

Para Marco Napolitano, o caso do Riocentro expôs o esquema da extrema-direita, que minguou depois do episódio. Por outro lado, o governo saiu “desgastado por pactuar com os setores que queriam sabotar sua própria estratégia de abertura” (2014:265) e ainda sofreu importante baixa, com a saída de Golbery do Couto e Silva, chefe de Gabinete, que pretendia que houvesse punição dos culpados.

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, o “Caso Riocentro” figura entre os que “mereceram um tratamento separado, por serem emblemáticos em relação à repressão”<sup>111</sup>.

---

<sup>109</sup> Apenas *O Globo* publicou, no último clichê, o nome do sargento. Portanto, é improvável, que, mesmo o informante da polícia já soubesse, no momento do telefonema, quem era o morto. A memória do jornalista, porém, sugere o sentido que se construiu rapidamente sobre o episódio. Antero Martins contou, também, que o sargento Guilherme do Rosário já havia sido apontado, por seus informantes na polícia, como responsável pela bomba no Conselho Federal da OAB.

<sup>110</sup> Stepan define sociedade política, “num contexto de democratização”, como “a arena em que a *polis* se organiza, especificamente, para a contestação política, em busca de controle sobre o poder público e o aparelho estatal” (1986: 10).

<sup>111</sup> Relatório da Comissão da Verdade, Volume 3, p.4.

Foram produzidos, ao todo, dois Inquéritos Policiais Militares sobre o caso. O primeiro, em 1981, concluiu que os militares atingidos pelas bombas foram vítimas de um atentado cujos autores não foi possível identificar. O IPM foi arquivado sem qualquer condenação. Em 1985, o coronel Dickson Graef apresentou novas provas e pediu o desarquivamento do processo, mas o Supremo Tribunal Militar (STM) manteve o arquivamento. Em 1988, mais uma vez, o STM negou tentativa de desarquivamento. Um segundo IPM foi realizado somente em 1999. Quatro militares foram considerados culpados, mas não houve condenações<sup>112</sup>. Em 2014, houve mais uma tentativa de investigação, desta vez pela Justiça Federal, mas a ação foi extinta antes de qualquer julgamento.

A história das bombas do Riocentro rendeu livros<sup>113</sup>, séries de reportagens e prêmios de jornalismo<sup>114</sup>. Em 1996, o então ministro do STM (Supremo Tribunal Militar), almirante Júlio de Sá Bierrenbach, publicou seu livro dedicado ao Caso Riocentro, relatando sua participação nos julgamentos de 1981 e 1985 no STM, sobre o IPM de 1981. No segundo capítulo do livro, “Explosões no Riocentro. A imprensa presente desde o primeiro minuto”, Bierrenbach relata os acontecimentos iniciais com base na cobertura da imprensa e afirma: “Não fosse a ação da imprensa, nas primeiras horas e nos primeiros dias, talvez até hoje fossem ignorados os nomes do morto e do ferido e qual a origem de ambos.” (1996:28).

O Caso Riocentro se tornou uma espécie de mito no campo do jornalismo, de acordo com o conceito de Alessandro Portelli:

... não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização, simbólica e narrativa, das auto representações partilhadas por uma cultura. (2001:121)

Mito que contribuiu de maneira significativa para a construção da memória de resistência da imprensa. Quase todos os entrevistados lembraram espontaneamente do

---

<sup>112</sup> O IPM de 1999, concluído em 19 de outubro, indiciou o coronel Wilson Machado por homicídio qualificado na morte do sargento Rosário, e o general Newton Cruz por falso testemunho e desobediência. Os dois foram anistiados com base na Lei de Anistia. O sargento Guilherme do Rosário e o coronel Freddie Perdigão Pereira também foram condenados, mas a condenação foi extinta em função da morte de ambos.

<sup>113</sup> Cf. *Bomba no Riocentro*, de Belisa Ribeiro (1981) — reedição com acréscimos em 1999, por ocasião da reabertura do IPM — e *Riocentro: Quais os Responsáveis pela Impunidade?* (1996), de Julio de Sá Bierrenbach, que tratam exclusivamente do Caso Riocentro, além de trechos significativos de livros como: *Aventura, corrupção e terrorismo: a sombra da impunidade*, de Dickson M. Graef (1985); *Memórias de uma guerra suja*, de Rogério Medeiros e Marcelo Mattos; *A espada virgem*, de José Maria de Toledo Camargo; e *A ditadura acabada*, de Elio Gaspari.

<sup>114</sup> Em 1981, a equipe do *Jornal do Brasil* recebeu o Prêmio Esso de Equipe, e Antero Luis Martins Cunha recebeu o Esso de Reportagem, pelo *O Estado de São Paulo*, ambos pela cobertura do Caso Riocentro. Em 1999, a equipe do *Globo* recebeu o Prêmio Esso de Reportagem com matérias sobre a reabertura do caso. Em 2013, a equipe do jornal *Zero Hora* recebeu o Prêmio Esso Principal com a série “Os arquivos secretos do Coronel do DOI-Codi”, revelando novos dados sobre as bombas do Riocentro e a prisão de Rubens Paiva.

episódio<sup>115</sup>, mesmo os que não trabalharam na sua apuração, mesmo os que sequer trabalhavam na área de reportagem geral ou da política.

A análise das coberturas realizadas pelos jornais revela um momento extremamente favorável à atividade jornalística. Como se a repressão que acuava os profissionais fazia 13 anos tivesse sido finalmente acuada. E os jornalistas, como cães de caça, farejavam os calcanhares da comunidade de informação. Finalmente, os jornalistas brasileiros pareciam estar livres para assumir o papel que a teoria do jornalismo norte-americano havia estabelecido para a imprensa, de *watch-dogs*, cães de guarda que fiscalizam o poder.

O próximo capítulo é dedicado à análise da cobertura jornalística do episódio que ficou conhecido como Caso Riocentro. Até aqui discutimos como se movem no campo do jornalismo atores institucionais como governo, censura, empresa jornalística, anunciantes, etc. A análise da cobertura das bombas do Riocentro, feita pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, em 1981, tem o objetivo de identificar indícios que nos revelem aspectos do *modus operandi* profissional do jornalista.

Como espécie de mito que representa o jornalismo heroico e vitorioso, o Caso Riocentro pode nos revelar mais claramente as estratégias dos jornalistas no campo. Quando as regras do jogo parecem favoráveis a estes agentes, seus procedimentos tendem a revelar mais plenamente as estratégias de poder próprias ao lugar que ocupam no campo.

---

<sup>115</sup> Entre os jornalistas que entrevistei, Ana Lagoa, Antônio Henrique Lago, Ubirajara Roulien, Luarlindo Ernesto, Joelle Roucheu e Murilo Rocha se referiram ao Riocentro sem serem estimulados.

### 3 A FONTE DO JORNALISMO

O objetivo deste capítulo é identificar os critérios de seleção e tratamento da informação que compõem os procedimentos produtivos dos profissionais de jornalismo. A análise das reportagens e notícias publicadas pelos jornais nos permite identificar alguns elementos que compõem estes procedimentos, através de indícios que nos revelam escolhas pouco ou nada explícitas, mas sistemáticas, capazes de caracterizar um *modus operandi* profissional. Como os “pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós” de que fala Ginzburg (1989:146)<sup>116</sup>. Os textos opinativos, como editoriais e colunas de opinião, cuidadosamente preparados para expressar determinadas ideias, revelam o posicionamento deliberado do veículo, são as “atitudes formais”, melhor controladas. O texto noticioso, cuja intenção formal é representar a realidade externa ao sujeito da narrativa, revela uma espécie de caráter do agente do campo do jornalismo daquele tempo, pelos “pequenos gestos inconscientes”, que são a reprodução de uma história incorporada, de um *habitus* que define e é definido pelo campo.

Para realizar esta análise, utilizarei a cobertura jornalística do Caso Riocentro, feita por *O Globo* e *Jornal do Brasil*, entre os dias 1 e 4 de maio de 1981, logo após a explosão das bombas. Para identificar os critérios de seleção da informação empregados na cobertura jornalística, farei uma análise pormenorizada de um elemento central da produção da notícia: a seleção e tratamento das fontes. Como muitos historiadores já destacaram, no que diz respeito à produção historiográfica, a escolha das fontes e das perguntas que lhe dirigimos definem a narrativa resultante. O mesmo se aplica ao jornalismo, ainda que, como veremos, o sentido de “fonte” seja bastante diferente daquele utilizado pelos historiadores.

Por fim, cumpre destacar que os textos transcritos dos jornais foram mantidos de acordo com a grafia da época. Isto é, não foram feitas modificações de acordo com as reformas gráficas posteriores às publicações analisadas. Pareceu importante não alterar alguns aspectos que já mudaram nas páginas dos veículos. O fato de “Capitão” ser grafada com maiúscula e “sargento” com minúscula, assim como o uso de maiúsculas para Partidos, Governo ou Oposição, têm

---

<sup>116</sup> Carlo Ginzburg descreve o surgimento de um novo modelo epistemológico, ou paradigma, que ele chama de “indiciário”, por volta do final do Século XIX. Ele retorna aos textos de um médico italiano, Giovanni Morelli, que propôs a redefinição da autoria de dezenas de obras de arte. Morelli se dedica ao trabalho de diferenciar obras autênticas de reproduções, com base, não nas características formais das obras, mas pelas características marginais, quase imperceptíveis, como a forma das orelhas ou das unhas. Segundo Ginzburg, Freud faz referências explícitas aos textos de Morelli antes mesmo de criar a psicanálise, que também “tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou percebidos, dos detritos ou ‘refugos’ na nossa observação” (1989: 147).

sentido histórico. Para não correr o risco de modificar o que significaria um deslocamento do sentido histórico, fiz a opção de manter a forma original integralmente.

### 3.1 O valor-notícia e o valor da notícia

No campo das teorias do jornalismo, o foco principal dos esforços conceituais para explicar a notícia concentra-se na definição do que é “importante”, nos critérios que tornam um acontecimento passível de se tornar notícia. Juarez Bahia, ao definir notícia inicia afirmando: “Toda notícia é uma informação, mas nem toda informação é uma notícia”. Ele especifica que “a notícia deve reunir interesse, importância, atualidade e veracidade” (1990:37). O Manual de Redação da *Folha de S. Paulo*, um dos mais completos criados por grandes veículos de imprensa, elenca, como “critérios elementares” de seleção, no verbete “Importância da notícia” (2001:43): Ineditismo, improbabilidade, interesse (quantidade de pessoas que serão afetadas), apelo (nível de curiosidade que a notícia desperta), empatia (possibilidade de identificação do leitor com personagem e situação) e proximidade (geográfica).

De acordo com o Dicionário de Comunicação, notícia é o “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público” (RABAÇA; BARBOSA, 2002: 40). No verbete “notícia”, vemos mais algumas definições tiradas de diversos autores, sempre focados em definir o “valor-notícia”, que seriam as características que conferem a determinado assunto a importância necessária para que seja digno de ser transformado em notícia. E conclui:

Como fenômeno essencialmente jornalístico, a notícia requer tratamento apropriado que envolve apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção — e redação adequada, de acordo com as peculiaridades do veículo. Mas para que, com toda a técnica jornalística, se produza uma boa notícia, é essencial que o fato reúna determinados atributos, como: atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc. (Ibid.: 40)

De manuais técnicos a estudos teóricos, podemos encontrar uma rica variedade de tentativas de definição da notícia. Essas definições, porém, como reconhecem diversos autores, comportam alto grau de imprecisão. Sylvia Moretzsohn discute os “problemas para uma definição” do conceito de notícia (2002:61). Moretzsohn segue por diversos caminhos da produção acadêmica que destacam os critérios de seleção, os processos e condições de produção, o *modus operandi* dos jornalistas, para concluir que “não há como definir notícia segundo critérios internos à profissão” (Ibid.:66).

Nilson Lage também reconhece que os critérios internos são insuficientes e rejeita a possibilidade de uma definição universal da notícia. Não se trata de algo que se define

estritamente no nível da técnica profissional, pois em cada momento e lugar — e mesmo para cada veículo — os critérios de interesse variam. Para exemplificar, Lage menciona os jornais burgueses franceses do século XVIII. Para o autor, é de se supor que os critérios de importância da notícia mudaram depois que a burguesia consolidou seu poder de Estado. Isso porque, segundo o autor, “opinião emitida de cima para baixo perde rapidamente o grau de novidade (ou improbabilidade) mínimo necessário para que desperte algum interesse” (LAGE, 2001b:18).

Para Lage, o conceito de notícia “fundado na *imparcialidade*, na *objetividade* e na *veracidade* da informação” (grifo do autor) cumpre função ideológica, pois pretende excluir qualquer “outra forma de conhecimento” (Ibid:19). Esses critérios de noticiabilidade foram introduzidos no Brasil principalmente sob influência norte-americana, reforçada pela entrada do capital publicitário, nos anos 1950. Foram as reformas editoriais já mencionadas no primeiro capítulo desta tese.

Fernando Weltman verifica esta passagem através de análise quantitativa da primeira página dos jornais<sup>117</sup>. O autor conclui que “delineia-se claramente uma tendência de crescimento da chamada ‘objetividade jornalística’, principalmente na segunda metade da década de 1950” (In: ABREU, 1996: 175), o que representa, para ele, a entrada definitiva da imprensa brasileira na fase do jornalismo empresarial. Além da tendência a substituir o artigo de fundo e a argumentação pela busca de dados, Weltman destaca as mudanças tecnológicas, que possibilitaram maior fluxo de informação e eficiência gráfica.

Os primeiros jornais brasileiros a investir na introdução das técnicas de redação norte-americanas foram o *Diário Carioca* e a *Última Hora*. No início dos anos 1960, foi a vez do *Jornal do Brasil*. Os conceitos de objetividade e imparcialidade se tornaram centrais na produção jornalística ao mesmo tempo em que, para sobreviver financeiramente, essas empresas tornaram-se menos dependentes de apoiadores políticos e mais dependentes do mercado publicitário.

Muitos autores reconhecem, neste processo, a transformação da notícia em mercadoria. Moretzsohn afirma que “no contexto em que o jornalismo surgiu e se desenvolveu, “notícia é mercadoria — embora, como bem simbólico, seja certamente uma mercadoria especial” (2002:

---

<sup>117</sup> Weltman analisa as primeiras páginas de quatro jornais cariocas (*Última Hora*, *Diário da Noite*, *Correio da Manhã* e *O Jornal*), selecionando amostragens ao longo da década de 1950. Para criar um ranking do que ele chama de “objetividade jornalística”, utiliza os seguintes critérios: quantidade, tamanho e diversidade de manchetes na primeira página, utilização de recursos gráficos em títulos, fotos e gráficos. Ainda que alguns desses critérios sejam questionáveis, o resultado geral da pesquisa aponta uma tendência de ampliação do perfil noticioso dos jornais.

61). A ideia de mercadoria sugere um produto cuja qualidade está diretamente ligada ao seu valor de venda, daí o “valor-notícia”, que se definiria em função do interesse de um público “consumidor”.

No entanto, Mauro Wolf afirma que “os jornalistas conhecem pouco o seu público”, embora “a referência às necessidades e às exigências do destinatário” seja constante e se possa observar que, nas rotinas produtivas, “estão encarnados pressupostos implícitos acerca do público” (1999: 191). Muitos estudos realizados sobre o processo de produção da notícia sugerem que os critérios de seleção estão, de fato, mais baseados em referências internos ao círculo profissional, que a demandas reais de seus leitores.

É preciso atrair leitores, mas o que sustenta este jornal-empresa, a partir dos anos 1950, não é a venda de notícias para o leitor, e sim a venda de espaço publicitário para empresas, agências de publicidade e instituições públicas. A transformação técnica e tecnológica dos anos 1950, seguindo o modelo norte-americano, se deu exatamente quando o mercado publicitário brasileiro passava por um crescimento espetacular, com forte penetração norte-americana.

Não por acaso, exatamente nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970, quando os jornais se estabeleceram no novo formato jornalístico empresarial, cresceu uma espécie de mercado paralelo, com perfil mais próximo do antigo jornalismo literário. Desde a década de 1960, começaram a surgir jornais que, seja por sua organização administrativa, seja por um conteúdo abertamente opinativo — dentro de uma postura de contrapoder — foram classificados como uma imprensa alternativa. Na historiografia que se construiu sobre a imprensa durante a ditadura, este jornalismo alternativo ganhou papel destacado. “Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar.” (KUCINSKI, 1991:XIII).

Kucinski avalia que a reforma que se iniciou nos anos 1950 se aprofundou com a ditadura, fechando espaço para um jornalismo mais comprometido com o público leitor e com relativa liberdade de expressão:

Nesse simulacro de modernização, em que se misturou o fechamento de alguns jornais *manu militari* com a adoção de técnicas modernas de gerenciamento e marketing, acelerou-se o processo de assalariamento dos jornalistas, o fim de uma cultura jornalística de relativo desprendimento salarial, compensado por satisfações intelectuais, literárias e ideológicas. (1999:11)

Kucinski defende que “a imprensa alternativa dos anos de 1970 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins (poderíamos incluir aqui os

jornais burgueses revolucionários?) e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra hegemônico” (1991:XXI).

Para Marialva Barbosa, a imprensa alternativa de que trata Kucinski foram vozes discordantes “pontuais” dentro do campo da imprensa, que permitiram uma certa “idealização na forma de perceber a atuação da imprensa durante períodos de exceção” (2010:187). Ou seja, a imprensa alternativa, marcada pelas posturas abertamente contestatórias e de defesa de posições políticas e culturais, ficou registrada na memória como uma experiência de heroísmo. Nela, os jornalistas teriam cumprido a função de denúncia do autoritarismo e defesa da liberdade de expressão, atuando em conformidade com o *ethos* que define a profissão.

Ao mesmo tempo, o discurso da objetividade e da imparcialidade ganhou contornos de regra de conduta e pressionou os jornalistas, principalmente nas empresas de comunicação, a legitimar seu trabalho com base na busca da isenção. Alberto Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil* entre 1962 e 1973, apontado como um dos responsáveis pela reforma do jornal em todos os depoimentos que tratam do assunto, escreveu em seu livro, editado pela primeira vez em 1974:

Se existe um campo em que o jornalismo brasileiro não se modernizou ainda totalmente é justamente esse, talvez até por motivos geográficos: perto do equador somos todos *partisans* e torcedores. Repórteres não incorporam ainda ao seu comportamento a atitude de ouvir os dois lados de uma mesma questão no mesmo dia, na mesma matéria. Dirigentes ou proprietários de jornais, com exceções é claro, nem sempre se libertaram da onipotência, seja institucionalizando ‘listas negras’ (assuntos e pessoas que não podem aparecer no jornal), seja abraçando interesses, sem adotar qualquer isenção diante de causas e pessoas. (1996:62)

Neste texto, Dines expressa um ponto de tensão fundamental do campo do jornalismo nos anos 1970, indispensável à compreensão do *ethos* que constitui a profissão naquele período. Ao criticar o silenciamento do “outro lado” pelos jornalistas e dos desafetos, pelos donos de jornal, Dines recorre à defesa da isenção jornalística, como dado de modernidade. A não incorporação do princípio da isenção, portanto, representa atraso, resistência à modernidade. No entanto, sob a pressão da censura e da violência repressiva do Estado, os heróis são aqueles que, mesmo correndo riscos, enfrentam e se opõem ao governo. Mais que isso, são esses jornais combativos que passam a representar o papel historicamente estabelecido para a instituição imprensa, de defesa das liberdades e da democracia. Essa tensão cria, em muitos momentos, uma espécie de contradição para os jornalistas. Em entrevistas e relatos pessoais, ao justificar



os critérios profissionais de seleção, muitos jornalistas argumentaram, ora em nome da submissão aos fatos, ora em nome da necessidade de assumir partido a favor da democracia<sup>118</sup>.

### 3.2 Gatekeeper: o controle do noticiário

Na busca de uma definição sintética da notícia, Nilson Lage chega à seguinte formulação: notícia é “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”. Lage avalia que esta definição, precisa no aspecto formal, deixa em aberto a discussão sobre “o que venha ser importante, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de *verdade* ou *interesse humano*” (grifos do autor). Há, para o autor, dois componentes que constituem a notícia, um lógico e um ideológico. O componente lógico se relaciona com o formato, “uma organização relativamente estável” do texto. O componente ideológico diz respeito aos critérios de verdade e interesse, “elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis” (2001b:32).

Ou seja, embora reconheça que o critério de seleção é ideológico, Lage acaba tratando a técnica como algo neutro, puramente lógico, embora tenha afirmado, como foi mostrado acima, que esta técnica cumpre também uma função ideológica, ao servir como instrumento de afirmação de uma verdade única. Ou seja, não só a seleção de dados, mas também sua forma de apresentação são decisões no campo da luta de poder pelo controle da informação. Como afirma Nelson Traquina: “O primeiro poder dos jornalistas é a decisão última de decidir o que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública aos acontecimentos ou à problemática”, que é o poder do reconhecimento. “O segundo poder dos jornalistas é a última palavra sobre a construção do acontecimento como notícia. As notícias são construções, narrativas, ‘estórias’” (2005:203).

O modo de construção do acontecimento como notícia, implantado nos jornais cariocas a partir da década de 1950, como descrito por Lage, ganhou o nome de “pirâmide invertida” — apresentação das informações em ordem decrescente de importância<sup>119</sup> — e seu aspecto fundamental é o lide<sup>120</sup> — primeiro parágrafo que pretende resumir as informações mais importantes e significativas da matéria. Esta estrutura narrativa é tratada, tanto na prática das

---

<sup>118</sup> Embora não sejam necessariamente excludentes, esses critérios são muitas vezes contraditórios.

<sup>119</sup> No jornalismo impresso anterior à informatização, havia uma justificativa prática para este formato: no fechamento das páginas, caso a matéria precisasse ser cortada, seria cortada de baixo para cima, garantindo a preservação das informações mais relevantes.

<sup>120</sup> Lide: aportuguesamento do termo inglês, *lead*, que, de acordo com o extremo formalismo norte-americano, comporta respostas às cinco perguntas: quem, o que, quando, onde e por quê. Segundo Ana Arruda Callado, o lide foi “esta inovação que é a essência das técnicas de redação em jornalismo impresso importadas dos Estados Unidos no início dos anos 50 do século XX e incorporadas pouco a pouco por todos os grandes jornais do Brasil” (In: CALDAS, 2002: 46).

redações quanto nos manuais, como uma espécie de estrutura essencial que define o jornalismo noticioso.

Para Jorge Cláudio Ribeiro, as técnicas de estruturação do texto jornalístico servem à “simulação” da transparência do texto. “Para aproximar do público os fatos importantes<sup>121</sup> do mundo, o jornal simula algo já acontecido como se estivesse ocorrendo no momento de sua leitura.” (1994:11). O primeiro desses recursos é o lide, que dá ao leitor a sensação de que está diante da única forma possível de descrever o assunto. Outros elementos textuais elencados por Ribeiro são: o uso de títulos com verbos no presente — oferecendo a sensação de ação presente — e a “exploração do lado humano” — aproximando o leitor da experiência da testemunha.

Mais alguns recursos técnicos ocultam o sujeito que produz o texto, dando à notícia um aspecto impessoal. Entre eles, a orientação de evitar pronomes ou verbos conjugados na primeira pessoa (eu ou nós) e adjetivos, além de jamais explicitar opinião pessoal. Como explico em meu livro, um recurso fundamental para valorizar seu ponto de vista sem desrespeitar as regras do texto “impessoal” é o uso das aspas, isto é, a opinião de terceiros transcrita para o texto. “Para saber a opinião do jornalista e/ou do veículo, basta identificar as falas valorizadas por ele.” Afinal, “de tudo o que ouviu, ele reproduz o que ‘achou importante’.” (VAZ, 2013:136).

Para identificar como se dá o processo de seleção da notícia, muitas pesquisas no campo das teorias da comunicação e do jornalismo analisaram as relações de poder, a cultura profissional e os mecanismos de controle da informação que constituem e são constituídas pelos agentes do campo. Foi desses estudos que surgiu o conceito de *gatekeeper*<sup>122</sup>. Em geral, observa-se o procedimento e o conhecimento dos jornalistas nos diversos postos que ocupam na redação, e sua participação no processo de seleção da notícia.

As pesquisas sobre os critérios utilizados pelo *gatekeeper*, principalmente nos Estados Unidos, se concentraram, no primeiro momento, em identificar as escolhas realizadas por jornalistas incumbidos de receber e selecionar despachos de agências de notícias. Para Traquina, o limite dos primeiros estudos sobre o *gatekeeper* era o fato de se concentrar demais nos critérios pessoais do jornalista, desconsiderando a dimensão burocrática da organização em que ele se insere. Autores que desenvolveram a “teoria organizacional”, nos anos 1970, demonstraram que as decisões do *gatekeeper* estão muito mais fortemente determinadas por

---

<sup>121</sup> De acordo com os critérios de seleção do jornal e do jornalista, evidentemente.

<sup>122</sup> O termo *gatekeeper* foi usado pela primeira vez por Kurt Lewis, em 1947, para se referir à pessoa que toma uma decisão dentro de uma sequência de decisões. Em 1950, David Manning White utilizou a palavra para discutir os critérios utilizados pelo jornalista na seleção das notícias para publicação. (Cf. TRAQUINA, 2004 e WOLF, 1995)

“normas profissionais” ou pela “estrutura burocrática da organização” que pelas escolhas pessoais. Para este campo teórico, a autonomia do jornalista seria uma concessão, “permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística”. As notícias resultariam, portanto, de “processos de interação social” dentro da empresa. É dentro deste contexto que muitas pesquisas vão investigar as fontes de recompensa que motivam o trabalho do jornalista, concluindo que elas não estão entre os leitores, “mas entre os seus colegas e superiores”. (TRAQUINA, 2005:151-152)

O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar da organização) e as reprimendas — dos meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas, e a sua promoção — quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional. (ibid.:158)

Mauro Wolf mostra, através de pesquisas etnográficas<sup>123</sup>, que, embora legitime-se em nome de um “serviço ao público”, o jornalista está comprometido, de fato, com seu meio profissional, sendo o público uma espécie de conceito abstrato auto-justificador, produzido no próprio meio. É o pertencimento “ao mundo da notícia” que, num argumento circular, justifica a maioria das escolhas, segundo Wolf: “dada a sua capacidade de discriminação, que deriva do fato de estar imerso no mundo das notícias, o jornalista encontra-se na melhor posição para discernir o que é interessante” (1995:190-191).

Cremilda Medina (1988), Ciro Marcondes Filho (1989) e Sylvia Moretzsohn (2002) chamam atenção para o perfil mercadológico da notícia, apontando para a perspectiva ideológica que atravessa todo o processo de sua produção. Adelmo Genro Filho (1987), em sua crítica marxista sobre o modo de produção do jornalismo, vai um pouco além ao expor a falsa distinção entre relato e opinião que pretende caracterizar a notícia.

Certamente que há um ‘grão de verdade’ na ideia de que a notícia não deve emitir juízos de valor explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como se configurou modernamente. Mas é igualmente pacífico que esse juízo vai inevitavelmente embutido na própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos. (Ibid.: 45)

Ao apontar o caráter ideológico dos procedimentos produtivos do jornalismo, esses autores desconstruem a imagem de neutralidade que pretende legitimar a narrativa jornalística

---

<sup>123</sup> Nos Estados Unidos, este tipo de pesquisa foi denominada *newsmaking* e esteve fortemente influenciada pela corrente funcionalista. Assim, embora oferecendo alguns elementos interessantes sobre o *modus operandi* do jornalista, esses estudos estão marcados por uma perspectiva que trabalha com a noção de “distorção” da realidade, com a intenção de identificar os processos de “distorção voluntária” e de “distorção involuntária” na produção da notícia.

como reprodução da realidade. Todas elas, porém, compartilham o paradigma segundo o qual os fatos precedem o relato, e o papel do jornal é reproduzir esses fatos, ainda que com base em uma seleção e formatação ideologicamente determinada. Ou seja, os fatos têm existência própria, anterior ao trabalho humano de construção de sentidos.

Mas, como explica Eugênio Bucci, “a ideia de que as notícias de jornal ‘retratam a realidade’ não faz sentido (...) faria mais sentido dizer que eles (os jornais) consolidam a realidade, ou aquilo a que chamamos, muito precariamente, de realidade.”. Dito de outra maneira, “o relato precede o fato” (In: GOMES, 2003: 5), isto é, o fato se constrói a partir dos sentidos produzidos pela narrativa. Mas há uma distância significativa entre esta reflexão crítica e a prática jornalística de produção de notícias. Segundo Bucci, só os jornalistas ignoram que os fatos não são dados, mas fabricados.

Aos jornalistas não é dado saber isso porque o relato jornalístico ou, melhor, o discurso jornalístico supõe uma separação nítida entre fato e relato e, sem que exista separação, esse discurso se comporta como se sua própria autoridade interna estivesse prestes a ruir. O jornalismo ainda crê e faz crer no relato positivista.” (ibid.:11)

Mauro Wolf (1995:171) reforça esta ideia de que a imagem de um mundo externo a ser retratado é um paradigma tão caro ao *ethos* do jornalista, que “afirmar que fazem ou selecionam arbitrariamente as notícias, seria contrário à sua posição epistemológica”. Moretzsohn menciona o estudo de Michael Schudson (*The sociology of News production revisited*, 1989), para afirmar que acontece uma confusão “quando jornalistas são confrontados com estudos sociológicos que partem da teoria da construção social da realidade para investigar como se forma o noticiário: ‘construir’ ou ‘fabricar’ notícias soa como inaceitável e antiética falsificação” (2002:71). A expectativa de que notícias e reportagens sejam um reflexo fiel da realidade exige um apagamento do processo de produção. Wolf explica que “aquilo que o sociólogo descreve como uma consequência inevitável da organização produtiva, entende o jornalista como uma acusação de manipulação<sup>124</sup> ou de incompetência” (1999:172).

### 3.3 A fonte do jornalismo

Uma parte do que o jornalista narra se origina de observação direta. De acordo com Nilson Lage, o jornalista “tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os

---

<sup>124</sup> A ideologia da notícia como reprodução fiel da realidade contradiz a noção de produto ao ponto de permitir, inclusive no campo das teorias acadêmicas, a identificação do conceito de manipulação — parte necessária da criação de um produto — com o de “distorção” (Cf. WOLF, 1995: 26-27; 164-166 e 171-175). Traquina (2005) critica esta perspectiva, a partir de estudos que observam as determinantes organizacionais da produção jornalística, que revelam o caráter ideológico da concepção da notícia como reflexo da realidade.

ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa interessar” (2001a:23). No entanto, a maior parte do que o jornalista escreve se origina de informação fornecida “por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”, a estas instituições e personagens o jornalista chama de fonte (Ibid:49).

Quando o jornalista usa relatos testemunhais para reproduzir um acontecimento que não presenciou, espera-se que ele busque diferentes testemunhas (pelo menos três) para confrontar os relatos e chegar a um denominador comum. Chama-se a isso de “regra das três fontes”.

Um bom princípio — comprovando os estudos de probabilidade — é só confiar inteiramente em histórias contadas por três fontes que não se conhecem nem trocam informações entre si. Toma-se como verdade, aí, o que é o mínimo comum aos três relatos, separando o que é fato do que é versão ou interpretação. (ibid.:67).

Ou seja, a fonte não é um indício, um rastro que, interpretado e confrontado com outras fontes, permite a construção de um sentido mais amplo do processo histórico. Pelo contrário, a noção de fonte jornalística pressupõe uma relação de transparência entre fato e relato. A fonte pode mentir, distorcer ou se enganar, turvando o relato. Para o jornalista, esses são erros, ou ruídos próprios do processo de comunicação, que precisam ser corrigidos pelo trabalho exaustivo de investigação e checagem de informação. Para chegar aos fatos, o jornalista empreende um processo de investigação, combinado com o exercício de distanciamento da subjetividade (aspecto humano que turva a superfície cristalina dos fatos), para alcançar algo que já estava lá. Portanto, estabelecer os fatos a serem tornados públicos, a partir do caos que nos rodeia, para o jornalista, não é um processo de construção, mas de seleção.

Ao comparar o campo do jornalismo com o da historiografia, Le Goff afirma que “o fato não é em história a base essencial da objetividade ao mesmo tempo porque os fatos históricos são fabricados e não dados e porque, em história, a objetividade não é pura submissão aos fatos” (1990:30). Portanto, as fontes, para o historiador, são sinais, rastros que, interpretados, permitem a construção de narrativas sobre o passado. Para o jornalista, coerente com a lógica de submissão aos fatos, as fontes são a origem da informação que lhe permite reconstruir os fatos.

Na linguagem técnica do jornalismo, as fontes são divididas pela função social e pela relação com o tema pesquisado. As fontes mais comumente utilizadas são as fontes oficiais, isto é, pessoas e documentos que falam por instituições legitimadas. Os especialistas também são legitimados por instituições ou por seu reconhecimento social, como peritos e pesquisadores. Fontes que presenciaram algum fato de interesse noticioso são testemunhas utilizadas exclusivamente quando o repórter não é ele mesmo testemunha do acontecimento.

Todos os repórteres entrevistados que trabalharam na área da política enfatizaram a importância das fontes para o seu trabalho. Antônio Henrique Lago afirma que “o jornalista tem que ter fonte” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). Ana Lagoa explica como seu trabalho com política militar se iniciou pela “formação de fontes” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017). Antero Luís Martins explica que o Prêmio Esso de Melhor Reportagem sobre o Riocentro, em 1981, pelo *Estado de S. Paulo*, foi conquistado graças à “rede de informantes” que ele tinha dentro da Polícia Técnica (MARTINS, entrevista à autora, 9/8/2017). Romildo Guerrante, que cobriu por muito tempo a área de transporte, em certo momento foi proibido de entrar no Detran (Departamento de Trânsito), em retaliação a uma matéria denunciando um esquema de corrupção interno. Mas continuou cobrindo o setor, até melhor, segundo ele, graças às fontes que tinha na área (GUERRANTE, entrevista a autora, 26/6/2017). Luarlindo Ernesto e Ubirajara Roulien, repórteres da área de polícia e segurança, também descreveram, ao longo de suas entrevistas, a importância de manter relações cordiais e de confiança com policiais e bandidos (ERNESTO entrevista à autora, 26/5/2017; ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018).

Indo mais fundo no cotidiano destes repórteres dos anos 1970, o que se observa é que as relações pessoais são parte significativa de onde recolhem informações. Antero conta dos laudos periciais a que teve acesso durante a cobertura do caso Riocentro. Fritz Utzeri contou que “o Antero tinha mais ligações no meio da polícia e nós tínhamos mais ligações no meio militar” (UTZERI, entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008). Essas fontes de informação, ou informantes, que permitem ao jornalista construir a história em detalhes, raramente aparecem na matéria.

Na fala dos repórteres do período da ditadura militar, a fonte indispensável ao trabalho do repórter é fundamentalmente este informante, em geral protegido pelo sigilo profissional, embora pessoas e documentos que aparecem na matéria fornecendo alguma informação ou declaração também sejam chamadas de fonte<sup>125</sup>. Joelle Rouchou entrou no *Jornal do Brasil* recém-saída da universidade, em 1979, para trabalhar no Caderno B. Conta que adorava circular pela reportagem geral, onde acompanhava o trabalho de repórteres especiais que admirava, como Fritz Utzeri e Heraldo Dias.

Eu ouvia as histórias do Fritz, do Fleury, quando eles faziam as matérias com o capitão Sérgio Macaco, do Para-sar. E a dificuldade de conseguir... aí eu fui entendendo o significado de fonte. De fonte que não podia aparecer. Porque o capitão Sérgio não podia aparecer nas linhas do jornal, se não ele ia morrer!

---

<sup>125</sup> Em muitas situações, trata-se da mesma pessoa.

Era uma fonte da área militar muito escondida. Eu ficava muito encantada com esse universo (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018).

No Caderno B, segundo Rouchou, as fontes eram os artistas, que queriam aparecer, o que significava uma relação muito diferente.

As fontes podem ser pessoas ou documentos escritos. É no jogo das relações de poder na sociedade, dentro do contexto específico da realidade expressa nas páginas do jornal, que se estabelece a legitimidade das fontes. Por isso, um representante ou um documento de uma instituição oficial, ou de reconhecida competência, é como uma fonte transparente que fornece dados da realidade. Em boa parte das reportagens e notícias de um jornal, a própria fonte é a notícia. Isto é, a declaração do presidente, do governador, do delegado de polícia, do parente da vítima, do especialista, não são o próprio fato “revelado” na notícia.

Segundo Traquina, o jornalista precisa produzir o máximo, no tempo mínimo e com confiabilidade máxima. Para isso, depende de fontes com acesso a informações significativas e com boa confiabilidade, que exija o mínimo de aferição. Existe, portanto, uma tendência ao desenvolvimento de uma “relação simbiótica” (2004:194), que tem por consequência um uso restrito de fontes pelo repórter e a predominância de fontes oficiais. As notícias tendem, portanto, à reafirmação do *status quo*.

Ainda assim, avalia Traquina, o jornalismo sustenta um *ethos* de contrapoder embora, na prática, seja um “‘Quarto Poder’ que defende sobretudo o *status quo*, mas periodicamente realiza seu potencial de contrapoder”. Esse *ethos* jornalístico é uma ideologia, que define para o jornalista um papel de “informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos do poder” (ibid.: 201-202) e cria uma mitologia que marca não só os profissionais, mas também o imaginário coletivo<sup>126</sup>.

Nas reportagens analisadas a seguir, há muitos indícios do trabalho de construção desta identidade profissional de um sujeito que atua como contrapoder. O Caso Riocentro foi um desses episódios em que o campo do jornalismo saiu fortalecido em seu *ethos* de contrapoder, permitindo a construção de uma narrativa heroica da imprensa. Como sugere Traquina, embora seja principalmente defensor do *status quo*, o jornalismo “periodicamente realiza o seu potencial de contrapoder” (Ibid.: 201).

A leitura das reportagens, a seguir, não tem por objetivo discutir se — ou até que ponto — a imprensa e os jornalistas cumpriram uma função de contrapoder no episódio das bombas do Riocentro. O objetivo é buscar indícios das estratégias de seleção da informação, no

---

<sup>126</sup> O tema do *ethos* jornalístico será aprofundado nos próximos capítulos. Neste capítulo, o foco principal é observar os efeitos da atuação do jornalista no produto de seu trabalho.

procedimento jornalístico, que podem ter contribuído para a construção de uma memória heroica de enfrentamento do *status quo*.

### **3.4 Bombas no Riocentro: as fontes-personagens da cobertura**

#### 3.4.1 O caso Riocentro

Quinta-feira, 30 de abril de 1981, entre 21h e 22h, duas bombas explodiram nas instalações do Riocentro, Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto ocorria um show em comemoração ao dia do trabalhador, promovido pelo Cebrad (Centro Brasil Democrático), braço cultural do Partido Comunista Brasileiro. A primeira, dentro de um Puma no estacionamento, matou o sargento Guilherme Pereira do Rosário e feriu gravemente o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, ambos lotados no Destacamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna, subordinados ao I Exército. A segunda bomba explodiu próximo à casa de força, sem causar danos no sistema de luz.

Os jornalistas chegaram aos poucos e não é possível precisar quem chegou primeiro. Os relatos registrados em livros ou colhidos em entrevistas à autora são divergentes. Parece possível afirmar, porém, que muitos jornalistas chegaram antes que os diferentes agentes de segurança presentes no local conseguissem compreender e controlar a situação. Assim, diversos relatos garantem que a Rede Globo conseguiu filmar uma bomba que não explodiu dentro do carro dos militares<sup>127</sup>. Vários fotógrafos fizeram imagens do carro e do corpo despedaçado do sargento antes de serem proibidos de fotografar, e colocados à distância. Repórteres conseguiram declarações de peritos e de um delegado sobre a presença de mais bombas, além da que explodiu dentro do Puma. Ouvindo algumas testemunhas no local, souberam da identidade de um dos militares. Um repórter recolheu a porta do Puma, que havia voado com a explosão, antes que os agentes de segurança a encontrassem<sup>128</sup>.

A cobertura que os jornalistas fizeram sobre o que ficou conhecido como Caso Riocentro, em 1981, ganhou força nas narrativas históricas como um desses momentos brilhantes da imprensa, em que o *ethos* mítico do jornalista parece se encontrar com a experiência real. Mito que contribuiu de maneira significativa para a construção da memória de

---

<sup>127</sup>A informação de que foram feitas imagens desta bomba foi reforçada em relatos registrados no livro de Belisa Ribeiro, “Bomba no Riocentro”, e por três entrevistados: Antero Luís Martins, Antônio Henrique Lago e Milton Coelho da Graça. No próximo capítulo, discutiremos mais detalhadamente o fato.

<sup>128</sup>No dia 9 de julho de 1981, o coronel Dickson Melges Graef entregou à Terceira Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, a porta do Puma que explodiu. Segundo diversos relatos, um jornalista recolheu a porta. Os relatos são controvertidos sobre quem foi o repórter e como a porta chegou a Dickson Graef, que a entregou ao STM (Supremo Tribunal Militar).



resistência da imprensa. Esta memória começou a ser construída imediatamente após as explosões. Em menos de dois meses, Belisa Ribeiro lançou um livro com depoimentos dos jornalistas que participaram da cobertura do caso.

Chama atenção, nos depoimentos reproduzidos por Belisa Ribeiro (1999), uma avaliação retrospectiva dos entrevistados, no sentido de dizer até que ponto “já sabiam” da importância do acontecimento. Hedy Vale Jr., editor de reportagem local do *Jornal do Brasil*, na época, explicou que: “Pessoalmente, senti na pele que aquele era um assunto grave desde que estourou” (RIBEIRO, B., 1999: 106). Luiz Mário Gazzaneo, subeditor de reportagem local do *Jornal do Brasil*, também afirma: “Na mesma hora eu gritei pro Paulo Amorim: ‘Tem milico’. E nós todos sentimos que a coisa podia ser mais séria do que se imaginava.” (RIBEIRO, B., 1999:99). O sentimento também é descrito por repórteres. Paulo César Guimarães, repórter de *O Globo*, na época, afirmou que “mesmo naquele dia, eu já sabia que estava acontecendo um negócio importantíssimo”, afirmou (RIBEIRO, B., 1999: 80).

Saí da redação às 3h30m. A sensação de grande trabalho jornalístico não pintou. Pintou foi a certeza de que aquele era um assunto muito grave. [...] Mas fui pra casa meio descrente, achando que no dia seguinte ia sair uma explicação oficial para o acidente e que as autoridades militares iam tentar justificar aquilo como um episódio normal, para parecer que o sargento e o capitão tinham sido vítimas. [...] Fui cobrir o enterro do sargento e aí já sabia a importância da matéria que tinha feito na véspera. (PONTES<sup>129</sup>. In: RIBEIRO, B., 1999: 71)

A capacidade de avaliar o “valor-notícia” de um acontecimento — no jargão da redação, o “faro” para a notícia — é um critério fundamental de avaliação da qualificação profissional do jornalista. Como veremos no próximo capítulo, as qualidades valorizadas no repórter em geral se relacionam ao instinto e à capacidade de aprendizado pela prática. Para os jornalistas com cargo de direção, este “instinto” precisa ser equilibrado com as exigências administrativas e de estrutura produtiva.

...tínhamos discutido sobre ir ou não fazer a cobertura (do show) e acabamos decidindo que era melhor não cobrir, principalmente por causa da hora, muito tarde. Agora, eu acho que isso serviu de lição para toda a imprensa carioca, porque ninguém estava lá. Uma reunião com mais de 20 mil pessoas, às vésperas do 1º de maio, a gente realmente tem que mandar alguém nem que seja só para ver se aconteceu alguma coisa (GAZZANE. In: RIBEIRO, B., 1999: 99)<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> Marcelo Pontes, repórter de *O Globo* em 1981.

<sup>130</sup> A dificuldade enfrentada pelos jornais para cobrir o episódio, no primeiro momento, pode ser medida pelas primeiras páginas do dia seguinte. No primeiro clichê, nenhum dos dois consegue sequer uma foto do episódio (Anexo 3, p. 253). Foram publicados entre três e quatro clichês por cada veículo.

Considerando todos os critérios de seleção da notícia elencados neste capítulo para definir o “valor-notícia” de um acontecimento, como grau de novidade, número de pessoas envolvidas, atratividade, por exemplo, é inevitável nos perguntarmos sobre que critérios contaram para considerar que, a não ser que acontecesse “alguma coisa”, o show não era noticiável. Cerca de 20 mil jovens reunidos em um show em homenagem ao Dia do Trabalhador (cuja verba seria usada em atividades sindicais do dia 1º de maio), realizado pelo Cebrad (Centro Brasil Democrático), conhecido como o braço cultural do Partido Comunista Brasileiro, com a presença de dezenas de estrelas da música popular<sup>131</sup>.

A análise aqui apresentada se baseia na leitura das notícias e reportagens<sup>132</sup> publicadas pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, nos quatro primeiros dias imediatamente após a explosão das bombas (edições de 1 a 4 de maio de 1981). No Caso do Riocentro, a sensação de risco, pelo fato do assunto envolver as Forças Armadas, em tempos de ditadura, tornava a premissa da “objetividade factual” ainda mais fundamental, como defesa da narrativa.

A matéria que eu escrevi foi publicada sem alterações. Quer dizer, houve umas correções naturais do *copy* (...), mas não cortou informação nenhuma. Agora, eu também não fiz especulação nenhuma. (ROULIEN. In: RIBEIRO, B., 1999:90)

Nessa minha matéria procurei botar o máximo de informação, tudo muito factual. A conclusão dos jornalistas e também a das pessoas que estavam por lá, procurando saber o que tinha acontecido, era a de que a intenção das bombas era causar pânico, todo mundo falava como teria sido um horror se as bombas tivessem explodido com aquelas 20 mil pessoas lá. Agora, essa especulação eu nem escrevi. Não foi autocensura e nem porque eu trabalho no *Globo*, quer dizer, não foi só por causa da linha editorial do jornal. Eu mesmo decidi só escrever o que tivesse como afirmar com muita segurança. (PONTES. In: RIBEIRO, B., 1999:74)

Como veremos a seguir, na análise do uso e tratamento das fontes, o show envolvia um campo social pouco valorizado pelas editorias de política dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Já as bombas envolveram fontes muito importantes, dentro dos critérios jornalísticos.

---

<sup>131</sup> Joelle Rouchou — repórter do Caderno B na época — conta que ela e outra jornalista estavam programadas para fazer a cobertura do show, mas naquele mesmo dia a cobertura foi suspensa e elas foram dispensadas (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018). Ou seja, a cobertura estava pautada pela editoria de cultura.

<sup>132</sup> As notícias, como vimos, são apresentadas pelo jornal como “puro relato dos fatos”, sem interpretações ou expressão de opinião. Na teoria dos gêneros jornalísticos, há uma diferenciação entre notícias e reportagens. A reportagem se baseia no mesmo paradigma de submissão aos fatos da notícia, mas, como são textos de maior aprofundamento, comportam algum nível de interpretação e está menos presa ao modelo textual da pirâmide invertida. A opinião só é explicitada, em notícias e reportagens, através de terceiros. No jargão jornalístico, “entre aspas”.

### 3.4.2 Indícios a partir da seleção das fontes

Para efeito didático, farei aqui uma distinção de dois tipos de fonte jornalística com funções diversas. Chamemos fonte-informante esta que os jornalistas destacam como essencial ao seu trabalho de investigação. O que qualifica essas fontes, mais do que uma legitimidade pública, é seu acesso direto a informações importantes para o jornalista, sua capacidade de operar com os critérios de seleção do jornalista e a relação pessoal de confiança que se estabelece entre fonte e repórter. Em períodos de censura e repressão, estas fontes são especialmente importantes, mais numerosas e exigem forte relação de confiança entre as partes. No caso Riocentro, foram as fontes-informantes que tornaram possível aos jornalistas apresentar versão divergente daquela que as autoridades militares ofereciam.

Chamarei de fonte-personagem aquela cuja qualificação pública justifica sua exposição como fonte de informação. O que conta, para definir seu valor, é o lugar social que ocupa, sua representatividade pública para agregar valor à notícia. Neste campo, veremos que predominam os representantes do *status quo*. Em muitos casos, a fonte-personagem é a própria notícia, ou seja, o fato que a notícia oferece é a atitude ou as palavras da fonte<sup>133</sup>.

Analisarei exclusivamente as fontes-personagens expostas no noticiário e o tratamento dado a elas nas páginas dos jornais, o que nos permite identificar o trabalho de construção da realidade realizado pelo jornal. A realidade assim (re)produzida não é simples resultado da vontade dos jornalistas, dos donos, dos financiadores ou das fontes, mas das relações de força que se estabelecem dentro do campo do jornalismo, “em função dos interesses associados às diferentes posições e *habitus* dos seus ocupantes”, cujas “vontades” se reformulam incessantemente (BOURDIEU, 2011:80).

A interpretação aqui empreendida não se pergunta sobre o que pensam ou dizem as fontes-personagens, mas qual a função que cumprem na narrativa dos jornais. Os textos que aparecem entre aspas nas reportagens sempre resultam de um processo de enquadramento, seleção e edição. Portanto, o que podemos observar são indícios dos procedimentos envolvidos nesta construção. No processo de apuração, há uma escolha das fontes e das perguntas a serem dirigidas a ela. No processo de redação, as frases são selecionadas, cortadas, corrigidas,

---

<sup>133</sup> Esta separação entre fonte-informante e fonte-personagem se refere unicamente à função desempenhada no texto jornalístico. A pessoa que cumpre papel de fonte-informante também pode cumprir papel de fonte-personagem. Por exemplo, Tancredo Neves, senador pelo PP-MG é uma das principais fontes-personagens da narrativa dos jornais no Caso Riocentro. Ao mesmo tempo, é fonte-informante, pelo menos em uma situação. Milton Coelho da Graça conta que, para poder afirmar que havia duas bombas no carro dos militares — informação que havia sido fornecida por informantes protegidos por sigilo, pediu a confirmação do dado com duas fontes distintas. Uma delas Tancredo Neves. No entanto, segundo relato do jornalista Merval Pereira, o senador afirma a existência de outra bomba, numa conversa informal, mas quando o jornalista procura o senador para confirmar a informação recebe a seguinte resposta: “Você também ouviu falar?”.

reorganizadas. Por fim, na edição, os textos são distribuídos nas páginas, separados por títulos, fios, etc, e destacados na capa.

Para uma sistematização do uso e tratamento das fontes que permitisse maior objetividade na interpretação dos dados, as fontes apresentadas pelos jornais foram tabuladas (ver planilha: Anexo 4, p.258-265). A tabulação dos dados com base na contagem de fontes possibilitou certa precisão do olhar, além de alguma quantificação, mas também comporta um nível de arbitrariedade no processo de redução dos termos a dados tabuláveis. Ainda assim, o processo revelou que algumas percepções iniciais, com base em leituras e anotações sistemáticas eram frágeis e mais determinadas por uma primeira impressão pessoal da leitura, do que pela totalidade do material disponível.

Foram listadas 162 fontes, ordenadas em função do dia em que aparecem no noticiário<sup>134</sup>. A cada fonte foi atribuída, na planilha, nome (quando revelado) e identificação que justifica sua presença na matéria (deputado, perito, pai do capitão, etc.). Esta identificação foi classificada por mim para formação de grupos específicos (Forças Armadas, familiar, governo, etc.). De acordo com o que o texto apresenta sobre a atitude ou fala da fonte, foi definida sua função discursiva na matéria (testemunha, especialista ou repercussão política).

Cada fonte foi identificada pelo nome e pela qualificação que justifica sua presença na matéria (perito, deputado, ministro, etc.) e classificada em função desta qualificação (Forças Armadas, governo, oposição, familiar, etc.).

As características das fontes que aparecem nas matérias, independentemente do conteúdo de suas falas, já nos revela alguns sinais do trabalho de seleção realizado pelo procedimento de produção da notícia, tanto no *Jornal do Brasil* quanto no *Globo*. A primeira característica da cobertura, nos dois jornais, é o esforço de amplificação do fato, através do investimento no trabalho de pesquisa para manter o assunto em destaque. Outra característica evidente é a valorização das fontes oficiais, com forte tendência a uma valorização proporcional ao lugar que ocupa na hierarquia da estrutura do Estado. Apesar do esforço de amplificação, há pouca diversidade de fontes apresentadas nos dois jornais.

A seguir, demonstro e discuto cada um desses aspectos.

---

<sup>134</sup> Ao todo, foram listadas 131 fontes, das quais 31 aparecem nos dois jornais, num mesmo dia, o que sugere a relevância da fonte. Quando aparece nos dois jornais, no mesmo dia, a fonte foi contabilizada duas vezes. Assim somando a totalidade das fontes expostas no *Jornal do Brasil* com as expostas pelo *Globo*, ao longo dos quatro dias, chegamos a 162 fontes-personagens.

### 3.4.2.1 O esforço de amplificação

Tanto *Jornal do Brasil* quanto *O Globo* contam quase toda a história das bombas nas publicações do dia 2 de maio. Das 162 fontes utilizadas pelos jornais, 85 (52,5%) são mencionadas neste dia. Ao todo, 30 testemunhas recheiam o noticiário, entre pessoas presentes no Riocentro, parentes, amigos e vizinhos das vítimas. Algumas testemunhas — principalmente parentes e vizinhos procurados pelos repórteres do *Jornal do Brasil* — se recusam a dar as informações demandadas pelos jornalistas. No dia 3 de maio, há menção a apenas cinco testemunhas. *O Globo* consegue falar com o presidente da Riotur (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro), o *Jornal do Brasil* acha mais uma testemunha que esteve no local na hora das explosões. De resto, o *Jornal do Brasil* descreve sua tentativa frustrada de falar com a viúva do sargento e as outras menções a testemunhas servem apenas para informar que parentes do capitão circularam pelo hospital evitando os jornalistas. No dia 4, não há mais testemunhas.

Os especialistas da polícia e do IML (Instituto Médico Legal) servem, principalmente, para comprovar — ou tentar comprovar — que a bomba explodiu nas mãos do sargento e que havia mais uma bomba no carro, que não explodiu. Os especialistas do hospital permitem acompanhar o estado de saúde do capitão.

A grande quantidade de fontes ouvidas com a função de interpretar os acontecimentos, repercutindo o fato no meio político, revela um esforço de amplificação do acontecimento. Das 162 fontes tabuladas, seis não tiveram sua função informada. Das 156 restantes, 76, quase 50% (48,7%) são autoridades e representantes de instituições políticas que oferecem apenas interpretações pessoais, em alguns casos institucionais, sobre o acontecimento. É o que, no jargão profissional, os jornalistas chamam de “repercutir” o assunto.

TABELA 1 - FUNÇÃO DISCURSIVA

Função discursiva	JB	Globo	Total
interpretação	35	41	76
especialista	19	21	40
testemunha	26	14	40
não informada	4	2	6
total	84	78	162

**Interpretação:** posicionamento, polêmica e avaliação das implicações políticas.

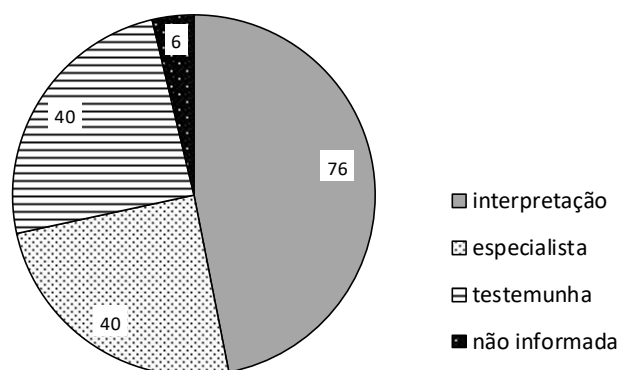
Jargão jornalístico que significa fazer reverberar o assunto na sociedade, a título de apurar a percepção da opinião pública.

**Testemunha:** fornecimento de detalhes sobre o acontecimento e suas personagens. São pessoas cuja credibilidade se fundamenta exclusivamente na sua presença em determinado lugar ou situação que lhe permita narrar o que "viu", "ouviu" ou "sentiu".

**Especialista:** aquele que, pela sua formação, cargo, profissão ou ocupação detém um conhecimento específico, de modo que sua condição de especialista empresta credibilidade à informação fornecida.

**Não informada:** fontes cuja função não foi explicitada.

GRÁFICO 1 – FUNÇÃO DISCURSIVA



Dois aspectos desta cobertura tornam ainda mais significativa a proporção destacada no gráfico acima. Em primeiro lugar, porque dentro de uma perspectiva puramente objetiva, as informações relevantes para apuração do caso seriam aquelas fornecidas por especialistas e testemunhas, capazes de desvendar o crime. Não por acaso, nos primeiros dias de cobertura, *O Globo* publicou as matérias na seção Grande Rio, junto com as matérias policiais. Mesmo assim, também foi atrás das autoridades políticas. Se considerarmos que os jornais em análise foram produzidos durante o fim de semana prolongado pelo feriado do dia 1º de maio (quinta-

feira), podemos imaginar que houve uma intensa caça aos políticos<sup>135</sup>, a maioria fora de Brasília<sup>136</sup>. O fato de o jornalista procurar o político para avaliar o episódio cumpre função de mão dupla. Por um lado, aumenta o peso jornalístico e político da cobertura realizada. Jornalístico, porque aumenta o espaço ocupado nas páginas do veículo; político porque as fontes-personagens funcionam como credencial da matéria, emprestando seu peso político ao texto. No sentido inverso, o movimento dos jornalistas em direção às autoridades políticas força a mobilização delas sobre o assunto<sup>137</sup>.

Comparando os dois jornais, podemos observar maior investimento do *Jornal do Brasil* no trabalho de investigação, pelo maior número de testemunhas procuradas, único número significativamente diferente entre os veículos.

#### 3.4.2.2 Fortalecimento do status quo

A maioria das fontes apresentadas pelos dois jornais ocupam cargos políticos ou técnicos na estrutura de Estado. Um quarto das fontes são membros do governo ou do PDS, partido do governo formado a partir da antiga Arena. Este perfil de seleção sugere forte compromisso com o *status quo*.

---

<sup>135</sup> O *Jornal do Brasil* mobiliza as sucursais de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Brasília, entre os dias 2 e 3 de maio e ainda localiza Itamar Franco em Minas Gerais e Mendes Carnale em Mato Grosso do Sul. O *Globo* tem notas das sucursais de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Mato Grosso do Sul e Recife. Naquele fim de semana, convenções do PP contribuíram para a localização de políticos, possivelmente induzidos pelos repórteres a falar sobre as bombas.

<sup>136</sup> “Mais desligados” é o título de uma pequena nota da sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*, que informa sobre diversos parlamentares que já não se encontravam na capital, na quinta-feira, 1º de maio. (JB, 2/5/81, p.9)

<sup>137</sup> Segunda-feira, dia 4 de maio, na primeira sessão do congresso após o episódio, os parlamentares se manifestam sobre o tema tendo as matérias de jornal por referência. Muitas reportagens publicadas naqueles dias são reproduzidas na íntegra no Diário do Congresso Nacional de 5 de maio de 1981, a pedido dos parlamentares (Seção II – p.1485 a 1494). Naquele dia, a capa dos jornais também se concentra no debate político que envolve o assunto (Anexo 3, p. 255)

TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES EM FUNÇÃO DA QUALIFICAÇÃO APRESENTADA PELOS JORNAIS

Classificação	JB	Globo	Total	Agrupamento		
Forças Armadas/autoridade	5	8	13	40	25%	governo e comando das Forças Armadas
governo federal	11	9	20			
partido da situação	2	5	7			
área política	1	0	1	73	45%	outras instituições públicas
Forças Armadas	3	2	5			
polícia	13	15	28			
serviço público	8	11	19			
partido de oposição	10	10	20	32	20%	instituições não estatais
sociedade civil	8	11	19			
família	8	4	12			
imprensa	1	0	1	17	10%	não institucional
pessoa física	14	3	17			

**Forças Armadas/autoridades:** ministros de pastas militares foram classificados, na planilha, como governo e como Forças Armadas. Demais fontes das Forças Armadas e do governo federal foram diferenciadas. No entanto, como se tratava de um governo militar, considere mais adequado, para efeito de interpretação, contabilizar as fontes qualificadas como governo e como forças armadas conjuntamente na tabela.

**Governo federal :** membros do Poder Executivo que não foram apresentados por suas patentes.

**Partido da situação:** membros do parlamento filiados ao partido de sustentação do governo, o PDS. Como os governadores eram escolhidos indiretamente pelo parlamento estadual e foram todos qualificados pelos jornais com identificação do partido a que pertenciam, incluí esses governadores (todos do PDS) no campo dos partidos da situação.

**Área política:** classificação que inclui uma única referência em matéria do *Jornal do Brasil*, que se refere genericamente a opiniões na área política.

**Forças Armadas:** pessoas apresentadas por sua patente militar, mas sem cargo de governo.

**Serviço público:** inclui funcionários do Hospital Miguel Couto, Instituto Médico Legal e Riotur. Embora a polícia também pudesse ser incluída nesta classificação, optei por diferenciá-la em função do peso que essas fontes tiveram nesta cobertura.

**Sociedade civil:** sindicatos, associações, federações, ABI, OAB e CNBB.

**Imprensa:** apenas uma referência, no JB, a ele mesmo.

**Família:** as fontes apresentadas com a qualificação de parentesco com as vítimas.

**Pessoa física:** fontes que não receberam nenhuma qualificação institucional.

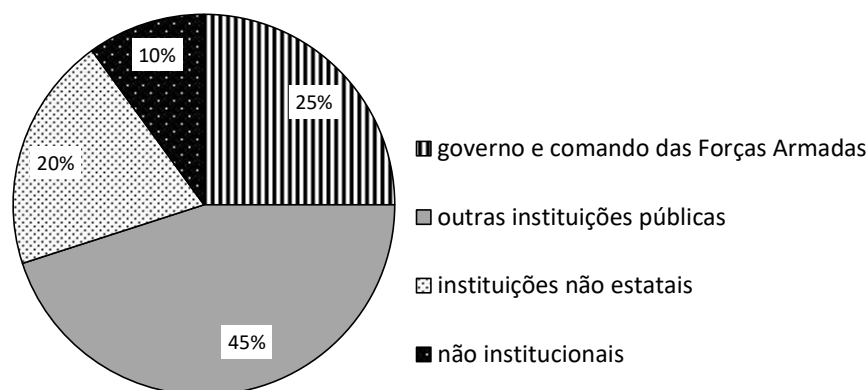
A classificação apresentada aqui é uma redução da diversidade de fontes apresentadas, para efeito de análise. Na coluna **agrupamento** foram reunidas as classificações, de modo a reduzir ainda mais o número de variáveis.

A Tabela 2 mostra que, das 162 fontes-personagens presentes na cobertura, 25% são autoridades que compõem a força política do governo federal: membros do Executivo, Forças Armadas e bancada parlamentar do partido da situação. Ou seja, são as chamadas fontes governistas. Outras 45% são representantes de instituições de Estado (Forças Armadas, partidos, polícia e serviço público), compondo as demais fontes oficiais. Ou seja, 70% das fontes-personagens apresentadas são as chamadas fontes oficiais. Isso mostra que o critério de



importância na seleção das fontes está fortemente vinculado à hierarquia estabelecida pelo Estado.

GRÁFICO 2 – CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES EM FUNÇÃO DA QUALIFICAÇÃO APRESENTADA PELOS JORNAIS



O compromisso com o *status quo* se reforça na escolha de quem são os representantes mais “importantes” de cada grupo social. Entre os representantes de partidos, por exemplo, há uma preferência pelos senadores e governadores. Marcelo Cerqueira, deputado federal pelo PMDB-RJ, é o único deputado federal ouvido cuja qualificação é apenas o cargo parlamentar. Sua qualificação como fonte-personagem, não explicitada na matéria, provavelmente se deve à proximidade com o episódio, por já ter sido vítima do terrorismo no Rio de Janeiro<sup>138</sup>.

Além da preferência pelas fontes com maior poder institucional, também podemos perceber que o leque de abrangência é menor do que se poderia esperar, pelo grande número de fontes. Em relação aos partidos de oposição, por exemplo, aparecem apenas dois, dos cinco partidos de oposição legalizados: PMDB e PP<sup>139</sup>. Os outros partidos legalizados e com representação na Câmara — PT, PDT e PTB — só aparecerão no noticiário a partir da publicação do dia 5 de maio, terça-feira, na cobertura feita pelos jornalistas do debate no Congresso Nacional.

<sup>138</sup> Em julho de 1980, uma bomba destruiu seu carro. Em abril de 1981, outra bomba explodiu em sua residência, sem vítimas.

<sup>139</sup> PMDB, originário do MDB, único partido de oposição legal durante a ditadura e PP, formado por egressos do PMDB e da Arena/PDS, após a reforma partidária. Ainda assim, pode-se dizer que, de forma tímida, o *Jornal do Brasil* se distancia um pouco mais que *O Globo* do centro do poder de Estado. O único parlamentar do PMDB ouvido por *O Globo* é Modesto da Silveira, membro da “CPI do Terror”, mencionado ao longo da matéria sobre a reunião entre ABI e OAB, todos os demais são do PP. Já o *Jornal do Brasil* ouviu, além de Modesto da Silveira, outros três parlamentares do PMDB, um deles, Marcelo Cerqueira, em dois dias diferentes.

São 20 menções a fontes-personagens representantes dos partidos de oposição, mas apenas 12 parlamentares, pois alguns aparecem repetidamente. O senador Tancredo Neves, presidente do PP<sup>140</sup>; o deputado federal Miro Teixeira<sup>141</sup>, secretário geral do PP (conhecido como articulador do governo do Rio de Janeiro e jornalista); o senador Mendes Carnale, presidente da CPI do Terror, e Modesto da Silveira, deputado federal do PMDB-RJ, presente à reunião entre OAB (Organização dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa) que aprovou nota divulgada pelos dois jornais, são mencionados por ambos os jornais. Em apenas quatro dias de noticiário, três parlamentares são ouvidos mais de uma vez pelo mesmo veículo (Tancredo Neves é ouvido duas vezes por cada jornal, Miro Teixeira pelo *Globo* e Marcelo Cerqueira pelo *Jornal do Brasil*).

Na escolha das fontes-personagens classificadas, aqui, como sociedade civil, ocorre o mesmo fenômeno. Das 19 menções a fontes-personagens da sociedade civil, OAB e CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) aparecem dez vezes ao todo<sup>142</sup>. Ou seja, mais de 50% das referências remetem a apenas duas entidades<sup>143</sup>.

Nos dois primeiros dias de cobertura (30 de abril e 1º de maio), o *Jornal do Brasil* ouviu 14 fontes não institucionais (pessoas físicas), contra apenas três do *Globo*. O *Jornal do Brasil* descreve a busca de fontes em pelo menos quatro lugares diferentes que os *O Globo* sequer menciona. São eles: o IML e as vizinhanças da casa dos dois militares e dos pais do capitão. Em função da visita ao IML e às áreas de moradia, o *Jornal do Brasil* menciona, ao todo, 22 fontes, entre parentes, amigos e vizinhos, enquanto *O Globo* menciona apenas sete. Talvez isso se deva ao fato de que o *Jornal do Brasil* colocou, imediatamente, dois repórteres especiais no caso<sup>144</sup>. As únicas testemunhas que *O Globo* ouve, e o *Jornal do Brasil* não, são da Riotur e do

---

<sup>140</sup> Matéria do *Jornal do Brasil* de 4 de maio, sobre as convenções regionais do PP, informa que a convenção do Rio Grande do Sul indicou Tancredo Neves para candidato do partido e presidente da República, que enfrentaria o candidato do governo.

<sup>141</sup> *O Globo* publica a opinião de Miro Teixeira, secretário geral do PP já no dia 1º de maio. Depois das 22h, horário aproximado em que as redações souberam das explosões, os jornais já estavam fechados e a redação funcionando em esquema de plantão, com poucos profissionais. O telefonema para Miro Teixeira, Milton Coelho da Graça, editor-chefe do *Globo*, explicou a Belisa Ribeiro: “procuramos o Miro pra saber se o gabinete do governador tinha alguma informação e ele confirmou que unidades policiais tinham sido deslocadas para o local” (GRAÇA em RIBEIRO, B. 1999: 83). É provável que, no próprio telefonema, o depoimento já tenha sido oferecido ou pedido.

<sup>142</sup> São seis menções à fontes da CNBB e quatro à fontes da OAB. Sendo que uma delas, Antônio Carlos Villanova, apresentado como perito da OAB, contratado para investigar a bomba, também pertencia aos quadros do Instituto Nacional de Criminalística, órgão da Polícia Federal.

<sup>143</sup> Nem a ABI, signatária de nota conjunta com OAB, tem qualquer representante ouvido pelos jornais, embora os dois tenham feito a cobertura da reunião que aprovou a nota.

<sup>144</sup> Paulo Henrique Amorim, chefe de redação do *Jornal do Brasil* na época, conta que colocou imediatamente, no caso, os dois principais repórteres especiais do veículo: Fritz Utzeri e Heraldo Dias (In: RIBEIRO, B. *História e Memória do Jornal do Brasil*, sem data). Os repórteres especiais desfrutavam do privilégio de ficar “fora da pauta”, isto é, livres do ritmo imposto aos demais, de produzir de acordo com a pauta distribuída diariamente, gozando de relativa liberdade para aprofundar uma investigação.

Riocentro, cuja função é desmentir a versão do secretário de Segurança do Rio de Janeiro de que o Riocentro teria recebido telefonema do Comando Delta anunciando o atentado. Talvez não seja apenas coincidência que o *Jornal o Brasil* tenha recebido, pelas matérias sobre o Caso Riocentro, o Prêmio Esso daquele ano de cobertura em equipe. Este prêmio utiliza diversos critérios, com destaque para a qualidade do trabalho investigativo.

A qualificação da fonte também define a função discursiva que lhe cabe. Assim, todas as fontes que aparecem nas páginas dos jornais para interpretar o episódio estão entre os representantes do poder de Estado (autoridades militares, representantes do governo federal e dos partidos) e as organizações representativas da sociedade civil<sup>145</sup>. De novo, estamos diante de um procedimento aprendido pela prática profissional. Trata-se do *modus operandi* do jornalismo, dificilmente conscientizado em suas causas e consequências pelo profissional que opera<sup>146</sup>.

Apesar das semelhanças na seleção das fontes, podemos perceber um perfil mais governista do *Globo*, principalmente pelo tratamento dado às fontes ligadas ao governo. O *Globo* ouviu 22 fontes do governo, autoridades das Forças Armadas e do PDS, o *Jornal do Brasil*, apenas 18. O tratamento dado a essas fontes, porém, é bastante diferenciado. O *Jornal do Brasil* se mostra mais empenhado em denunciar que em legitimar essas fontes: das 18 fontes ouvidas, quase metade é exposta em sua omissão (Tabela 3).

O governador de São Paulo e pré-candidato à Presidência da República pelo PDS, Paulo Maluf<sup>147</sup> (2 de maio), é entrevistado em Ribeirão Preto. O assunto são os atentados ocorridos em São Paulo<sup>148</sup>, mas os repórteres aproveitam para tratar do caso do Riocentro. Nos dois casos, o governador se recusa a responder. No título: “Maluf em Ribeirão Preto não sabe de atentados em São Paulo”. O pequeno texto (afinal, a única informação é a falta de informação) termina com outra negativa:

Ele se negou enfaticamente a analisar o atentado praticado no Rio de Janeiro que matou um sargento e feriu um oficial do Exército. Os jornalistas lhe perguntaram quatro vezes sobre o atentado do Rio e em todas ele respondeu:

---

<sup>145</sup> Apenas dois familiares do capitão (pai e tio) afirmam que os militares foram vítimas. Mas suas falas, uma vez que são qualificados como familiares, se aproximam mais de um aspecto humano — defesa do filho, sobrinho — que um posicionamento político.

<sup>146</sup> O jornalista seleciona quem pode falar sobre qual assunto, mas será que pessoas sem respaldo institucional se arriscariam a dar opinião? As páginas do jornal são parte constituinte do que chamamos de realidade social. Portanto, os dois fatores concorrem para o resultado.

<sup>147</sup> Apenas dois políticos do PDS são mencionados pelo *Jornal do Brasil*, José Sarney, líder do partido no Senado, e o governador Paulo Maluf.

<sup>148</sup> “Um incêndio criminoso destruiu o carro da viúva do delegado Sérgio Fleury, Maria Isabel, estacionado em frente a sua mansão, na Zona Sul de São Paulo, na noite do 1º de Maio. O fogo atingiu ainda a garagem e parte do salão de festas. Ontem, um *coquetel molotov* incendiou a sede do jornal alternativo Hora do Povo, no bairro Bela Vista.” (JB, 3/5/81, p.1).

"Ribeirão Preto está tranquila, com sua população trabalhando." (JB, 3/5/81, p.28)

A nota ocupa duas colunas no alto à direita da página, o que significa um razoável destaque, que só se justifica, neste caso, pela importância dada, na edição, à personagem. O ministro do Exército, Walter Pires, aparece sob o título "Walter Pires só fala oficialmente" (JB, 2/5/81, p.9) e o secretário de Segurança do Rio, Waldir Muniz, depois da entrevista desastrosa publicada no dia 2 de maio, não fala mais com os jornalistas. No dia 4 de maio, o *Jornal do Brasil* informa: "O general Waldir Muniz evitou os repórteres." (JB, 2/5/81, p.5). *O Globo* segue a mesma linha: "Nem o General Waldyr Muniz, nem o diretor do DGPC quiseram falar com os repórteres que estiveram na Secretaria de Segurança." (JB, 2/5/81, p.6). No caso de Waldir Muniz, secretário de Segurança do Estado, o jornalista sente-se na obrigação de ouvi-lo, porque é uma das principais fontes oficiais na função discursiva dos especialistas, para investigação do crime. Se não diz nada, o repórter tem que passar para a fonte a responsabilidade pela sonegação de informação.

Das cinco fontes citadas pelo *Jornal do Brasil*, que não respondem integralmente, apenas duas são mencionadas pelo *Globo*: Délio Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica<sup>149</sup> (2 de maio), e Carlos Átila<sup>150</sup>, porta-voz do presidente da República, (4 de maio).

*O Globo* divulga o que foi dito e não faz referência a perguntas não respondidas.

---

<sup>149</sup> *Jornal do Brasil* (2/5/81, p.9): "O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, não quis fazer nenhum comentário sobre a explosão das bombas no Riocentro, sob a alegação de que ainda iria informar-se sobre o assunto. Disse que suas informações eram as mesmas de que dispunham os jornais, mas garantiu a continuidade da abertura do Governo." *O Globo* (2/5/81, p.9) tratou apenas da garantia da abertura dada pelo ministro em nome do presidente: "O presidente da República já deixou clara sua determinação de levar adiante o projeto político de normalização da vida do País. Não será, portanto, o terrorismo que desviará a rota do projeto adotado com o consenso da nação."

<sup>150</sup> Enquanto o *Jornal do Brasil* destaca o fato de que o porta-voz "disse, pelo terceiro dia consecutivo, que não tinha nada a informar sobre o assunto" (4/5/81, p.4), *O Globo* (4/5/81, p.6) informa a ida do presidente ao Rio e a realização da reunião do conselho político. Também explica que o porta-voz recebeu orientação através do ministro Danilo Venturini de que a determinação é de que a Presidência não se pronuncie até a conclusão do IPM. (Inquérito Policial Militar)

TABELA 3 - TRATAMENTO DAS FONTES LIGADAS AO GOVERNO\*

Tratamento	JB	Globo
respondeu	10	21
não respondeu	3	1
respondeu parcialmente	5	0
total	18	22

**Não respondeu:** a fonte-personagem é apresentada apenas para informar que não respondeu às perguntas do repórter sobre o tema.

**Respondeu parcialmente:** embora apresente alguma fala da fonte-personagem, o texto destaca perguntas que ficaram sem resposta.

\* FONTES LIGADAS AO GOVERNO INCLUI: membros do governo federal, autoridades das Forças Armadas e parlamentares do PDS.

O que podemos considerar, como hipótese de interpretação dos dados até aqui, é que na seleção das fontes se impõe o princípio da legitimidade social e política, o *status quo*, como procedimento profissional do jornalista.

Como explica Traquina, é preciso produzir rápido, com o máximo de confiabilidade, o que estimula o repórter a priorizar as fontes-personagens referendadas pelo *status quo*, além de desenvolver uma relação simbiótica com as fontes. As fontes oficiais são aqueles personagens cujo poder depende, em grande parte, da manutenção das instituições já estabelecidas. Ou seja, são agentes cujo ponto de vista tende à conservação do *status quo*. Portanto, a valorização das fontes oficiais tende a levar a apuração no sentido inverso àquele preconizado pelas conceituações teóricas de “valor-notícia”. O que sugere uma tensão na atividade do jornalista entre os critérios de qualidade jornalística e os de eficiência industrial.

No caso desta cobertura, sugere uma contradição. Na memória da imprensa, o Caso Riocentro foi um momento em que o jornalismo enfrentou o governo militar. Mas quando consideramos quem teve direito à publicização de seu ponto de vista, talvez fosse mais adequado dizer que a imprensa não enfrentou o governo, apenas escolheu um lado na disputa interna ao governo militar.

### 3.4.3 As aspas: o que as fontes falam

Das 162 fontes-personagens presentes nas páginas dos jornais nos quatro primeiros dias de cobertura do Caso Riocentro, 76 foram chamadas a interpretar os acontecimentos. Para verificar da maneira mais objetiva possível o conteúdo construído, as declarações atribuídas às fontes foram reduzidas a alguns denominadores comuns.

Se toda sistematização envolve uma razoável simplificação da realidade e certa dose de arbitrariedade, ao tabular análises políticas, reduzindo múltiplas falas de modo a permitir algum tipo de comparação, há o risco de que este processo implique em alguns erros. Para minimizá-los, foram testadas várias estruturas de planilha e optou-se por reduzir as interpretações tabuladas a quatro colunas, destacando os aspectos que pareceram mais significativos nas análises apresentadas. As quatro colunas (autores; resultados; imagem do governo; e imagem do presidente) foram preenchidas com alguns conceitos-chave, de acordo com os depoimentos reproduzidos pelos jornais.

O processo de tabulação dos dados permitiu a eliminação e a revisão de muitas variáveis que, quando ordenadas de maneira quantificável, mostraram-se pouco significativas. Primeiro foi feita uma leitura e anotação sistemática dos conteúdos encontrados. Em seguida, foi criada uma planilha com colunas identificadas com os temas que pareceram centrais nas declarações. No primeiro formato, havia sete colunas. Foi possível observar que alguns conceitos-chave que chamaram atenção na leitura sistemática não eram quantitativamente significativos. Assim, a interpretação dos dados sofreu diversas modificações até chegar ao formato atual.

#### 3.4.3.1 Os autores: terroristas x povo

Segundo João Batista de Abreu (2000), “terrorista” e “terrorismo” foram expressões fartamente usadas pelo governo militar e pelos jornais da “grande imprensa” para se referir à luta armada de esquerda. Esta associação fez parte, segundo o autor, de uma estratégia de deslegitimação da guerrilha. Com o tempo, o termo foi estendido para a designação de praticamente todos os opositores<sup>151</sup>. Como explica Abreu, J.B., o conceito de terrorismo permite a associação direta com a ideia de crime e o esvaziamento do sentido político da ação. A repressão violenta à ação identificada com o “terror” também é mais fácil de ser justificada.

---

<sup>151</sup> “No período estudado, várias vezes ‘terrorista’ foi usado para classificar pessoas que se opunham ao regime militar, independentemente de sua atuação específica nos partidos clandestinos. Já na penúltima fase do período militar, durante o governo Geisel, a tentativa de organização ou reorganização de partidos políticos — mesmo que limitada à ação associativa — era rotulada pelos órgãos de segurança como ‘atividades terroristas’. Os governantes justificavam a repressão acreditando — ou transmitindo a ideia de que acreditavam — que qualquer movimento de oposição, mesmo pacífico, poderia converter-se em fator de apoio à guerrilha ou a um processo de desestabilização do regime.” (ABREU, J.B.: 28)

Abreu, J.B. destaca que o governo Geisel “coincide com a fase de maior número de denúncias na imprensa de práticas ‘terroristas’ por parte das autoridades, ou com a conivência delas”. Com os grupos de luta armada derrotados, o terrorismo muda de vetor na imprensa. Na cobertura das bombas do Riocentro, o conceito de “terrorismo” se mostra quase um consenso para explicar o episódio. O que se disputa na luta da informação é se o terror é de esquerda ou de direita.

No dia 1º de maio, sete fontes-personagens, entre autoridades políticas e parentes das vítimas, afirmaram que os militares do DOI-Codi foram vítimas de um atentado. Entre elas, o comandante do I Exército, Gentil Marcondes Filho, e o secretário de Segurança, Waldir Muniz, cujas entrevistas são publicadas com destaque nos jornais do dia 2 de maio. No dia 3 de maio, apenas a nota do I Exército, uma frase do comandante da 4ª Divisão do Exército, general José Luiz Coelho Neto, e D. Sueli, viúva do sargento, mantem este ponto de vista. O líder do PDS na Câmara, Cantídio Sampaio, afirma que é “mais provável que os militares tenham sido vítimas de atentado”, mas afirma que todas as hipóteses devem ser investigadas. No dia 4, só o senador do PP-MS, José Fragelli, afirma que se trata de atentado de esquerda e que não acredita “que os militares que se feriram na explosão fossem portadores das bombas”. Isto sugere que foi se formando uma interpretação dominante sobre a culpa dos militares.

A palavra terrorismo aparece na maioria das interpretações, bem como a convicção de que o objetivo dos autores das explosões era frear o processo de abertura política. O que mais chama atenção, porém, é a insistente referência à promessa do presidente de democratização e a convicção de que esta é sua verdadeira vontade. Há, tanto entre as fontes governistas como entre as de oposição, uma tendência à defesa do presidente.

TABELA 4 – AUTORES DAS EXPLOSÕES

Autores	JB	Globo	Total
terroristas	18	26	44
extremistas	2	3	5
outros	3	5	8
NR	12	7	19
Total	35	41	76

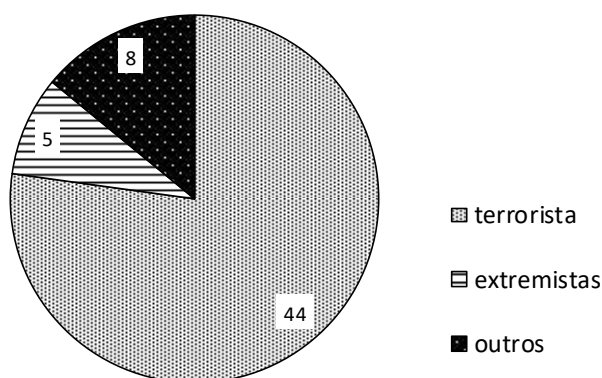
**Terroristas:** todas as declarações que mencionaram o terrorismo como fonte do atentado foram incluídas aqui. Nem sempre a fala publicada define um autor, mas qualifica o acontecimento como terrorista.

**Extremistas:** inclui menções a radicais de esquerda; grupos extremistas e extrema direita.

**Outros:** respostas diversas que não apontaram terroristas ou extremistas.

**NR:** declarações que não apontaram autoria (esses números foram desconsiderados na elaboração do gráfico).

GRÁFICO 3 – AUTORES DAS EXPLOSÕES



O conceito de terrorismo e de extremistas tende a colocar os autores em algum lugar distante de quem fala. Para reforçar esta imagem, 17 fontes-personagens, ao interpretarem as explosões, utilizaram as palavras “pátria”, “nação”, “sociedade”, “povo” ou simplesmente “nós” em contraposição aos autores das explosões. Ou seja, em 27% das interpretações forma-se um “nós” amplo, que inclui a fonte, a imprensa e um “todos” genérico que se opõe a “eles”, excluídos de qualquer possibilidade de visibilidade, a não ser pelas bombas e pela fala do outro.



### 3.4.3.2 O alvo: terrorismo x democracia

A maioria das declarações apresentadas pelos jornais associa os atentados à abertura e/ou democratização política. Esta associação é tão dominante que, mesmo as fontes que tentam separar os assuntos, precisam mencioná-los juntos, no mesmo discurso. O chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Danilo Venturini, e o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, afirmam que os atentados não têm nenhuma relação com a abertura ou com o processo de democratização. Resistem, mas precisam falar a respeito. Pressionado pela opinião pública ou pelas perguntas do jornalista — ou por ambos — Danilo Venturini afirma: “O projeto político não vai ser afetado pelo episódio do Riocentro. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.”. Antes, porém, reafirmou o compromisso do presidente Figueiredo com a democratização: “É melhor uma democracia com dificuldades que uma ditadura progressista”. Ou seja, mesmo tentando negar a relação entre os atentados e a democratização do país, o ministro precisa falar em democracia<sup>152</sup>. O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ao mesmo tempo que reconhece que as bombas explodiram dentro do governo, afirma que “seus efeitos foram nulos no que diz respeito ao processo de abertura democrática”<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> Trata-se de um fenômeno comum ao campo do jornalismo o fato de que as pessoas sejam constringidas a se posicionar de acordo com — ou pelo menos em relação a — uma espécie de senso comum das páginas do jornal. Ou, dito de outra forma, a fonte é constringida pelo próprio fluxo de informações circulantes cujo sentido o jornalista ajuda a imprimir. Na teoria do jornalismo, esta capacidade da mídia de definir sobre o que se deve falar ganhou o nome de agendamento. (Cf. WOLF, 1994 e TRAQUINA, 2005)

<sup>153</sup> Na entrevista realizada pelo correspondente do *Globo*, em Belo Horizonte, que analisaremos mais adiante, fica explícita a determinação do ministro em tratar o episódio como assunto de polícia e a pressão do repórter para que o ministro reconheça o efeito político.

TABELA 5 – ALVO DAS EXPLOSÕES

Alvo		JB	Globo	Total
<b>Total de fontes que opinam sobre o tema</b>		<b>20</b>	<b>27</b>	<b>47</b>
Motivação	contra abertura/democracia	7	8	15
	contra governo/presidente	4	3	7
	para criar insegurança	1	1	2
	alvos imediatos (militares/show)	3	4	7
Efeito	não ameaça abertura/democracia	3	8	11
	atinge Exército e DOI-Codi	4	2	6
	nenhuma relação com abertura/dem.	1	2	3
	não tem importância	1	0	1

**Motivação:** a intenção que se supõe por trás da ação

**Efeito:** as consequências que se avalia do episódio.

**Contra abertura/democracia:** quando a fonte explicitou uma intenção dos autores de frear ou fazer recuar o processo de abertura e democratização, incluindo as eleições de 1982, assim como de fortalecer a repressão.

**Contra governo/presidente:** declarações que apenas colocam um e/ou outro como alvo.

**Para criar insegurança:** a fonte foi genérica e não explicitou o objetivo em criar insegurançada à ideia de insegurança.

**Alvos imediatos:** aqui foram agrupadas declarações que se limitaram a discutir o tema sob o ponto de vista mais restrito da ação/efeito mais imediato, sem comprometer-se com interpretações políticas sobre objetivos ou efeitos

**Não ameaça abertura/democracia:** quando a fonte explicita a avaliação de que as explosões não atingem o processo democrático. Implícita ou explicitamente, há uma avaliação de que este era o objetivo.

**Atinge Exército/DOI-Codi:** declarações que apontam diretamente para a responsabilidade do Exército e dos órgãos de segurança.

**Nenhuma relação com abertura/democratização:** agrupa as declarações que pretendem negar a relação dos atentados com a abertura política.

**Não tem importância:** declaração do chefe de gabinete do ministro do Exército, que sugere que os jornalistas não têm porque dar tanta importância ao assunto, quando o procuram no Clube Militar de Brasília.

Na coluna em que estão listadas as opiniões das fontes sobre o alvo do atentado, foram mescladas afirmações sobre o que a fonte acredita que os autores das explosões pretendiam e o que tiveram como resultado<sup>154</sup>. Para a identificação da autoria, existiam respostas aparentemente fáceis, que poupam as fontes de maiores explicações: terroristas ou extremistas.

Avaliar o que pretendiam, ou o efeito produzido, já significava maior comprometimento do ponto de vista. Por isso, das 76 fontes tabuladas na função de interpretação, 29 declarações não permitem retirar uma posição clara sobre o alvo das explosões. Das 47 que se manifestam,

<sup>154</sup> Na planilha (Anexo 4, p. 257), as interpretações que falam das intenções dos autores das explosões são apresentadas por verbos conjugados no infinitivo; as que tratam dos resultados observados ou prováveis, segundo a fonte, por verbos no presente do indicativo.

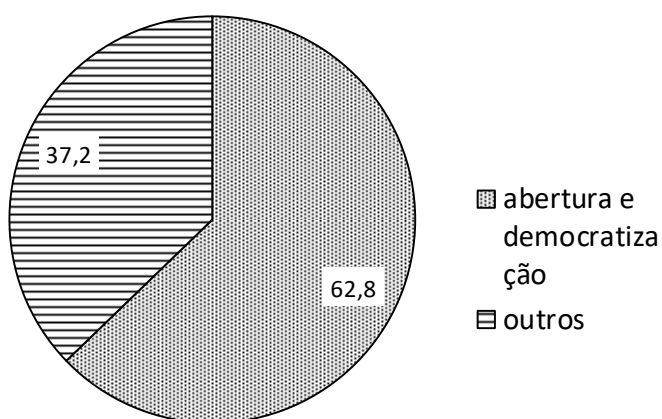
sete se limitam aos alvos imediatos, evidentes (os militares e a comemoração do 1º de maio), de modo a esquivar-se de uma interpretação política.

TABELA 6 – ALVO DAS EXPLOSÃO REDUZIDO

Alvo	Globo	Total	%	
abertura e democratização	9	18	27	62,8
outros	7	9	16	37,2
NR	11	14	25	
total de respostas			43	

Todas as declarações que mencionaram a abertura e/ou a democratização política na avaliação de causas e/ou consequências foram agrupadas. O percentual foi calculado em relação ao número total de fontes-personagens que aparecem na função de interpretação do episódio. Cada fonte foi contabilizada apenas uma vez, mesmo quando apareceu nos dois jornais.

GRÁFICO 4 – ALVO DAS EXPLOSÕES REDUZIDO



### 3.4.3.3 “Cuidado com o general”

Numa primeira leitura e anotação sistemática das interpretações políticas sobre as bombas no Riocentro, publicadas pelos jornais através da fala das fontes, observei uma visão

crítica em relação ao governo. Numa segunda leitura, evidenciou-se uma grande quantidade de referências ao compromisso e determinação do presidente em relação à abertura democrática. Finalmente, embora a primeira tendência seja ler as palavras “governo” ou “presidente” como referências ao mesmo campo político, a separação das opiniões em função da palavra utilizada em cada frase revelou tratamento bastante diferenciado.

Das opiniões expressas sobre o governo, 54% acusam-no de conivência, fraqueza ou falta de vontade de enfrentar o terrorismo ou ainda afirmam que o governo foi atingido pelas bombas. O mesmo tipo de julgamento só aparece em 25% das opiniões que se dirigem ao presidente. Em compensação, 61% das análises que mencionam o presidente afirmam sua competência, determinação e/ou compromisso para enfrentar o terrorismo e democratizar o país.

TABELA 7 – IMAGEM COMPARATIVA DO GOVERNO E DO PRESIDENTE

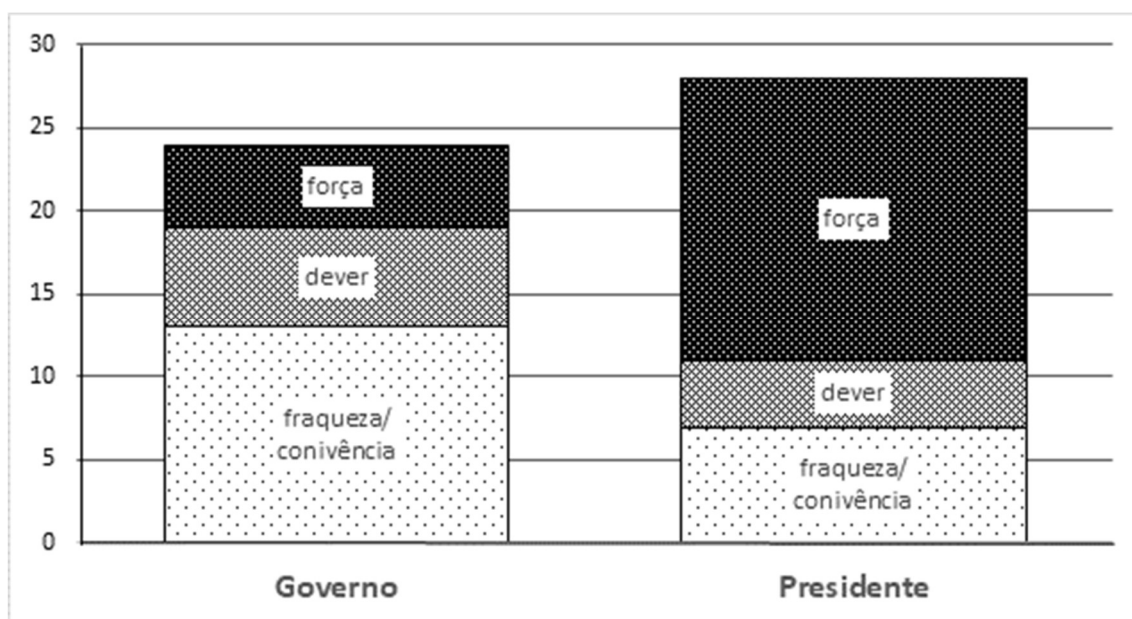
	Imagem	JB	GLOBO	Total	%
Governo	fraqueza/conivência	6	7	13	54
	dever	1	5	6	25
	força	1	4	5	21
	<b>total</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>100</b>
Presidente	fraqueza/conivência	3	4	7	25
	dever	3	1	4	14
	força	5	12	17	61
	<b>total</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>28</b>	<b>100</b>

**Fraqueza/conivência:** agrupa todas as expressões que acusam omissão, falta de vontade ou força para enfrentar a ameaça representada pelas bombas; que identificam falta de credibilidade ou, ainda, avaliam que a instância (governo ou presidente) foi alvo ou foi atingido pelas bombas.

**Dever:** agrupa as expressões com tom de cobrança, que afirmam o dever e responsabilidade de responder às bombas.

**Força:** agrupa as opiniões que reafirmam força, competência, determinação, credibilidade e compromisso com a democracia.

GRÁFICO 5 – IMAGEM COMPARATIVA DO GOVERNO E DO PRESIDENTE



Impossível saber se a escolha das palavras foi da fonte ou do jornalista. O que importa é que há uma estratégia que se revela a partir dessas escolhas: a de pressionar o governo ao mesmo tempo em que se salvaguarda o presidente. Improvável que, escolha da fonte ou do jornalista, esta diferença de tratamento seja resultado de alguma decisão consciente de construção narrativa. Mais provável que se trate de reflexo inconsciente de uma cultura dominante naquele momento.

Joelle Rouchou entrou no *Jornal do Brasil* em 1979 e era repórter do Caderno B em 1981. Ela diz que não viu censura na redação e que o lema da redação era “nada de autocensura”. No entanto, quando comentei que na leitura da cobertura do caso Riocentro pelo *Jornal do Brasil* identifiquei uma tendência a criticar de forma dura o Exército, mas não o governo, e perguntei se tinha alguma conversa sobre isso na redação, ela confirmou: “Tinha. Tinha uma sensibilidade, por mais que a gente não devesse exercer a autocensura, ela existia dentro de cada um. Todo mundo tinha medo de general. Todo mundo tinha medo do governo.”. E mais à frente, refletindo sobre a pergunta: “Mas você tem razão, tinha essa coisa: — Hum... cuidado com o general! Hum... Está tendo um período conturbado... Mas não vinha dos outros. Era dos outros e internamente também.” (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018).

Para Marco Napolitano (2014), a imprensa hegemônica apoiou o golpe de 1964, mas se distanciou do governo ao longo do processo de abertura, como forma de se desvincular da imagem da ditadura, deixando na conta dos militares toda a responsabilidade pelo arbítrio.

Napolitano, porém, identifica que o presidente Ernesto Geisel foi salvo desta condenação. Segundo o historiador, a imprensa teria construído uma imagem de herói da democratização para ele.

O que se constata na cobertura aqui analisada é que seu sucessor, João Batista Figueiredo, também gozava de certa blindagem que os jornais analisados reproduzem.

### **3.5 O narrador sobe ao palco**

#### 3.5.1 Indícios de um *ethos* problemático

Surge, da leitura da cobertura realizada aqui, a sensação de que uma parte significativa das fontes procuradas pelos jornalistas cumpre mais a função de amplificar a versão que já se consolidou, nas primeiras horas após as explosões, no campo do jornalismo. Poderíamos considerar que esta postura comprometeria, pelo menos em parte, o princípio profissional da objetividade. A escolha de uma posição, evidente nesta cobertura, pode ser condenada pelo argumento de que a função do jornalista é apresentar todos os fatos, sem induzir seus leitores a uma interpretação particular. Porém, qual a atitude eticamente mais adequada para o profissional do campo do jornalismo diante de um episódio que parecia oferecer todas as ferramentas para acuar o terror dos órgãos de repressão? A neutralidade diante de temas traumáticos poderia facilmente ser condenada como cinismo ou conivência com o terror.

Outro aspecto é a questão das escolhas sobre o que cabe ou não ser divulgado. O jornalista deve seguir à risca o lema descrito por Joelle Rouchou — “nada de autocensura”? Ou deve usar a “sensibilidade” para avaliar as consequências políticas de sua matéria? Não revelar aspectos delicados da luta política que se trava nos bastidores, em função de uma avaliação de risco, é autocensura ou responsabilidade social? Nas entrevistas, como veremos mais adiante, os jornalistas oscilam entre essas máximas, sugerindo que, mais do que a busca de um ponto de equilíbrio, o profissional busca, ora cá, ora lá, um alicerce firme e seguro de legitimação de seu procedimento profissional, enquanto transita por um território nada seguro, com regras explícitas de conduta e produção que não se sustentam à prova do dia a dia.

Há um tensionamento que configura o campo de atuação profissional, entre o compromisso ético-político de tomar posição em defesa da democracia e o compromisso técnico — que também é político — de produção de uma narrativa factual que se legitima com base em uma ideia de neutralidade. A ideologia profissional não oferece caminho para resolver os conflitos éticos entre o compromisso em tornar pública toda informação relevante para a

sociedade e a responsabilidade política de quem colabora com a construção da realidade através das palavras que publica.

De acordo com a linha editorial predominante a partir dos anos 1950, para se apresentarem como relato objetivo dos fatos, os textos de notícias e reportagens devem ter aspecto impessoal. Para esconder o autor da narrativa, o texto utiliza apenas as terceiras pessoas do singular e do plural. O repórter, portanto, não aparece como autor da narrativa, invisibilizado por um discurso referencial. Isso não impede que o texto jornalístico construa uma representação do jornalista por meio do personagem repórter. Uma construção que tende, como a própria realidade representada nos jornais, a se apresentar de maneira até mais inquestionável do que se fosse apresentada na primeira pessoa. Nas matérias sobre as bombas do Riocentro, a imagem que emerge das narrativas é um jornalista que luta contra os obstáculos à livre circulação da informação. Encontra portas fechadas e testemunhas que fogem amedrontadas e enfrenta autoridades que mentem ou omitem informações. O medo de cometer erro, o medo da repressão ou da demissão não aparecem nas páginas do jornal, embora faça parte do cotidiano de produção, e da memória dos jornalistas. Nas páginas do jornal, só aparece a coragem do repórter em sua luta pela informação.

### 3.5.2 O sigilo da fonte

Fonte em *off (off the record)* é, no jornalismo, a pessoa que oferece informações importantes para a reportagem, mas não pode ser exposta. O jornalista recorre ao princípio previsto na Constituição, de “direito ao sigilo da fonte”<sup>155</sup>, para dar à fonte-informante a garantia de que não será revelada sua identidade<sup>156</sup>. Em alguns casos, o jornalista pode simplesmente informar o que sabe, como se fosse a própria fonte da informação. Em outros casos, precisará de outros recursos de legitimação.

Nas edições publicadas no dia 1º de maio, *O Globo* informou que “uma segunda bomba foi desativada por peritos da Polícia dentro do Puma” (página 9) e o *Jornal do Brasil* afirmou: “O Puma estava cheio de bombas” (página 4). Nenhum dos veículos teve a preocupação de citar fontes. As frases fazem parte dos textos que descrevem a cena pós-explosão, levando o leitor a tomar o fato como testemunhado pelo repórter. No entanto, nas entrevistas concedidas naquele dia, o comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho, e o secretário de Segurança,

---

<sup>155</sup> Artigo 5º, inciso XIV da Constituição Federal: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

<sup>156</sup> No próximo capítulo, aprofundaremos a questão da relação do repórter com as fontes *off the record*, que parece ser marca importante da atividade de reportagem política da época.

Waldir Muniz, negam a existência de outra bomba no Puma. Nota do I Exército ainda afirma que os militares foram “vitimados no atentado”. A luta no campo do controle da informação ganha feições de guerra declarada entre as autoridades do Exército e os jornalistas.

Nas edições de 2 de maio, em que as entrevistas e a nota do I Exército são publicadas, os dois jornais se empenham em confirmar a existência de bomba não detonada no Puma, contra a versão oficial do Exército.

No *Jornal do Brasil*, a manchete no topo da página 8 informa: “Delegado e perito confirmam outra bomba no Puma”. No segundo parágrafo do texto, uma descrição detalhada do perito que afirmou ter sido encontrada outra bomba no Puma: “... um técnico em explosivos do DPPS, um homem de estatura mediana (cerca de 1,70m), cabelos grisalhos, moreno, usando óculos, que tinha uma prancheta nas mãos e parecia chefiar o grupo de policiais”. No segundo clichê, a foto do perito é incluída.

*O Globo* publica, na página 7, a manchete: “Polícia apreende duas bombas-relógio no Puma”. O lide detalha o procedimento do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), que teria desativado uma das bombas no local e recolhido as duas, além de outros materiais. No dia 3 de maio (página 20), também publica a foto do perito, com o seguinte texto: “este homem, que aparece na foto com a prancheta na mão — um senhor grisalho, moreno, estatura mediana e usando óculos de grau — foi quem informou à imprensa, sem se identificar, que uma bomba intacta havia sido achada dentro do Puma...”<sup>157</sup>.

Em função da necessidade de legitimar versão oposta às das autoridades, se multiplicam, nos jornais, fontes-personagens cujos nomes não são informados. São 37 fontes-informantes “em *off*” transformadas em fontes-personagens<sup>158</sup>. Isto é, para legitimar as informações a serem publicadas, são mencionadas fontes anônimas como “um perito”, “policiais”, “um vizinho”, etc.

Os dois jornais se utilizam de fontes não identificadas também para dar informações adicionais sobre o clima político em Brasília. No *Globo*, a informação aparece na página 2, numa coluna não assinada, intitulada “Política hoje amanhã”<sup>159</sup>, sem que o texto explicita que se trata de fonte *off the record*. Ele informa que “o presidente João Figueiredo reafirmou que

---

<sup>157</sup> Em 1981, o *Jornal do Brasil* ainda era o jornal de maior circulação e reconhecimento, o que tendia a obrigar *O Globo* a correr atrás do *Jornal do Brasil*, em função da concorrência.

<sup>158</sup> Na planilha, são 43 fontes que aparecem sem nome. Uma é o *Jornal do Brasil*, que pode ser considerado o próprio nome, e cinco não deram nenhuma informação.

<sup>159</sup> Nesta primeira análise, textos do gênero opinativo, como editoriais e colunas foram desprezados, com o objetivo de concentrar a leitura nos textos que se oferecem como factuais, descritivos. A coluna “Política hoje e amanhã” foi considerada porque não é assinada e seu formato, pelo menos nesta edição, é de narrativa descritiva sobre a posição do presidente.



os atentados terroristas não impedirão o prosseguimento da abertura política nem afetarão a realização de eleições no próximo ano”.

No *Jornal do Brasil*, matéria de duas colunas destacadas por uma linha que as circunda (Anexo 3, p. 254 – *Jornal do Brasil*, 2/5/81, página 9) no centro da página 9, sob a foto de Ibrahim Abi-Ackel, com o título “No Comando, constrangida surpresa”, descreve o clima entre os comandantes militares do governo. Todo o seu conteúdo é atribuído a uma fonte *off the record* “que por deveres da função, manteve contato com diversas pessoas durante todo o dia”. Esta fonte parece dizer tudo o que os jornalistas tentam demonstrar: que as bombas estavam sendo colocadas pelos militares atingidos e que isso pode significar o fio da meada para desmascarar o sistema de terror, além de “arrebentar com a credibilidades dos serviços secretos” e acelerar “a desativação dos CODIs”.

O uso de fonte *off the record* sem nenhuma qualificação específica<sup>160</sup>, para informações de caráter interpretativo, é incomum no texto jornalístico. Trata-se de informação difícil de ser contestada pelos envolvidos. E a fonte pode ser escolhida livremente pelo repórter, em função do que queira publicar. Ou inventada. Segundo Antero Martins,

Como todo mundo trabalhava em *off*, os milicos faziam o quê? Os milicos davam informação pra gente colocar no jornal em *off*, e ninguém sabia quem era quem. Eu descobri o seguinte: a gente podia bolar o *off* que interessava. A gente começou a colocar em *off* coisa que a gente queria que passasse, que era rigorosamente invenção.<sup>161</sup> (MARTINS, entrevista à autora, 9/8/2017).

Nas edições do dia 3 de maio, nova nota do I Exército afirma que havia apenas as duas bombas que explodiram e denuncia “interpretações malévolas” sobre o episódio. A nota atribui tais interpretações à tentativa de desacreditar os “órgãos de segurança”, o que “sempre foi meta buscada por elementos ou organizações subversivas” (Anexo 3, p. 255).

Em contrapartida, os repórteres buscam informações com policiais e peritos, que só falam “em *off*”. No dia 3, mais sete fontes “em *off*”, três no *Globo* e cinco no *Jornal do Brasil* (uma em comum: “fontes do Departamento Geral de Investigações Especiais — DGIE”). Algumas pessoas podem ser as mesmas ouvidas na noite do dia 30 de abril, que forneceram informações reproduzidas sem a preocupação de qualquer referência à fonte. A partir do momento em que existe uma guerra de versões, é preciso qualificar a fonte para dar maior credibilidade à informação.

---

<sup>160</sup> Diferente do que acontece quando a matéria cita “um perito”, “um policial” ou “um vizinho”, por exemplo.

<sup>161</sup> Isto não significa que o *Jornal do Brasil* inventou a fonte, mas reforça o que muitos entrevistados confirmam, de que as fontes protegidas por sigilo eram a base do trabalho dos repórteres, naquele período.

Qualificar a fonte sem identificá-la cumpre dupla função discursiva. Por um lado, legitima a informação em nome de uma fonte que se afirma ter autoridade sobre o assunto. Por outro lado, explicita o sistema de censura em funcionamento que ameaça as fontes. Ao todo, mais de 25% das pessoas que os jornalistas informam ter ouvido — ou tentado — não tiveram seus nomes divulgados, o que sugere forte pressão sobre o trabalho de apuração.

### 3.5.3 Fontes que não falam

São vários os recursos utilizados pelas reportagens para denunciar o cerceamento da informação. Além das fontes citadas que não falam e das fontes que falam sem que seu nome seja revelado, alguns textos descrevem diretamente a ação do repórter no confronto com testemunhas e autoridades públicas que fogem ou fecham suas portas aos jornalistas. O *Jornal do Brasil* denuncia, no dia 2 de maio, o Instituto Médico Legal e o Departamento de Polícia Técnica fechados aos repórteres. No dia 3, *O Globo* denuncia as portas fechadas da Secretaria de Segurança.

#### **IML foi interditado ao público**

O Instituto Médico Legal foi interditado ao público por uma radiopatrulha, entre as 11h50m e 12h26m de ontem para que a ambulância de uma funerária saísse na contramão pela Rua dos Inválidos com o corpo do sargento Guilherme Pereira do Rosário. Colegas do sargento que servem no DOI-CODI omaram essas providências para que a imprensa não documentasse a saída do corpo do IML para o Cemitério de Irajá. (JB, 2/5/81, p.7)

Pela primeira vez, desde a abertura política, o Departamento de Polícia Política e Social e o Departamento de Polícia Técnica fecharam as portas, impedindo o acesso de jornalistas a informações sobre as bombas que explodiram no Riocentro." / "Os repórteres que queriam falar com o titular do órgão, delegado Borges Forte, eram barrados por um policial que se mantinha atrás das grades, depois das 12h de ontem." / "Por duas vezes, na parte da manhã, o delegado Borges Forte foi chamado pelo diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais, delegado Newton Costa. Na rua, parado pelos repórteres, ele nada dizia. (JB, 2/5/81, p.9)

O general Waldyr Muniz não foi ontem à Secretaria de Segurança. Nenhum de seus auxiliares diretos foi encontrado. A Assessoria de Comunicação Social estava fechada e, como não havia funcionários na recepção, os soldados da PM de serviço no saguão do andar térreo não permitiram que jornalistas entrassem no prédio. (*O Globo*, 3/5/81, p.20).

Soma-se a estes relatos a apresentação de fontes — entre testemunhas, especialistas ou não-informados — que expressam medo de falar. No material levantado e tabulado, há 12 fontes-personagens, entre testemunhas, especialistas e não informados, que não falam, e 14 que falam, mas também escapam em algum momento.

Por exemplo, após algumas aspas da viúva do sargento, falando sobre o marido, o *Jornal do Brasil* (2/5/81, p.7) publica o seguinte trecho: “Você é repórter, não é?”/ “Por favor, eu já

falei demais. Eles me proibiram de falar. Não me pergunte mais nada.”. A matéria do *Globo* (3/5/81, p.20) sobre a movimentação no hospital, onde o capitão estava internado, informa: “Os pais do capitão e outros parentes estiveram no Hospital Miguel Couto, mas se mantiveram afastados dos jornalistas.”.

Ou seja, uma parte significativa do material produzido tem por objetivo informar a dificuldade de acesso à informação e a luta do jornalista para chegar a ela, reforçando a imagem da personagem cuja missão é a luta pelo direito do público à livre informação.

#### 3.5.4 Confronto com as autoridades

Nas publicações do dia 2 de maio, as três principais fontes-personagens entrevistadas são o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, o comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho, e o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, general Waldir Muniz. Muniz e Abi-Ackel convocaram entrevista coletiva com a imprensa no dia seguinte às explosões. Marcondes é cercado no enterro do sargento e na visita ao capitão, no hospital. Abi-Ackel, apesar da coletiva em Brasília, é cercado novamente pelos jornalistas quando chega a Belo Horizonte. As três fontes-personagens são as tradicionais autoridades públicas, diretamente ligadas ao tema, portanto com informações técnicas a oferecer, como os especialistas. A abordagem feita pelo jornal das entrevistas com essas autoridades evidencia a prioridade para o caráter político de suas manifestações.

O *Jornal do Brasil* abre sua primeira página exatamente com a avaliação política do ministro da Justiça: “A bomba explodiu dentro do governo” (Anexo 3, p. 254). O *Globo*, embora não reproduza esta afirmação<sup>162</sup>, publica um trecho de entrevista em que o repórter pressiona o ministro para assumir o caráter político das bombas.

A edição de parte das entrevistas em formato de pergunta e resposta explicita o papel central dessas fontes no episódio. A edição das entrevistas nos oferece indícios importantes das estratégias dos jornalistas na disputa de poder com as fontes oficiais. Este formato costuma ser usado quando se pretende expor, não só o conteúdo da fala do entrevistado, mas o próprio entrevistado, como personalidade. Quando essa estrutura é usada para entrevistados cujas respostas são curtas e/ou evasivas, como nas publicações em questão, o espaço amplo cumpre, principalmente, a função de expor a ausência, o silenciamento. Quem aparece, então, é o repórter em sua luta pela verdade.

---

<sup>162</sup> Segundo depoimento de Milton Coelho da Graça, chefe de redação do *Globo* na época, o ministro teria dito esta frase em *off*, isto é, pedido para que não fosse divulgada. (RIBEIRO, B. 1999: 161)

O diálogo que encontramos nas páginas do jornal é uma edição que, ainda que possa ser perfeitamente fiel às palavras proferidas (nem sempre), enraizado numa experiência real, reconstrói ordenações e encadeamentos lógicos de acordo com a interpretação do redator. A edição do texto não inventa, mas reorganiza as falas dentro de uma nova estrutura, em que o diálogo original é cortado e colado. Como no texto noticioso, a entrevista é ordenada levando-se em consideração os critérios do “valor-notícia”, de acordo com a linha editorial do veículo.

#### 2.5.4.1. Como calar um general

*O Globo* e *Jornal do Brasil* publicam, no dia 2 de maio, a entrevista coletiva do secretário de Segurança do Rio de Janeiro. As duas publicações oferecem mais ou menos o mesmo enfoque. Os dois veículos apresentam parte da entrevista no formato de pergunta e resposta e parte em forma de texto direto. Pelos trechos que são escolhidos para aparecerem em forma de pergunta e resposta, podemos perceber o que o veículo pretende enfatizar.

*O Jornal do Brasil* dedica mais espaço à entrevista e, principalmente, valoriza atitudes grosseiras do entrevistado que servem para desacreditar a personagem (destaque 1). *O Globo* ignora as respostas que não estão diretamente relacionadas ao assunto. Por outro lado, enfatiza a contradição do entrevistado ao reproduzir, entre aspas, a fala do secretário em que ele pretende reproduzir um diálogo entre o sargento morto e o capitão, naquele momento impossibilitado de falar (destaque 2).

Os dois jornais expõem, ainda, a insistência dos repórteres para defender a própria versão: de que havia outra bomba no carro, incluindo a afirmação de que os militares eram especialistas em explosivos e que o carro em que se encontravam não era de propriedade do capitão, como afirmava o Exército (destaque 3). Para tanto, destacam contradições (destaque 4) e evasivas ou rejeição explícita da pergunta, pelo entrevistado (destaque 5).

#### ***Jornal do Brasil, 2 de maio de 1981, página 9.***

O Secretário de Segurança, General Waldir Muniz, disse, ontem, que os terroristas telefonaram para o Riocentro uma hora antes de ocorrerem as explosões, fato este que causou mobilização dos órgãos de segurança, ‘mas a violência não nos intimida e nós vamos descobrir quem são esses terroristas’, garantiu o Secretário, em entrevista a vários jornalistas.

Ele explicou que ‘os dois militares foram pegos de surpresa quando o capitão’ — Wilson Luís Chaves Machado — ‘dava ré no seu carro. O sargento’ — Guilherme Pereira do Rosário — ‘viu o petardo dentro do carro e quando o pegou explodiu’. À pergunta sobre como os agentes foram descobertos, o General respondeu: ‘Qual o agente que não é conhecido hoje?’”

A ENTREVISTA:

“A Secretaria de Segurança está cooperando com o I Exército no sentido de realizar diligências, laudos, levantamentos. Já há um inquérito aberto pelo Comando do I Exército”, disse o General Muniz.

— Secretário, sabe-se que há testemunhas, e que elas já prestaram depoimentos. O senhor tem alguma informação a dar?

— Nós estamos na investigação. Seria até uma incoerência avançar para os senhores, num momento desses, em que repudiamos a violência, num dos mais vis atentados, quando se procurava dar a maior segurança a 20 mil jovens que assistiam a um show. (5) Após um telefonema do comando Delta uma hora antes, para lá acorreram os órgãos de segurança e lamentavelmente mais uma vez a irracionalidade surpreende um inocente, que quando fazia uma manobra de marcha-à-ré, já o seu acompanhante vira um petardo, que explodiu, mutilando um e ferindo gravemente outro. Mas atentados dessa natureza não nos intimidarão sob forma nenhuma. Deus é grande e é brasileiro. Nós vamos em frente, um dia chegamos lá.

O General Muniz lembrou que “este mesmo Comando Delta foi o que colocou uma bomba em baixo de um ônibus, recentemente, na Ilha do Governador, ônibus estacionado, que era de condução de funcionários da Petrobrás, em frente ao Centro Técnico Leopoldo Miguez. Então esse Comando Delta... que comando será esse? Vamos investigar. Quero dizer mais uma vez que nos unamos para acabar de vez com essa violência. Não leva a nada.”

— General, em que pé estão as investigações levadas a termo pela Secretaria de Segurança?

— As investigações levadas a termo pela Secretaria de Segurança são aquelas normais: perícias, levantamentos, laudos periciais. (5) Estamos trabalhando com o I Exército. O Comandante do I Exército, General Gentil, determinou a abertura de inquérito, já distribuiu nota oficial e estamos ainda em fase de investigação, fase de sigilo absoluto para chegarmos aos resultados desejados. Vamos ver quais são esses terroristas, quem são esses terroristas, quem são esses maus brasileiros. Será que esses materialistas não têm mãe, não têm pai, não têm irmão, não crêem nessa pátria acolhedora, que haverá de ser grande custe a violência que custar?

— Os dois militares vitimados estavam desativando uma bomba?

— Os dois militares não estavam desativando bomba nenhuma. (3) Eles foram pegos de surpresa ao saírem do seu estacionamento no mais vil e covarde atentado que se pode fazer à figura humana. O militar é um civil fardado. É um componente dessa sociedade à qual nós pertencemos com orgulho. O que nós repudiamos e todo o povo deste Brasil repudia é essa violência indiscriminada de que nós estamos sendo alvo.

## SEGURANÇA

— Esses dois militares estavam trabalhando?

— Estavam cumprindo a missão deles, porque todos nós estamos vigilantes na segurança deste país para que o senhor viva tranqüilo, para que todos nós vivamos tranqüilos.

— Quando o senhor falou que um desmanchador de bombas tem que ter muita perícia, o Senhor quis dizer que os dois eram peritos mesmo? (4)

— Minha filha, que pergunta capciosa. Eu não disse isso. Veja a conclusão errada. Eles não são peritos.

— Mas eu estou perguntando justamente para esclarecer...

— Mas faça uma perguntinha... Você tem uma cara tão bonitinha... (5 e 1) Não, absolutamente. O capitão dava marcha à ré no carro quando o sargento disse que tinha uma coisa estranha aqui. Quando botou a mão, explodiu. A bomba foi posta antes deles entrarem no carro. Você não vê quanta gente abre mala de Passat, mala de Chevrolet, de Brasília. Sabe quantos carros são roubados diariamente no Rio de Janeiro? Mais de 30.

— Então a bomba foi colocada enquanto eles estavam fora do carro?

— Ah, foi... foi. Não. Não posso afirmar que tenha sido. (4) Estamos ainda em levantamentos, em inquéritos, haverá uma série de diligências, de buscas, de perícias, de inquirições. A única coisa certa é que o capitão, ao dar marcha à ré no seu carro esse artefato explodiu, e que o sargento nessa hora viu o objeto e pegou, quando ele explodiu.

— O capitão já foi ouvido?

— Coitado, o capitão, não pode nem falar. (4)

— Uma pessoa que estava no local disse que foi encontrada dentro do carro uma outra bomba ou material explosivo. No caso, o que era?

— Isso aí é notícia absolutamente falsa. (3)

— Não foi encontrado nada?

— Mais nada foi encontrado nesse carro. (3) O que nós queremos, sim, é procurar aqueles que fugiram rapidamente depois do arrebentamento da bomba.

— Dez minutos após a explosão no carro, ocorreu uma outra, no painel de luz e força do Riocentro. O Senhor pode explicar o que foi?

— Eu tomei conhecimento disso pela nota do I Exército. O I Exército está apurando. Está sendo investigado, como está sendo investigado, também, quem procurou se afastar rapidamente.

— Os integrantes desse Comando Delta, pelo visto, conhecem bem os agentes de informação.

— Meu filho, qual agente que não é conhecido hoje?

— Qual a missão específica dos dois lá?

— A missão específica dos dois lá compreende que nós estamos atendendo a chamada de que o Comando Delta fez a ameaça. Você já imaginou se realmente explodisse uma bomba lá dentro? O que seria.

— O telefonema foi uma hora antes. Houve tempo para os agentes saírem do carro, percorrerem o local e ser colocada a bomba antes que eles retornassem ao automóvel?

— Só você está me fazendo perguntas; eu pediria que outros fizessem. (4 e 5) Mas foi aquilo que aconteceu. Todos os grandes eventos onde haja ameaça de perturbação da ordem por grupos interessados nisso têm que ter elementos que vão ver o que vai ocorrer.

— A perícia já antecipou para o Senhor qual foi o tipo de explosivo empregado na ação?

— Absolutamente. Ainda não. Isso vai para laboratório. O Exército está empenhado na busca da verdade. Eu seria apressado em adiantar alguma coisa para os senhores. (5)

— Há algum suspeito preso? Há indícios de conexão com os outros atentados a bomba?

— Não posso responder. A sua pergunta é impertinente. Mesmo que houvesse, jamais eu diria, porque seria revelar de público e impedir que se prossiga no sigilo desejável, a busca da verdade. (5)

— O Senhor disse que várias pessoas se afastaram do local rapidamente após as explosões. Já houve depoimentos nesse sentido?

— É outra pergunta que eu não posso responder. Senão eu estaria abrindo um fato que está sendo investigado. Mas depois o senhor saberá em detalhes. (5)

— Nós queríamos saber a quem pertence o carro em que a bomba explodiu, o senhor pode dizer?

— É dele — do capitão — particular.

— Mas a família nega.

— Desconheço... desconheço. (3) Bem, não tenho mais informações a dar. O evento está sendo investigado. Eu já disse o que tinha de dizer. Porque seria querer criar coisas novas que não existem. Muito boa noite e sejam felizes.

#### **O Globo, 2 de maio de 1981. Página 6.**

O Secretário de Segurança, General Waldyr Muniz, informou no início da noite de ontem que “os dois militares do Exército estavam a serviço do Riocentro quando uma bomba explodiu dentro do Puma do capitão Wilson Luiz Chaves Machado”. Segundo o secretário, eles correram para o local, juntamente com agentes de outros órgãos de informações, depois que uma pessoa, que se identificou como integrante do Comando Delta, telefonou para o próprio Riocentro e anunciou que uma bomba explodiria durante o show. Este telefonema teria ocorrido uma hora antes da explosão:

— A única coisa certa que sabemos — explicou — é que o capitão estava dando marcha à ré em seu carro para deixar o estacionamento, quando o sargento, que estava a seu lado, viu um objeto e falou: ‘Capitão, tem um petardo aqui’. O sargento, então, pegou o objeto, que explodiu.

O secretário levantou a hipótese de que a bomba teria sido colocada no carro do capitão no curto período em que ele e o sargento deixaram o veículo estacionado e se ausentaram. Waldyr Muniz garantiu que não foram encontradas outras bombas intactas no Puma do capitão e disse que o diálogo entre ele e o sargento, segundos antes da explosão, foi ouvido por “pessoas que estavam por perto”.

Ainda segundo o secretário, várias testemunhas viram quando, no momento da explosão, três carros deixaram em alta velocidade o estacionamento do Riocentro. Ele garantiu que as pessoas que estavam nestes carros estão sendo procuradas como suspeitas pela explosão.

#### **APOIO DA SECRETARIA**

Segundo o secretário, a polícia já estava preparada para a ameaça de ‘grupos minoritários tentarem perturbar o show’:

— Os dois militares não estavam desativando bomba alguma. Eles foram pegos de surpresa quando saíram do estacionamento no mais vil e covarde atentado. Eles correram para a área para dar segurança. Desgraçadamente, o sargento viu aquele petardo, achou estranho e pegou. Vocês acham que alguém vai se suicidar? (3)

— Um oficial de Infantaria sabe lidar com explosivos? — perguntou uma repórter.

— Um oficial de Infantaria, em qualquer Exército que se preza, lida com as armas mais sofisticadas, com simuladores, bombas. Todos os oficiais e todos os sargentos.

— Foram encontradas outras bombas no carro do capitão?

— Não foi encontrado mais nada neste carro. Isto é absolutamente falso. **(3 e 4)** Agora, o que queremos é procurar aqueles que fugiram rapidamente depois da explosão em três carros.

— É possível saber que tipo de explosivo foi usado na bomba que matou o sargento?

— Absolutamente. É muito cedo. O Exército está empenhado na busca da verdade. **(5)**

— Há suspeitos presos?

— Esta pergunta é impertinente. Mesmo que houvesse não revelaria. **(5)**

— A quem pertence o Puma?

— O carro é do capitão.

— A família nega.

— Desconheço. **(3 e 4)**

— Outros grupos estariam na ação durante a explosão?

— É outra pergunta que não posso responder. Estarei cometendo erro crasso, passível de punição. **(5)**

— Se os dois eram militares do Exército em missão, por que não estavam fardados?

— Você acha que se deve fardar uma polícia secreta? Acha que vou investigar botando na cabeça polícia? **(4)**

— O senhor lembrou o diálogo entre o capitão e o sargento pouco antes da explosão. O capitão já foi ouvido?

— Coitado do capitão, não pode nem falar.

— Como se sabe deste diálogo?

— Pessoas por perto ouviram e foi investigado. **(4)**

#### APELO

Durante a entrevista, o Secretário de Segurança condenou os atentados terroristas e fez diversos apelos à população para que mantenha a confiança nas autoridades:

— Atentados desta natureza não nos intimidarão. Deus é grande e é brasileiro. Vamos em frente e um dia chegaremos lá. Devemos nos dar a mão para acabar de vez com esta violência. A população deste Estado deve acreditar em nós. Nosso mutirão haverá de acabar com a violência.

“Vamos saber quem são estes terroristas, quem são estes anticristãos. Será que não têm mãe, pai, irmão, que não cresceram nesta pátria acolhedora?”



No dia seguinte à publicação da entrevista do general Waldir Muniz, a Coluna do Castello, no *Jornal do Brasil*, tem o título: “As bombas e o Secretário” (JB, 3/5/1981, p.2). O colunista Carlos Castello Branco começa ironizando: “Estranho dom de adivinhação tem o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro”. Ao longo do artigo, lembra a demissão do comandante do II Exército, em 1976, pelo então presidente Geisel, como a atitude que pôs fim à “anomalia” dos porões que ameaçavam a autoridade do governo. E conclui: “É evidente que o General-Secretário, quando falou aos jornais, não saiba de nada. Se ele soubesse de tudo, isso seria muito grave”.

A partir do dia 2 de maio, o general Waldir Muniz se cala. Não some totalmente do noticiário apenas porque os jornais registram sua ausência da Secretaria de Segurança.

#### 2.5.4.2. A história contada através das perguntas

Com o general Gentil Marcondes Filho, há duas entrevistas em formato pergunta-resposta, tanto no *Jornal do Brasil* quanto no *Globo*, de novo com conteúdo semelhante. Uma foi feita no cemitério onde o comandante do I Exército esteve para prestar honras militares ao sargento morto. Outra no Hospital Miguel Couto (HMC), onde estava internado o capitão. No Hospital, na realidade, há três momentos diferentes em que os jornalistas falam com o general: quando ele chega, quando ele sai e quando, dentro do Hospital, ele se dispõe a conversar com um grupo restrito de jornalistas. As perguntas e respostas variam pouco em todas as entrevistas.

Algumas passagens explicitam de forma mais evidente o enfrentamento dos repórteres com o entrevistado. Algumas perguntas não são de fato perguntas, mas afirmações. Isto é, são uma oportunidade para o jornalista afirmar o que sabe, mesmo que a fonte diga o oposto (destaque 1). As perguntas insistentes sobre a presença de outra bomba no carro dos militares, ou a menção ao laudo do DGIE cumprem esta função. Em alguns momentos, pode-se perceber a tentativa de colocar o entrevistado em contradição (destaque 2). Por fim, a repetitividade do texto funciona como uma demonstração do trabalho exaustivo do repórter em busca da informação relevante e expõe a evasividade da fonte (destaque 3).

Abaixo, pode-se observar essas estratégias nas diversas entrevistas com o comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho.

*Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1981, página 7.

Logo depois de assistir ao enterro, o General Gentil Marcondes Filho foi abordado pelos jornalistas, e antes mesmo que lhe fosse feita qualquer pergunta disse que lá estava para o sepultamento de um subordinado, e acrescentou: “Forneci, hoje, uma nota à imprensa lacônica, como não podia deixar de ser. Trata-se, evidentemente, de um atentado, intencional ou não, não sei, a que foram submetidos dois auxiliares nossos no exercício de suas funções. O Exército já determinou abertura do inquérito para averiguar a profundidade da ação”.

— Qual era a missão deles?

— Missão de informação.

— E esse Comando Delta que teria se responsabilizado pelo atentado em telefonemas aos jornais?

— Bem... aí nisso tudo há muita exploração desses atentados. Não posso dizer nada sobre o Comando Delta, ignoro a participação do mesmo no assunto.

— E as duas bombas que estavam dentro do carro e foram desativadas?

— Ao que sei, só existia uma bomba que explodiu.

— E a outra na casa de força?

— Também houve uma bomba que, subsequentemente, explodiu na casa de força.

— Não havia bombas desativadas dentro do carro?

— Só havia a bomba que explodiu, pelo menos é a informação que me propiciaram até agora. (2)

— O laudo pericial do DGIE disse que a bomba explodiu no colo do sargento. (1)

— Não conheço ainda o laudo pericial e eles foram feitos... creio, mais de um laudo: o do DGIE e o da Polícia do Exército. Vamos ver depois, no desenvolver do inquérito o que se confirma a respeito.

— O senhor vê ligação entre esse atentado e os outros, ocorridos antes?

— Eu não posso dizer se existe ligação. É evidente que em todos esses atentados existe uma conotação política. Agora, de que coloração, não sabemos; ou se são realizados pela mesma entidade, pelo mesmo grupo, pela mesma pessoa. Também não sabemos.

— O Exército vai fazer algum tipo de investigação?

— Vai fazer o inquérito e, como tal, todo inquérito redundará numa investigação.

— Esse caso pode reabrir o inquérito de Ronald Watters? (1)

— Não sei se seria possível ver mais alguma coisa com relação à resultante desse inquérito.

— A que o Sr. atribui tanta dificuldade em apurar esses últimos atentados terroristas?

— Eu acho que esses atentados são muito difíceis. Se não fossem, na área internacional todos eles estariam plotados e identificados. No entanto, onde existe uma organização maior executando esses atos terroristas, tem sido difícil chegar ao responsável. Aqui, no caso, tenho dúvida se se trata de uma

iniciativa isolada e, neste caso, se torna ainda mais difícil a pesquisa e a resultante.

— O Sr. repudia todas as acusações e linhas de observação que dizem que pessoas do Exército poderiam estar envolvidas nesse tipo de coisa?

— É óbvio. É óbvio. Ninguém vai se matar por... não é... ninguém vai se levar ao suicídio num caso desses, não é? Pessoas que normalmente conhecem explosivos... (2)

— Admitindo-se a hipótese, não poderia ter sido um acidente? Essa linha vai ser investigada pelo Exército?

— É óbvio. Todas as linhas vão ser investigadas. O inquérito contém essa finalidade. (2)

— O inquérito do Exército está correndo paralelo ao da Polícia Federal?

— Eu acho que vão ser feitos dois inquéritos, até se chegar à conclusão se se trata de uma ocorrência de caráter civil ou se enquadra num crime militar.

Outro texto, na mesma página, apresenta outra entrevista com o general Gentil:

ÀS 14 HORAS

— Disseram que o Capitão Wilson estava a serviço do I Exército, sob ordens diretas do Comando. O que ele estaria fazendo lá?

— Estava a serviço do I Exército, do serviço de informações.

— A bomba explodiu no carro dele?

— Foi um atentado lamentável, não sei se intencional ou circunstancial, mas explodiu, não é?

— Ele estaria com explosivos dentro do carro?

— É prematuro. Não posso afirmar. (1 e 2)

— Mas esta hipótese está descartada (de o capitão ter levado explosivos com ele)?

— A gente não descarta nada até confirmar. Mas esta hipótese é muito vaga.

— Soube-se que explodiu uma bomba, mas que havia mais duas dentro do carro...

— Não sei disso. Sei apenas que uma bomba explodiu no carro e outra na central de eletricidade do Riocentro. A notícia que tenho é essa. Li nos jornais esta versão, procurei confirmar, mas não a concebi. (1 e 2)

— O capitão Wilson pertence aos quadros do DOI-CODI?

— Possivelmente. (1)

— A que devemos sua presença aqui no Miguel Couto?

— A minha presença se deve ao fato de que minha presença é sempre constante, particularmente quando um oficial sob minhas ordens sofre alguma coisa. Sou solidário com a família e com este subordinado acidentado.

— O Sr. confirma que o serviço secreto do Exército está presente nas comemorações do dia 1º de Maio?

— Sempre existe um serviço reservado do I Exército, particularmente no Rio, em qualquer circunstância.

— O capitão Wilson é vítima ou autor?

— É vítima, óbvio, até que se possa provar o contrário. (3)

#### NA ADMINISTRAÇÃO

Na sala da administração do Hospital Miguel Couto, o General Gentil Marcondes Filho recebeu dois representantes da imprensa e respondeu às perguntas com tranquilidade.

— O que o Capitão Wilson estava fazendo em um automóvel de chapa fria?

— Ele estava a serviço do serviço secreto do I Exército. (1 e 3)

— O Sr. conhece a existência do Comando Delta?

— Li na imprensa, só soube através dos jornais que este suposto comando se responsabilizou pelo atentado.

— O Sr. acredita que haja algum tipo de ligação entre este atentado e o da OAB, por exemplo?

— Não vejo ligação aparente. (3)

— Como o Sr. vê um atentado dessa natureza no cenário político nacional?

— Uma reação de grupos extremistas, não sei de que coloração, para tentar conturbar o processo de evolução política do Governo.

— O Exército está investigando?

— Toda a comunidade de informação do I Exército, junto com a Secretaria de Segurança do Estado, estão empenhados em esclarecer os motivos do atentado. Até o momento não há nenhum suspeito.

— O Presidente Figueiredo foi informado das explosões pessoalmente?

— Possivelmente através do SNI. Não falei com ele pessoalmente.

#### ÀS 15H45M

Ao sair do HMC pela entrada antiga, às 15h45m, o Comandante concedeu nova entrevista, onde repetiu alguns dos pontos já explorados e respondeu novas perguntas.

— Como está o Capitão?

— Aparentemente ele está bem, mas quem pode informar melhor é o Dr. Nova Monteiro.

— Ele está lúcido? Falando?

— Está lúcido, mas não pode falar, porque está com muitos tubos.

— O Sr. perguntou se ele levava explosivos no automóvel?

— Realmente é um ótimo momento para uma pergunta desse tipo...

— As bombas estavam no carro?

— Uma delas estava.

— Se as investigações levarem ao fato de que o Capitão Wilson está envolvido em atentados terroristas, isso criaria um impasse político?

— Impacto maior é o impacto da mentira. O que for apurado será divulgado. Temos interesse nisso. (1, 2 e 3)

Logo após o General Gentil Marcondes Filho se retirou do Hospital.

**O Globo, 2 de maio de 1981, página 6.**

A ENTREVISTA

Foi a seguinte a entrevista do general Gentil Marcondes Filho no Hospital Miguel Couto<sup>163</sup>:

— O capitão Wilson Machado estava a serviço do I Exército? E o quê ele estava fazendo lá, exatamente, quando explodiu a bomba?

— Sim, ele estava a serviço do I Exército. Mais precisamente, a serviço do serviço de Informações.

— Ele pertence aos quadros do DOI-CODI?

— Talvez. Possivelmente, mas com certeza dentro do serviço de informações.

(1)

— E a bomba explodiu dentro do carro dele?

— Foi um atentado lamentável, não é: Não sei se intencional ou circunstancial. Mas o fato é que explodiu.

— Ele não estaria com explosivo dentro do carro? Havia um envolvimento dele e o sargento no ato em si? (1 e 2)

— Isso é muito prematuro e eu não posso afirmar.

— Mas o senhor descarta essa hipótese?

— A gente não pode descartar hipótese nenhuma até confirmar uma coisa ou outra. Mas acho uma hipótese muito vaga. (2)

— Mas foram encontradas duas outras bombas dentro do carro... (1 e 2)

— Não. Só foi encontrada uma bomba, a que explodiu.

— Mas há fotografias dos peritos tirando as bombas de dentro do carro. Inclusive um filme da televisão.

— Isso é você que está me dizendo. Eu não sei nada disso. (1 e 3) Pelo que sei, até agora, só foi encontrada uma bomba, dentro do carro. Há também a outra que explodiu na central elétrica. A notícia de que disponho não tem nada disso. Li essa notícia nos jornais, procurei confirmar, mas não as concebi.

— A que se deve creditar a sua visita ao hospital?

— Deve-se ao fato de que a minha presença é sempre constante no momento em que um subordinado, particularmente sob minhas ordens, sofre alguma coisa dessa natureza. Sou solidário com a família e com esse subordinado.

— O senhor confirma, então, que havia um serviço secreto do I Exército atuando nas comemorações do 1º de maio?

— Sempre existe um serviço reservado do I Exército em toda área do Rio de Janeiro, em qualquer circunstância.

— O senhor viu uma foto do “*Jornal do Brasil*” onde aparece um homem em traje civil, portando um colt 45, junto ao Puma?

---

<sup>163</sup> *O Globo*, ao que parece, não abordou o general no cemitério. Ou não viu necessidade em reproduzir tantas entrevistas semelhantes, como fez o *Jornal do Brasil*.

— Posteriormente ao acidente eu creio. Isso é óbvio. Os órgãos de segurança do Exército foram lá para verificar e ajudar nas investigações e no isolamento da área. **(1 e 2)**

— Na nota do I Exército informa-se que o sargento e o capitão foram vítimas de um atentado...

— Foram vítimas, é óbvio. A versão é válida até que se prove o contrário. **(1 e 3)**

— O capitão será transferido para o Hospital Central do Exército?

— Tão logo que possa, sim.

— O senhor reconhece a existência de um grupo de direita denominado Comando Delta?

— Só soube disso pelos jornais.

— O senhor acha que a população vai acreditar na versão oficial do caso?

— Não há uma versão oficial. Simplesmente há um atentado. Agora, até onde e quando se investigue eu não sei. Eles estavam a serviço e realmente houve um atentado. A conclusão é de cada um. **(1 e 3)**

— O senhor acha que o atentado tem conotação subversiva?

— Não. Acho que tem conotação política.

— A quem o senhor atribuiria esse atentado, então?

— Eu atribuiria a um grupo radical.

— O senhor acha que há alguma ligação entre esse atentado e os outros de natureza semelhante ocorridos no Rio, como aquele da Ordem dos Advogados, por exemplo?

— Não, não acredito que haja.

— Como o senhor vê esse atentado dentro do contexto político do país?

— Vejo como uma reação de grupos extremistas, não sei de que coloração, para tentar conturbar o processo de evolução política do governo. **(1 e 2)**

— Porque estaria havendo essa presença do Serviço de Informação do Exército nessas comemorações?

— Eu tenho que estar presente. Mandar pessoas cobrirem todo o Estado do Rio de Janeiro. Sou obrigado a fazer isso por força da minha função. **(3)**

— O senhor não pode confirmar com o capitão, na visita, se havia mais bombas no carro?

— Ele não pôde falar nada. Está cheio de tubos pela boca. Eu vim fazer uma visita de médico, de chefe. Não vim investigar.

— Mas ele está consciente. Seria apenas pedir que ele confirme.

— Ele não está em condições disso.

— Mas o senhor acha possível que houvesse mais bombas?

— Tenho minhas dúvidas. Sob o efeito da explosão da primeira as outras duas explodiriam também.

— Na hipótese de as investigações levarem à comprovação de que as bombas estavam dentro do carro, isso não criaria um impasse político, já que eles estavam a serviço do I Exército?

— O impacto maior é o impacto da mentira. Mas qualquer que seja o resultado das investigações que os órgãos de segurança estão fazendo para esclarecer o atentado, ele será divulgado. Eu tenho interesse nisso. **(1, 2 e 3)**

— E o senhor já informou o andamento das investigações ao Presidente da República?

— Acredito que o Presidente está bem informado, pois ele dispõe de um serviço de informações, entre outras coisas com essa finalidade.

— E como está a mobilização dos órgãos de segurança para esclarecer o ocorrido?

— Toda a comunidade de informação do I Exército e da Secretaria de Segurança Pública está mobilizada para esclarecer esse atentado. Até o momento, entretanto, não há nenhum suspeito.

#### 2.5.4.3. Como obrigar o ministro a falar de política

Outra entrevista publicada em formato de pergunta-resposta foi realizada pelo repórter da sucursal *O Globo* de Belo Horizonte com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Os dois jornais narram a coletiva em Brasília de maneira sintética e voltam a entrevistar o ministro em Belo Horizonte. *O Globo*, porém, dá destaque à entrevista de Belo Horizonte, apresentada sob a forma de pergunta-resposta.

O que se pode observar da entrevista é a repetição deliberada da pergunta sobre as implicações políticas do fato de o atentado envolver militares. Apesar de não conseguir resposta significativa, o texto reproduz o pingue-pongue. As informações significativas que a escolha da estrutura de pingue-pongue oferece são: em primeiro lugar, a atuação corajosa e persistente do repórter tentando romper as defesas do ministro; em segundo, a relativa desmoralização do ministro, por utilizar, como argumento, informação que o jornalista afirma ser falsa sobre o terrorismo internacional. Nesta entrevista, quase todas as perguntas parecem apontar para o mesmo objetivo: afirmar o envolvimento dos militares em atos terroristas e forçar o ministro a reconhecer o significado político do episódio.

***O Globo*, 2 de maio de 1981, página 6.**

#### A ENTREVISTA

— **Quais as providências tomadas com relação aos acontecimentos de ontem à noite no Rio?**

— Tão logo tomamos conhecimento das explosões das bombas, entraram em ação, tanto em diligências quanto em exames periciais, a Secretaria de

Segurança Pública do Estado do Rio, a Polícia federal e também a Polícia do Exército. Os exames periciais estão sendo conduzidos em laboratórios técnicos especiais e as diligências estão em curso.

— **O fato de ter sido ferido um militar traz alguma pista para o governo?**

— Bem. Todos os elementos materiais que foram apurados constituirão pistas que evidentemente deverão ser seguidas como todo rigor e eficiência possíveis. Nós não temos ainda elementos conclusivos para oferecer no que diz respeito à responsabilidade penal. Mas como lhes disse, através de três organismos policiais distintos, as diligências estão em curso.

— **Causa estranheza o fato de militares estarem envolvidos?**

— Não, o que causa estranheza é a bomba ter explodido.

— **Por que a bomba estava dentro do carro dos militares?**

— Se o inquérito tivesse sido concluído e este fato tivesse sido apurado eu poderia responder. Se, por outro lado, eu pudesse responder a esta pergunta, não haveria necessidade de inquérito.

— **Senhor Ministro, o fato de desta vez, por coincidência ou não, estarem envolvidos dois militares, causa uma preocupação especial?**

— Quando uma autoridade está à frente da apuração de um fato delituoso, o que deve preocupar o que deve causar constante preocupação é a busca de elementos de convicção que lhe permitam indicar o responsável pelo fato delituoso. É essa nossa preocupação.

— **Ministro, por ter a bomba atingido militares do Exército, a investigação passa para a área militar?**

— Não. A Polícia do Exército está colaborando com as investigações. Ela está integrada em todas as diligências e nos exames de laboratório, nos exames periciais. Creio que seria cabível também, no meu modo de ver, o inquérito policial-militar, mas a dualidade de processamento de inquérito absolutamente não prejudica a apuração da verdade, porque todos os elementos que forem apurados confluirão para ambos os inquéritos.

— **Esse atentado se junta a outros sem solução. Quando a Nação vai ter a apuração dos atentados?**

— Quando nós tivermos elementos de convicção suficientes para apontar os culpados. A despeito da ânsia nacional pela apuração dos delitos e a despeito de perguntas como a sua, eu não posso inventar culpados.

— **Seria competência do Exército o tipo de serviço que os militares estavam fazendo quando foram atingidos pelas bombas?**

— É uma pergunta que deve ser dirigida à autoridade do Exército.

— **Mas, como ministro da Justiça...**

— Eu, como ministro da Justiça, nunca li o Regulamento Disciplinar do Exército.

— **Existe algum prazo para conclusão deste inquérito?**

— O prazo é da lei. São 30 dias, mas no caso de haver necessidade de diligências consequentes, eles poderão pedir ampliação do prazo.



— Neste atentado, o senhor tem algum indicativo de que sua apuração será mais rápida do que as anteriores?

— Não, não tenho. Está muito cedo ainda para se chegar a uma conclusão.

— O senhor acredita que a apuração será mais rápida?

— Nós desejaríamos que sim, desejamos que sim. Evidentemente, quanto mais depressa pudéssemos apurar esses fatos, mais cedo tranquilizaríamos a Nação e mais cedo faríamos sentir sobre os ombros dos acusados o peso da lei. Ninguém iria contemporizar com eles, pois ninguém neste País está disposto a minorar culpas e responsabilidades desse teor de gravidade. Mas eu não tenho nenhum elemento que me leve à conclusão de que a apuração vai ser rápida. Gostaria de lhe lembrar, sem erigir essa lembrança à condição de escusa, que a polícia de Londres, com toda sua fama, todo seu aparato científico, toda a sua eficiência, levou cinco anos para descobrir a autoria de 13 assassinios de mulheres. Há atentados terroristas na França, na Itália, na Alemanha, na Espanha que, a despeito de seus excelentes aparelhos policiais, também não foram apurados até agora. Nós não fugimos a esta regra e, se conseguirmos fugir a ela, nos sentiremos felizes. Porque o desejo do Governo, o compromisso do Governo é com a apuração da responsabilidade, a fim de levar os culpados à Justiça.

— Os terroristas estão agindo com técnica muito apurada?

— Eu não sei. Eu não conheço técnica de terroristas. Eu não sei qual é a primária, qual é a apurada.

— Digo isso porque parece que a apuração está difícil demais.

— É difícil também na Alemanha, no que diz respeito ao Baeder-Meinhoff. É difícil na Itália, onde uma bomba na estação ferroviária de Milão matou centenas de pessoas e feriu quase um milhão de outras. É difícil na França. É difícil na Irlanda. Por que não seria também difícil no Brasil?

— Mas nesses outros países eles sabem quem são os autores dos atentados.

— Se soubessem eles estariam sendo presos.

— Mas eles estão sendo presos. Às vezes sabem quem são os terroristas desses países, embora possam estar foragidos.

— Muito obrigado pela informação. Eu não a tinha e agora incorporo ao conhecimento que eu tinha da matéria, que agora vejo, estava incompleto.

— A presença de militares no atentado cria um fato político novo?

— Não. Os civis e militares são rigorosamente iguais perante a lei. A apuração está sendo feito sem levar em conta o fato de serem civis ou militares os que foram atingidos pelas bombas (...)

— Mas a presença de militares no fato causa alguma preocupação política?

— O que causa preocupação política é a bomba.

— Independente dos prováveis autores...

— O autor, seja quem for, é perante a lei um criminoso. (...)

— Mas a conotação política do atentado...

— Acontece que estou falando de inquérito e você está falando de política. Eu fico no inquérito, porque o fato a apurar não é político, e sim delituoso.

— Mas minha pergunta é se o senhor tem alguma preocupação de ordem política com o fato.

— Não. A constância de suas perguntas revela que a preocupação é sua.

Em todas as entrevistas, pode-se observar um esforço de colocar o entrevistado em contradição, recurso eficaz para denunciar mentira e/ou omissão. As entrevistas explicitam um enfrentamento. Os jornalistas pressionam os entrevistados através de perguntas estrategicamente elaboradas. O secretário de Segurança é colocado em contradição e ainda exposto como grosseiro. O comandante do I Exército é forçado a repetir as mesmas respostas várias vezes, em geral evasivamente. Em alguns momentos, é evidente a tentativa do jornalista de fazer o entrevistado se contradizer. O repórter da sucursal do *Globo* de Belo Horizonte faz Abi-Ackel perder a paciência ao insistir na pergunta sobre o significado político do atentado.

Como está comprovado hoje, os militares atingidos estavam no Riocentro para colocar as bombas. Naquele momento, os jornalistas tinham informações suficientes de suas fontes-informantes para saber disso. As autoridades, porém, evitavam confirmar ou até negavam essa versão. Para legitimar a narrativa que os jornalistas e suas fontes-informantes sustentavam, era preciso arrancar comprovação com dados, ou declarações das “fontes oficiais”. Se não era possível fazê-las dizer o que se pretendia, a alternativa era demonstrar que mentiam ou omitiam informação.

### 3.6 Estratégias jornalísticas de controle

O repórter busca fontes que não atendem, faz perguntas que ficam sem respostas e busca informações que não encontra, mas também descarta fontes disponíveis, perguntas e respostas que lhe parecem irrelevantes, informações que não interessam. Todo processo de pesquisa e construção de notícia inclui, necessariamente, um rigoroso processo de seleção e exclusão de informação.

A censura, segundo todos os entrevistados, não estava atuando diretamente dentro das redações, a não ser em alguns episódios pontuais<sup>164</sup>.

---

<sup>164</sup> Segundo repórteres da rede *Globo*, houve o recolhimento da fita onde havia sido gravada a imagem da outra bomba. Milton Coelho da Graça e mais dois jornalistas do *Globo* também mencionam uma visita do Coronel Job Lorena de Sant’Anna ao jornal *O Globo*, na tentativa inútil de convencer o chefe de redação a não publicar certa informação. Provavelmente, quando o jornal conseguiu a foto do capitão no hospital e o prontuário de internação, em que o capitão declarou que tinha se ferido com a explosão do motor.

Os motivos pelos quais o repórter, redator, chefe de reportagem e/ou editor decide quais informações serão publicadas variam. No caso de uma cobertura como a das bombas no Riocentro, a justificativa mais repetida pelos jornalistas para não publicar é a falta de segurança sobre a informação. Ana Lagoa chega a se perguntar se a diferença do rigor na checagem de dados entre o jornalismo dos anos 1970 e o atual teria relação direta com a questão da repressão. Ela disse que, ao final da ditadura (anos 1980), ficou difícil “lidar com esse jornalismo que inventava coisas, que distorcia coisas. E eu tinha levado tudo tão a sério...”. E se pergunta o que mudou: “não sei se é porque não tinha mais a repressão, não tinha mais censor na redação, não ia ser preso no dia seguinte...”, afinal, para ela, o medo era um motivo a mais para uma checagem rigorosa das informações apuradas. Tudo feito com “muito critério, muita delicadeza, muita seriedade. Nós nunca fomos desmentidos.”.

Outro critério comumente alegado pelos jornalistas para cortar alguma informação é o nível de interesse público. Marcelo Pontes, que fez a primeira cobertura das bombas, pelo *Globo*, conta que só no dia seguinte compreendeu a importância do assunto. “Dias depois, fiquei com raiva até de ter desprezado alguns detalhes que na hora me pareciam insignificantes, mas que depois vi que tinham importância” (In: RIBEIRO, B. 1999: 75). Ele lamenta, por exemplo, ter desprezado o policial militar da patrulha que fez o primeiro registro de ocorrência, porque ele poderia ter ajudado a compreender a cronologia da chegada das equipes policiais e militares ao local após as explosões. Por que esta fonte foi desprezada naquele momento? Para Marcelo Pontes, a explicação é que “tinha muita gente mais importante na área”. “Gente mais importante”, naquele momento em que os jornalistas ainda não haviam entendido quase nada do que se passava, significava pessoas que ocupavam cargos hierarquicamente superiores ou são tecnicamente mais credenciados, como o delegado da Polícia Civil, Petrônio Romano Henrique ou peritos do DGIE.

Também em depoimento a Belisa Ribeiro, Milton Coelho da Graça, editor-chefe do *Globo* na época, afirma:

Publicamos tudo que foi apurado por nossos repórteres, o que não significa que não tenhamos selecionado informações. ‘Censura’ não houve nenhuma. Mas tem um tipo de coisa que não dá para transformar em matéria. Alguns parlamentares, por exemplo, quando souberam das explosões, começaram a ligar para a redação e a dar declarações sobre o assunto. Não publicamos nenhuma, porque o jornal também não vai deixar que fiquem tirando casquinha. (1999: 84)

No entanto, como mostramos acima, *O Globo* de 1º de maio trouxe declarações do presidente da OAB, José Bernardo Cabral, e do deputado federal do PP, Miro Teixeira. Ou seja, houve uma seleção que eliminou parte das declarações, mas não todas.

Existe ainda a análise de risco, isto é, a avaliação dos jornalistas sobre o risco que a informação pode significar para eles próprios, para o veículo ou para quem forneceu a informação.

Ana Lagoa conta que, no caso das matérias sobre política militar, não bastava ter certeza de que era verdade. Era preciso, também, ter como comprovar a informação. Isso porque a informação envolvia as disputas de poder internas à cúpula militar. Acrescenta, ainda, que muitas vezes “a fonte era *off*, não porque houvesse um acordo com a pessoa para divulgar a informação sem se expor, mas porque nem mesmo a pessoa poderia desconfiar de que era a fonte daquela informação”.

Por fim, há uma avaliação sobre a clareza da informação para definir o que pode ser publicado.

Segundo Antônio Henrique Lago, a *TV Globo* chegou ao Riocentro logo depois das explosões e conseguiu filmar o carro de perto, inclusive a imagem de uma bomba que estava no porta-malas. Uma imagem difícil de reconhecer como bomba. “Na traseira do Puma tinha uma brecha onde tinha uns sacos com algumas coisas e fios...”. Na hora que o câmara filmava, um policial gritou para parar de filmar ali e, segundo Lago, o câmara continuou a sequência de imagens focalizando os cilindros de gás lacrimogênio no cinto dos policiais. Lago deixou a fita com a marcação do momento em que aparece a imagem da bomba. “Na hora de editar para o *Jornal Nacional*, o João Alberto Irineu, quando viu a imagem (dos cilindros de gás) disse ‘olha aí a bomba no cinto!’” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). Lago conta que depois veio a pressão do Exército e, naquele contexto, tentar dizer que aquela imagem estava errada e que a outra, de difícil reconhecimento, era a verdadeira bomba que o I Exército dizia que não existia, seria confuso e a empresa decidiu não dar, porque “as pessoas não iam entender”<sup>165</sup>.

Nas matérias analisadas, ficam explícitas diversas formas de censura externa que cerceiam o trabalho de apuração do jornalista: testemunhas e autoridades que não falam, entrevistados que evitam algumas perguntas e portas fechadas aos repórteres. A ação dos profissionais do jornalismo, porém, só aparece como luta pela informação que se quer publicar.

---

<sup>165</sup> Lago coloca esta interpretação em dúvida. “Até hoje eu não estou muito convencido que se a gente coloca a imagem certa na correção, antes dos caras pedirem, acho que a gente não ficaria tão mal, estou falando como quadro da *Globo*.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).

As omissões, como a decisão do *Globo* de não dar espaço a políticos que queriam aparecer, não são explicitadas nas páginas dos jornais. Este processo cria — mesmo que involuntariamente — uma imagem unidirecional do trabalho do jornalista, na medida que expõe apenas parte dos mecanismos de seleção da informação, apenas aqueles que se opõem à ação do repórter. Esta construção narrativa tende a reforçar a antítese entre o campo do jornalismo e o campo da censura. Dizer que o jornalista também decide que informações devem ou não devem ser publicadas, não significa igualar a função do jornalista à do censor. Não são iguais. Mas também não há nenhum paradoxo, ou contradição no fato de o fim da censura não ter significado o surgimento de uma “imprensa livre”. Porque os mecanismos de controle não são sempre elementos externos e contrários à atividade do jornalista, mas parte do processo de produção da notícia. Portanto, o próprio conceito de “imprensa livre” parece mais fundamentado na ideologia do campo. Livre da censura não quer dizer livre de controle.

O processo de produção, seleção e organização das notícias para sua distribuição nas páginas dos jornais envolve muitas decisões políticas e ideológicas, que conformam e/ou se combinam com as técnicas. Faz parte dessas técnicas a ocultação do sujeito que decide. Como podemos observar na leitura dessas matérias, a atuação do jornalista só se explicita na relação com o outro-fonte. A fonte não é só aquele que fornece a informação a ser publicada, mas também o outro que revela a presença do jornalista. Para chegar às conclusões que chegaram, para produzir as matérias que produziram, os jornalistas ouviram muito mais gente, leram muito mais documentos do que os explicitados nas matérias. Muitas vezes, o jornalista já tem esta informação, mas, obrigado pelos procedimentos técnicos a escrever sempre na terceira pessoa, está proibido de existir como um “eu”, fonte de informação. Por isso, ele precisa da fonte-personagem, aquela que aparece na matéria emprestando sua autoridade ao texto.

Na cobertura aqui analisada temos, por um lado, os jornalistas representados como guerreiros que enfrentam as autoridades na luta pela informação a que o público tem direito. A garantia da abertura e da democracia está nas mãos do governo militar e, principalmente, do presidente-general eleito indiretamente. As fontes que mencionam o povo ou a nação, quase nunca se referem a esse ente coletivo como sujeito do processo político. A referência a eles serve apenas para fortalecer a posição representada pela fonte, pelo governo e/ou pelo presidente. Principalmente a instituição imprensa se apresenta como esta representante das aspirações do povo. A oposição institucionalizada nos processos eleitorais realizados sob regras ditatoriais tem função secundária, mesmo considerando a fala de seus representantes diretos. No polo oposto fica o terrorismo que já foi de esquerda e agora é de direita. O jornalista enfrenta

o terror do lado do governo. O *Jornal do Brasil*, que dá mais visibilidade à oposição e faz alguma pressão sobre o governo, se mantém, através das declarações que colhe e das fontes que seleciona, no campo da defesa das instituições políticas da ditadura e do governo militar. O desmascaramento da farsa do IPM do Riocentro, afinal, talvez não se distancie muito de uma função tantas vezes cumprida pelos grandes jornais brasileiros de defesa da ordem. Afinal, tratava-se de acuar o terror que tentava provocar o caos. Isso não significa descartar a possibilidade de que a atuação dos jornalistas que investigaram o terror contribuiu para o processo de democratização do país. Provavelmente contribuiu para uma determinada democratização, resultante das lutas de poder que se estabeleceram no campo da política, com a participação do campo do jornalismo.

## 4 A FABRICAÇÃO DA NOTÍCIA

O objetivo deste capítulo é identificar as estruturas e os processos de produção da notícia, aprofundando a compreensão das relações de poder que constituem as redações jornalísticas, e são por elas constituídas, no período de abertura política da ditadura militar. Para tanto, investigo as condições de trabalho, os procedimentos profissionais e o perfil dos dois principais veículos empresariais de jornalismo da época, no Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Utilizo, como fonte, depoimentos colhidos por outros pesquisadores e entrevistas realizadas por mim, além de livros de jornalistas, matérias e expedientes dos jornais.

No capítulo anterior, a análise das notícias e reportagens publicadas pelos jornais permitiu observar critérios de seleção e tratamento das fontes que revelaram alguns indícios do *modus operandi* dos profissionais do jornalismo. Neste capítulo, analiso a estrutura e as condições de produção, além da distribuição do poder entre os agentes no processo.

Começo analisando o perfil e as condições de trabalho dos “operários” da redação — os repórteres e redatores — para depois descrever a estrutura e funcionamento das redações dos dois jornais. Por fim, analiso cada veículo, tendo em conta o trabalho de memória e de construção de identidade. Com isso, pretende-se demonstrar a interdependência entre o campo do jornalismo e o campo da política através de diversos aspectos.

### 4.1 Os trabalhadores da fábrica

#### 4.1.1 Uma profissão que se aprende na prática

Tratando dos interesses específicos em jogo no campo político, Bourdieu afirma que para entrar neste campo com alguma chance de sucesso é necessária uma “preparação especial”, a fim de adquirir o modo de pensamento e de ação, o “*habitus* do político”. Esta preparação pressupõe “adquirir um *corpus* de saberes específicos”, acumulado pelo trabalho dos profissionais anteriores e presentes.

Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com suas provas e seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de facto aos valores, à hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido. (2011: 174)

A narrativa dos jornalistas sobre a entrada no campo profissional e a forma de aprendizagem, naquele período, sugere um campo onde a “preparação especial” é quase exclusivamente adquirida através das provas e ritos de passagem. A maioria dos que se

tornaram jornalistas nos anos 1950 ou 1960 narram o início da carreira de maneira que parece terem sido escolhidos pela profissão, em vez de a terem escolhido. Chegou muitas vezes por acaso, muitas vezes por necessidade de uma alternativa de emprego que não exigia formação e oferecia algum prestígio.

Luarlindo Ernesto foi colocado na *Última Hora* pelo pai que não o queria solto na rua, “jogando futebol de cueca”, aos 14 anos de idade (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017). Ubirajara Roulien começou no *Luta Democrática*, de Tenório Cavalcanti, em Duque de Caxias, no início dos anos 1960. O irmão já era jornalista, mas foi o pai que arranhou o emprego com o deputado. “Como eu engravidei minha namorada com 17 pra 18 anos, eu constituí família rápido. A única coisa que eu tinha a meu favor era um diploma de segundo grau. Mas não sabia fazer nada.” (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018). Murilo Rocha também conta que chegou à redação pela família. O irmão mais velho já era chefe de reportagem do *Jornal*, dos Diários Associados. Por isso, ele já convivia com o espaço da redação. Um dia, o irmão falou: “você não quer estudar, porque não vai trabalhar? Tem uma vaga lá na *Rádio Tupi* de repórter. Meu primeiro emprego com carteira assinada foi na *Rádio Tupi*, em 1963.” (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018). Milton Coelho da Graça virou jornalista em 1958. Chegou a fazer estágio como economista na General Eletric, mas perdeu o emprego depois de ser preso numa manifestação estudantil. Se formou também em direito, mas não se encontrou como advogado. Ficou desempregado. “Fiquei fazendo biscate até que apareceu a oportunidade de trabalhar no *Diário Carioca*, ser redator do suplemento que saía uma vez por semana.” (GRAÇA, entrevista à autora, 5/12/2017). Antônio Henrique Lago fez seu primeiro estágio, indicado pelo tio, em 1968, na *Última Hora*. Largou depois do AI-5, para se dedicar à militância e à faculdade de direito. Mas a repressão tornou impossível a militância na faculdade e ele decidiu não entrar na luta armada. A opção foi voltar para o jornal e abandonar o direito (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).

Mesmo para quem o jornalismo foi uma escolha, a iniciação se deu na prática profissional. Luiz Eduardo Rezende entrou no *Jornal do Brasil* em 1965. Como “não tinha vaga na redação de repórter, então eu fui ser um... como era o nome? Auxiliar administrativo adjunto. Mas fazendo trabalho jornalístico.” Rezende chegou a cursar Ciências Sociais, “mas parei no meio. Eu jogava basquete, joguei profissionalmente; enfim, era meio perdido no espaço.” Sua formação profissional, ele diz que adquiriu com Alberto Dines, Carlos Lemos e José Silveira. “Eu acabava de trabalhar, ficava lá vendo o Lemos fechar a primeira página. Aquela coisa sempre me fascinou muito. Ficava lá até duas horas da manhã vendo o jornal fechar.” Isso



significava ficar pelo menos 12 horas dentro da redação. “Nisso eu fui me formando. Quer dizer, toda a minha formação profissional é do JB, da Rio Branco.” (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018).

Ana Lagoa até tentou a faculdade de jornalismo, mas não gostou. Preferiu a faculdade de história, mas só se formou muito tempo depois de se profissionalizar como repórter. Chegou à sucursal São Paulo do *Globo* em 1969, para trabalhar na editoria de polícia (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

Vera Perfeito foi a única, dos entrevistados desta geração, que começou seu caminho pela faculdade e foi estagiar no *Jornal*, em 1965. Se formou em 1968. Em 1969, entrou no *Jornal do Brasil* como estagiária e, depois de um ano, foi efetivada. Mesmo assim, garante que o jornalismo é uma profissão que se aprende na prática:

Você aprende jornalismo é dentro da redação, não é na faculdade. Na faculdade você tem aula de tudo, de economia, de política, de história, de geografia, isso é importante. Mas isso você já teve, mais ou menos, no ginásio, clássico... eu fiz clássico. Na faculdade eles elaboram mais um pouco a economia, a filosofia e tal. Agora, fazer jornal? Ah, minha nega, isso não aprende em faculdade não. (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018).

Os entrevistados que começaram a trabalhar como jornalistas nos anos 1970, fizeram a faculdade de jornalismo paralelamente ao trabalho. Osvaldo Maneschy, Sérgio Rocha (MANESCHY; ROCHA, entrevista conjunta à autora, 21/7/2017) e Romildo Guerrante (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017) eram estudantes de jornalismo quando entraram no *Jornal do Brasil* como estagiários, no início dos anos 1970. Kristina Michahelles foi pedir emprego no *Jornal do Brasil* depois de formada (MICHAHELLES, entrevista à autora, 26/9/2018). Joelle Rouchou foi atrás de estágio, quando já cursava a faculdade de jornalismo (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018). Ou seja, a partir dos anos 1970, todos os entrevistados relatam o início da carreira no jornalismo como uma escolha profissional.

O que se pode observar é uma coerência entre as mudanças da legislação<sup>166</sup>, que instituiu a profissionalização do jornalismo, e a postura com que os jovens jornalistas se inserem no campo. O que parece se evidenciar é que, ao longo dos anos 1960 e 1970, o jornalismo vai deixando de ser encarado como uma espécie de “bico” para se tornar uma carreira profissional — mudança coerente com as reformas dos jornais-empresas que se processam a partir dos anos 1950.

---

<sup>166</sup> A Lei de Imprensa, de 1967, regulamentou o esquema de trabalho dos jornalistas. O Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, instituiu a obrigatoriedade do diploma.

Nos anos 1960, quando não havia exigência de diploma<sup>167</sup> e o repórter “nem precisava saber escrever”<sup>168</sup>, era comum o recém-contratado ser mandado para a rua com outro jornalista.

Ubirajara Roulien conta que quando começou na *Luta Democrática*, saía com Luís Carlos Garcia, que era fotógrafo, mas, diferente da média, também escrevia (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018). Murilo Rocha conta que “meu primeiro instrutor foi João Mineiro. Um dos melhores repórteres de polícia do Rio de Janeiro.” (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018). Vera Perfeito começou no *Jornal*, que era uma estrutura já em crise e teve que sair sozinha. Mais tarde, quando entrou no *Jornal do Brasil* como estagiária, foi colocada ao lado de Nelson Mota, que era repórter especial na época (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018).

No entanto, a mudança de perspectiva sobre a carreira não parece ter influenciado muito a imagem do processo de formação profissional. Os jornalistas que começaram nos anos 70 não tiveram esta espécie de tutor para sair às ruas, mas reforçam a imagem de aprendizado na prática.

Ubirajara Roulien diz que quando chegou na redação não sabia nem bater à máquina — “tanto que até hoje bato com dois dedos”. Mas em menos de um mês já podia sair sozinho. Para aprender a escrever notícia, ele recortava matéria “e ia pra casa lendo, ficava em casa lendo, pra ver lide, sub lide, como era. Pra poder me... porque eu não sabia nada! Graças a Deus eu consegui.” (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018).

Quando Kristina Michahelles se formou, em 1979, e foi pedir emprego no *Jornal do Brasil*, Luís Antônio Carneiro a recebeu com algumas perguntas: “eu já vi que, na verdade, eu não aprendi muita coisa aqui nesses quatro anos” (se referindo à faculdade). Quando finalmente conseguiu um estágio na redação, sua primeira matéria foi uma cobertura na Assembleia Legislativa do Estado. A jornalista disse que escreveu “uma ata de 10 páginas”. O chefe entregou o manual de redação e mandou ela ler e voltar no dia seguinte “e vê se melhora esse teu texto. Isso não é uma matéria jornalística.”. Ela estudou o manual durante a noite e, no dia seguinte, “fiz uma matéria perfeitinha, bonitinha, não tem muito segredo. Daí que acharam que eu era excelente, porque eu aprendia rápido.” (MICHAHELLES, entrevista à autora, 26/9/2018).

---

<sup>167</sup> Durante os primeiros anos da década de 1970, ainda se podia conseguir o registro de jornalista comprovando tempo de exercício profissional. Todos os entrevistados que entraram nesta época (José Sérgio Rocha, Osvaldo Maneschky e Romildo Guerrante) contam que obtiveram o diploma desta forma. Ao que parece, somente por volta de meados da década de 1970 o diploma se tornou efetivamente uma exigência das redações.

<sup>168</sup> Frase de Osvaldo Maneschky, para explicar a função dos redatores. (MANESCHY, entrevista à autora, 21/07/2017)

Esta velocidade de aprendizado, a constatação de que se trata de coisa simples de aprender se repete em quase todos os depoimentos. Um aprendizado fundamentalmente adquirido por reprodução das regras estabelecidas e dos procedimentos sedimentados que o jovem repórter aprende a imitar.

Nas provas do dia a dia, os jovens jornalistas desenvolvem o “faro”, a “intuição”, a “sensibilidade” que constituem, segundo seus depoimentos, competências fundamentais da profissão. Quais os critérios de avaliação para definir se o recém-chegado estava apto ou não a seguir na profissão? Nenhum dos entrevistados esclareceu. Os critérios que viabilizaram suas carreiras não parecem ser evidentes nem mesmo para eles. Em geral, há uma combinação entre a capacidade de dar provas de competência e dedicação e a facilidade em estabelecer relações pessoais com o grupo. Este processo de aprendizado que depende quase exclusivamente de competências subjetivas — faro, intuição, sensibilidade —, que se aprende pela imitação e reprodução de procedimentos sedimentados, indica a força do *habitus* como condição de pertencimento e, por consequência, a dificuldade de colocá-lo em questão.

#### 4.1.2 A miséria dourada

Salários baixos, instabilidade, alta rotatividade de emprego e jornadas de trabalho estendidas são algumas das características do cotidiano profissional que se repetem, indicando uma profissão com condições de trabalho bem pouco atraentes em termos econômicos<sup>169</sup>.

Ubirajara Roulien, que sempre trabalhou como repórter da área de “segurança e justiça”, mostra a carteira do *Jornal do Brasil*, guardada há décadas, e conta que é o emprego de que mais se orgulha até hoje<sup>170</sup>. Nos anos 1970, formou-se em direito, e na década seguinte deixou o jornalismo para se dedicar ao escritório de advocacia que mantinha com o irmão, avaliando que não tinha mais futuro no jornalismo. Para ele, questão de sobrevivência. Enquanto o jornalismo oferece uma espécie de *status* ilusório.

Nós podemos entrar em qualquer lugar. Uma hora você está lá em cima do morro, comendo tiroteio. Dali, você chega na rua, muitas e muitas vezes, o carro do *Jornal do Brasil* e do *Globo* tinham comunicação direta com a redação: ‘fulano, vai lá pro Palácio Guanabara’... Então você sai de um lugar, vai pro outro. O governador te chama pelo nome, dá um tapinha nas suas costas, mas não passa daquilo. Existem jornalistas que realmente sobem, enriqueceram. Eu conheço vários. Mas a maioria viveu aqui embaixo, de salário, aquele salário pra pagar conta, muito restrito. E as pessoas na rua pensam que nós somos, vivemos (gesto de mão aplainando o alto). Por isso

---

<sup>169</sup> Pelo menos para aqueles que não galgaram postos de direção nem se tornaram colonistas de sucesso.

<sup>170</sup> Roulien trabalhou no *Jornal do Brasil* de 1971 a 1983, voltou entre 1986 e 1988 pela última vez.

que eu chamo de miséria dourada. Eu recebi na minha casa convite do governador. Política, é isso que eles fazem, né? O fulano de tal, do clube, manda correspondência pra casa dos repórteres... Vivemos uma coisa que não é realidade. (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018)

Luarlindo Ernesto começou no jornal *Última Hora*, em 1958. Saiu em 1965, voltou uma vez, não lembra bem quando. Lembra que em 1968, quando houve o assassinato do estudante Edson Luís, no calabouço, trabalhava na *Última Hora* de manhã e no *Globo* à noite. Trabalhou no *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Dia*, sucursal da *Folha de S. Paulo*, revista *Fatos* e tantas outras que já esqueceu, que vão aparecendo ao longo da entrevista. “Esta é a quarta vez que estou no *O Dia*”, conta gracejando. À sequência de veículos soma-se o serviço militar, um emprego no Detran, empregos concomitantes com o jornalismo (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017).

Ana Lagoa começou no *Globo*. Passou pela *Última Hora*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e algumas revistas da Editora Abril. Mas a época em que ganhou mais dinheiro foi quando largou as redações e produziu revistas para clientes específicos. “Construí uma casa com dinheiro de *free lancer*, de repórter. Eram 18 clientes. Revista pregada na parede. Foi muito legal. São Paulo estava ótima de trabalho nessa época, em 88.” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

Luiz Eduardo Rezende e Murilo Rocha acumulavam tarefas diferentes na mesma empresa. Rezende foi editor na *Agência JB* e repórter do *Jornal do Brasil* ao mesmo tempo, na primeira metade dos anos 1970 (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018). Murilo Rocha chegou a trabalhar como redator no *Globo* e editor na *Rádio Globo*. Também acumulou a edição na Rádio com o trabalho de repórter na *UPI (United Press International)*. Enquanto esteve no *Globo*, Murilo Rocha trabalhou por um tempo na assessoria de imprensa do Metrô. Acabou deixando a redação para assessorar a Nuclebrás (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018).

José Sérgio Rocha e Osvaldo Maneschy acumularam o trabalho de redatores no *Jornal do Brasil* e na *Latin Press* (agência de notícias latino-americana). Trabalharam por muito tempo no *Jornal do Brasil*, depois no *Globo* (MANESCHY; ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017).

Antero Martins lembrou de sua experiência no *Dia*, *O Globo* e *Estado de S. Paulo*. Também esteve em assessoria de imprensa do governo do Estado, voltou para *O Globo*, mas ficou pouco. Deixou o jornalismo, em meados dos anos 1980, para se dedicar ao seu escritório de advocacia (MARTINS, entrevista à autora, 9/8/2017).

Romildo Guerrante entrou no *Jornal do Brasil* em 1971, mas desde 1962 era funcionário do Banco do Brasil. Em 1976, tornou-se subchefe e mais tarde chefe de reportagem no *Jornal*

*do Brasil*. Chegou a acumular a subchefia com o emprego de bancário, mas acabou pedindo demissão do banco. Em 1979, deixou o jornal para assumir a assessoria do Ministério dos Transportes, onde ficou até 1983. Voltou ao *Jornal do Brasil*, mas acabou deixando a redação para trabalhar em revistas institucionais na área de transporte (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

Celeste Cintra começou no *Diário de Notícias*, passou pelo *Globo* e *Jornal do Commercio*, circulou por diversas assessorias e hoje é editora do programa *Faixa Livre* (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018)<sup>171</sup>.

Milton Coelho da Graça e Antônio Henrique Lago não narraram empregos superpostos. Graça, porém, lembrou dos empregos em *Última Hora*, *Diário Carioca*, *O Globo*, diversas revistas da Abril e da empresa Globo, mas muitas datas eram imprecisas (GRAÇA, entrevista à autora, 5/12/2017). Lago passou pela *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *TV Globo*, campanha eleitoral de Moreira Franco e *O Dia* (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).

Para a maioria das mulheres, a vida profissional se divide entre antes e depois da maternidade e/ou do divórcio. Kristina Michahelles e Joelle Rouchou decidiram deixar o jornalismo para poderem cuidar dos filhos. Rouchou trabalhou no *Jornal do Brasil* e na revista *Veja*. Quando pergunto se o salário do *Jornal do Brasil* era suficiente para se sustentar, ela responde que sim, mas porque morava com o pai. Depois de ter filha, deixou o jornalismo e se tornou funcionária pública, porque queria ter tempo para a maternidade.

E eu dizia, eu não quero acabar como *copy*, como redatora numa redação de jornal! Prefiro — e eu nem sabia que eu ia acabar sendo... Tem mais dignidade como funcionária pública, que as pessoas são... vinha arrumadinha, direitinho. Não que lá também não fosse. Mas não trabalhava de madrugada, aos 40 e tantos, 50 anos, que eu achava que era velho (risos) (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018).

Kristina Michahelles passou pelo *Jornal do Brasil* e Rede Globo, deixou a redação e ficou fazendo trabalhos *free lancer* quando precisou de tempo para cuidar do irmão doente. Quando descobriu que estava grávida decidiu não voltar mais para a redação (MICHAHELLES, entrevista à autora, 26/9/2018).

Vera Perfeito e Regina Zappa continuaram no jornalismo depois de terem filhos. A separação, porém, representou a necessidade de ganhar mais para sustentar os filhos. A primeira foi trabalhar em assessoria, onde “ganhava o dobro” e trabalhava menos. Na redação: “Saía do

---

<sup>171</sup> Programa de rádio transmitido pela *Rádio Bandeirantes* AM, de segunda a sexta. O programa é patrocinado pela Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras).

jornal dez horas da noite. Entrava às duas, e não tinha hora pra sair. Nunca teve! Era outra exploração.” (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018). Zappa se manteve na redação, mas trabalhava dobrado. “De licença maternidade, eu fazia *freela* pra Portugal. Depois, eu editava o Caderno B e escrevia livro. Era uma loucura! Eu não parava de trabalhar!” (ZAPPA, entrevista à autora, 27/11/2018).

Ou seja, o currículo de um jornalista que ficou mais de dez anos na profissão costuma ser recheado. Em geral trocaram, mas também acumularam empregos. Idas e voltas na mesma redação são comuns. As demissões também. Ser demitido aqui e convidado ali, com períodos intermediários de desemprego ou trabalhos fora do jornalismo também era comum. No jargão jornalístico, há a palavra “passaralho” para se referir a períodos de demissões coletivas.

A entrada no jornal, em geral, era por indicação<sup>172</sup>. Há um importante sistema de relações pessoais que abrem portas. Quase todos os jornalistas entrevistados narraram suas mudanças de emprego feitas através do convite de um colega. A mudança de emprego é descrita com uma frase do tipo: “fulano me chamou”, “beltrano me ligou e disse que tinha uma vaga”. Algumas vezes, em situação de desemprego, foram atrás dos amigos para pedir emprego. Ou seja, a garantia de emprego dependia menos da estrutura empresarial das redações — com alta rotatividade — e mais das relações pessoais internas à categoria. Esta condição tendia a reforçar a importância da repercussão de seu trabalho dentro do próprio meio. Não só nas relações hierárquicas, como descritas por Traquina, mas em grande parte pelas relações horizontais, entre os pares.

A maioria dos entrevistados estava aposentada quando realizei as entrevistas, mas continuavam trabalhando para complementar a renda. Outros mudaram de profissão. As mudanças representaram melhoria nas condições de emprego, pelo menos em termos de salário e jornada de trabalho. Mas parece que condições de trabalho melhores não tornam a profissão mais interessante. Há um entusiasmo específico na forma como contam suas experiências como jornalistas.

Murilo Rocha expressa de maneira bastante evidente o tensionamento de uma profissão cujo capital simbólico se liga a um lugar social de contrapoder, não só em termos da política institucional, mas do *status quo* social. Quando decidiu aceitar o convite para uma assessoria e deixar o cargo de redator no *Globo*, Evandro Carlos de Andrade tentou dissuadi-lo.

---

<sup>172</sup> A exceção foram, no início dos anos 1970, alguns cursos que o *Jornal do Brasil* realizou para formar e selecionar estagiários.

Na célebre conversa com Evandro, eu disse: nos últimos quatro anos, no dia do meu aniversário de casamento, eu só consegui jantar com minha mulher no Lamas, às duas da manhã, que era o único botequim aberto na hora que eu saio do jornal. Não quero mais isso pra minha vida. (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018)

No *Globo*, ele conta que chegava às 13 horas e saía por volta de uma ou duas da madrugada. Sem relógio de ponto, as jornadas de trabalho em geral têm hora para começar, mas não para acabar. Apesar de identificar isso como um sacrifício quando decidiu deixar o jornal, Murilo Rocha conta que resistiu à mudança da dinâmica. “Nunca tive cartão de ponto! Quando a Rádio Globo instituiu, eu me neguei a assinar. Me neguei a bater ponto.”. Pergunto se sem relógio de ponto ele não trabalhava mais.

Sim. Mas, veja bem, você tinha, do jornalismo, uma visão muito romântica. Tanto que o Afonso Soares me disse uma coisa inesquecível: “meu filho, bota uma coisa na sua cabeça, jornalista só tem hora pra entrar, não tem hora pra sair”. E essa verdade me acompanhou toda minha vida como jornalista de redações. Como assessor também. Eu era, talvez, um dos raros assessores, no período que eu fiz assessoria, que meu telefone não desligava nunca. Eu atendia de madrugada. (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018)

O relógio de ponto era motivo de sofrimento na assessoria.

Na Nuclebrás tinha roleta eletrônica. Você passava naquela hora. Tinha horário de almoço. E era um tédio absoluto! Não tinha o que fazer! Eu ficava brincando naqueles joguinhos de computador. Raramente acontecia um episódio significativo. (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018)

No jornal, não tinha hora para sair, tinha plantão de fim de semana e ainda precisava estar à disposição dos acontecimentos. Romildo Guerrante conta o aprendizado sobre esta disponibilidade ainda como estagiário. Quando o viaduto Paulo de Frontin desabou, ele estava na redação com uma colega, também estagiária. Mobilizaram a redação e quando tudo estava encaminhado, foram embora.

Menina, no dia seguinte nós quase fomos demitidos, afastados. Não pode numa circunstância dessas, vocês virarem as costas pro jornal. Levamos um esporro do Carlos Lemos. Pô, tá acabada minha carreira de jornalista aqui. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

Não foram demitidos, mas no dia seguinte foram mandados para cobrir o desastre: “todo o dia no elevado, debaixo do elevado com risco daquela merda desabar, pra castigar a gente. (risos) Que horror! Mas aí acho que faz parte do aprendizado isso, né? O patrão te explora nessa hora. Mas não é de bom tom o jornalista virar as costas pra redação diante de um fato daquela gravidade que estava acontecendo.”.

Vera Perfeito reforça este sentido de entrega, já introjetado pelos anos de profissão:

Quando voltei agora em 2000, tava num domingo de plantão, aquele menino... caiu de Asa Delta... que ficou paraplégico<sup>173</sup>. Eu entrei sete horas da manhã, duas e meia da tarde: Ai, graças a Deus, acabou meu plantão! Quando eu olhei no computador, falei: tô fudida! Saí do jornal uma hora da manhã! Porque numa hora dessas não dá pra você fugir. Nem você quer. Ainda tem isso. Quem gosta mesmo da profissão, não foge! (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018)

A entrega ao ritmo do trabalho é um dado de profissionalismo, um sentimento de responsabilidade difuso:

Porque quando você vê a tua matéria escrita, ali, bonitinha, inclusive com seu texto sem ser mudada, aquilo é um negócio muito bom, você acha que tá contribuindo. Na verdade, você é um grande babaca, porque o dono é que tá ganhando dinheiro. Mas você acha que não é, e fica feliz com isso. (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018)

No depoimento de Joelle Rouchou podemos entrever uma dimensão interessante desta entrega profissional conectada, quase casualmente, à responsabilidade política. Como se a importância política — ou seja, social, ligada ao leitor, não apenas à empresa — justificasse a disposição de investimento total de energia no campo:

Tancredo eu já tava na Veja. Foi um outro parto. Era uma loucura cobrir aquele período! Nossa, era terrível, porque a combinação era: onde quer que você esteja — no final de semana — que você souber da morte do Tancredo, vem pra redação. Porque não tinha celular... Uma expectativa de: a qualquer momento ele vai morrer! Era assim: o fio da democracia. (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018)

O que se pode verificar é um modo de atuação fortemente introjetado e um conjunto de valores, um *ethos*, que justifica esse *modus operandi*. A distância no tempo pode ter intensificado esses sentidos, mas também oferece um distanciamento crítico. Luiz Eduardo Rezende brinca com a “liberdade”, no *Jornal do Brasil*, de colocar contrabando na matéria, ludibriando a censura: “você botava ali um negocinho, achando que ia mudar o mundo com aquilo. Não ia nada, mas (risos) botava.” (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018).

Com a abertura política, nos anos 1980, vários jornalistas deixaram as redações para trabalhar em campanhas eleitorais e/ou assumir assessorias em órgãos governamentais ou gabinetes parlamentares<sup>174</sup>. Essas atividades ofereciam melhor remuneração, mas distanciavam o jornalista da identidade profissional. Antônio Henrique Lago, que tirou licença da redação do

---

<sup>173</sup> Trata-se de Herbert Vianna, vocalista do grupo Paralamas do Sucesso. O acidente foi de ultraleve.

<sup>174</sup> Antero Martins saiu da redação para se tornar assessor de imprensa da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro no governo Brizola (MARTINS, entrevista à autora, 9/8/2017). Osvaldo Maneschy, em 1981, era assessor da candidatura a senador de Saturnino Braga. Chegou a ser candidato a vereador, pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista)<sup>174</sup> de Niterói, em 1985. Voltou à redação como repórter, em 1985, no jornal de bairro do *Globo* (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017).



*Globo* para ser editor do jornal de campanha de Moreira Franco, afirma: “não é jornalismo, é publicidade” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). Romildo Guerrante também fez a experiência de assessorar candidato e garante que foi sua pior experiência profissional, embora muito bem remunerada (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

Vera Perfeito saiu da redação antes dos 1980 e ficou até, mais ou menos, 1985 em assessorias.

Eu fiquei muito chateada com isso! Quando eu larguei o jornal pra ser assessora de imprensa — e olha que o Ronaldo<sup>175</sup> era uma pessoa maravilhosa... Mas, pô, ele trabalhava no governo da ditadura! Então, quando vinha uma matéria que era problema, a gente tinha que dar um jeito da matéria não sair. Quer dizer, a gente fazia exatamente um trabalho oposto ao que você fazia como repórter. (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018)

O que surge desses depoimentos é a imagem de uma contradição entre realização profissional e condições materiais de emprego. No *Jornal do Brasil*, onde foi mais intensa esta percepção do prazer e da convicção de que seu trabalho tinha um sentido maior, surgiu a expressão “salário ambiente”<sup>176</sup>. Uma conversa em que José Sérgio Rocha defende o “salário ambiente” do *Jornal do Brasil*, provocado por Cláudio Renato, é bastante reveladora desta tensão entre o capital simbólico e as condições materiais de emprego.

Cláudio Renato: Eu tô falando como trabalhador. *O Globo* era notoriamente escroto, ok. Mas o JB, ah, o JB criou coisas absurdas como salário ambiente: eu te pago meio salário mínimo, mas você vai ser feliz aqui. Ok. Pra mim não é profissional. Nego achava do caralho! Ai, eu tenho salário ambiente.

Oswaldo Maneschy: Você tá falando de patrão? Doutor Roberto foi muito melhor patrão do que o Brito. Eu trabalhei nos dois e conheço os dois.

Segue-se um longo debate sobre onde o *Jornal do Brasil* encontrava apoio para poder desafiar a censura em alguns momentos, e se retorna ao “salário ambiente”:

Cláudio Renato: Acho que os profissionais do *JB* caíram numa armadilha. Isso é uma merda.

José Sérgio Rocha: Não é uma merda, mas deixa eu te falar uma coisa: A gente resistiu o quanto pôde pra ir pro *Globo*.

Cláudio Renato: Pra dar lucro pr’aquele filho da puta?

---

<sup>175</sup> Ronaldo Costa Couto, que ocupou cargos de planejamento no governo de João Batista Figueiredo e depois no governo estadual de Minas Gerais. A entrevistada não conseguiu precisar as datas exatas em que assessorou o político.

<sup>176</sup> Pelo que pude aferir, *O Globo*, pelo menos a partir de certo momento, pagava melhor que o *Jornal do Brasil*. Mas esta diferença não ficou clara. As condições salariais, ao que parece, eram muito variáveis, tanto no tempo, quanto pela situação de cada profissional, uma vez que a carreira não era muito rígida.

José Sérgio Rocha: Não, é o seguinte: no *Globo* você pode ganhar 300 e pode ser demitido daqui a 15 minutos, porque tem uns três ou quatro que demitem assim... Eu fui demitido lá quatro vezes!

Oswaldo Maneschy: Uma delas tem uma história ótima, esse cara me chama o Roberto Marinho de “o empresário Roberto Marinho”. Tinha norma da redação: “O nosso companheiro, redator-chefe Roberto Marinho”. Ele foi demitido por cima, e readmitido por baixo.

José Sérgio Rocha: Quatro vezes! Teve um dia que eu fui demitido de manhã — eu trabalhava à tarde — fui demitido de manhã, quando cheguei às duas horas da tarde, já tinha sido readmitido, eu não sabia nem que tinha sido demitido. (MANESCHY; RENATO; ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017)

Após mais alguma confusão, José Sérgio Rocha acrescenta à explicação sobre o salário ambiente no *Jornal do Brasil* o fato de que “se o teu editor chegasse pra você e desse um berro”, você podia reclamar e o editor seria chamado à atenção: “não é assim não, meu irmão” (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017).

O que emerge deste diálogo é a dificuldade de explicar o valor do trabalho no *Jornal do Brasil* dentro do paradigma das condições objetivas de trabalho, mais precisamente, das condições de venda da mão de obra. Parece bem mais simples para os jornalistas entrevistados explicar a realização pessoal ligada a um capital simbólico como a participação no projeto criativo do jornal, o sentimento de fazer parte da história, etc.

Talvez possamos pensar este sentido como uma forma de engajamento, “como efeito colateral de um dedicação pessoal a uma causa maior que a pessoa” (FRANKL, 1984: 5). Sob o ponto de vista sociológico, estamos diante do capital simbólico conferido pelo pertencimento ao campo do jornalismo. Este pertencimento depende da incorporação do *habitus* que constrói e é construído dentro de uma estrutura e um modo de produção próprios ao campo, que investigaremos detalhadamente a seguir.

## **4.2 Linha de montagem**

### 4.2.1 A redação

A produção de cada edição diária de um jornal começa na redação, que concentra todo o processo de produção do conteúdo jornalístico, e termina na gráfica, onde o conteúdo é impresso em papel. “Redação” é o termo utilizado para se referir ao conjunto de profissionais que participa da produção do material jornalístico. Por decorrência, é também o espaço físico onde se encontram esses profissionais, dos editores ao pessoal do setor de pesquisa, incluindo a área de fotografia. Até meados dos anos 1980, este espaço era um lugar barulhento, agitado e

enfumaçado, muitas vezes, descrito como uma bagunça divertida<sup>177</sup>. O significado do termo se expande, nos depoimentos, remetendo a uma espécie de agente coletivo que configura a especificidade do campo jornalístico<sup>178</sup>.

Os jornalistas que passaram pelo *Jornal do Brasil* mencionam o “respeito à redação” como característica significativa da empresa. Esse “respeito à redação” inclui aspectos tão diversos como valorização profissional, autonomia de atuação e garantia de aplicabilidade de critérios jornalísticos nas decisões editoriais. Antônio Henrique Lago destaca a importância da discussão dentro da redação. Para o repórter e editor, “o Roberto Marinho tinha um controle danado da estratégia política da *TV Globo*”, mas a redação tinha poder de pressão, o que era, para ele, fundamental.

Por exemplo, ela (a *Rede Globo*) deu as Diretas numa boa. Quer dizer, começou muito mal. A ordem era colocar o (comício pelas Diretas) de São Paulo como parte das comemorações (do aniversário da cidade), mas a do Rio já entrou com tudo, helicóptero e o diabo a quatro. Porque a redação... Era uma coisa que não tem hoje, na verdade. Havia mais discussão interna. Por exemplo, o caso da casa da Inês, da casa lá de Petrópolis<sup>179</sup>, deu discussão interna. A primeira reação do doutor Roberto foi de não dar nada. Aí, sobe, fala com o Armando (Nogueira), o Armando fala com ele, volta, fala, volta, fala... Demorou pra cacete! E aí, tá bom, pode dar.

— *Os repórteres, na redação, tinham algum poder de barganha?*

Não só o repórter, a redação tinha algum poder de barganha! (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

---

<sup>177</sup> Luarlindo Ernesto e Ubirajara Roulien lembram do futebol na redação do *Diário Carioca*, quando o jornal fechava. “Chegava sábado de noite, afastava-se as mesas, aí jogávamos bola (risos).” (ERNESTO & ROULIEN, entrevista à autora, 8/12/2017). Joelle Rouchou enfatiza: “Redação era um lugar muito divertido! E uma diversão inteligente.” (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018). Kristina Michahelles chega a descrever a sensação física da memória prazerosa de estar dentro da redação: “A gente ia pra praia, domingo de manhã, e me lembro da sensação de entrar naquele jornal gelado, fedendo a nicotina, porque todo mundo fumava ainda na redação, barulhento... mas a sensação era de um prazer indescritível: aquela sensação de pele quente, entrar naquela redação, com a perspectiva de passar um plantão lá dentro. A gente adorava! A gente adorava fazer plantão!” (MICHAHELLES, entrevista à autora, 26/9/2018).

<sup>178</sup> José Sérgio Rocha, por exemplo, lembra de quando era estudante, em passeata, vendo “a redação” ainda de fora: “Eu passando ali, e os caras, você vê o papel do jornalista, a redação do JB ali, batendo palma pra gente...” (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017)

<sup>179</sup> Referência à reportagem feita por Lago, em 1981, sobre o centro clandestino de tortura em Petrópolis, mantido pelo DOI-Codi do Rio de Janeiro. A repórter Lúcia Romeu (irmã de Inês Etienne Romeu, a ex-presa política que denunciou a casa à OAB) ganhou o Prêmio Esso daquele ano com a reportagem sobre o assunto na IstoÉ. Na apresentação feita para o livro *As 10 reportagens que abalaram a ditadura*, Lúcia Romeu afirma que a matéria foi divulgada à noite, no *Jornal Nacional* da Rede Globo, no mesmo dia em que fizeram a visita à casa, pela manhã: 3 de fevereiro de 1981 (MOLICA, 2005: 253). Portanto a grande demora percebida por Lago foi a demora de algumas horas. O que pode ser coerente com o ritmo da televisão.

Ele lamenta que hoje “a redação não discute mais nada”, porque “só tem garoto querendo seu lugar e a direção comprometida com o patrão” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).

As redações de *Jornal do Brasil* e *O Globo* tinham estruturas de produção semelhantes nos anos 1970. Os cargos ocupados por jornalistas incluíam: repórter, repórter fotográfico, redator, redator-chefe (ou chefe do copidesque), editor-chefe, chefe e secretário de redação, editores, subeditores, chefe e subchefes de reportagem, revisores e diagramadores. A nomenclatura dos cargos dirigentes varia entre as duas redações, bem como alguns cargos com nomes semelhantes funcionam de modo diferente. Mas nenhum dos entrevistados que passou pelas duas redações foi capaz de identificar diferenças na estrutura organizativa.

No período estudado, *Jornal do Brasil* e *O Globo* circulavam apenas de manhã<sup>180</sup>. Os repórteres trabalhavam numa espécie de sistema de turno, com uma turma de manhã/tarde e outra, maior, de tarde/noite. Alguns repórteres davam plantão até por volta das 22h. Redatores e editores também se revezavam em dois turnos, sendo o da tarde/noite mais movimentado. No *Jornal do Brasil*, chegou a haver plantão na madrugada durante um período<sup>181</sup>.

A redação é dividida por editoria, espécie de departamento, que distribui a produção do jornal. As editorias especializadas, identificadas por todos os entrevistados, em ambos os jornais, foram as relacionadas aos seguintes assuntos: local, nacional, internacional, de economia, esporte e cultura<sup>182</sup>. Essas editorias mudam de nome e ganham contornos específicos entre as redações e ao longo do tempo. Há uma tendência ao aumento do número de editorias em função do nível de especialização com que os assuntos são tratados pelo jornal<sup>183</sup>. A maior subdivisão dos temas em editorias se reflete em geral, mas não necessariamente, numa ordenação mais rígida dos assuntos pelas páginas da publicação<sup>184</sup>.

---

<sup>180</sup> *O Globo* chegou a ter edição vespertina, mas Evandro Carlos de Andrade alterou isto, a partir de 1972.

<sup>181</sup> Luarlindo Ernesto conta que chegou ao *Jornal do Brasil* para cobrir a madrugada, depois que o plantonista anterior foi demitido porque dormiu. (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017)

<sup>182</sup> Os entrevistados se detiveram, em geral, nas editorias mais valorizadas no perfil editorial do jornal. No *Jornal do Brasil* dos anos 1970, por exemplo, havia pelo menos mais duas editoriais que interagiam com as demais: de notícias, responsável pela produção da pauta, e de pesquisa, que assessorava todos os redatores, além de produzir matérias e cadernos especiais. Havia outras editorias, como moda ou feminina; turismo e turfe que não foram mencionadas por nenhum jornalista.

<sup>183</sup> Celeste Cintra, repórter do *Globo* entre 1972 e 1979, conta que foi contratada para compor a recém-criada editoria de Educação, que depois se tornou editoria de Educação e Saúde. Após dois ou três anos desde sua chegada, a editoria foi dissolvida e transformada em Cidade, embora continuasse tendo um grupo de repórteres especializados (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018). Este tipo de movimentação foi narrado por outras fontes, sugerindo um método organizativo com razoável mobilidade de estruturas no nível das editorias.

<sup>184</sup> As redações dos jornais de antes dos anos 1950 tinham poucas editorias, assim como, nas páginas das publicações, os assuntos eram distribuídos sem uma classificação rígida de assuntos.

A editoria “local”, também chamada “cidade” ou “reportagem geral” era o setor não especializado, responsável por cobrir todas as áreas que não tinham editoria especializada, além de apoiar a cobertura das demais áreas, que reunia o maior número de repórteres. Uma espécie de coração da redação, sempre mencionada em primeiro lugar pelos entrevistados, quando pedi para listarem as editorias<sup>185</sup>.

Os entrevistados estimaram que havia, no *Jornal do Brasil* dos anos 1970, entre 40 e 70 repórteres “na geral”<sup>186</sup>, num universo de 100 a 150 repórteres<sup>187</sup>. Considerando essas estimativas e dados fornecidos pelo *Jornal do JB* (JB, 13/04/1971)<sup>188</sup>, é possível avaliar que havia cerca de 250 jornalistas trabalhando para o veículo<sup>189</sup>, dos quais mais da metade eram repórteres ou correspondentes<sup>190</sup>. Cerca de um terço dos repórteres estavam alocados na reportagem geral.

Na maioria das editorias havia um editor e um subeditor. Os editores, em geral, chegavam à tarde e ficavam até o fechamento das páginas sob sua responsabilidade. Esporte, economia, internacional, nacional e cultura eram, nos dois veículos, editorias com relativa autonomia, com seus repórteres especializados e redatores exclusivos. Na reportagem geral do

---

<sup>185</sup> Quase todos os repórteres e muitos redatores iniciaram carreira por ela.

<sup>186</sup> Repórter “de geral”, ou “da geral” é como os entrevistados se referem, muitas vezes, aos jornalistas deste setor. As editorias de economia, esporte e assuntos internacionais são as únicas cujos nomes não variam nos depoimentos. A variação de nomenclatura sugere que os termos utilizados se referenciam na divisão de assuntos, mais que em nomes próprios para os setores. Por isso, uso os nomes das editorias com letra minúscula, a não ser quando se trata de transcrição de texto alheio em que foram usadas maiúsculas.

<sup>187</sup> As estimativas foram semelhantes para *O Globo* e *Jornal do Brasil*, principalmente a partir da reestruturação iniciada em 1972 por Evandro Carlos de Andrade. Alguns entrevistados avaliaram que a redação do *Globo* era pouco menor até meados da década de 1970. Com as demissões motivadas pela crise econômica do *Jornal do Brasil*, a redação de *O Globo* teria se tornado maior que a do *Jornal do Brasil*, no final dos anos 1970. Esta avaliação, porém, não foi confirmada.

<sup>188</sup> O *Jornal do JB* foi um caderno especial produzido pela empresa, entre 1964 e 1973, cujo foco era divulgar a força e importância do *Jornal do Brasil*, sua história e funcionamento. Ao todo, foram feitas 96 edições, durante quase todo o período em que Alberto Dines foi o editor-chefe do veículo. O último número foi produzido em novembro de 1973. A edição de abril de 1971 do *Jornal do JB* comemorou os 80 anos do *Jornal do Brasil*, com ampla reportagem mostrando os bastidores da estrutura e processo de produção do jornal.

<sup>189</sup> Nenhum entrevistado arriscou estimar o total de jornalistas. De acordo com o *Jornal do JB*, havia 30 repórteres da “Editoria Geral” e 11 na “Editoria de Cidade”. Nos depoimentos dos jornalistas, as duas editorias aparecem fundidas. O próprio *Jornal do JB* afirma que “apesar da divisão em áreas de Geral e Cidade, na prática ambas as equipes colaboram entre si constantemente” (Jornal do JB, 13/04/1971, p.5). No *Globo*, segundo os depoimentos colhidos, havia apenas a editoria de cidade ou local cumprindo papel semelhante e com tamanho semelhante às duas áreas afins do *Jornal do Brasil*.

<sup>190</sup> De acordo com os dados apresentados pelo *Jornal do JB* sobre a composição de cada setor do jornal, parece razoável a estimativa de que havia 150 repórteres, incluindo repórteres fotográficos, correspondentes nacionais e internacionais e os repórteres das sucursais em outros estados. Alguns dados fornecidos pelo caderno, porém, são imprecisos. Na primeira página do caderno, informa-se que há 262 jornalistas ao todo: na sede e nas sete sucursais, além de 14 correspondentes nacionais e sete internacionais. Na página 6 do mesmo caderno, a informação é de que são 242 jornalistas só na sede. Teríamos, neste caso, apenas 20 jornalistas entre correspondentes e repórteres das sucursais. A conta não fecha. Outros números variam ligeiramente: nas páginas 6 e 7 informa-se que são 13 correspondentes nacionais, em vez de 14. Apesar destas imprecisões, as ordens de grandeza coincidem com as avaliações dos entrevistados, permitindo razoável confiabilidade das estimativas.

*Jornal do Brasil*, havia um chefe e dois subchefes<sup>191</sup> que faziam turnos diferentes. Um chegava às 7h e saía por volta das 14h e o segundo cobria a tarde e noite. O chefe de reportagem chegava por volta de meio-dia e ia até o fechamento do jornal<sup>192</sup>. Os repórteres desta área podiam ser especializados em assuntos como polícia, educação, transporte, mas, em geral, estavam disponíveis para cobrir outras áreas, incluindo o suporte às outras editorias.

Ubirajara Roulien explica assim a reportagem geral, onde estava alocado como repórter, no *Jornal do Brasil*:

O repórter é um vetor da fonte. Ele escreve sobre tudo e não sabe de nada. Isso que nós somos. Então, tinha aquelas matérias que eram feitas pelo pessoal de cidade, mas que ela seguia, não ficava em cidade, ia pra outras editorias. Assim como muito poucas vezes eu fui deslocado pra fazer matérias fora de minha área. Era deslocado pra esporte. Eu não tenho nada que fazer com esporte, mas fui muitas vezes no Galeão receber delegação de jogadores, fui fazer inauguração do Clube do América. (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018)

Depois de apuradas, as matérias eram redigidas pelos repórteres e entregues ao editor ou chefe do seu setor. No copidesque, os redatores adequavam o texto às exigências editoriais. No *Jornal do Brasil*, havia um setor de copidesque, composto por redatores que também fechavam a primeira página. Eram 14 redatores em 1971, segundo o *Jornal do JB* (13/04/1971, p.4). Os jornalistas entrevistados avaliaram entre dez e 15 redatores, nos anos 1970. No final da linha de produção da redação, chefe e secretário de redação fechavam o desenho final das páginas. Uma verdadeira linha de montagem que será detalhada a seguir.

Da redação, o jornal “descia”<sup>193</sup> para a gráfica, área de produção física do jornal. Na gráfica, os textos batidos à máquina pelos jornalistas em laudas de papel eram transformados pelos gráficos em moldes de chumbo. Ao longo dos anos 1970, as rotativas a chumbo foram substituídas por máquinas de *offset*<sup>194</sup>.

---

<sup>191</sup> Ou editor e subeditor, dependendo do depoimento.

<sup>192</sup> Informações fornecidas por Romildo Guerrante, que foi chefe e subchefe de reportagem do *Jornal do Brasil* nos anos 1970. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

<sup>193</sup> Diversos jornalistas usaram o verbo “descer” para se referir ao encaminhamento do material para a gráfica. Por razões estruturais, a gráfica, setor que utilizava maquinários pesados, costumava ficar no andar térreo, abaixo da redação, quando a maioria dos jornais funcionava exclusivamente em um prédio.

<sup>194</sup> A *Folha de São Paulo* foi o primeiro jornal de grande circulação a instalar o sistema *offset* no Brasil, ainda em 1968. Na edição de 30 de janeiro de 1968 (página 15), o jornal anuncia: “Nova impressão põe a FOLHA na era eletrônica”. A matéria de página informa que, “depois de 16 anos de trabalho ininterrupto a ‘velha’ rotativa da FOLHA DE S. PAULO deixou, pela primeira vez, de funcionar no último sábado”. O novo sistema utilizava um equipamento chamado fotomecânica para preparar os fotolitos em folha de alumínio, que substituíram o molde de chumbo.

#### 4.2.2 Pauta<sup>195</sup>

Na década de 1970 e 1980, a produção das matérias começava pela pauta: sugestões de matérias a serem produzidas naquele dia, em geral, contendo dados iniciais e indicações de possíveis caminhos de apuração e enfoque<sup>196</sup>. O responsável pela pauta<sup>197</sup> chegava mais cedo. O subchefe de reportagem do turno da manhã revisava a pauta, cortava, acrescentava e distribuía as matérias entre os repórteres. Romildo Guerrante conta que os jornais do dia eram fonte importante de pesquisa para produção da pauta<sup>198</sup>.

O pauteiro faz um pouco, mas o chefe, quando chega, já lê o jornal e já tem algumas ideias com relação ao jornal do dia seguinte, considerando o jornal da véspera que tratou de alguns assuntos. Talvez não tenha tratado convenientemente do assunto e é preciso tapar os buracos. Não tratou convenientemente, talvez até por falta de tempo, ou falta de fonte. Mas de qualquer jeito tem que correr atrás. Mesmo que a concorrência tenha dado. “Olha, a concorrência ouviu o fulano, vamos ouvir um compatível com esse cara e dar uma versão aí que...”. É sempre assim. Tem uma disputa. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/07/2017)

O repórter também pode sugerir pauta, que precisa ser aprovada. Havia ainda os despachos das agências de notícias e outras mensagens que chegavam por telex, que deviam ser selecionadas para decidir o que seria apurado e/ou publicado.

Outros materiais que compunham a pauta incluíam informações recolhida na “ronda”, em geral realizada por repórteres menos experientes, muitas vezes estagiários. A ronda consistia em ligar para delegacias de polícia, hospitais, controladores de trânsito, bombeiros e outras áreas que pudessem ter registro de algum assunto que parecesse interessante apurar. A função, além de pouco qualificada, era considerada sofrida, uma espécie de caçador de desgraças. Ana Lagoa e Antônio Henrique Lago contam que começaram a trabalhar na ronda. Lago na editoria de cidade da *Última Hora* do Rio de Janeiro. “Fiz um mês e meio no mesão, que era só ficar telefonando pra delegacia, bombeiro, rede ferroviária, o diabo. Até hoje eu me arrepio! Mas é uma boa formadora de fontes, sabia?” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). Ana Lagoa fez

---

<sup>195</sup> Pauta é o planejamento inicial, que serve tanto para falar do planejamento do jornal como um todo — a pauta de matérias do dia — como do planejamento de cada reportagem — a pauta de apuração, que definia o assunto e sugeria caminhos de pesquisa.

<sup>196</sup> Essa estrutura de produção de pauta centralizada faz parte das inovações promovidas gradativamente a partir da década de 1950.

<sup>197</sup> Função extinta ao longo dos anos 1990 que, no *Jornal do Brasil* de 1971, chegou a ser produzida por um setor com três jornalistas: o Departamento de Criação e Controle. “O resultado de seu trabalho — cerca de 15 a 20 laudas mimeografadas — é distribuído a todos os editores, às Sucursais e aos correspondentes.” (*Jornal do JB*, 13/04/1971, p.4).

<sup>198</sup> “O pauteiro, ou editor de pauta, no caso o próprio chefe do Departamento, deve necessariamente ser um homem informado: é a partir do noticiário, do JB, e de todos os outros que vão surgir as perguntas a serem feitas pelos repórteres. Além disso, conta com uma agenda que registra praticamente tudo o que aconteceu e o que está previsto.” (*Jornal do JB*, 13/04/1971)

a ronda de delegacias na seção de polícia da sucursal do *Globo* de São Paulo: “Era ficar no telefone. Que crime está no BO (Boletim de Ocorrência)? Aí eu escolhia os mais escabrosos, claro, porque meu chefe dizia que a função do repórter era alarmar a população.”. Depois, algum jornalista, às vezes ela mesma, saía para apurar o crime. (LAGOA, Entrevista à autora, 8/12/2017)

Pautas novas, que surgem durante o dia, normalmente complicam o processo produtivo. Como explica Traquina, a produtividade sob pressão de tempo exige uma rotinização do processo produtivo (2005: 193-195). Para minimizar o risco, segundo Romildo Guerrante, o chefe de reportagem podia deixar um jornalista de fora da distribuição da pauta, “pra alguma coisa mais grave que pode acontecer durante o dia. Se você jogar os repórteres todos na rua, se der uma cagada, você tem que começar a chamar repórter por rádio, o rádio não funcionava bem. É uma coisa!”. Mas não encontrar seu nome na pauta também “podia ser sinal de que estava desprestigiado” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017). Por outro lado, repórteres destacados para apurações especiais também podiam ficar fora da pauta. Neste caso, tratava-se de prestígio especial. Fritz Utzeri, Heraldo Dias e Sérgio Fleury, no *Jornal do Brasil*, chegaram a ficar semanas e até meses fora da pauta para apurações especiais. Ana Lagoa conta que, quando saiu da sucursal de Brasília da *Folha de S. Paulo*, onde cobria os ministérios militares, para a sucursal do Rio de Janeiro, precisou brigar pelo direito de ficar fora da pauta.

Mas o chefe de reportagem me odiava, porque o Dines<sup>199</sup> deixava eu ficar fora da pauta. Porque ele dizia, o infeliz: “na sucursal não tem corpo de redação pra ter setorista de área militar. Isso é luxo de Brasília, aqui todo mundo faz tudo”. Aí ele deixava lá eu cobrir buraco de rua, incêndio, as bobajadas... Aí, eu ia: Dines, às três horas eu tenho que estar na Vila Militar, tem uma conversinha com o pessoal da Centelha Nativista, candidatura Euler... O Abreu que marcou pra mim. Eu não posso ligar pra lá pra dizer pro moço que eu não vou porque eu tenho que cobrir o discurso de não sei quem na Câmara de Comércio. Aí o Dines tinha que sair pra dizer: fulano, a Ana é liberada da pauta (voz cantada) e o outro ficava com aquela cara! (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)

Repórteres capazes de criar as próprias pautas sempre tinham a possibilidade de ficar liberados da pauta centralizada. Ana Lagoa conta que na *Última Hora* do Rio de Janeiro, no início dos anos 1970, “fiz geralzona, aí dei de escrever quanto quisesse, porque meu chefe me liberou da pauta pra eu ficar escolhendo matéria gostosa de fazer, que era um nicho de mercado” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017). Ela circulava pelo estado descobrindo assuntos que transformava em séries: “capelas abandonadas; trilhas — ia pros cafundós de Magé, de Mauá,

---

<sup>199</sup> Alberto Dines, então chefe da sucursal Rio do *Estado de S. Paulo*.



desses cantos pra dentro da Baía da Guanabara —; os palhaços que já estão velhinhos, que saíram do Circo... como é que eu vou chamar? Matérias humanas e históricas?” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)

Ana Lagoa avalia que esta experiência de liberdade se devia, também, ao fato dela se manter distante das questões nacionais. “Tinha muito claro o que estava acontecendo, tinha perdido os meus amigos, alguns exilados, mortos, mas a minha cabeça tinha construído um nicho de sobrevivência, entende? Numa bolha.” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017) Com essa estratégia, Ana Lagoa evitava encarar a censura e a repressão que atingiam o campo do jornalismo.

Na própria linha de produção da redação, havia mecanismos de proteção para que o repórter não ficasse diretamente exposto à ação da censura. Os assuntos proibidos já não figuravam na pauta. No *Jornal do Brasil*, havia uma máxima de que o repórter não devia exercer autocensura. Assim, a eliminação ou o corte de matérias em função de problemas com a censura era responsabilidade atribuída à chefia e aos editores. Este aspecto será aprofundado no próximo capítulo.

#### 4.2.3 Reportagem

##### 4.2.3.1 Dentro da redação

O repórter é, em primeiro lugar, o profissional que busca as informações que serão transformadas em notícia. Portanto, o primeiro sentido da palavra reportagem se refere ao trabalho de apuração e pesquisa jornalística. Por extensão, reportagem também nomeia o conjunto de profissionais que realiza este trabalho, bem como o produto final, o texto noticioso.

Carlos Lemos, que fez nome no jornalismo como chefe de redação, defende que “o verdadeiro jornalista é o repórter, sem repórter não existe nada, o resto é tudo adereço de mão, chefe, tudo é adereço de mão, o importante é o repórter”. (LEMOS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008). Antero Martins se vangloria de ter sido sempre repórter: “Eu nunca me disse jornalista. O repórter é o cara pago para contar o que todo mundo quer saber, é muito mais interessante!” (MARTINS, entrevista à autora em 9/8/2017).

A reportagem era o início de carreira tradicional para os jornalistas<sup>200</sup>. A ascensão funcional significava, para muitos, deixar a reportagem. O jornalista também podia seguir a

---

<sup>200</sup> No entanto, principalmente antes da exigência do diploma, muitos profissionais entravam no jornal como revisores ou redatores, em função de uma formação mais ligada à língua que ao jornalismo propriamente dito.

carreira de repórter, que começava em repórter D e ia até repórter A<sup>201</sup>. Depois de repórter A, havia o repórter especial. No *Globo*, segundo Luiz Eduardo Rezende, foi criado mais um nível, depois do especial: o repórter assistente de editor, “uma categoria acima, que era pro negócio de salário”. O repórter assistente de editor ganhava mais que os redatores e pegava as matérias mais importantes. Luiz Eduardo Rezende lista, entre suas matérias, várias viagens como correspondente internacional (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018).

Na hierarquia formal da redação, os repórteres desfrutavam de condições de trabalho bem diferentes. Ana Lagoa podia passar o dia conversando com militares para, ao final, produzir um relatório. Fritz Utzeri podia determinar o tempo necessário para sua matéria<sup>202</sup>. A maioria dos repórteres, porém, precisava apresentar produção diária<sup>203</sup>. No *Jornal do Brasil*, uma matéria por dia. No *Globo*, segundo Celeste Cintra, três (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018). A quantidade de texto produzida pelos repórteres, nos dois veículos, talvez não fosse muito diferente. Embora escrevesse apenas uma matéria por dia, o repórter do *Jornal do Brasil* precisava fazer matérias maiores.

Celeste Cintra, no *Globo*, e Joelle Rouchou, no *Jornal do Brasil*, descrevem a experiência cotidiana na redação como uma espécie de fluxo humano, que começava a se movimentar ainda pela manhã, lentamente. Os repórteres iam chegando, pegando suas pautas, saíam para apuração e, no final da tarde, o tumulto era total. Os repórteres escreviam assim que chegavam da rua, sob a pressão do tempo de produção, e só estavam autorizados a ir embora depois de terem sua matéria aprovada pelo chefe de reportagem ou editor da área. No *Globo* dos anos 1970, segundo Celeste Cintra, não havia máquina de escrever para todos os repórteres.

Então quando chegava cinco, seis horas, era: “rápido com a matéria, fulano! Rápido!” Você tinha que escrever rápido, porque tinha um volume de matéria e não tinha máquina pra todo mundo. Tinha que terminar rápido pra ceder a máquina pro colega. Porque tinha gente em pé esperando máquina. Então a gente dizia: começou a “noite dos desesperados”!<sup>204</sup> (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018)

Das máquinas de escrever dos repórteres, a matéria saía com duas ou três cópias feitas em papel carbono. Uma cópia ficava com o repórter, uma ia para o copidesque e a terceira,

---

<sup>201</sup> Luiz Eduardo Rezende e Celeste Cintra listaram as categorias estagiário, C, B e A.

<sup>202</sup> Fritz Utzeri descreve, por exemplo, o seguinte diálogo com Walter Fontoura, quando o então editor-chefe do *Jornal do Brasil* pediu uma reportagem sobre erro médico: “— Quanto tempo você acha que precisa?”; “— Me dá umas três semanas e eu faço.”; “— Está bem, então faça.” (Entrevista a Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008).

<sup>203</sup> Mesmo os repórteres especiais apresentavam relatórios à chefia, mas não foi possível aferir se diariamente.

<sup>204</sup> Referência a filme de 1969, de Sidney Pollak, ambientado em 1929, durante a grande depressão dos Estados Unidos. Eles dançam a noite inteira numa maratona de dança que premiava, com dinheiro, o casal que resistisse por mais tempo na pista.

talvez, variasse de destino<sup>205</sup>. Em algumas situações, o repórter podia passar as informações por telefone para um redator, em função do prazo de fechamento. Isso acontecia, principalmente, quando o evento que estava sendo coberto pelo repórter se estendia para além do prazo de entrega das matérias<sup>206</sup>.

Uma vez aprovada a matéria, o repórter estava dispensado e só saberia que fim levou seu trabalho no dia seguinte, ao abrir o jornal. Se não encontrasse a matéria, ela podia ter sido guardada para outro momento, estar em avaliação ou simplesmente ter sido descartada.

Romildo Guerrante lembra, com orgulho, de uma reportagem pautada a partir do informe de proibição da censura. “Chegou um aviso da Polícia Federal: é proibido falar na morte do médico fulano de tal. Armando Strozenberg era o chefe (de reportagem): ‘Romildo, vê quem é esse cara, porque que a Polícia Federal tá preocupada em não divulgar a morte dele’”. O repórter foi parar em Friburgo apurando o caso por alguns dias. Tratava-se do médico do presidente Geisel, morto em um hotel de Friburgo, ao se submeter a um tratamento clandestino para rejuvenescimento<sup>207</sup>. Ao voltar para a redação:

Já falei assim, mal-humorado: é pra fazer relatório ou matéria? “Faz matéria”. Mas não tá proibido essa porra? “Cara, faz a tua parte. Essa questão não é com você não, é comigo. Faz a matéria.” Fiz a matéria. Que que o *Jornal do Brasil* fez? Tirou o nome do médico. Só isso. O carro parou, chegou o médico fulano de tal — não tinha o fulano de tal. Tava cumprindo o que dizia a censura. Não mencionar a morte do médico fulano de tal. Não mencionou. Mas a matéria contava a história todinha, como é que o cara se meteu numa aventura dessas. O Marco de Castro fez um título belíssimo: Médico transforma em morte um sonho de juventude<sup>208</sup>. Título bonito pra caralho! Matéria assinada... era difícil assinar matéria na época. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

A narrativa sugere a precisa demarcação de autoridade e responsabilidade que caracteriza um sistema de divisão rígida de tarefas e, conseqüentemente, de poder.

Ubirajara Roulien lembra de uma reportagem sua que levou três meses para ser publicada, sem que ele soubesse o porquê.

Eu pensei que ela estivesse na gaveta, mas ela tava rodando<sup>209</sup>. Porque era uma matéria muito comprometedora pra um grupo muito grande de pessoas. A

---

<sup>205</sup> Houve dúvidas entre os entrevistados sobre se eram duas ou três cópias e para onde iria a terceira versão. Vera Perfeito garantiu que a terceira versão ia para a agência JB (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018). Luarindo Ernesto disse que uma ia para o editor. (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017)

<sup>206</sup> Os prazos de conclusão das matérias foram sendo reduzidos ao longo do tempo, em função da concorrência que se estabelecia entre as empresas na distribuição do jornal. Quem distribuía antes vendia mais. Mais um aspecto importado do jornalismo norte-americano: a dramaticidade da pressão do tempo é expressa pelo jargão jornalístico adotado também no Brasil para indicar o prazo de entrega: “*dead line*” (linha da morte).

<sup>207</sup> O tratamento era feito através de uma injeção, cuja confecção exigia o sacrifício de uma cabra.

<sup>208</sup> “Médico transformou em morte sonho de juventude” (JB, 19/4/76, p.9)

<sup>209</sup> Significa que estava passando pela mão dos chefes e diretores para decidir sua publicação.

maioria oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar, delegado de polícia... Era uma coisa muito pesada. (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018)

Pergunto se ele não recebia nenhuma explicação quando sua matéria não era publicada. “Não, não tinha nenhuma explicação. De vez em quando você via a matéria publicada.”. Ele explica que havia a prática, por parte de chefes e editores, de guardar matérias frias, isto é, que não precisavam ser publicadas imediatamente, na gaveta. Segundo Roulien, chamava-se museu ou cemitério. Essas matérias serviam para tapar buracos quando a página não fechava com o que tinha naquele dia. De vez em quando, um repórter ia reclamar sua matéria. “Vinha uma ordem, um pedido pra saber que fim levou essa matéria. Aí: ‘Pô, denunciaram meu cemitério!’ Então ele (o chefe ou editor) largava.” (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018).

Esta relação vertical de poder de decisão sobre o produto final talvez não tenha se alterado muito com o fim da ditadura. Regina Zappa era redatora da editoria internacional e conta que “por acaso” pediu pra ver a primeira prova da página com sua matéria sobre Sam Nujoma, representante da Swapo, partido guerrilheiro que lutou pela independência da Namíbia e se tornou o primeiro presidente negro do país, em 1990.

O título que o Isaac Pilsher, que era o editor do Ideias, botou: “Outro terrorista que vai ser presidente”. E a minha matéria não tinha esse tom. Quando eu vi isso, fui no Renato Machado, que era o meu chefe: olha, se tiver esse título eu não quero que assine minha matéria! Aí o Renato falou com ele e mudou pra: “Outro guerrilheiro que vai ser presidente”. Então tinha essas coisas internas. (ZAPPA, entrevista à autora, 27/11/2018).

Posição do editor, do redator, da direção? Regina não soube avaliar.

#### 4.2.3.2 Fora da redação

Para produzir suas reportagens, os jornalistas precisam da colaboração de pessoas que se disponham a se expor como fontes-personagens, bem como pessoas que forneçam informações como fontes-informantes. Ter acesso a fontes-informantes, que em períodos repressivos atuam principalmente *off the record*, isto é, em sigilo, é condição para a realização de reportagens investigativas.

Entre as principais habilidades indispensáveis ao profissional, portanto, estava a capacidade de formar o “caderninho de fontes”. Isto é, estabelecer contato privilegiado com pessoas que pudessem prover o repórter de informações de valor. Ao expressar certo constrangimento de ver antigos repórteres que ascendiam na carreira se transformando em redatores e editores, Joelle Rouchou usa o “caderninho de fontes” como símbolo do poder do repórter.

Porque pra você melhorar de vida dentro do jornal, de grana, você tinha que ser redator, ou subeditor, ou editor. Porque aí você ganhava mais. E eu achava que não, que essas pessoas tinham que ser repórteres, porque elas tinham um caderninho de fonte invejável. Porque elas já tinham passado por tudo aquilo que eu tava passando, construindo meu caderninho de fontes. (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018)

Ana Lagoa descreve sua mudança de lugar profissional em função, basicamente, da formação de fontes. O caminho para se especializar em política militar passou pelo processo de ser apresentada aos militares para conversas informais. “Aí eu comecei a ter fontes”. Um processo quase por acaso. Antes, segundo a jornalista:

Eu não queria saber da política. Eu não tinha cacife, eu não conhecia, não tinha essa habilidade de fazer fontes. Na minha cabeça, muito jovem, eu não tinha a intenção de fazer uma trajetória dentro da redação, virar uma colunista de política. Não tinha nada disso na minha cabeça, eu queria ganhar meu salário e fazer o que eu gostava, que era escrever. (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)

Antônio Henrique Lago explica o começo de carreira como repórter policial:

A gente era obrigado a ter fonte. Eu estava cobrindo Secretaria de Segurança, polícia e delegacias especializadas. Então, eu ia lá, conversava com comissário, com delegado, com tira e, olha, caderninho de telefones. E alguns deles, depois, ficaram me dando informação. (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)<sup>210</sup>

Antero Martins, que recebeu o Prêmio Esso de 1981, com matéria sobre as bombas no Riocentro, teve sua reportagem “Relógio acionou a bomba do Riocentro” republicada em livro. Na apresentação da reportagem ele nomeia os policiais e peritos que o ajudaram, e encerra o texto afirmando que “são essas pessoas, a quem chamamos de fontes, que permitem que o repórter vá buscar a verdade e as provas que contrariam o ‘oficial’” (MOLICA, 2005: 291-292).

O repórter de polícia precisa ter boas relações com os policiais “e com os bandidos também”, completa Luarlindo Ernesto com um sorriso irônico. Ele lembra que “tinha certa liberdade com Mariel Mariscot”<sup>211</sup>, que lhe forneceu diversas pautas e “gostava de aparecer”. Luarlindo, por sua vez, fazia algumas matérias que agradavam o policial.

Até na revista Amiga... Mariel tinha uma namorada, uma mulata bonita, curvelínea. Elza não sei quê... Eu fiz: ‘Mariel é do esquadrão do amor’. Apelava pra tudo! (risos) Eu tinha relacionamento com os 12 homens de ouro, incluindo o Mariel Mariscot. (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017)

---

<sup>210</sup> Entre os estranhamentos que Lago expressa, com a nova geração de jornalistas, está exatamente a ausência deste trabalho de juntar fontes. “Hoje não tem mais isso. A tecnologia deu uma brecada nisso. Eu já vi, no decorrer da profissão, o repórter não ter lista de fontes no telefone.”

<sup>211</sup> Um dos “12 Homens de Ouro”, grupo de extermínio da polícia do Rio de Janeiro, Mariel Mariscot também vendia segurança a estabelecimentos comerciais, além de outros crimes. Acabou preso e depois assassinado.

Em seguida, Luarlindo Ernesto conta que fez ginásio e serviu o Exército com Lúcio Flávio<sup>212</sup>. “O Mariel queria extorquir o Lúcio Flávio. Tudo bem, você assalta, mas eu quero um dinheiro aí. E o Lúcio Flávio disse que não fazia transação com polícia. Polícia é polícia, bandido é bandido. O Lúcio Flávio tinha ódio do cara.”. Luarlindo conta suas tentativas de aproximar os dois, sem sucesso (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017).

Ubirajara Roulien fala de um delegado que era viciado em drogas, e fazia segurança de bares, que na realidade significa que extorquia os bares. Perguntei a ele se o repórter de polícia precisava ter alguma relação com este tipo de policial. “Algum tipo de relação, não. Tinha que se relacionar!”. Mais preocupado em passar uma imagem positiva do repórter de polícia, Roulien justifica: “a matéria prima da política quem são? São os políticos. A matéria prima do esporte, quem são? São os jogadores. Na economia? São os economistas, Ministério da Fazenda. Na segurança? São os policiais.”. E descreve com orgulho o acesso privilegiado que tinha às repartições de segurança e justiça (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018)<sup>213</sup>. Luarlindo conta que participou da caçada ao Cara de Cavalo e que o detetive Perpétuo morreu nos seus braços, baleado por outro policial<sup>214</sup> (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017). Ubirajara Roulien lembra que certa vez foi acordar Mariel Mariscot, para convencê-lo a pedir desculpas por um erro que havia cometido e que podia vir a lhe criar problemas. Enfim, a imagem que surge dos relatos dos dois repórteres de polícia é a convivência íntima entre policiais, contraventores e repórteres.

Ubirajara Roulien tem o cuidado de definir os limites desta intimidade:

A gente tinha muitos conhecimentos. Alguns, sim, além do conhecimento, se envolviam. Eu tive um amigo, amigo mesmo, na Polícia Federal. Esse era meu amigo, porque eles vinham na minha casa, eu ia com minha mulher jantar na casa dele. Saíamos juntos. Mas não tem um outro policial que possa dizer: Ubirajara era amigo. Não, era conhecido, considerado e tal. Mas não tinha amizade. (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018)

Antônio Henrique Lago descreve um cuidado especial para manter independência em relação à fonte:

---

<sup>212</sup> Ladrão famoso no final da década de 1960, início de 1970, envolvido em roubo de carros, assalto a bancos e outros crimes em vários estados do país.

<sup>213</sup> Certo dia, quando entrou na delegacia, Roulien foi abordado por uma moça que havia sido presa como prostituta. Disse que se sensibilizou com a história da moça e a ajudou a sair da delegacia. “Eu chamei um policial e disse: olha, eu vou tomar um café com essa moça aqui, depois eu volto. Mas o que é isso? Vou tomar um café com essa moça, ela quer me contar uma história.”. Não voltou. Tempos depois, a moça foi assassinada e ele ajudou a polícia a desvendar o crime. Em outro episódio, levou recado de um policial preso para seus colegas.

<sup>214</sup> No dia 2 de setembro de 1964, o detetive Perpétuo Freitas da Silva foi baleado pelo detetive Jorge Galante, na antiga favela do Esqueleto, quando tentava prender o bandido “Cara de Cavalo”.

Você não tem que contar com boa vontade de fonte, você tem que conquistar a fonte para ser sua fonte. Não é uma questão de eu ser simpático com ela, porque a fonte precisa saber que, eventualmente, a matéria vai bater nela, se ela estiver com alguma coisa. É um terreno meio corda bamba, porque a tendência é a fonte achar que pode te conduzir. Pelo menos a minha experiência, e de vários amigos meus, é não deixar a fonte conduzir. Caso contrário, você não tá fazendo uma matéria direito, você tá fazendo uma matéria com o ângulo da fonte. A fonte fornece a informação, ela não te dá o rumo da prosa.

— *Mas, eventualmente, você não perde a fonte?*

Perde, perde. Mas aí você não perde uma fonte, porque na verdade não é uma boa fonte. Primeiro ela tem que te respeitar, ela precisa saber que você não é um cara que serve pra ela, ela te dá informação. Essa é a primeira coisa que a relação com a fonte tem que ter. Eu não quero que você me dê o editorial, eu quero que você me dê a informação. É difícil? É. Tem que ter muita conversa, a fonte também precisa ver que suas matérias são bem apuradas. Quando tem fonte, ninguém sabe qual foi a fonte que te deu. Então todo mundo sabe que você não é um cara que entrega a fonte. É um trabalho de cultivo, de você conquistar um caderno de fontes, para a fonte te ligar: “oi, vem tomar um café comigo amanhã, tem tempo?”. Pronto, e o cara te dá uma *informaçãozaça*. Ele mesmo está querendo te dar a informação. (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

Antônio Henrique Lago afirma que o trabalho do repórter é permanentemente pressionado: “Todo entrevistado quer te comprar, para que você venda uma imagem dele mais simpática. Nenhum entrevistado gosta da pergunta cabeluda, e você tem a obrigação de fazer pergunta cabeluda, então tem um bate-bate direto.”. Existem, ainda, as tentativas de sedução financeira.

Toda hora um diretor de estatal, empresário tá querendo que você seja assessor de imprensa. Toda hora, toda hora! Eu, como chefe de sucursal e correspondente do *Globo*, eu fiz um *tour* pelas sucursais do *Globo*. Quando eu bati em Brasília, fui para um almoço onde estava o Delfim e vários deputados. Dois deles: “você não quer ser meu assessor? Vem pra cá, o salário é imperdível.”. (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

Em alguns casos, porém, Lago assume compromissos com os interesses da fonte. Quando Inês Etienne Romeu procurou o repórter pedindo ajuda para localizar a casa onde havia sido mantida presa e torturada, em Petrópolis, o acordo que fizeram foi de que a matéria só seria publicada quando ela fizesse a denúncia na OAB. “Aí um dia ela me liga e diz assim: ‘amanhã eu vou na OAB fazer a denúncia e depois nós vamos subir’. Eu tinha ido lá, fotografei, fiz o

mapinha pra ela. A matéria acabou saindo na Globo com dois minutos.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). A reportagem, evidentemente, fortaleceu a denúncia de Inês Etienne<sup>215</sup>.

Fritz Utzeri conta que Sérgio Macaco se tornou um informante permanente, depois que ele fez reportagem sobre a reabertura do caso Para-Sar<sup>216</sup>.

O Sérgio acabou se tornando um grande amigo meu e participante de muitas matérias de forma extraoficial (...). Por exemplo, no caso do Riocentro, na apuração do *Jornal do Brasil*, ele teve uma importância fundamental. (UTZERI, entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008)

Diferente de Ubirajara Roulien, Fritz Utzeri não parece considerar problema transformar fonte em grande amigo. Qual a diferença? Talvez os critérios éticos de cada repórter. Mas talvez, também, os critérios variem de acordo com o perfil da fonte.

Fritz conta que foi para a casa de Sérgio Macaco com as fotos do carro onde a bomba tinha explodido e o capitão explicou para ele toda a mecânica, para concluir que a bomba explodiu no colo do sargento. No dia seguinte (2 de maio de 1981), o *Jornal do Brasil* estampou, na primeira página, desenho mostrando a bomba explodindo no colo do sargento (Anexo 3, p. 253).

Antes das bombas do Riocentro, durante a apuração do caso Rubens Paiva, em 1976, Utzeri conta que um delegado ameaçou ele e o colega Heraldo Dias, informando que sabia todos os passos dos filhos. Eles descobriram o endereço do delegado e foram esperá-lo em casa para intimidá-lo também. Mas como dois repórteres podiam ameaçar a família de um policial?

Ele sabia que o Sérgio estava com a gente e sabia, também, que o Sérgio era armado até os dentes, que os sargentos dele eram armados até os dentes. Certamente o Sérgio não faria nada contra as filhas do Gargaglioni, mas o Gargaglioni não sabia disso, então, a gente disse: “Olha, o que você fizer com os filhos da gente, a gente pode fazer com os seus, então, meu querido, vamos combinar uma coisa? Vale tudo com a gente, mas família está fora, está bom?”. (UTZERI, entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008)

Ou seja, Sérgio Macaco não era visto apenas como um amigo, mas como um aliado<sup>217</sup>.

---

<sup>215</sup> Neste caso, o compromisso com a fonte é fácil de ser justificado, em nome da sua segurança física. No entanto, este exemplo mostra que a independência do repórter em relação à fonte é necessariamente relativa.

<sup>216</sup> O capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, conhecido como Sérgio Macaco, ficou famoso pelo escândalo do Para-Sar (Paraquedistas Operacionais em Salvamento e Resgate da Força Aérea). Em 1968, o Brigadeiro João Paulo Burnier convocou o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho para empregar sua unidade, o Para-Sar, numa missão secreta: a explosão do viaduto do Gasômetro, que seria atribuída à esquerda. O capitão recusou a missão e denunciou o superior. Alguns jornais publicaram a denúncia, o capitão acabou punido pelo AI-5.

<sup>217</sup> Talvez em função do desafeto comum. Fritz Utzeri havia sido processado pela Lei de Segurança Nacional por causa do jornalzinho do diretório acadêmico, e o mesmo Burnier que puniu Sérgio Macaco, pediu 30 anos de prisão para o então estudante de medicina.



Ana Lagoa se tornou especialista em política militar. No começo, como ela mesmo disse, ficava conversando com autoridades para ir juntando pecinhas de um quebra-cabeça, a ser montado por Haroldo Cerqueira Lima no artigo de fim de semana, cotejando com outras fontes dele. Essas informações eram recolhidas por ela e mais dois repórteres de outros veículos, nas conversas dentro dos ministérios militares, sem que nem mesmo as fontes soubessem que estavam sendo fontes. Quando ela começa a escrever e assinar as próprias matérias, muda a relação com as fontes. “Nós fomos adquirindo credibilidade. Que tem um lado bom e um lado ruim. O bom é que as fontes legais começam a te receber e te contar coisas pertinentes. O ruim é que começam a jogar balão de ensaio na sua mão.”

Ana Lagoa conta como foi adquirindo a proficiência para se inserir no mundo dos chefes militares:

Assinava algumas revistas, defesa nacional, coisas assim, barra pesada, de guerra mesmo. Eu ia no sebo do Edifício Central, naquela época morreu muito general que tinha sido da guerra e eles tinham bibliotecas, que os herdeiros vendiam para o sebo. Eu tinha uma bela biblioteca de livros sobre geoestratégia, guerra, essas coisas. (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)

Uma amiga chegou a afirmar que ela começou a falar “que nem milico”. Este mergulho profundo no mundo dos militares lhe rendeu boas fontes. Segundo a repórter, quando voltou para o Rio de Janeiro, em 1978, Délio Jardim de Mattos, então comandante geral do ar, deu-lhe o telefone de Dickson Graef e de mais alguns militares da “Centelha Nativista”.

Ele falou: “você vai para o Rio, você procura fulano, fulano na Vila Militar, diz que fui eu que indiquei”. Tinha todo um esquema para você entrar no negócio, que era barra pesada, os caras eram dissidência, jovem oficialidade, manifestos apócrifos, era intenso o negócio na época. Eu nem sabia que isso existia! (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)

Difícil imaginar que o militar lhe daria esses contatos se não houvesse um engajamento, isto é, como no caso de Fritz Utzeri e Sérgio Macaco, uma identificação de propósitos políticos<sup>218</sup>. Quando a *Folha de S. Paulo* publicou a entrevista que ela e Antônio Henrique Lago fizeram com Adir Fiuza de Castro, ela perdeu a credencial para entrar nos órgãos militares. A partir deste momento, ela não podia mais “entrar no quartel”. Só podia cobrir a política militar

---

<sup>218</sup> Isso não quer dizer que a repórter só tinha fontes dentro de um grupo político, nas Forças Armadas. O rigor com a precisão da apuração e com a proteção das fontes pode tornar o repórter confiável para pessoas que não compartilham propósitos, mas identificam a possibilidade de tornar público de forma adequada determinadas informações. No caso da Centelha Nativista, porém, a questão é que se fossem descobertos como membros do grupo, os militares corriam risco. O mesmo raciocínio merece ser considerado no caso de Inês Etienne Romeu. Difícil imaginar que uma pessoa que passou anos sofrendo nas mãos da repressão arriscasse contato com um jornalista que ela não visse como aliado.

extraoficial, falando com “os dissidentes, os rebeldes que queriam derrubar o Geisel” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

O que transparece dos diversos relatos de repórteres investigativos é que não conseguiriam escrever as grandes reportagens que escreveram se não tivessem imersos no universo que apuravam. Imersão que, necessariamente, implicava em compromissos que garantissem uma relação de confiança entre as partes.

Essas relações, em alguns casos, podiam ultrapassar limites éticos aceitáveis<sup>219</sup>. No caso dos repórteres de polícia, Murilo Rocha afirmou que diversos repórteres da área, na época, levavam dinheiro do bicho.

João Mineiro me levou lá uma vez, numa dessas saídas de rua, que eu acompanhava ele. Tinha que aprender com ele, que era um craque. Tinha uma sala que só tinha no meio uma mesa com uma porção de gavetas. Ele foi lá, abriu uma gaveta, pegou um pacote, botou no bolso e foi embora. Era o mês. Era o suborno do mês. (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018)

Luarlindo Ernesto menciona a caixinha apenas quando lembra que os policiais chegavam para pegar o suborno do mês com seu pai, que era bicheiro, e encontravam ele junto, na mesa do bar.

Os policiais me viam, não sabiam da minha ligação, achavam que eu tava lá pra pegar suborno também. Aí meu velho: “esse aqui é meu filho”. Os caras... hum... os policiais pegando suborno e eu ali, jornalista, filho do banqueiro. Meu velho já fazia de picardia. Fazia de sacanagem. (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017)

Ubirajara só menciona o suborno de repórteres quando pergunto sobre o assunto. “Alguns colegas, infelizmente, um número reduzido, realmente se envolveu. E foram aqueles colegas que realmente, quando as coisas pararam, não tinham como arranjar dinheiro.”. Pergunto se existia mesmo a caixinha na delegacia.

Existia. O prazer do policial é te subornar. Porque à medida que ele te suborna, ele te mantém na mão. Você fica na mão dele. Por exemplo, porque a maioria não gostava de mim: “Ah, ele veio aqui com ares de Nascimento Brito”. Eu não tenho ares de Nascimento Brito. Você quer me dar sua amizade, eu aceito.

---

<sup>219</sup> Aqui não estou estabelecendo um limite específico universalizável. O que chamo de “aceitável” como limite ético são as atitudes que o jornalista admite para si, mesmo quando expressa alguma autocrítica. Antônio Henrique Lago, por exemplo, diz que é fundamental que o jornalista nunca se deixe conduzir pela fonte. Mas admite que, em alguns casos, isso não é possível. Na entrevista com Adir Fiuza de Castro, ele admite que “sabia que ele estava me conduzindo”. Porém, como só tinha uma fonte, não tinha muita opção. “Valia a pena? Eu achei que valia. Por exemplo, ele me deu 14 nomes de desaparecidos que ele disse: “morreram lá dentro”. É obvio que ele sabe das outras, mas ele me deu 14, ninguém tinha dado ainda, logo, abre caminho. É um raciocínio meio Lenin: dois passos adiante, dois atrás.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). Já o suborno que alguns jornalistas policiais recebiam da polícia é narrada na terceira pessoa, ou seja, trata-se de atitude inaceitável para si.

Contanto que isso não envolva dinheiro. Eu quero ter liberdade. (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018)

Para destacar sua independência, Ubirajara Roulien conta dos desafetos que angariou por denunciar atitudes ilegais de policiais e delegados. Mas não deixa de ponderar outras que não tiveram divulgação. Quando encontrou a mulher de um delegado tomando conta de uma casa de prostituição, durante a investigação de um assassinato, não tornou pública a descoberta. “Quando ela me viu: pelo amor de Deus, seu Ubirajara! Eu digo: calma, eu não vim aqui pra isso. Aí ela me deu a informação que eu precisava.”. À noite, o delegado foi na redação pedir para o jornalista não expor a esposa. A matéria já estava pronta e não mencionava o assunto. “A meu ver, não enriqueceria a minha matéria. Acrescentaria o quê? Prejuízo pra eles. Mas, pra minha matéria, era completamente fora daquilo que eu estava fazendo.”. Para completar, o delegado “era meu amigo!”. Para justificar a amizade, Roulien explica que o delegado dirigia um presídio feminino que era impecável (ROULIEN, entrevista à autora, 26/11/2018). Ou seja, havia um critério ético, do jornalista, que justificava a responsabilidade de não expor a fonte em função de uma ética pessoal.

Antônio Henrique Lago conta que, na época que cobria o setor de transportes, tinha fontes no DNER e na empresa ferroviária. “A gente tinha uma rotina de confirmação. Notícia em *off* precisava ter mais fontes. Depois ficou institucionalizado em duas, com o caso Watergate<sup>220</sup>. Duas fontes, em *off*, de dois lugares diferentes.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). Este procedimento permitia algum nível de autonomia do repórter em relação à fonte. No entanto, dependendo da fonte, do tipo de relação construída e da informação fornecida, esse critério podia ser relativizado. Ana Lagoa, por exemplo, escreveu, em 1979, artigo antecipando a nomeação do general Milton Tavares de Sousa para o comando do II Exército, de São Paulo<sup>221</sup>. Tinha certeza da informação “porque minha fonte era assim, lá em cima com o presidente. Era o ministro da Aeronáutica.” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)<sup>222</sup>.

Os informantes precisavam ser, além de confiáveis, bem informados. De preferência com acesso privilegiado a informações que o jornalista considerasse de interesse público. Podemos supor que, principalmente no campo da política, esses informantes fossem,

---

<sup>220</sup> Caso Watergate foi o escândalo que, em 1972, levou à renúncia do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. O jornal Washington Post teve atuação relevante, que ficou registrada na história do jornalismo como referência da reportagem investigativa.

<sup>221</sup> Nomeação ocorrida em agosto de 1979, no início do governo Figueiredo.

<sup>222</sup> Délio Jardim de Mattos, que assumiu o Ministério em março de 1979. Evidentemente, a fonte não só tinha informação privilegiada como atendia aos critérios de confiabilidade da informação, para Lagoa.

majoritariamente, pessoas que ocupavam cargos de poder nas instituições públicas. Antônio Henrique Lago explica, sobre sua fonte no DNER, que “se ele quisesse dar uma entrevista sobre determinada obra que ia ser feita, ele dava. Mas quando eu tinha que fazer que estava dando problema em tal obra, ele me dava em *off*.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017). Ou seja, o informante se transformava em fonte-personagem.

Este aspecto pode ajudar a compreender a predominância, identificada no capítulo anterior, de fontes-personagens oficiais. Milton Coelho da Graça conta que telefonou para o então deputado federal Miro Teixeira, muito ligado ao governador do estado, Chagas Freitas, para confirmar a informação sobre as bombas no Riocentro (RIBEIRO, 1988: 83). Miro Teixeira aparece repetidamente nos dois jornais como fonte-personagem. Provavelmente também era um informante valioso para as redações. Outro que aparece repetidamente é Tancredo Neves. Milton Coelho da Graça conta que o próprio Roberto Marinho mandou que ele confirmasse com o senador e com o chefe da Polícia Federal a informação de que havia uma bomba não detonada no carro dos militares, antes de publicar (Ibid.: 160-161).

#### 4.2.4 Copidesque<sup>223</sup>

Nas editorias de economia e internacional, havia muito mais redatores que repórteres<sup>224</sup>. Boa parte do que *Jornal do Brasil* e *O Globo* publicavam, principalmente em assuntos internacionais, mas também em assuntos nacionais e de economia, era resultado do trabalho de redatores, feito a partir da leitura de outras publicações e dos despachos recebidos de agências de notícias, além de material do setor de pesquisa do jornal<sup>225</sup>. Até início dos anos 80, o *Jornal do Brasil* também tinha um departamento de pesquisa, com redatores próprios que, além de subsidiar as matérias dos repórteres e redatores de todas as áreas do jornal, produzia matérias especiais.

O copidesque chegou aos jornais brasileiros junto com as normas de redação que instituíram o princípio da objetividade jornalística e da estrutura textual da pirâmide invertida. Não por acaso, o nome que se estabeleceu para o trabalho dos redatores foi importado do inglês,

---

<sup>223</sup> De acordo com o Dicionário de Jornalismo de Juarez Bahia, “o copidesque é, desde 1950, um redator especialmente preparado para reescrever e uniformizar o texto, de acordo com os padrões de redação do veículo. Tal preparação decorre tanto da experiência profissional quanto da capacidade intelectual, o que faz dos copidesques um corpo de elite no veículo.” (BAHIA, 2015: “Copidesque”)

<sup>224</sup> Não havia repórteres na internacional, apenas redatores e correspondentes fora do país.

<sup>225</sup> Possivelmente, também estavam incluídas no material de apuração dos redatores os *press release* fornecidos por assessorias de empresas e repartições públicas. Apenas Ana Lagoa, porém, mencionou o *release*. Segundo a repórter, seu trabalho na sucursal da *Folha de São Paulo*, em Brasília, no início, era recolher os *releases* dos ministérios militares e criar pautas a partir deles (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

assim como o *lead*<sup>226</sup>. O modelo da pirâmide e a padronização do texto enxuto e direto ajudaram a agilizar o processo de produção, sempre mais pressionado pelo tempo da gráfica e da distribuição. Além de facilitar o processo de criação e padronização do texto, a estrutura da pirâmide facilitava o fechamento das páginas na gráfica. Na época, a matéria chegava na gráfica datilografada em papel e era reescrita nos moldes de chumbo. A estrutura da pirâmide facilitava o corte da matéria, quando necessário em função do espaço disponível, a partir do pé, isto é, do fim.

As matérias escritas pelos repórteres passavam pelos redatores. No copidesque, ou editoria de texto, “o noticiário é refundido, às vezes reescrito, titulado, encurtado ou coordenado com outras notícias, sempre sob a premência do tempo” (Jornal do JB, 13/4/71, p.4). Além do copidesque, havia o setor de revisão, que lia tudo o que era publicado para fazer a correção gramatical e ortográfica<sup>227</sup>. No *Globo*, segundo Murilo Rocha, redator do jornal de 1975 a 1990, os redatores se dividiam por editoria, “não havia um corpo central” de copidesque (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018).

Oswaldo Maneschy foi redator no *Jornal do Brasil*, nos anos 1970, e no *Globo*, no início dos anos 1980. Ele explica, assim, a função do redator:

O repórter, naquela época, era o cara que apurava a matéria. Ele nem tinha obrigação de saber escrever. Ele tinha que saber apurar. Pegar todas as informações, todos os detalhes da notícia. Podia ser analfabeto, escrever cachorro com x, não tinha problema. Porque tinha o redator pra fazer o texto final. E o redator era o cara que fechava o jornal junto com o editor. Então o editor chegava, dizia: olha, a matéria tal é: título tal, tantas colunas, não sei quê, tantas linhas. Cabia ao redator pegar a matéria do repórter e colocar dentro do espaço. (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017)

José Sérgio Rocha fala de um quitandeiro, transformado em jornalista do *Jornal do Brasil*, porque sabia contar história. “A obrigação do redator era escrever bem e botar o que havia de melhor na matéria do repórter.” (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017).

O copidesque assumiu função estratégica nas redações cariocas, a partir das reformas dos anos 1950. Sua função incluía a garantia da estrutura e clareza do texto, a homogeneização

---

<sup>226</sup> Nelson Rodrigues, que se tornou jornalista antes do advento do copidesque, numa crônica publicada no *Globo* (2/22/1968, p.2), ataca: “De repente, explodiu o *copydesk*. Houve um impacto medonho. Qualquer um na redação, seja repórter de setor ou editorialista, tem uma sagrada vaidade estilística. E o *copydesk* não respeitava ninguém. Se lá aparecesse um Proust, seria reescrito do mesmo jeito. (...) Começava a nova imprensa. Primeiro, foi só o Diário Carioca; pouco depois, os outros, por imitação, o acompanharam. Rapidamente, os nossos jornais foram atacados de uma doença grave: — a objetividade. Daí para o ‘idiota da objetividade’ seria um passo.”

<sup>227</sup> Este setor desapareceu antes do copidesque. Marcos de Castro conta que entrou na *Tribuna da Imprensa*, em 1958, como revisor. Chegou a passar por outros veículos, antes de chegar ao *Jornal do Brasil*, no início da década de 1960, como redator da seção de esportes (Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 5/12/2008).

do estilo e a adequação do texto e do título às exigências editoriais de um jornal cada vez mais preocupado com a estética das páginas. Esta ordenação da página, além de tornar a leitura mais fácil e agradável, ganhou a função de construção de sentidos, funcionando como elemento de afirmação do ponto de vista do veículo.

Milton Coelho da Graça, que foi editor-chefe do *Globo*, mas também trabalhou em diversos veículos como editor ou redator, avalia que o redator tinha maior responsabilidade política porque atuava na linha editorial do jornal. Para demonstrar a importância do redator, Milton Coelho da Graça conta que, poucos meses depois do Golpe de 1964, o ministro da Justiça, Juraci Magalhães, teria vindo ao Rio e convocado os donos de jornal para apresentar 60 nomes de jornalistas que não poderiam exercer a função de copidesque. “O copidesque, segundo o Juraci Magalhães, era o cara por onde passavam todas as matérias, e que dá o tom da matéria. E era mesmo. Mas não era um tom comunista, só fazia a linha do jornal.”. Ainda segundo Milton Coelho da Graça, Roberto Marinho teria recusado a lista e respondido: “não preciso de lista nenhuma, eu que sei quem é que escreve para *O Globo*, não o senhor, nem o governo”<sup>228</sup> (GRAÇA, entrevista à autora, 5/12/2017).

Todos os entrevistados que passaram de repórter a redatores identificam a mudança como promoção. José Sérgio Rocha, que foi redator da editoria internacional e de política, no *Jornal do Brasil* e no *Globo*, chega a afirmar que sempre quis voltar a ser repórter, mas nunca conseguiu, em função do salário (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017). Osvaldo Maneschy voltou a ser repórter, mas conta isso como um momento de crise profissional, após ter largado o jornalismo para se dedicar à campanha eleitoral de 1982: “O Milton Temer tava contratando jornalista (repórteres para os jornais de bairro do *Globo*), me apresentei lá, eu tava desempregado, fodido. Não tinha mais dinheiro da campanha.” (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017). Milton Coelho da Graça trata como um reconhecimento profissional o fato de ser contratado como redator (GRAÇA, entrevista à autora, 5/12/2017). Marcos de Castro brinca dizendo que começou “na mão inversa” porque “todo mundo começa como repórter e acaba redator. Eu comecei direto como redator na grande imprensa, isto é, no *Jornal do Brasil*.” (CASTRO, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 5/12/2008). Murilo Rocha entrou para o jornalismo como repórter de polícia, no programa *Patrulha da Cidade*<sup>229</sup>, da rádio

---

<sup>228</sup> Quase todos os que passaram pelo *Globo* contam alguma versão do episódio em que Roberto Marinho teria desafiado o ministro da Justiça na defesa de seus jornalistas. Juraci Magalhães esteve à frente do Ministério da Justiça por menos de um ano, entre outubro de 1965 e janeiro de 1966, tendo participado da edição do AI-2. “No dia 3 de novembro Juraci reafirmou que o governo estava disposto a punir com as sanções previstas os jornais e jornalistas que continuavam infringindo o AI-2” (verbete FGV/CPDOC).

<sup>229</sup> Programa policial sensacionalista de grande sucesso na época.

Tupi. “Depois, talvez por um certo refinamento que descobriram em mim, me botaram pra fazer um trabalho mais nobre. Meu estágio como repórter foi pequeno. Eu fui direto pra redator.” (ROCHA, M., entrevista à autora, 19/9/2018).

Nos anos 80, acompanhando o processo de enxugamento e informatização das redações, a revisão foi extinta. Também na década de 1980, o copidesque do *Jornal do Brasil* foi desmembrado e os redatores espalhados pelas editorias. Na fala dos entrevistados, percebe-se a admiração pelo setor. Vários repórteres e redatores listam com orgulho os nomes de peso que trabalhavam no copidesque do *Jornal do Brasil*, um jornal de elite nos anos 1970, que tinha intelectuais e escritores que já desfrutavam de reconhecimento público, entre seus quadros<sup>230</sup>. A listagem dos nomes de peso que compunham o corpo de redatores do jornal aparece em diversos depoimentos, não só dos jornalistas do *Jornal do Brasil*. Murilo Rocha lembra alguns nomes para argumentar que o grupo de redatores, quando ele entrou no *Globo*, “era um timaço de craques, enquanto eu era um moleque.” (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018). Marcos de Castro faz o mesmo. Conta que começou a trabalhar como redator num jornal chamado *Brasil em Jornal*. “Os redatores eram de alto nível, com exceção de mim” (CASTRO, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 5/12/2008).

Joelle Rouchou e Kristina Michahelles, que entraram no *Jornal do Brasil* no final da década de 1970, não cruzaram com as estrelas da década de 1960 e início dos anos 1970. Ainda assim, exaltam o copidesque, inclusive listando redatores com quem não encontraram, mas cujos nomes parece que ficaram impressos na memória compartilhada sobre a redação do JB.

*O copy do Jornal do Brasil, da geral — os caras que faziam a primeira página — era assim espetacular. Era o Joaquim Campelo, o Tite de Lemos. Eram redatores bárbaros! Marco Santa Rita... era uma galera assim, top! Eu ia atrás deles pra ver como era o fechamento, porque eu achava espetacular esse fechamento.* (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018)

Michahelles diz que procurava observar o que os redatores modificavam em suas matérias, para aprender. “Tinha pessoas fantásticas no copidesque. Hoje você não tem mais.” (MICHAHELLES, entrevista à autora, 26/9/2018). Nem sempre, porém, a relação do repórter com o copidesque era tão harmoniosa. Pelo menos é o que sugerem alguns comentários de José Sérgio Rocha e Osvaldo Maneschy sobre seu trabalho.

---

<sup>230</sup> Entre os nomes que passaram pelo copidesque do *Jornal do Brasil*, não necessariamente na mesma época, estão: Ferreira Goulart, José Ramos Tinhorão, Nilson Lage, Edson Carneiro, Décio Vieira Ottoni, Cláudio Mello e Souza, Aloísio Flores, José Bandeira da Costa, Joaquim Campelo, Lago Burnett, Nelson Pereira dos Santos, Hélio Pólvora, Emílio Zola, Alfredo Lobo, Alberico Toribio, Tite de Lemos, Luís Carlos Lisboa, Macedo Miranda, Cipião Martins Pereira e Affonso Romano de Sant’anna.

A obrigação do redator era escrever bem, e botar o que tivesse de melhor na matéria do repórter respeitando... aí tem um negócio, tinha redator e redator. Tinha redator que o repórter odiava. Tinha dois tipos de redator. A mim nunca odiaram, pelo contrário, eu dizia que era o mais repórter dos redatores. Na Rádio *Jornal do Brasil* eu tinha esse título. (MANESCHY, Entrevista à autora, 21/7/2017)

Havia uma espécie de hierarquia entre eles. Outro aspecto que talvez gerasse tensões — embora não tenha sido explicitada — era o fato de o redator ter a responsabilidade de cortar a matéria, ou fazer adequações, em função de exigências editoriais<sup>231</sup>.

Os redatores do copidesque, ou editoria de texto, no *Jornal do Brasil*, trabalhavam coordenadamente com os editores no fechamento das páginas. Mas mesmo os redatores por editoria precisavam se coordenar com o trabalho de edição. Eram, na realidade, uma espécie de subeditores, na medida em que sua tarefa implicava, necessariamente, na coordenação de textos e paginação. Murilo Rocha, por exemplo, que por um bom tempo trabalhou como redator de política do *Globo*, diz que, depois de muito tempo de casa, ainda ganhava como redator, mas na prática atuava como um subeditor (ROCHA, M., entrevista à autora, 19/9/2018).

#### 4.2.5 Edição: a ordenação do caos

Como afirma Leão Serva, o trabalho jornalístico é um processo de “ordenação do caos”, recriando o mundo, nas páginas do jornal, de acordo com os paradigmas próprios ao campo do jornalismo. “A tarefa de editar inclui uma classificação das notícias” em categorias. Uma espécie de “taxinomia jornalística”, que define o local onde cada matéria será publicada (2001: 56). Trata-se das decisões sobre a distribuição das matérias por seção (ou editoria) e das sessões pelas páginas do jornal; sobre o espaço destinado a cada matéria e as matérias que merecem figurar na vitrine do jornal, isto é, ganhar chamada na capa. Esta classificação constrói uma realidade própria às páginas do jornal.

No episódio das bombas que explodiram no Riocentro, por exemplo, o *Jornal do Brasil*, desde o dia 2 de maio, abriu páginas específicas com a retranca<sup>232</sup> “bombas no Riocentro”. O *Globo* passou quatro dias publicando as notícias sobre as bombas no caderno Grande Rio, o que significava manter o assunto limitado a uma perspectiva regional. Sobre isso, Luiz Eduardo Rezende avaliou: “No início, a própria redação eu acho que entendeu que aquilo ali era pra dar

---

<sup>231</sup> Considerando o relato de Regina Zappa, podemos supor que, em alguns casos, o redator imprimia a sua visão pessoal à matéria. Mas também cabia ao redator o ônus de submeter a matéria às exigências da censura. A relação de repórteres e redatores com a censura será aprofundada no próximo capítulo.

<sup>232</sup> Pequeno título que identifica a página.



no Grande Rio, pra... enfim! Pra enquadrar aquilo, que não era uma coisa de grande repercussão nacional.” (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018).<sup>233</sup>

As capas dos dois veículos do dia 2 de maio também expressam com clareza as diferenças na linha editorial, ou seja, no enquadramento do assunto (Anexo 3, p. 253). O *Jornal do Brasil* dedica toda a primeira página às bombas, com um único grande título: “Abi-Ackel diz que bomba explodiu no governo”, seguido do subtítulo: “Gentil revela que militares cumpriam missão”. O *Globo* ocupa a metade superior da primeira página com as manchetes: “I Exército investiga bombas no Riocentro”. O segundo título (embora venha em cima, é lido depois): “General Marcondes promete divulgar tudo que for apurado”. Dois intertítulos dividem o texto da chamada: “Abi-Ackel: Abertura política nada sofrerá” e “Muniz: Militares apuravam denúncia”. Nas imagens, os dois publicam o enterro do sargento, com o general Gentil carregando o caixão, para caracterizar as honras militares com que foi enterrado. Na imagem secundária, a diferença: O *Jornal do Brasil* publica um desenho mostrando a bomba explodindo no colo do sargento Guilherme do Rosário, enquanto O *Globo* publica a foto do general Waldir Muniz na coletiva.

Como demonstrado no capítulo anterior, as fontes ouvidas e o conteúdo das entrevistas publicadas são semelhantes nos dois jornais. A edição das páginas, porém, evidencia escolhas políticas bastante distintas. O *Jornal do Brasil* valoriza a confrontação da versão do I Exército, e a crise política, na capa e nos títulos. O *Globo* valoriza a fala oficial do I Exército e, principalmente no início, minimiza o peso político do episódio.

Além das notícias e reportagens produzidas por repórteres e redatores, artigos, colunas de opinião, editoriais e charges compõem o material jornalístico. A edição também define a distribuição da publicidade nas páginas. Um dos aspectos destacados sobre a reforma do *Jornal do Brasil*, nos anos 1950 e 1960 é o fato dos classificados perderem espaço para o noticiário, na primeira página<sup>234</sup>. A prioridade de espaço para o material jornalístico é indício do peso da redação na distribuição de poder dentro da empresa<sup>235</sup>. O espaço destinado a cada editoria e a

---

<sup>233</sup> O *Globo* passa o assunto para a editoria “País” na terça-feira, dia 5 de maio, com a cobertura dos primeiros pronunciamentos dos parlamentares no Congresso Nacional. Parece significativo que somente na segunda-feira após o feriado, quando Brasília volta à atividade, O *Globo* reconheça o sentido nacional do episódio.

<sup>234</sup> Quando se inicia a reforma do *Jornal do Brasil*, em meados dos anos 1950, a capa do jornal era totalmente tomada por classificados. Os classificados recuam ao longo dos anos 1960, até se tornarem apenas um “L” de uma coluna vertical à esquerda e uma tira horizontal mais ou menos da mesma espessura. Nos anos 1980, os classificados abandonam a capa.

<sup>235</sup> Osvaldo Maneschy afirma que, no *Globo*, o setor comercial pesava mais nesta balança do que no *Jornal do Brasil*. “A gente tinha uma porrada de página pra fechar, aí chegava o cara da publicidade: olha, caiu a página tal, porque vai entrar publicidade. Porque O *Globo* sempre mandava a gente pro caralho e botava anúncio. No JB isso era mais administrado. Respeitavam mais a redação.” Não foi possível aferir esta afirmação.

criação de cadernos especiais também está relacionado à presença de anunciantes que sustentem a publicação<sup>236</sup>, assim como a interesses políticos e outras estratégias jornalísticas de mercado<sup>237</sup>.

Havia uma estrutura básica de direção nas redações, organizada de maneira bastante vertical. Uma linha de comando estabelecia a relação entre a direção da empresa e a redação. No período estudado, havia, tanto no *Jornal do Brasil* quanto no *Globo*, um jornalista que fazia a ponte da redação com a direção do jornal e outro com a função executiva de produção.

No *Jornal do Brasil* dos anos 1970, o editor-chefe fazia a ponte com a direção, além de ser responsável pelas decisões editoriais diárias, pelo projeto editorial e também pela estruturação da redação, incluindo algumas contratações e demissões<sup>238</sup>. Abaixo do editor-chefe vinha o chefe de redação, uma espécie de chefe executivo. O chefe do copidesque dirigia um corpo de redatores de primeira página<sup>239</sup>. O secretário de redação trabalhava com o pessoal da diagramação finalizando o desenho das páginas, fazendo ponte entre a redação e a gráfica.

Havia duas reuniões para planejamento da edição do dia seguinte. A primeira no início da tarde, quando o editor-chefe e o chefe de redação se reuniam com editores por área e com o chefe de reportagem para planejar a edição.

Aí o editor diz: “isso aqui eu quero na primeira, quero isso, quero isso, quero isso”. Aí vinha um editor: “pô aquele negócio meu é importante”. “Então me explica porque é importante”. “É importante por isso, isso, isso”. “Então me faz uma chamada também de 15 linhas.”. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)<sup>240</sup>

No final da tarde, nova reunião avaliava as mudanças no planejamento inicial. Desta, participavam o secretário de redação e o chefe do copidesque. Os editores por área não estavam necessariamente presentes (*Jornal do JB*, 13/04/1971, p.6). Ao longo do dia, podiam surgir

---

<sup>236</sup> Cezar Motta conta que Paulo Henrique Amorim foi acusado, por alguns jornalistas entrevistados por ele, de “criar novos cadernos e encartes sem cobertura publicitária, o que teria elevado ainda mais os gastos correntes do jornal com papel e agravado a crise” (2018: 414).

<sup>237</sup> A decisão de criação de um caderno especial de turismo, por exemplo, pode estar mais ligada à demanda de empresas do ramo do turismo interessadas em financiar o caderno, do que a uma demanda do público leitor. Neste caso, o trabalho será cativar público para o caderno. Chamo de estratégias jornalísticas de mercado ações que buscam ampliar o público leitor.

<sup>238</sup> A direção tinha autonomia para contratar e, de acordo com alguns depoimentos, chefes intermediários tinham, pelo menos no *Globo*, poder de demissão. José Sérgio Rocha lembra um episódio em que ele foi demitido e readmitido no mesmo dia, por chefes diferentes no *Globo*. (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017)

<sup>239</sup> Vários entrevistados se referem ao setor de copidesque do *Jornal do Brasil* como o grupo de redatores da primeira página. No caderno comemorativo dos 80 anos do *Jornal do Brasil* (*Jornal do JB*, 13/04/1971), o trabalho do setor de copidesque é descrito como algo mais amplo, que cuida do acabamento textual do jornal como um todo.

<sup>240</sup> De acordo com o *Jornal do JB* (13/04/1971), esta reunião se realizava às 14h30, dirigida por Alberto Dines e assistida por José Sette Câmara.

matérias novas, assim como aquelas que estavam planejadas podiam “cair” (sair da pauta), perder ou ganhar importância, exigindo reformulação do espaço destinado a elas. Nesta reunião do final da tarde se esboçava o desenho da primeira página<sup>241</sup>.

De acordo com o caderno comemorativo dos 80 anos do *Jornal do Brasil* (JB, 13/04/1971), havia uma terceira reunião diária para produção da edição do dia seguinte, às 16h30. Nesta reunião era discutida a opinião do jornal.

Participam habitualmente da reunião das 16h30m o Diretor Manoel Francisco do Nascimento Brito, o Diretor José Sette Câmara, os Vice-Diretores Bernard da Costa Campos e Alberto Dines e os editorialistas Antônio Callado, Wilson Figueiredo, Hélio Pólvora e Otto Lara Resende, além do chargista Lan Franco Vaselli (Lan), este a procura do ângulo que possa ser transformado na tradicional charge da página 7. (*Jornal do JB*, 13/04/1971, p.10)

Alberto Dines comenta que Nascimento Brito fazia questão da sua presença, mas lamenta que sua participação era apenas para mantê-lo informado, pois sua área de atuação “estava demarcada, eu era o técnico de jornalismo, eu não tinha nenhuma influência no processo opinativo” (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008).

Esta divisão perfeitamente demarcada entre decisões relativas ao tratamento do noticiário e as decisões relativas à opinião do jornal é uma característica fundamental do modelo de jornalismo que começa a se impor no Brasil a partir dos anos 1950. As reformas que mudaram o padrão do jornalismo carioca não dividiram a produção e paginação do material jornalístico apenas por assuntos, nas editorias. O processo de ordenação industrial e classificação dos produtos também estabeleceu a segmentação do que se convencionou chamar de gêneros jornalísticos. O paradigma da objetividade e imparcialidade que passou a servir como chave mestra de legitimação da narrativa jornalística foi acompanhado de uma divisão precisa entre informação e opinião. A notícia e a reportagem são gêneros classificados como essencialmente informativos. Merecem tratamento distinto dos gêneros classificados como opinativos (editoriais, colunas<sup>242</sup>, artigos<sup>243</sup>, crônicas e charges). Essa distinção, conceitualmente difícil de sustentar, cumpre função importante tanto na organização editorial das páginas do jornal, quanto na organização da estrutura produtiva do veículo.

---

<sup>241</sup> Informações colhidas com Romildo Guerrante (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017), subchefe e chefe de reportagem do *Jornal do Brasil*, e no *Jornal do JB* (13/04/1971). Os depoimentos de Alberto Dines (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008) e de Luiz Eduardo Rezende (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018) corroboram os dados.

<sup>242</sup> Há colunas como a do Castello, praticamente exclusiva dele. Muitas colunas, porém, são produzidas por diferentes colunistas, como “Coisas da Política”, ou “Informe JB”.

<sup>243</sup> Em geral, assinada por colaboradores, sem vínculo permanente com o jornal.

No *Jornal do Brasil* dos anos 1970 e 1980, há uma página exclusiva para editoriais, charge e cartas dos leitores. A página seguinte, identificada como “opinião”, traz artigos assinados e uma coluna fixa. Há também a Coluna do Castello<sup>244</sup>, além de colunas distribuídas por outras editoriais, cuja função é oferecer análises de temas relevantes na área. A demarcação de espaço específico para os textos de opinião sugere, por contraste, que o material informativo — notícias e reportagens — é um produto independente e autônomo em relação às posições do jornal<sup>245</sup>.

### 4.3 Os veículos-empresa

#### 4.3.1 Memória institucional

É possível identificar, a partir das entrevistas e outros registros sobre a memória dos jornais aqui estudados, características que podemos tratar como uma espécie de identidade institucional. Muitos fatores contribuem para esta construção, entre eles as estratégias editoriais. Na disputa de mercado, a identidade do jornal é fator fundamental para seu sucesso. Soma-se a isto um trabalho de memória que tende a produzir sentidos num processo retrospectivo. O crescimento do império midiático das Organizações Globo favoreceu a construção do perfil empreendedor de Roberto Marinho, enquanto a decadência do *Jornal do Brasil* possivelmente reforçou a memória da rebeldia política e dos erros administrativos da sua direção.

Pierre Bourdieu chama de ilusão biográfica a tendência de “tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (2002: 185). Ele se refere à biografia de pessoas.

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (Ibid.: 184)

O biografado, segundo Bourdieu, “conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido” (Ibid.: 185). Creio que podemos estender esta interpretação

---

<sup>244</sup> Fixa na página 2 até o início dos anos 1980. Mais tarde, passou para a página 6.

<sup>245</sup> No jornal *O Globo*, na mesma época, não há uma página de opinião, mas pequenos editoriais publicados muitas vezes na primeira página, outras vezes na página em que se publica a matéria sobre o assunto do editorial. Também há alguns artigos de colaboradores. Assim como a ordenação de editoriais, também a separação entre opinião e informação chega mais tarde ao *Globo*.

para a “história de vida” de veículos de jornalismo. Como no caso do indivíduo, o jornal constrói uma unidade com base em um nome, cuja força é tal que precisa ser grafado em destaque (grafado, nesta tese, em itálico). Tentando não cair na ilusão biográfica apontada por Bourdieu, é possível identificar processos de rupturas e continuidades, ao longo dos anos 1970 e 1980, na organização dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*. O perfil identitário, que emerge dos relatos analisados, não deve ser entendido como uma realidade objetiva que conforma as instituições, mas como o resultado de um trabalho de memória. Ainda assim, é parte das características dos espaços em que os entrevistados viveram e deram sentido às experiências.

#### 4.3.2 JB: um liberal aristocrático

Quase todos os jornalistas entrevistados que trabalharam no *Jornal do Brasil* destacam o “respeito à redação” por parte da direção como um aspecto marcante das condições de trabalho na empresa. Esse respeito está associado a uma ideia de autonomia<sup>246</sup>. Dines comenta sobre o dia em que a censura proibiu manchete sobre a morte do presidente do Chile, Salvador Allende<sup>247</sup>, o que evidencia a importância dessa noção de autonomia da redação.

A ordem da censura proibindo “dar manchete” sobre o assunto chegou tarde, quando o jornal já estava planejado e o editor-chefe em casa. O chefe de redação, Carlos Lemos, telefonou para Dines, que voltou para o jornal. Quando chegou à redação, Dines encontrou o vice-diretor Bernard da Costa Campos. “Um homem de confiança do Brito, parente dele, e um homem de confiança da direção, nunca se meteu com jornalismo, achei estranho”. Mesmo com a presença do diretor, a edição do jornal desafiou a repressão, interpretando literalmente a ordem da censura: a primeira página foi totalmente ocupada pelo texto sobre o assunto, impresso em letras grandes, mas sem título (Anexo 5, p. 265). Demitido poucos meses depois, no início de dezembro de 1973<sup>248</sup>, “por indisciplina”, Dines avalia que a capa do Allende foi determinante, se não para a demissão, pelo menos para a justificativa apresentada. “Evidentemente que eu estava me insurgindo, a capa do Allende foi uma rebeldia minha, eu realmente não aguentei (...)

---

<sup>246</sup> Alberto Dines aparece na memória do jornalismo como o editor que mais valorizou ou que mais gozou dessa autonomia na redação do *Jornal do Brasil*. Nenhum entrevistado disse isso. Porém, a maioria fez referência ao período em que o jornal esteve sob a direção de Dines e Lemos ao dar exemplos dessa experiência de “respeito à redação”.

<sup>247</sup> No dia 11 de setembro de 1973, o presidente do Chile, Salvador Allende, morreu no golpe de Estado que levou o general Pinochet ao poder. A censura mandou o jornal não dar manchete sobre o tema. O *Jornal do Brasil* publicou todo o texto sobre o episódio na primeira página, em corpo 18, o tamanho máximo que a impressão de texto permitia, mas sem manchete, isto é, sem título, como pedia a censura. (Ver capítulo 1)

<sup>248</sup> No dia 6/12/1973, o nome de Dines figura como editor-chefe, no expediente do *Jornal do Brasil*, pela última vez.

mas não era uma indisciplina, era bom jornalismo até.” (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008)

De 1962 até final de 1973, Alberto Dines foi editor-chefe do *Jornal do Brasil*, o executivo, quase todo o período, foi Carlos Lemos, nomeado por Dines chefe de reportagem, depois secretário de redação e, por fim, chefe de redação<sup>249</sup>. Segundo Carlos Lemos, abaixo de Dines havia um “tripé executivo”: Ele, José Silveira (secretário de redação) e Sérgio Noronha (chefe do copidesque) (LEMOS, entrevista ao CCMJ, 28/7/2008).

Durante a gestão de Alberto Dines, o *Jornal do Brasil* cresceu e teve dinheiro disponível para grandes investimentos como a nova sede, na Av. Brasil 500, grande e luxuosa. O próprio Dines afirma que Nascimento Brito era bastante sensível às suas demandas (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008). Foram criados novos departamentos, entre eles o de pesquisa, que se tornou uma referência. Em 1971, quando completou 80 anos, o *Jornal do Brasil* tinha mais de 1.500 funcionários e cerca de 250 jornalistas. A partir de meados da década de 1970, o perfil administrativo mudou e começou a prevalecer a lógica da restrição de investimentos e corte de gastos<sup>250</sup>.

Entre as explicações levantadas por Dines para sua demissão, está a questão da mudança de governo. Segundo Dines, Brito era muito bem relacionado com o governo Médici. Outras fontes também confirmam que o diretor Bernard Campos era amigo pessoal de Delfim Neto, o superministro da Fazenda de Médici. Na sucessão, Nascimento Brito teria apoiado ostensivamente a candidatura de Leitão de Abreu contra Ernesto Geisel. Embora civil, Leitão de Abreu era mais próximo à linha dura da repressão. Com a vitória de Geisel, Brito precisava se recompor politicamente, “ele não podia ficar na oposição do regime militar”, avaliou Dines (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008). Sua demissão, então,

---

<sup>249</sup> Em abril de 1964, Carlos Lemos já era o chefe de redação e ficou no cargo até início de 1974.

<sup>250</sup> Nas entrevistas e livros sobre a história do *Jornal do Brasil*, as tentativas de explicação para a crise econômica incluem diversas esferas. Na macroeconômica, o aumento do preço do papel e a desvalorização da moeda brasileira tornaram pesadas as dívidas em dólar, num momento em que o jornal havia assumido grande dívida no exterior. Na esfera política, tensões com o governo, em função de um jornalismo mais independente, assim como alianças políticas derrotadas de Nascimento Brito (como a aposta contra Geisel na sucessão de Médici e uma aparente aliança com Sylvio Frota, ministro do Exército exonerado por Geisel em 1977) teriam resultado em reveses financeiros como perda de publicidade estatal e dificuldades para obtenção de créditos. Na esfera regional, observa-se ao longo das décadas de 1960 e 1970 a redução do mercado publicitário carioca em favor de São Paulo. Na esfera administrativa, teriam sido feitos gastos excessivos, como o luxo da nova sede e investimentos errados, como a compra de um modelo de rotativa ultrapassado, e falta de rigor no planejamento gerencial. Por fim, na esfera da concorrência de mercado, o jornal teria cometido erros de estratégia, como o lançamento da edição de segunda-feira, que dava prejuízo em vez de lucro. O que mais se destaca, nas análises feitas pelos jornalistas, porém, são as estratégias vitoriosas de Roberto Marinho. Todas as explicações parecem ter algum fundamento, mas o que se evidencia é o processo de construção retrospectiva de sentidos, a partir da decadência do *Jornal do Brasil* e sucesso empresarial das organizações *Globo*, que constituem a memória do jornalismo carioca.

teria relação com a necessidade da empresa de se aproximar de Geisel. Seja como for, o grupo que assumiu a direção da redação, com a saída de Dines, era mais próximo de Geisel e Golbery.

O editor-chefe, em geral, montava sua equipe. Walter Fontoura<sup>251</sup> chamou, imediatamente, Elio Gaspari — então editor de política da Veja — para criar a editoria de política do jornal. Luís Alberto Bahia, então editorialista do *Globo* e antigo articulista e enviado especial do *Jornal do Brasil*, na época, se tornou editorialista e editor de opinião<sup>252</sup>. Luiz Alberto Bahia também passou a publicar artigos assinando como “um observador político”<sup>253</sup>.

Walter Fontoura promoveu algumas demissões. Carlos Lemos deixou a chefia de redação<sup>254</sup>, sendo nomeado editor da televisão que o *Jornal do Brasil* pretendia criar<sup>255</sup> e, em maio de 1974, seguiu para Londres para estudar o veículo. Sérgio Noronha foi para a editoria de esportes e José Silveira permaneceu no cargo, ou foi transferido para o cargo de chefe do copidesque, antes ocupado por Sérgio Noronha<sup>256</sup>.

Elio Gaspari criou a editoria de política e se tornou uma espécie de eminência parda na gestão de Walter Fontoura, segundo Cezar Motta (2018: 300). Gaspari tinha linha direta com Golbery. Segundo Romildo Guerrante, que trabalhou durante algum tempo fazendo o Informe JB com Gaspari, “toda quarta-feira o Elio Gaspari ligava pro Golbery. Eles tinham um despacho. Golbery dava informação pro Gaspari. Por que a gente sabia? Porque ninguém podia ficar na sala quando o Gaspari tava falando com o Golbery.” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/5/2017)<sup>257</sup>.

---

<sup>251</sup> Walter Fontoura era chefe da sucursal de São Paulo do *Jornal do Brasil* desde 1968. Seu nome aparece no expediente como editor-chefe a partir da edição de 11 de dezembro de 1973.

<sup>252</sup> Seu nome aparece no expediente no mesmo dia que o de Walter Fontoura. Nesta Edição (11/12/1973), um texto publicado na página 3, sob o título “Aos leitores”, destacado por fios, lamenta o pedido de demissão de Otto Lara Resende (até então editor de opinião) e informa a entrada de Fontoura e Bahia, este para assumir a editoria de Opinião.

<sup>253</sup> Dados do verbete “Luís Alberto Bahia” do CPDOC e do livro de Cezar Motta. Motta ainda acrescenta que Luís Alberto Bahia era amigo pessoal do general Golbery do Couto e Silva (2018: 291), o que não foi possível verificar.

<sup>254</sup> Durante a gestão de Walter Fontoura, houve pelo menos dois chefes de redação: Luís Orlando Carneiro e, mais tarde, Paulo Henrique Amorim que viria a se tornar editor-chefe em 1982.

<sup>255</sup> Em maio de 1974, o *Jornal do Brasil* recebeu a concessão de TV que pleiteava junto ao governo federal.

<sup>256</sup> No caderno *Jornal do JB* (13/04/1971), a equipe é: “Secretários: José Silveira e Sérgio Noronha; Secretário noturno: Manoel A. Bezerra” (página 1). Na descrição detalhada do processo, dentro do caderno, José Silveira é apresentado como secretário de paginação e Sérgio Noronha como secretário de texto. Manoel A. Bezerra é apresentado como o secretário noturno, que chega ao jornal por volta de 21h (página 5). Segundo Cezar Motta, a secretaria de redação foi criada por Alberto Dines e foi comandada por José Silveira e Manoel Aristarcho Bezerra, “o Maneco”. (2018: 119).

<sup>257</sup> Cezar Motta também narra as ligações entre Gaspari e Golbery. Entre os episódios representativos de uma relação de confiança, Motta conta que o chefe da Casa Civil teria ligado para a redação para avisar ao jornalista que iriam fechar o Congresso em 48 horas, em março de 1977, quando o governo Geisel fechou o Congresso e formulou o Pacote de Abril, mudanças a composição do Parlamento e reformulando as regras eleitorais (2018: 318).

Embora seja possível identificar com bastante precisão momentos de grandes mudanças na direção da redação, não é fácil de determinar cada troca de cargo. Além das contradições que aparecem em depoimentos e registros, poucos depoimentos identificam claramente os ocupantes dos cargos. Nas narrativas sobre o cotidiano da redação, os nomes dos ocupantes do cargo são muito mais utilizados que o nome dos cargos em si. Quando perguntava o cargo da pessoa citada, nem sempre o entrevistado conseguia identificar com segurança. O fato dos cargos mudarem ao longo do tempo e dos jornalistas circularem entre diversos veículos onde as denominações variam pode ajudar a explicar este fato. Outro aspecto que deve ser considerado é que a personalidade do ocupante do cargo parece ser mais significativa que a função formal nas relações de produção.

Dines e Lemos, por exemplo, são as referências para boa parte da memória expressa pelos entrevistados a respeito de pequenas vitórias sobre a censura. As experiências mais famosas ocorreram sob o comando deles. Além disso, a presença dos dois na condução da redação é muito evidenciada<sup>258</sup>. Walter Fontoura poucas vezes aparece nas narrativas, o que sugere uma presença menos ostensiva na redação<sup>259</sup>.

Fritz Utzeri diz que Walter Fontoura chegou ao jornal para “descomunistizar” a redação. Assim que chegou, segundo o repórter, o novo editor-chefe reuniu a redação para informar que chegava para tornar o jornal menos tendencioso. O repórter desafiou o chefe. Segundo Fritz Utzeri, Walter Fontoura teria dado, como exemplo, as matérias sobre o Chile que tratavam todos os mortos como “assassinados”. Utzeri teria retrucado: “Está havendo alguma epidemia no Chile?”. Utzeri achou que ia ser demitido, mas acabou fazendo grandes matéria sob a direção de Fontoura (UTZERI, entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008). Foi sob o comando de Walter Fontoura que os repórteres especiais do *Jornal do Brasil* tiveram apoio para empreender reportagens que fizeram história como a denúncia sobre a Operação Brother Sam<sup>260</sup> (1976), o assassinato de Rubens Paiva<sup>261</sup> (1978) e as bombas do Riocentro (1981). O nome do editor-

---

<sup>258</sup> Hélio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*, fez diversas matérias criticando a demissão de Dines e atacando Nascimento Brito. *O Globo* publicou artigo defendendo Dines e criticando sua demissão. Houve um tom especialmente dramático na demissão, porque os demais veículos declararam-se impossibilitados de contratá-lo, o que sugeria uma perseguição escancarada do regime. Esses elementos, provavelmente, aumentaram ainda mais a força da personalidade de Alberto Dines à frente do *Jornal do Brasil*, como parte da memória do veículo.

<sup>259</sup> José Sérgio Rocha afirma que o jornal “ficou mais conservador” sob a direção de Walter Fontoura, “mas honesto”, acrescenta (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017). Poucos entrevistados mencionam Walter Fontoura.

<sup>260</sup> Com base em documentos da CIA, o *Jornal do Brasil* demonstrou o apoio dos Estados Unidos ao Golpe de 1964.

<sup>261</sup> Preso em 1971, o ex-deputado foi, de acordo com a versão do Exército, sequestrado por um grupo terrorista. O *Jornal do Brasil* provou que Rubens Paiva foi assassinado nas dependências do DOI-Codi.



chefe, porém, não aparece de maneira relevante nos depoimentos que tratam desses episódios<sup>262</sup>.

Walter Fontoura foi editor-chefe de 10 de dezembro de 1973 a 31 de dezembro de 1981. Em janeiro de 1982, foi promovido a diretor, e Paulo Henrique Amorim assumiu o cargo de editor-chefe. Paulo Henrique Amorim chegou no jornal em 1976, para comandar a editoria de economia, e já era chefe de redação quando foi promovido a editor-chefe<sup>263</sup>. Ficou no cargo menos de dois anos. Ao longo das gestões de Walter Fontoura e Paulo Henrique Amorim, houve algumas demissões coletivas. Em 1982, a editoria de pesquisa foi fechada e todo o pessoal demitido<sup>264</sup>.

Em 1º de setembro de 1983, o jornal anunciou nova troca na direção. Paulo Henrique Amorim foi demitido e substituído por João Batista Lemos (que assina como JB Lemos), até aquele momento chefe da sucursal de Brasília. JB Lemos começou no *Jornal do Brasil* chefiando a sucursal de São Paulo, e foi substituído por Mauro Guimarães, que também deixou a sucursal de São Paulo para chegar ao Rio junto com JB Lemos. Mauro Guimarães assumiu como diretor<sup>265</sup>. Walter Fontoura foi para Brasília. Vários jornalistas entrevistados tratam este momento como a chegada dos “paulistas”<sup>266</sup> quando, segundo afirmam, o jornal “malufou”, isto é, passou a apoiar Paulo Maluf<sup>267</sup>. Segundo todos os depoimentos de quem viveu esta mudança, o clima do jornal mudou profundamente. A principal experiência é de perda de liberdade, com pautas mais restritivas e direcionadas. Cezar Motta (2018) apresenta esta tese, mas também mostra contradições nela. Seja pela afirmação de Nascimento Brito e Mauro Guimarães de que não houve esta tendência, seja pelo fato de que Mauro Guimarães estaria envolvido com a campanha de Tancredo.

No entanto, é possível identificar uma sincronia significativa entre as mudanças na direção do jornal e o processo político do país. Em março de 1983, Paulo Maluf havia lançado

---

<sup>262</sup> Elio Gaspari parece ter papel mais relevante na definição de pelo menos parte das grandes pautas do período. Fritz Utzeri conta o início da reportagem sobre Rubens Paiva: “Aí o Walter Fontoura, aliás, o Elio Gaspari que era o editor de política do jornal me chama lá e diz: ‘Olha, vamos ver o que aconteceu com o Rubens Paiva. Vamos reabrir esse caso porque o caso não está contado’.” (Entrevista a Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008). A reportagem sobre a Operação Brother Sam foi feita por Marcos Sá Corrêa, repórter da editoria de política, dirigida por Elio Gaspari. O repórter também chegou ao *Jornal do Brasil* em 1974, a convite de Gaspari.

<sup>263</sup> “JB reestrutura sua administração” (JB, 31/12/1981, p. 3).

<sup>264</sup> Também há muitos relatos de jornalistas lamentando as más condições de trabalho na época: falta carro, o rádio não funciona, não tem fotógrafo para sair com o repórter, etc.

<sup>265</sup> “JB tem novos diretor e editor-chefe” (JB, 1/9/1983, p. 3).

<sup>266</sup> Mauro Guimarães reestruturou a direção do jornal, levando para o *Jornal do Brasil* outros profissionais de São Paulo, como José Nêumane Pinto, convidado para chefiar a redação.

<sup>267</sup> Maluf era governador de São Paulo e disputava com Mário Andreazza o posto de candidato governista à Presidência da República.

sua pré-candidatura para disputar a Presidência da República pelo PDS. Em maio do mesmo ano, teve início a campanha pelas eleições diretas para presidente. Em setembro, JB Lemos se tornou o editor-chefe<sup>268</sup>. No início de 1985, às portas da posse de Tancredo Neves, eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, a direção da redação mudou novamente, por inteiro. Marcos Sá Corrêa, então editor da revista *Veja* e muito próximo de Tancredo<sup>269</sup>, volta ao *Jornal do Brasil* como editor-chefe. Junto com ele, assumiram Fernando Pedreira, como redator-chefe<sup>270</sup> e José Silveira, que voltou à secretaria de redação<sup>271</sup>.

Diante deste mapeamento inicial parece difícil acreditar que, ao nos referirmos ao *Jornal do Brasil*, mesmo considerando somente o período de 20 anos, em que o país viveu sob presidentes-gerais, entre o comando de Dines e a entrada de Marcos Sá Corrêa, estamos falando de um único jornal, com perfil e linha editoriais constantes. Se incluirmos na conta a mudança de perfil dominante entre jornalistas, a mudança do perfil de financiamento e do próprio mercado de jornalismo, que alterou substantivamente as condições de produção, teremos vários jornais a analisar. Sob este prisma, as reformas editoriais dos anos 1950 e 1960, fartamente registradas e estudadas, podem ser percebidas como momento específico, uma ruptura entre outras, de um campo em permanente mutação. As ditas reformas talvez sejam, afinal, apenas mudanças mais significativas no trabalho de memória que constrói uma imagem de unicidade do veículo.

Há, no entanto, uma unidade construída, como trabalho de memória, que não pode ser desprezada, porque esta memória ajuda a compreender alguns elementos do processo de significação das experiências. Quase todos os entrevistados que trabalharam no *Jornal do Brasil* — e vários que não trabalharam — reforçaram uma imagem do veículo de resistência ou até oposição aos governos militares, pelo menos a partir do AI-5<sup>272</sup>. Nos exemplos, figuravam, predominantemente, os dois grandes momentos míticos da memória do jornal: a capa do dia 14 de dezembro de 1968, denunciando o AI-5, e a capa do dia 12 de setembro de 1973, noticiando com grande estardalhaço a morte do presidente do Chile.

---

<sup>268</sup> Segundo diversos relatos, o chefe da sucursal de Brasília, JB Lemos, era próximo de Maluf.

<sup>269</sup> O *Jornal do Brasil* informa, em 15/8/84 (página 6), que José Augusto Ribeiro assumiu o cargo de porta-voz do candidato Tancredo Neves, e comenta: “Antes, fora pensado o nome de Marcos Sá Corrêa, que não chegou a ser consultado.”

<sup>270</sup> Cargo equivalente ao antigo chefe do copidesque.

<sup>271</sup> Silveira havia sido demitido na gestão de Paulo Henrique Amorim como editor-chefe.

<sup>272</sup> Para Romildo Guerrante, “o *Jornal do Brasil* bateu na ditadura com muito engenho e arte. Burlando a ditadura sempre que pode” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017). José Sérgio Rocha, Osvaldo Maneschy, Regina Zappa e Joelle Rouchou também reforçam uma imagem de unidade contra a ditadura na redação do *Jornal do Brasil*. Este aspecto será desenvolvido no próximo capítulo.

Outro aspecto repetido em diversos depoimentos e textos que contam a história do *Jornal do Brasil* é a imagem aristocrática de sua direção. A condessa Pereira Carneiro, proprietária do jornal, aparece pouco, embora em alguns momentos decisivos. Seu braço direito, Manuel Francisco do Nascimento Brito, é quem figura com mais frequência nas narrativas sobre o perfil da direção do jornal. Possivelmente em função da concorrência e principalmente da derrota nesta concorrência, Brito é sistematicamente interpretado através da comparação com Roberto Marinho, dono e dirigente do *Globo*.

A imagem de Brito é de uma personagem aristocrática, muitas vezes esnobe, refletido e reflexo do perfil do jornal. Luarlindo Ernesto conta que no *Jornal do Brasil*, “os únicos negros que saíam na primeira página era o Pelé e o Id Amim. Mais nenhum negro saía.” (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/2017). Joelle Rouchou analisa o elitismo deste critério de seleção:

Eu me lembro a primeira vez que um jogador de futebol negro foi pra primeira página do JB, num domingo. Foi uma ousadia, porque o doutor Nascimento Brito, como ele era chamado, era muito aristocrático. Imagina, um negro na primeira página do jornal, no café da manhã... que história é essa? Era um jornal aristocrático, pra uma elite. (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018)

Vera Perfeito, ao tentar explicar a decadência do jornal, inclui a comparação entre os dois dirigentes: “O Roberto Marinho mandava os filhos pra oficina, o Nascimento Brito mandava pra Europa (risos). Não são inteligentes como ele, mas sabem fazer. Os do Nascimento Brito queriam surfar no Havaí. E ele mandava, que ele era besta pra cacete.” (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018).

Murilo Rocha foi editor da *Rádio Globo* e repórter da UPI (United Press Internacional), agência de notícias norte-americana que funcionou no antigo prédio do *Jornal do Brasil*. “Os contatos que eu tive com o doutor Roberto, alguns pessoais, a maioria por telefone, sempre extremamente educado. Ao contrário de outros, do *Jornal do Brasil*, por exemplo, que eram pessoas arrogantes!”. Murilo descreve uma situação em que o diretor Bernard Campos entrou no elevador junto com ele e mandou o ascensorista ir direto para o oitavo andar, onde funcionava a direção do *Jornal do Brasil*. Um contínuo da UPI pediu para parar no terceiro, contrariando Bernard Campos. O diretor do jornal teria exigido que a UPI demitisse o contínuo. Murilo extrapola a imagem elitista dos diretores para o perfil dos profissionais. “Até o *office boy* do *Jornal do Brasil* era arrogante.” (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018)

Oswaldo Maneschy lembra com carinho e saudade dos colegas de trabalho do *Jornal do Brasil*, fala do prazer de trabalhar no JB e lamenta alguns aspectos das condições de trabalho no *Globo*. Mas ressalva:

Agora, eu sempre gostei muito mais da redação do *Globo* que da redação do *Jornal do Brasil*. Sabe por quê? Na redação do *Globo*, todo mundo era mais comum, porque todo mundo podia tomar um pé na bunda do Roberto Marinho no dia seguinte. O JB tinha aqueles caras todos empolados, os cagadores de regra... (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017)

O *Jornal do Brasil* foi, segundo todos os depoimentos e relatos, inclusive de quem nunca trabalhou nele, o jornal de referência nacional na década de 1970. Murilo Rocha faz questão de ressaltar a força do jornal, mas reclama do que ele vê como esnobismo:

Eu vivi aquele período do *Jornal do Brasil* sob o comando do Alberto Dines, era um grande jornal, o maior jornal mesmo. O *Globo* competia com ele, mas o *Jornal do Brasil* tinha um prestígio muito grande. Agora, quem trabalhava no *Jornal do Brasil* na época, sentia-se o inventor do jornalismo. Nesse período da UPI, eu eventualmente era obrigado a descer na redação do *Jornal do Brasil*. Eu entrava na redação, parecia que eu estava no Olimpo. Eu entrava ali, me sentia um pobre repórter de rádio! (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018)

Um jornal de elite, liberal, quase rebelde. Estas são, talvez, as características mais insistentemente afirmadas na memória sobre o *Jornal do Brasil* dos tempos da ditadura. Um jornal que era o sonho de emprego dos jornalistas e candidatos a jornalista. Em quase todos os depoimentos, dois aspectos se destacam: a enumeração dos “grandes nomes” que trabalhavam na mesma redação, a ênfase na rebeldia e/ou ousadia do jornal frente à ditadura e a descrição de uma experiência de liberdade criativa, muitas vezes resumida em “respeito à redação”.

Seja como for, a força do trabalho de memória do *Jornal do Brasil* pode ser medida pelos livros publicados por ex-jornalistas do veículo contando sua história, além dos incontáveis registros de trechos da memória do “velho JB”, como alguns chamam. O próprio jornal fez uma parte deste trabalho de memória, com seus cadernos especiais, como o *Jornal do JB*<sup>273</sup>.

#### 4.3.3 O *Globo*: um conservador popular

O jornal *O Globo* passou por menos rearranjos na composição da direção de jornalismo durante a ditadura. Apenas uma grande mudança provocou transformações profundas no

---

<sup>273</sup> Dois livros já foram publicados sobre a história do *Jornal do Brasil*. Nenhum sobre *O Globo*, mas já houve dois publicados com a biografia de Roberto Marinho.

processo produtivo e no resultado nas bancas. Moacyr Padilha<sup>274</sup> foi o diretor de jornalismo do *Globo*, de 1966 até sua morte, no início de 1972. Em seu lugar, assumiu Evandro Carlos de Andrade<sup>275</sup>, que ficou no cargo por 24 anos. O diretor de jornalismo fazia a ponte com o dono, Roberto Marinho. Como explicam diversos entrevistados, Evandro montou sua equipe. José Augusto Ribeiro chegou com ele para ser editor-chefe. No final da década de 1970, foi substituído por Milton Coelho da Graça. Henrique Caban havia chegado poucos meses antes e se tornou chefe de redação<sup>276</sup>. Iran Frejat assumiu como editor de local<sup>277</sup>.

Esta composição parece sugerir que no *Globo* havia mais um cargo entre a direção e a redação, se comparado ao *Jornal do Brasil*. Celeste Cintra descreve assim a estrutura de direção:

Evandro Carlos de Andrade era o editorzão. Abaixo vinha o José Augusto Ribeiro, que era o editor-chefe. O Evandro ficava lá dentro, tinha contato direto com a família Marinho. Os editores, ao final do dia, iam lá ver pauta com ele. No aquário<sup>278</sup>, que via a redação toda, ficava o chefe de toda a parte de reportagem, que era o José Augusto Ribeiro. Depois vinha o editor e subeditor de cada setor. (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018)

Nesta descrição não aparece Henrique Caban. Luiz Eduardo Rezende, Murilo Rocha e Milton Coelho da Graça também não mencionaram Caban, que talvez tivesse um lugar menos demarcado. Quando pergunto qual era a função dele, Celeste Cintra explica:

Na minha época, Henrique Caban era uma espécie de “olheiro” que circulava pela redação olhando tudo que acontecia como um braço estendido de Evandro, que naquela ocasião quase não saía de sua sala e quase não circulava

---

<sup>274</sup> Moacyr Padilha, filho do deputado Raimundo Padilha, ligado ao movimento integralista, participou do grupo de trabalho da Consplan (Conselho Consultivo de Planejamento), em 1966, para analisar o sistema de financiamento da educação, junto com Glycon de Paiva, apontado por Dreifuss (1981) como um dos líderes do Ipês (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) (ver capítulo 1). O grupo de trabalho foi criado pelo então ministro do Planejamento, Roberto Campos, para a “revisão do instituto da estabilidade” (*O Globo*, 22/3/66, p.2). O fim da estabilidade para trabalhadores com mais de 10 anos de emprego foi uma das medidas defendidas pelo programa do Ipês e executadas pelos seus representantes no governo pós-golpe (DREIFUSS, 1981).

<sup>275</sup> Em vídeo disponível no site de Memória do *Globo*, Evandro Carlos de Andrade conta que era chefe da sucursal do *Estado de São Paulo* em Brasília, quando Carlos Castello Branco, então chefe da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília, levou a ele o recado de que Roberto Marinho o estava convidando para ser o diretor de jornalismo do *Globo*. De acordo com Cezar Motta, Evandro Carlos de Andrade havia, desde 1962, acumulado os cargos de repórter de política do *Estado de São Paulo* e chefe de redação da sucursal do *Jornal do Brasil*, em Brasília, a convite de Castello.

<sup>276</sup> De acordo com Henrique Caban, antes da morte de Moacyr Padilha, Evandro Carlos de Andrade recebeu o cargo de editor-chefe e José Augusto Ribeiro, de chefe de redação. Ele foi nomeado produtor geral. Caban explica seu cargo: “*O Globo* era cheio de cargos que não existiam. Na realidade era coordenador da Nacional, das sucursais.” (Entrevista a Aziz Ahmed, canal Aziz Ahmed no Youtube, publicado em 13/7/2018).

<sup>277</sup> Não foi possível verificar o período em que Iran Frejat esteve à frente da editoria local, mas é tratado como parte da equipe de Evandro Carlos de Andrade por Luiz Eduardo Rezende e Celeste Cintra. O depoimento deles e o livro de Belisa Ribeiro (1988) sugerem que, pelo menos entre 1972 e 1981, Frejat esteve à frente da editoria local.

<sup>278</sup> Nome comumente dado em diversas redações cariocas às salas que separavam alguns chefes do ambiente da redação, com paredes transparentes que permitia o contato visual.

pela redação. Caban meio que observava tudo que acontecia, meio “eminência parda”. Depois que saí, início dos anos 80, acho que assumiu um cargo mais determinado, mas não sei qual<sup>279</sup>. (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018)

A descrição é coerente com o que se pode aferir dos depoimentos do próprio Caban, que descreve seu trabalho diretamente ligado ao diretor de jornalismo, ao mesmo tempo com atividades bastante variadas<sup>280</sup>. Além dos cargos serem menos determinantes do que as pessoas que os ocupam na descrição do processo de produção, é possível supor que alguns cargos eram criados ou dissolvidos em função do profissional disponível<sup>281</sup>.

A nova equipe promoveu a reestruturação da redação, criando editoriais, principalmente a de economia, dissolvendo outras, como a de polícia. Henrique Caban contou que antes de Evandro Carlos de Andrade chegar, tentou se demitir, porque não via futuro naquela redação. “Eu fui percebendo que *O Globo* tinha uma redação meio policial que ficava muito mais à direita do que o Roberto Marinho queria. E o Roberto Marinho estava percebendo que o jornal dele estava acabando.” (CABAN, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008).

No início dos anos 1970, quando o *Jornal do Brasil* estava no auge, sob a direção de Alberto Dines, *O Globo* era um jornal burocrático e envelhecido.

Tinha uma lenda na época — eu não sei se é verdade — que o doutor Roberto disse: ‘eu te pago pouco, mas te arrango um emprego no governo’. E era verdade. Quando eu entrei n’*O Globo*, todos os setoristas que trabalhavam nos setores d’*O Globo*, eram empregados do Ministério onde eles cobriam. (...) Eles eram muito mais representantes do Ministério no jornal do que do jornal no Ministério. (CABAN, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 29/7/2008)

Evandro Carlos de Andrade conta que, ao contratá-lo, Roberto Marinho teria dito que “não aguentava mais ser furado pela concorrência”<sup>282</sup>. Nos levantamentos feitos pela nova equipe, constatou-se que o número de assinantes diminuía, porque quando o assinante morria,

---

<sup>279</sup> Texto enviado por email em 28/5/19, em resposta a questionário complementar.

<sup>280</sup> Nas entrevistas a Aziz Ahmed e ao CCMJ, Caban fala de discussões sobre demissão e contratação de jornalistas, estrutura de editorias, avaliação das publicações, até pesquisa de equipamentos e estruturação da gráfica. Esta última atividade parece especialmente significativa, porque o tornou especialista em informatização para a imprensa (CABAN, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008 e Entrevista a Aziz Ahmed, canal Aziz Ahmed no Youtube, publicado em 13/7/2018). Já Domingo Meireles, que trabalhou como repórter no *Globo*, menciona Henrique Caban como chefe de redação e acrescenta: “ele conseguiu realmente montar uma equipe muito interessante” (MEIRELES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/8/2008).

<sup>281</sup> Romildo Guerrante especula que o fim do copidesque como setor autônomo no *Jornal do Brasil* pode ter sido uma estratégia para tirar poder do chefe, na época, José Silveira (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017). Celeste Cintra lembrou que a editoria de educação foi incorporada à editoria geral, mesmo crescendo o setor, em número de repórteres, quando o editor, Félix Athayde, saiu do jornal. Celeste não arriscou especular causas. (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018).

<sup>282</sup> Depoimento em vídeo na página Memória do *Globo online* (<http://memoriaglobo.globo.com/perfis>).

seus herdeiros não mantinham a assinatura. Ou seja, o jornal não atingia a juventude. Para Caban, além do perfil burocrático da redação, resultando em um jornal pouco interessante, *O Globo* tinha angariado muita antipatia da juventude durante as mobilizações estudantis dos anos 1960.

Para se aproximar da juventude, uma das medidas foi investir em assuntos relacionados à educação. Celeste Cintra conta que foi chamada para *O Globo* para reforçar a recém-criada editoria de educação. O Diário de Notícias, onde trabalhava, era o grande jornal neste setor, e o *Jornal do Brasil* havia criado uma forte editoria de educação.

Quando eu entrei era [editoria] específica de educação. Porque eles queriam concorrer com o JB, que tinha um setor de educação razoavelmente forte. Tinha a Magda<sup>283</sup>, que era uma jornalista com capacidade, ela editava o setor de educação do JB e o JB sempre dava furos. Toda hora dava coisas que *O Globo* nem sabia que existia. (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018)

Luarlindo Ernesto, Luiz Eduardo Rezende e Murilo Rocha afirmam que havia reuniões no processo de edição. Mas em todas as descrições dadas por entrevistados sobre os processos produtivos, as reuniões não aparecem como espaço significativo de decisão. Muito mais representativo, nas narrativas, são as conversas e, principalmente, o controle direto do dono, Roberto Marinho.

Milton Coelho da Graça, editor-chefe, diz que chegava na redação chamando cada editor para uma conversa, para saber o que tinha para o jornal naquele dia.

Nessa conversa, ele vai dizendo a matéria e eu vou avaliando com ele a importância dessa matéria, o que que merece ter chamada na primeira página, o que é o alto da página dele, como ele está organizando a editoria dele. Ele me passa, eu anoto. O editor faz a primeira página e controla a edição dos outros, pra saber o que tem no jornal.

— *O Globo tinha reunião de pauta?*

Todo dia de manhã, mas era a reportagem. Eu nem vou lá, porque tem que ser feita de manhã a pauta do dia. Depois vai sendo atualizada, o chefe de reportagem<sup>284</sup> cuida disso, da produção. O primeiro com quem eu falo é ele, eu digo: o que é que você tem hoje? E ele me diz o que está tendo na cidade, quais são as matérias dele. Nacional, Brasília me manda, dizendo qual é a pauta dele. São Paulo, se tiver alguma coisa. Os editores vêm um por um conversar com o editor da primeira pra dizer o que tem.

— *Tinha um editor da primeira?*

---

<sup>283</sup> Não foi possível localizar a jornalista, e a entrevistada não recordou o nome completo.

<sup>284</sup> Provavelmente ele se refere ao editor de local, ou de cidade.

O editor-chefe é o que faz a primeira, toda ela. Ele começa a planejar desde as duas horas.

— *Mas aí não tem uma reunião, você se reunia individualmente com cada editor*

Eu chamava um de cada vez, mas cada um tem seu método. Geralmente, o nacional, o local que é o mais importante, que com mais frequência você dá na primeira página, porque é a notícia da própria cidade ou estado, toma mais tempo e não é só uma reunião, fica havendo permanente diálogo. (GRAÇA, entrevista à autora, 5/12/2017)

Luiz Garcia, que foi editor de política e de opinião do *Globo*, nos anos 1970 e 1980, também descreve um processo com pouco debate.

Eu tinha três editorialistas comigo, um de economia, um de internacional, um de pau pra toda obra. E eu, em geral, fazia o político ou pedia para alguém fazer o político. A gente tinha uma reunião todo dia às três da tarde. Eu tinha minhas ideias. Em geral não tinha nenhuma sobre economia, mas o George Vidor dava as dele, eu completava e a gente produzia uma pauta, com um ou dois editoriais e uma quantidade de artiguetes, aqueles pequenininhos. (GARCIA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008)<sup>285</sup>

Definidos os temas, “eu comunicava ao Evandro quais eram os assuntos e tudo. Mas era raro haver uma discussão qualquer. Era tudo sempre muito óbvio.” (GARCIA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008). Ao mesmo tempo que o processo de edição parece que demandava menos reuniões que o *Jornal do Brasil*, o dono, Roberto Marinho, era muito mais presente no dia a dia. Os profissionais que trabalharam no *Globo* durante a ditadura, afirmaram, em geral, que a censura não aparecia no jornal *O Globo*, nem na TV Globo, porque Roberto Marinho fazia, ele mesmo, o controle do conteúdo do jornal.

Antônio Henrique Lago, que foi editor de jornalismo na TV Globo, conta, como exemplo do controle do “doutor Roberto”<sup>286</sup> sobre o conteúdo jornalístico da TV, o caso de uma matéria sobre recolhimento de população de rua que o diretor barrou. A redação demorou a entender o problema.

O Mercadante<sup>287</sup>, o diretor da sucursal, subiu e voltou dizendo assim: “o doutor Roberto diz que a gente fez contraste entre pobre e rico e ele não quer isso”. Sobe de novo: “que porra é essa?”. Aí doutor Roberto falou. Nós botamos uma imagem que era os caras recolhendo os mendigos e aqui atrás

---

<sup>285</sup> Não foi possível precisar o período em que Luiz Garcia foi editor de opinião do *Globo*. George Vidor só se torna editorialista na segunda metade da década de 1980, de acordo com sua coluna pessoal, no próprio *O Globo*. Ainda segundo a coluna em que o jornalista faz uma retrospectiva de sua carreira no *Globo*, desde 1972 trabalhou no jornal colaborando na criação da coluna de economia. (VIDOR, George. “Despedida”. *O Globo online*, 17/2/2018)

<sup>286</sup> Todos os entrevistados se referiram assim ao dono do jornal, com exceção de Celeste Cintra, que saiu em 1979, numa leva de 32 demissões, depois de uma greve, quando ela fazia parte da comissão de redação.

<sup>287</sup> Luiz Fernando Mercadante.



os iates ancorados na enseada. Para você ver como o cara era atento, mas era ele, não precisava de censor pra isso. (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

Mas segundo Lago e Caban, Roberto Marinho entendia mesmo era de jornal. Henrique Caban enfatiza, com tom de admiração, que “o doutor Roberto era jornalista, acima de tudo”. Na sua memória, Roberto Marinho “jamais deu uma ordem direta”, ele falava de maneira enigmática. “Ele liga e diz: O Mário Covas vai fazer um pronunciamento no Congresso, hoje. Acho isso muito importante. Então a gente sabia: é pra ser nossa capa.” (Entrevista a Aziz Ahmed, canal Aziz Ahmed no Youtube, publicado em 13/7/2018). Lago descreve uma postura um pouco diferente:

O doutor Roberto tinha muito controle sobre os seus veículos e gostava de dizer: “eu quero que faça assim”. Isso era um problema no *Globo* porque ele tinha uma manchete padrão na cabeça, que era a que ele fazia e já tinha sido abolida por causa da modernização da paginação do jornal, e ele mandava a manchete: “eu quero que a manchete de amanhã seja assim”. (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

Antônio Henrique Lago conta que Evandro Carlos de Andrade desenvolveu uma estratégia para tentar evitar que o “doutor Roberto” atropelasse o projeto editorial do jornal. Ele definia correndo uma manchete e ligava para o chefe para propor: “Doutor Roberto, nós estamos aqui fazendo a manchete, que tal isso, assim e assado? Se ele gostasse, garantia a nossa manchete em uma linha.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).<sup>288</sup>

Na forma quase de anedota — comum em depoimentos de antigos jornalistas do *Globo* sobre o dono do veículo — Lago conta outro episódio da luta do diretor de jornalismo para defender seu projeto editorial:

O doutor Roberto achava bárbaro que o logotipo do jornal viajasse pela primeira página, e o Evandro, quando ele montou o projeto novo, o logotipo passaria para o teto. A primeira vez que ele colocou isso, o doutor Roberto ligou e disse que não queria assim. Volta para viajar o jornal. O doutor Roberto não quer acima da dobra, então a gente vai primeiro estabelecer que ele fica no meio, depois a gente vai andar só na parte de cima, até a gente botar ele lá em cima e ele não reclamar. Quando a gente colocar lá em cima e ele não reclamar, a gente deixa. E assim foi feito. O doutor Roberto segurava o jornal assim (gesto de mão segurando rédeas). (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

Luiz Eduardo Rezende reforça essa sensação de controle absoluto: “o Roberto Marinho lia tudo”. Por isso, avalia:

Às vezes, era mais fácil você trabalhar num jornal como o JB, na época da censura, do que no *Globo* pós-censura. Porque, na época da censura, você

---

<sup>288</sup> Título principal da primeira página em uma única linha.

tinha a empresa do seu lado. O que você botava ali de contrabando, tal, a empresa batia palma, porque a empresa tava contra os militares. No *Globo*, não. No *Globo*, se botasse um contrabando ali, o negócio complicava. (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018)

Segundo Milton Coelho da Graça, os principais motivos de censura por parte da direção eram interesses pessoais do dono do jornal<sup>289</sup>. Ao mesmo tempo, conta que a censura vinha direto pelo chefe: “falavam com o doutor Roberto. Aí o doutor Roberto falava com o Evandro e o Evandro falava comigo. ‘Olha Milton, vai sair um ministro, mas não dá muito relevo não, não bota manchete’. Essa coisa. Não era a censura, era o doutor Roberto.” (GRAÇA, entrevista à autora, 5/12/2017). Antônio Henrique Lago vai além, e identifica a proximidade entre Roberto Marinho e a cúpula do governo. “Por exemplo, a gente recebeu informação cedo de que o Golbery ia se demitir. Ele segurou até de noite. Disse: ‘não dá enquanto eu não conversar com ele’.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).

Ao longo dos anos 1970, *O Globo* cresceu, tornou-se um concorrente perigoso e acabou ultrapassando e contribuindo para a decadência do *Jornal do Brasil*. Algumas estratégias empresariais eram bastante agressivas, às vezes com perfil monopolista, como fazer sociedade com empreendimentos imobiliários (uma das principais fontes de anúncios), ou reduzir o preço cobrado para publicação nos classificados abaixo do valor necessário para ter lucro.

Às estratégias de mercado se somaram estratégias políticas, de proximidade com o governo, e jornalísticas: melhoria da qualidade do noticiário. Para tanto, além da reforma gráfica e editorial e da reestruturação do processo produtivo houve uma grande renovação do quadro de profissionais. Nesta renovação, mudou, também, segundo todos os depoimentos analisados, o perfil ideológico da redação. Luiz Eduardo Rezende sintetizou uma opinião reiterada por boa parte dos entrevistados:

*O Globo* nunca deixou de ser um jornal de direita. Em momento nenhum. Mas, a gente sempre falava: o dono do jornal, Roberto Marinho, descobriu que pessoas de esquerda sabiam fazer jornal. Até melhor que aqueles de direita que ele tinha lá. Levaram Evandro, levaram Caban, levaram Milton Coelho... E na redação também. Foram empregadas várias pessoas não só ideologicamente de esquerda, não. Pessoas partidariamente de esquerda, principalmente do Partidão, PCB, na época. (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018)

---

<sup>289</sup> Um dos exemplos apontados: a orientação de dar pouca visibilidade à Revolução dos Cravos, em Portugal, teria sido dado por causa de um desentendimento com o militar que assumiu a direção do estaleiro onde o iate de Roberto Marinho estava sendo reformado. A questão seria que o militar cobrou o serviço, que os salazaristas faziam de graça. Graça explica que Roberto Marinho era mais que simpático, era amigo dos salazaristas.

Milton Coelho conta que saiu da prisão pela segunda vez, em 1976, direto para trabalhar para Roberto Marinho (COELHO, entrevista à autora, 5/12/2017). Henrique Caban conta que, antes de ser contratado, teve uma reunião com Roberto Marinho, que havia recebido as fichas do Dops sobre seu envolvimento com o Partido Comunista. Marinho apenas lhe perguntou se ia para o jornal como profissional ou como militante e o contratou (CABAN, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 29/7/2008)<sup>290</sup>.

O contraste entre o perfil conservador e governista da publicação e a presença de comunistas na redação parece ter construído uma espécie de mito em torno de Roberto Marinho. Quase todos os jornalistas que passaram pelas organizações Globo repetem, com pequenas variações, a história da reunião do ministro da Justiça, Juracy Magalhães, com os empresários de jornalismo exigindo a demissão dos comunistas da redação<sup>291</sup>, em que Roberto Marinho teria se insurgido, dizendo que ele decidia quem trabalhava no seu jornal.

Carlos Lemos, homem de confiança de Nascimento Brito, que acabou indo trabalhar para Marinho, também repete a história. Acrescenta, no entanto, que o *Jornal do Brasil* também não acolheu a exigência do ministro.

Ninguém foi demitido. Nesse dia desci e fui no gabinete da condessa dizer que tinha esse problema e ela disse: “Meu filho, ninguém vai ser demitido aqui neste jornal, fique tranquilo”. Fui no gabinete do doutor Brito e ele disse que ninguém saía. Alguns saíram porque tiveram que fugir, mas saíram porque quiseram e estavam sendo perseguidos. (LEMOS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008)

De fato, não há qualquer relato sugerindo algum tipo de perseguição ou critério ideológico na contratação e demissão de jornalistas no *Jornal do Brasil*<sup>292</sup>. Por outro lado, há relatos sobre prisão de comunistas na redação do *Globo*, em meados dos anos 1970. Pery Cotta diz que foi preso dentro da redação (COTTA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008). Domingos Meireles conta que: “não sei se por pressão também do governo militar, ocorreram muitas demissões de caráter político e o jornal se fragilizou”. Segundo o jornalista, houve um movimento de perseguição aos jornalistas por parte da repressão:

---

<sup>290</sup> Entre os jornalistas que entrevistei, Milton Coelho da Graça, Antônio Henrique Lago, Murilo Rocha e Celeste Cintra reforçam imagens semelhantes. Outros jornalistas entrevistados pelo CCMJ (Centro de Cultura e Memória do Jornalismo), como Henrique Caban, Domingos Meireles, Pery Cotta, Luiz Garcia, Fritz Utzeri reafirmam esta imagem de Roberto Marinho que contratava — e até preferia contratar — jornalistas comunistas.

<sup>291</sup> Já mencionada neste capítulo em depoimento de Milton Coelho da Graça. Em todas as demais versões, o ministro se refere aos jornalistas em geral, e não apenas aos redatores.

<sup>292</sup> A única exceção que localizei foi a entrevista de Alberto Dines ao CCMJ, em que o jornalista afirmou que houve uma perseguição aos judeus do *Jornal do Brasil*, depois que ele foi demitido (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008).

...foi a grande caça aos jornalistas nesse país — estamos falando de 1975 — ocorreram várias prisões de profissionais do jornal *O Globo* e também de outros jornais. Aí, então, o ambiente ficou muito conturbado dentro do próprio jornal. Boa parte dessa redação acaba deixando *O Globo*, alguns demitidos, outros tomaram a iniciativa de pedir demissão, então, foi um momento muito complicado. (MEIRELES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008)

Apesar desta constatação, Meireles afirma que “o doutor Roberto conseguiu impedir que fossem cometidas muitas violências, mas ele não conseguiu impedir que muitas pessoas fossem presas e torturadas”. Domingos Meireles avalia que, a um certo momento, Roberto Marinho se mobilizou e freou o esvaziamento da redação, mas “já era tarde” (MEIRELES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008). Henrique Caban recorda o momento em que os órgãos de repressão pediram que Roberto Marinho enviasse ao Exército a lista dos comunistas que trabalhavam no *Globo*. O empresário enviou toda a folha de pagamento. Os militares reclamaram e ele teria respondido: “olha, eu não sou polícia, eu não tenho que descobrir comunista. Quem tem que descobrir comunistas são vocês. Vocês vejam aí a lista e vejam os comunistas que tem no *Globo*.”.

... logo depois o doutor Roberto fez uma carta para o general Reinaldo (de Souza) dizendo que não estava entendendo aquilo tudo, porque *O Globo* era um jornal que estava alinhado aos princípios da revolução, aquela baboseira toda, e que agora sofria toda essa perseguição. Então, que ele queria, como bom amigo do Reinaldo, pedir que o Reinaldo investigasse a infiltração comunista no Exército, que só comunistas poderiam estar querendo derrubar *O Globo* daquele jeito. (CABAN, Entrevista ao CCMJ, 29/7/2008)

Henrique Caban avalia que as empresas de jornalismo usaram diversos artifícios para proteger seus funcionários. Portanto, não foi só no *Globo* que os comunistas foram, em alguma medida, protegidos<sup>293</sup>. Mais uma vez, o que parece emergir da confrontação das memórias é que a personagem Roberto Marinho se constituiu numa espécie de lenda.

Boa parte dos entrevistados se refere ao “doutor Roberto” com admiração, destacando qualidades como extrema inteligência, ausência de esnobismo e poder de controle quase

---

<sup>293</sup> Henrique Caban se refere à discussão sobre indenizações de perseguidos da ditadura. Para ele, houve exageros da parte dos jornalistas. “Eu vejo o seguinte: a família do [Vladimir] Herzog, essa tem que ser indenizada. O provedor dos recursos da família morreu. Mas, no resto, sinceramente, não vi tanta perseguição assim.” (CABAN, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 29/7/2008). Fritz Utzeri também avalia: “Acho que a indenização, ela vale em função do dano feito e, por exemplo, tem uma porção de jornalistas e o jornalista não pode alegar que a ditadura o prejudicou porque não houve caça às bruxas do jornalista, o Roberto Marinho protegeu seus comunistas, como diz ele, até porque ele dizia que comunista sabe fazer jornal.” (UTZERI, entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008).

ilimitado<sup>294</sup>. Em resposta à pergunta sobre as diferenças que percebeu entre trabalhar no *Globo* e na *Última Hora*, Milton Coelho da Graça respondeu:

Por incrível que pareça, o Samuel Wainer e o Roberto Marinho eram muito parecidos na maneira de encarar o jornal. O velho Roberto não era o criador do jornal, mas ele se sentia continuador do criador, que foi o pai dele. Era a coisa mais importante da vida dele, mais que a mulher, o filho, era o jornal. Você entendia isso rapidamente com ele. O Samuel Wainer era a mesma coisa. Eles tinham muito em comum, essa paixão pelo jornal. Por isso, eu me dei muito bem com eles. (GRAÇA, entrevista à autora, 5/12/2017)<sup>295</sup>

Milton Coelho da Graça contou histórias caracterizando Roberto Marinho de forma apaixonada. Murilo Rocha também tinha algumas histórias em seu anedotário que sugerem uma espécie de mito, na medida em que o interesse da história se concentra na imagem do empresário como uma pessoa “simples”, como se o fato de Roberto Marinho se comportar como pessoa comum tivesse algo de extraordinário<sup>296</sup>.

Henrique Caban, mais envolvido com as estratégias empresariais para vencer a concorrência com o *Jornal do Brasil*, também valoriza o contraste entre a postura de Brito — “meio nobre” — e de Roberto Marinho. “O maior anunciante do *Jornal do Brasil* era Sérgio Dourado. O Brito nunca recebeu o Sérgio Dourado no gabinete dele. Doutor Roberto ia à festa do dia do jornalista.”. Para Caban, o elitismo do *Jornal do Brasil* ajuda a explicar a sua decadência e parece ter provocado estranhamento ao jornalista, quando foi trabalhar no concorrente.

Aliás, o Marcelo Pontes uma vez me pegou de mau humor lá no *Jornal do Brasil* e disse assim: ‘Estão faltando copinhos na redação para o pessoal tomar água’. Eu disse: Você sabe por que o negócio é assim? Porque até 1992, no *Globo* se limpava a bunda com jornal. Era jornal que tinha lá no banheiro. E vocês ficam mergulhados até aqui de dívidas e falando no copinho que está faltando. Não bebe água, pô. Não pode botar a boca lá no bebedouro?’. Depois ele veio até me pedir desculpa. Eu não posso... Quer dizer, eu chego no nono andar e digo: “vamos fechar o nono andar, porque aqui tem um restaurante, a sala do Brito e a sala do Zé Antônio<sup>297</sup>. Se fechar isso, tem tanto de lucro por

---

<sup>294</sup> Não encontrei, em nenhum depoimento, uma única referência a algum erro cometido por Roberto Marinho, o que informa uma construção biográfica linear, em que cada passo foi perfeitamente medido em função do resultado pretendido/obtido.

<sup>295</sup> Domingo Meireles corrobora essa comparação, pela imagem centralizadora de Samuel Wainer. Quando trabalhou na *Última Hora*, “o Samuel estava no exílio. Dizem as chamadas ‘raposas felpudas’ do jornal que foi a melhor época. A redação tinha uma certa liberdade que, talvez, se o Samuel estivesse presente, a redação não teria. Os mais antigos dizem que foi o período mais exuberante, aquele em que o Samuel fica no exílio.” (MEIRELES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008).

<sup>296</sup> Roberto Marinho estava no elevador junto com outros jornalistas, um deles conhecido como Robertão. A porta abriu, alguém gritou: “Fala Robertão!”. “Doutor Roberto estava do lado. Ele ficou meio sem graça, fez assim... (aceno de mão encabulado) (risos). E o cara, quando viu que era o doutor Roberto que estava do lado do Robertão, saiu dali, desapareceu. Nunca fez nada, nunca tomou nenhum tipo de atitude.” (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018).

<sup>297</sup> José Antônio Nascimento Brito, filho de Manuel Francisco Nascimento Brito.

mês”. Aí o Brito disse assim: “Não. O meu restaurante especial não pode fechar”. Então, não tem solução aquilo. Doutor Roberto comia no restaurante dos funcionários lá em baixo, conhecido como lixão<sup>298</sup>. (CABAN, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 29/7/2008)

Mesmo Antônio Henrique Lago, que falou de Roberto Marinho com maior distanciamento, expressou admiração pelo antigo patrão. Tanto pela extrema capacidade de controle sobre seus veículos, quanto pelas relações de trabalho. Segundo ele, as Organizações Globo foram seu melhor emprego, tanto pelo salário quanto pelas políticas de valorização do empregado.

Isso era uma coisa que ele fazia questão. Até a hora que eu saí da Globo, depois não tinha mais, tinha um prêmio de fim de ano para destaques, que era ele quem dava. O jornal *O Globo* tinha uma distribuição, parece que de uma semana do salário, duas vezes. Era um jornal, do ponto de vista financeiro, não tinha melhor<sup>299</sup>. (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

O que emerge da investigação sobre o perfil dos dois maiores jornais cariocas dos anos 1970, é que o campo da luta de poder — em termos mercadológicos nomeado como concorrência — é fundamental para o entendimento do perfil de atuação das empresas, dos empresários e dos jornalistas. Esta disputa de poder condiciona a memória que se construiu sobre eles. O conceito de concorrência, porém, parece insuficiente para compreender esta disputa, porque pode nos levar a olhar o embate dentro do limite das estratégias de mercado, ignorando outros aspectos próprios no campo do jornalismo.

#### **4.4 Jornalismo e política: campos que se interpenetram**

##### 4.4.1 O jornalista e o informante

A disputa de poder entre empresas de jornalismo limitada à concorrência de mercado invisibiliza a interdependência entre os campos do jornalismo e da política. A transformação do perfil dos veículos de jornalismo cariocas em empresas de perfil industrial levou muitos historiadores a identificar — ou pelo menos esperar — uma autonomização do campo do jornalismo em relação ao campo da política. Para Ana Paula Goulart Ribeiro, essa autonomia não ocorre.

No Brasil, a maior parte dos jornais possuía um equilíbrio econômico precário e, por isso, dependia de favores, subsídios e subvenções para assegurar a sua

---

<sup>298</sup> Murilo Rocha, porém, conta que existiam dois restaurantes no *Globo*: um onde todo mundo podia comer, outro onde qualquer um podia comer, desde que estivesse usando terno. Roberto Marinho e toda a diretoria do jornal comia neste. (ROCHA, entrevista à autora, 19/9/2018)

<sup>299</sup> Esta avaliação foi reafirmada por Luarlindo Ernesto, Murilo Rocha, Luiz Eduardo Rezende e Osvaldo Maneschy.

existência. Aos poucos, ao longo exatamente dos anos 1950, com o desenvolvimento industrial do país, a publicidade vai ganhando força, assim como o sistema financeiro (privado). Mas ainda falta muito para o campo jornalístico adquirir autonomia em relação à política. (2003: 158)

A expectativa de que a empresa jornalística teria autonomia em relação à política, se dependesse exclusivamente de financiamento privado, é ilusória. Pois se apoia na premissa de que o campo empresarial privado não atuaria no campo político. Como demonstrado no primeiro capítulo desta tese, as empresas jornalísticas cariocas que participaram da construção política do Golpe Militar de 1964 atuaram fundamentalmente como empresas, comprometidas com a organização e atuação política em defesa dos interesses empresariais.

Para além — ou em sintonia — com os interesses empresariais em jogo, o campo do jornalismo possui especificidades que o torna espaço especialmente marcado pela luta política. Não à toa, quando trata da concentração do poder simbólico dentro do campo político, Pierre Bourdieu enumera, entre “os produtores profissionais de esquemas de pensamento de expressão do mundo social”, os “jornalistas políticos”. Na pesquisa aqui empreendida, evidenciaram-se compromissos estreitos entre “jornalistas políticos” e “homens políticos”, para usar os termos de Bourdieu.

Repórteres de política, em especial aqueles que ascendiam à condição de colonistas, em geral mantinham relações de proximidade com pessoas que ocupavam os lugares de poder na organização política do país. De acordo com o relato de alguns jornalistas, Brasília facilitou, de certa maneira, esta intimidade. “Aquilo é uma aldeona, todo mundo se encontra nos restaurantes, nos prédios, nos mesmos lugares” (VILLAS BÔAS CORRÊA, entrevista a Américo Oscar Freire e Marieta de Moraes Ferreira, CPDOC, 10/9/1997).

Carlos Lemos chefiou a sucursal de Brasília do *Globo* entre 1985 e 1989 e explica, de maneira clara, como a vida em Brasília construía a intimidade com os políticos no pós-ditadura.

No princípio eu vinha todo fim de semana (ao Rio), mas depois você começa a fazer umas amizades e já fica lá. Fiquei muito camarada do doutor Ulysses Guimarães. Ele era presidente da Câmara, presidente da Constituinte, aos sábados dona Mora dava uma feijoada com aqueles deputados e alguns jornalistas e tal. Eu ia e tinha aqueles aperitivos e tal e estava servindo a mesa, a dona Mora pegava e dizia assim: “Ulysses senta ali, eu vou sentar aqui e o Lemos vai sentar aqui ao meu lado, o resto pode sentar onde quiser”. (LEMOS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008)

Na década de 1970, Ana Lagoa municiava Haroldo Cerqueira Lima, chefe da sucursal, para a produção de seu artigo de domingo, com o que ouvia nos ministérios militares. O chefe

da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília contava, inclusive, com as fontes dos repórteres de política.

Quando ele falava comigo, ele já tinha falado com o cara que vinha do Palácio, o cara que vinha do Congresso. No Congresso tinha aqueles caras que vinham da velha guarda. Não era Tiririca, minimamente tinham ido à escola. Era outro *staff*. E os caras da *Folha* também eram antigões, muitos estavam desde a fundação de Brasília. Então era cama e mesa com os caras. Não tinha barreira. (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)

O que podemos perceber, em todos esses depoimentos, é que a relação de intimidade entre repórteres e políticos não é vista como um problema de falta de independência. Ao contrário, trata-se de um trunfo do jornalista, entendido como acesso privilegiado à fontes estratégicas para a realização de um bom trabalho de apuração.

Villas-Bôas Corrêa pode continuar cobrindo política nacional sem sair do Rio de Janeiro, porque o centro de poder não se deslocou imediatamente para Brasília. Durante a década de 1960, e parte da década de 1970, parlamentares e ministros continuaram circulando pelo Rio de Janeiro.

Às vezes o parlamentar passava mais tempo aqui do que em Brasília. Inclusive ministros. Por exemplo, na fase braba do governo Médici, toda terça-feira, de manhã cedo, eu me encontrava com o Delfim Netto aqui no Ministério da Fazenda. Conversa de meia hora, uma hora, e ele pintava o quadro do governo, falava sobre algumas iniciativas. (CORRÊA, entrevista a Américo Oscar Freire e Marieta de Moraes Ferreira, CPDOC, 10/9/1997)

Com o tempo, Villas-Bôas Corrêa precisou visitar com frequência a capital.

Marco Maciel marcava encontro para almoçar em restaurantes, mas também em gabinetes. Eu não ia a Brasília sem ir ao apartamento do Thales Ramalho. O Thales sabia tudo, esse era um lugar obrigatório. Se o [Daniel] Krieger estava lá, eu ia ter uma conversa com ele. Se o Petrônio [Portela] estava lá, também. Dependia dos caras que estavam no primeiro plano. Tancredo [Neves], por exemplo, nesse tempo não era uma fonte importante, depois passou a ser. Ele começou a crescer na campanha das Diretas. (CORRÊA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 10/9/2008)

Ou seja, a fonte tem que ser gente do “primeiro plano”. Era mais proveitoso ir direto ao presidente. Os presidentes militares, porém, não eram muito acessíveis. Joelle Rouchou conta, já no governo Figueiredo – bem mais acessível que Geisel — dos plantões que ela e outros repórteres faziam quando Figueiredo estava no Rio de Janeiro, tentando entrevistá-lo.

Quantas vezes eu fui cobrir Figueiredo! Fui pra porta da casa dele, lá na Barra, ele dormia na casa de alguém lá na Barra da Tijuca. Você dava plantão pra ver ele aparecer. Aí o fotógrafo tinha que fazer a foto dele saindo de carro correndo. Não conseguia falar com ele! Mas a gente ia lá e cobria. Ia lá pra dizer que não deu pra cobrir. A gente vivia dando plantão, quando tinha



milico, quando ele vinha pra cá. Todos nós demos plantão. Então você ia pra lá pra garantir, você, *O Globo*, a *Folha*, *O Dia*, *Última Hora*. (ROUCHOU,, entrevista à autora, 27/9/2018)

Joelle Rouchou era uma repórter “de rua”, de acordo com o jargão jornalístico. Jornalistas especializados chegavam ao primeiro escalão por outros caminhos. Villas-Bôas Corrêa, por exemplo, mantinha contato direto com o assessor de Geisel:

Mas o Geisel, não precisava falar com ele, tinha o Humberto Barreto (secretário de Imprensa). Telefonava para o Humberto Barreto, ele marcava um encontro comigo e a gente conversava. Golbery não dava notícia, mas dava pistas do clima do governo, como estavam as coisas. Eu me dava muito bem com o Barreto. Comigo ele abria o jogo e dizia o que não podia dar. (CORRÊA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 10/9/2008)

Ou seja, o secretário de imprensa do presidente oferecia ao jornalista informações preciosas para a elaboração de suas análises pessoais, inclusive informações que o governo queria manter em segredo. Para tanto, precisava haver uma relação de confiança entre fonte e jornalista.

O contato privilegiado com Golbery e Geisel possibilitou a Elio Gaspari várias entrevistas e acesso aos documentos reservados do governo sem os quais Gaspari não teria produzido a coleção *Ilusões Armadas*, cinco livros contando a história da ditadura com riqueza de detalhes. Quando assumiu a editoria de política do *Jornal do Brasil*, segundo Cezar Motta, Elio Gaspari “sabia exatamente o que iria fazer e o rumo que daria à cobertura política do JB: embarcaria o jornal na abertura política” (2018: 291). Para Motta, porém, isso não representava uma adesão do veículo ao governo.

Embora o editor de Política do JB fosse um dos principais interlocutores de Golbery e seu *staff* na grande imprensa, o *Jornal do Brasil* mantinha uma forte oposição ideológica ao governo Geisel, apontado como estatizante e nacionalista<sup>300</sup>, voltado para um não-alinhamento com os Estados Unidos, e ao apoio à independência das colônias portuguesas na África. (2018: 303)<sup>301</sup>

Quando Gaspari comandou a editoria de política, o *Jornal do Brasil* reforçou sua imagem de resistência com matérias como “Quem matou Rubens Paiva?” (JB, 22/10/1978.

---

<sup>300</sup> Essa tensão, em especial, é coerente com o movimento do empresariado descrito por Alfred Stepan, que teria corroborado com a pressão da sociedade civil pela democratização do país. “No nível da política das elites, os empresários, num primeiro momento, na campanha contra a estatização, de 1974-1976, e, depois, na pesquisa anual da *Gazeta Mercantil*, demonstraram o desejo de terem maior acesso à tomada de decisão do governo e menor autonomia estatal.” (1984: 67)

<sup>301</sup> A visão de Cezar Motta sobre o papel de Elio Gaspari na redação do *Jornal do Brasil* é uma versão nativa dos acontecimentos. Motta trabalhou no *Jornal do Brasil* nos anos 1970 e produziu seu livro fundamentalmente baseado em entrevistas com ex-colegas, além das próprias memórias. O livro se apresenta como “uma grande reportagem”. Ela é significativa, porém, de uma certa percepção construída no meio, ainda que não a única.

Anexo 5, p. 265) e a reportagem de Marcos Sá Corrêa, repórter da editoria de política, sobre a Operação Brother Sam (JB, 18 a 20/12/76. Anexo 5, p. 266).

Poderíamos concluir que Gaspari atuava, na década de 1970, com aval do governo Geisel, que pretendia controlar os porões e se distanciar dos Estados Unidos. Quando o *Jornal do Brasil* publicou a reportagem sobre a Operação Brother Sam, *O Globo* se limitou a uma nota, dias depois, colocando em dúvida a veracidade das informações com base em entrevista com Lyndon Johnson, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, na época do golpe (*Globo*, 9/1/1977, p.2. Anexo 5, p. 267). Talvez *O Globo*, apesar de governista, tivesse divergências em relação à política internacional de Geisel. Talvez o *Jornal do Brasil*, embora também divergisse, como afirma Cezar Motta, tenha dado liberdade de ação ao editor de política. Talvez. Muitas especulações podem ser feitas a respeito. O que se pode afirmar, com segurança, é que dificilmente poderemos aferir desses dados um caminho linear que nos permita, sem contradições, colocar Villas-Bôas Corrêa e Elio Gaspari no lugar de resistentes ou de colaboradores na relação com a ditadura e mesmo com o governo Geisel<sup>302</sup>.

Villas-Bôas Corrêa fala de Carlos Castello Branco com grande admiração. “Castellino”, como o chamava, tinha entrada fácil em todos os ambientes. “Era reconhecido como o melhor repórter do Brasil em todos os tempos. Isso arromba todas as cancelas.” (CORRÊA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 10/9/2008).

Villas-Bôas Corrêa, que se tornou repórter de política quando a capital ainda era o Rio de Janeiro, conta que cobrir o Parlamento era obrigatório para os jornais. Mas o Congresso Nacional pós-ditadura se esvaziou politicamente.

E com esse esvaziamento do Congresso, olha, o Castellinho nos últimos anos de vida<sup>303</sup>, não ia ao Congresso, o Castellinho só ia ao Congresso se tivesse um encontro lá marcado com algum líder importante, com hora certa. Encontrava Petrônio Portela, o Marco Maciel, a gente ia conversar. (CORRÊA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 10/9/2008)

---

<sup>302</sup> O risco da interpretação linear se tornou evidente recentemente (2018), quando os jornais brasileiros descobriram os documentos da CIA disponibilizados para o público que revelam que o então presidente Ernesto Geisel sabia e autorizava o extermínio de opositores. Elio Gaspari, cujos livros revelam intimidade e admiração por Geisel e Golbery (o sacerdote e o feiticeiro), foi acusado de ter escondido a face violenta do governo Geisel. No entanto, em “A ditadura derrotada”, Gaspari detalha um diálogo com o general Dale Coutinho muito semelhante àquele disponibilizado pela CIA, em que Geisel diz que precisa continuar matando os subversivos. (2003: 314 versão digital). Na página 372, afirma que: “Em 1974 chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos. As versões oficiais já não produziam mortos em tiroteios, fugas ou suicídios farsescos nas cidades. Geisel sabia dessa política.”. Por fim, apresenta uma tabela com o número de mortos e desaparecidos por ano, demonstrando que em 1974 o extermínio cresceu, em relação aos anos anteriores. (Idem: 373)

<sup>303</sup> Carlos Castello Branco morreu em 1 de junho de 1993.

Ou seja, os colunistas do *Jornal do Brasil* não perdiam mais seu tempo circulando pelo Congresso, “para falar com aquele bando de desconhecidos nos corredores que não tem nada para dizer” (CORRÊA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 10/9/2008): parlamentares que, apesar de ocuparem um cargo, não estão verdadeiramente inseridos nas instâncias principais do poder.

#### 4.4.2 A circulação pelos cargos de poder

Como já foi dito no primeiro capítulo, o processo de profissionalização do jornalismo, que acompanhou as reformas das redações cariocas, incluiu o investimento em retirar das redações os funcionários públicos que faziam do jornalismo um bico. No *Jornal do Brasil*, chegou a haver pressão da chefia para que jornalistas escolhessem um dos empregos. O distanciamento entre serviço público e redação seriam fundamentais para garantir a autonomia dos veículos.

No entanto, o que se pode observar é que, se o acúmulo de funções se tornou menos comum, o revezamento entre cargos públicos e a função jornalística, principalmente entre os que ocupavam cargos de direção nos jornais, ainda foi muito comum nos anos 1960 e 1970. O *Jornal do Brasil* teve pelo menos um diretor, José Sette Câmara<sup>304</sup>, e um editorialista, Otto Lara Resende<sup>305</sup>, que revezaram cargos no jornalismo com representações diplomáticas do Estado brasileiro. Sette Câmara chegou a acumular os cargos<sup>306</sup>. Luís Alberto Bahia, editorialista do *Jornal do Brasil* entre 1963 e 1967, integrou, na mesma época, o conselho administrativo do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico)<sup>307</sup>. Em 1962, era editor de política da revista *Visão* e assessor político do ministro da Fazenda de João Goulart. Muitos jornalistas, ainda, aceitaram convites para trabalhar em assessorias de imprensa, em áreas que cobriram<sup>308</sup>. Outros simplesmente se envolveram, pela militância política, com instâncias de governo.

---

<sup>304</sup> José Sette Câmara licenciou-se do Itamaraty para ser diretor do *Jornal do Brasil*, entre 1968 e 1972. No final de 1972, voltou à carreira diplomática, para assumir a embaixada do Brasil em Praga, Tchecoslováquia. (verbete, FGV/CPDOC e expedientes do *Jornal do Brasil* e edição de 11/12/1973, página 3)

<sup>305</sup> Otto Lara Resende foi adido cultural do Brasil em duas ocasiões. A segunda, entre 1968 e 1970, em Portugal. Quando voltou, assumiu o cargo de editorialista do *Jornal do Brasil*, onde ficou até final de 1973. (verbete, FGV/CPDOC e expedientes do *Jornal do Brasil*)

<sup>306</sup> Em 1970, foi eleito representante brasileiro junto à Comissão de Direito Internacional da ONU. No ano seguinte reeleito. (verbete, FGV/CPDOC)

<sup>307</sup> Também foi editorialista do *Globo* entre 1967 e 1973 e retornou ao *Jornal do Brasil* em 1974. (verbete FGV/CPDOC e *Jornal do Brasil*, 11/12/1973, p. 3).

<sup>308</sup> Evandro Carlos de Andrade deixou a chefia de redação do Diário Carioca, em 1960, para assumir a assessoria de imprensa de Jânio Quadros (verbete, FGV/CPDOC). Romildo Guerrante assumiu a assessoria de imprensa do Ministério dos Transportes, em 1979. Como repórter, era especializado na área de transportes. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

Antero Martins conta que deixou o jornalismo para assumir a assessoria de imprensa da Secretária Estadual de Saúde, em 1986. Mais tarde voltou para *O Globo*. Osvaldo Maneschy também deixou o jornalismo e se tornou assessor da campanha eleitoral de Saturnino Braga a senador no início dos anos 1980. Depois voltou para a redação do *Globo*.

Uma pesquisa detalhada provavelmente encontrará outros relacionamentos estreitos entre jornalistas, instituições públicas e privadas. Wilson Figueiredo foi chefe de redação<sup>309</sup> e editorialista<sup>310</sup> do *Jornal do Brasil*, apontado por Dreifuss como “ativista ipesiano”, colaborador do Grupo de Opinião Pública do Ipês (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)<sup>311</sup> (1981: 233). Moacyr Padilha, diretor de jornalismo do *Globo* até 1972<sup>312</sup>, além de colaborador do Ipês e do ministério do Planejamento, pós-golpe, chegou a ser delegado do Brasil na ONU, durante a gestão do embaixador Vasco Leitão da Cunha, o primeiro chanceler da ditadura militar.

Este levantamento preliminar não pretende servir para qualquer tipo de julgamento da atitude de jornalistas ou do posicionamento de veículos, durante a ditadura e abertura política, o que exigiria estabelecermos a comparação entre uma prática profissional determinada e um modelo idealizado de jornalismo. O objetivo é colocar em questão, a partir desses elementos, a autoproclamada independência com que a imprensa brasileira e muitos dos seus profissionais tantas vezes buscam legitimar-se. O conceito de “jornalismo independente”, inspirado no modelo norte-americano, tende a esconder os compromissos políticos, econômicos, culturais e ideológicos que operam no campo do jornalismo.

As estratégias profissionais de atuação dos jornalistas, as relações entre editores e diretores com as esferas de poder do Estado, sugere uma interdependência entre os agentes do campo jornalístico e político que torna impossível tratar estas relações como algum tipo de desvio. Mais adequado parece reconhecer que esta interdependência é parte das condições que caracterizam o campo jornalístico. Visto como parte do *habitus* do campo, os procedimentos

---

<sup>309</sup> JB, 8/4/62, página 16.

<sup>310</sup> A partir de março de 1965 (JB, 9/3/65, p. 10)

<sup>311</sup> Articulação entre empresários, militares e intelectuais que, segundo Dreifuss, conduziu o golpe de 64 e posterior governo militar. Entre as atividades de Wilson Figueiredo no Ipês, estava a tradução de textos para “linguagem de ‘dona-de-casa’” (DREIFUSS, 1981: 234) e a edição do livreto “Nossos males e seus remédios”, assinado com o pseudônimo André Gama, junto com o general Golbery do Couto e Silva (Ibid.: 236 e 265). Não parece coincidência que, no dia 2 de agosto de 1963, o *Jornal do Brasil* tenha inaugurado coluna chamada “Segunda Seção”, assinada por Wilson Figueiredo até março de 1965. Na apresentação da coluna, Figueiredo explica seu nome: “Segunda Seção é um título de inspirações secretas, mas não sinistras. Essa é a designação que se dá aos serviços secretos militares, na nomenclatura interna das Forças Armadas”. (JB, 2/8/63, p.8).

<sup>312</sup> “Em 1966, o jornalista começou a escrever os editoriais do *Globo*. Logo depois, a convite de Roberto Marinho, assumiu a direção de Jornalismo, cargo no qual introduziu diversas modificações no jornal.” (Memória, *O Globo*: <http://memoria.oglobo.globo.com>)

que condicionam as relações entre jornalistas e diretores de jornais com ocupantes dos cargos de poder público expressam tensões, divergências e confluências de interesses. Campo específico de luta política que envolve — não só, mas essencialmente — a luta pelo controle da informação pública. Sob este ponto de vista, a censura institucionalizada pelo Estado, durante os períodos ditatoriais, pode ser vista como um ato de violência, uma espécie de ruptura das “regras do jogo” que condicionam essa luta. Ao institucionalizar a censura, os agentes do Estado invadiram o campo jornalístico impondo um mecanismo de dominação na luta pelo controle da informação.

Neste capítulo, investiguei o funcionamento da fábrica de notícias, com foco nas redações empresariais de *Jornal do Brasil* e *O Globo*, analisando o perfil dos profissionais, as estruturas e processos produtivos, as relações de poder e o perfil institucional de cada empresa, com o objetivo de compreender o *habitus* que caracterizou o campo do jornalismo e suas relações com o campo da política.

No próximo capítulo, investigo alguns recursos mobilizados pelos jornalistas para defender o *ethos* do campo profissional na situação de invasão que representou a institucionalização da censura de Estado.

## 5 MEMÓRIA DA CENSURA

O objetivo deste capítulo é identificar estratégias de luta mobilizadas pelos jornalistas na defesa de seu poder no campo do jornalismo frente à invasão representada pela censura de Estado.

No primeiro capítulo, apresentei os diferentes caminhos de controle do Estado sobre as empresas e os profissionais de jornalismo. No segundo e terceiro capítulos, investiguei os procedimentos próprios do campo do jornalismo, no processo de produção da notícia. Neste capítulo, a censura será analisada em função do modo de atuação dentro da linha de produção do jornal. Mais precisamente, os caminhos de invasão do território de atuação do jornalista e as estratégias de defesa de posição dos jornalistas.

Sob este ponto de vista, busco entender a luta dos jornalistas frente à censura como disputa de poder no campo do controle da informação. Os relatos dos jornalistas sugerem a percepção da presença da censura de Estado na redação como uma espécie de invasão inimiga. As estratégias dos jornalistas incluem um trabalho de enquadramento da memória sobre o campo e sobre a ditadura, que favoreceram a construção de uma memória da imprensa representada como instituição antagônica à censura.

Para compreender estes caminhos, “à beira da falésia”<sup>313</sup>, relacionando sentidos expressos pela memória com aspectos das condições objetivas de atuação dos jornalistas, começo o capítulo identificando as formas de intervenção direta da repressão e da censura no cotidiano da linha de produção jornalística. A partir disso, analiso as estratégias dos jornalistas na defesa de suas posições.

### 5.1 Invasão na linha de montagem

A pauta que o repórter recebe do chefe de reportagem, do editor ou, em alguns casos, de um diretor da empresa onde trabalha, direciona a sua produção. É a ordem de trabalho. Há casos em que o repórter goza de alguma autonomia de definição da própria pauta, mas esta autonomia é sempre uma concessão<sup>314</sup>. Mesmo os repórteres especiais que, como descrito no

---

<sup>313</sup> “À beira da falésia” é como Roger Chartier (1998) nomeia o caminho percorrido pelos pesquisadores que colocaram no centro do seu método as relações do discurso com as práticas sociais. Ou seja, que não tratam os fatos, nem o discurso, como sistemas isolados e autônomos. Chartier discute a história compreendida como narrativa que se produz em base de métodos que a distanciam da ficção e a aproximam de um conhecimento possível de caráter científico.

<sup>314</sup> <sup>314</sup> Alberto Jacob era fotógrafo e conta que trabalhava com muita liberdade no *Jornal do Brasil*: “Chegou até um ponto deles me darem um carro com dinheiro para almoçar na rua e sair sem pauta, olhando as ruas, vendo as

capítulo anterior, podiam ficar fora da pauta diária, em geral gozavam de liberdade de definir o processo de apuração, mas o assunto era definido, ou pelo menos aprovado pela chefia. Esta submissão do trabalho do jornalista à pauta é vista, pelos profissionais, como parte do processo produtivo próprio do jornalismo. No final do dia de trabalho, o repórter entregava sua matéria aos editores, que decidiam a forma como ela seria publicada. Ou seja, a atuação dos repórteres, bem como dos redatores, em geral, se limitava ao espaço entre a criação da pauta e as decisões sobre a publicação do material. Em outras palavras, o espaço de autonomia a ser defendido na luta pelo poder sobre a circulação de informação era delimitado, de um lado, pela pauta, de outro, pela linha editorial<sup>315</sup>.

A censura por bilhetes e recados atuava, principalmente, no início da linha de montagem, na definição da pauta<sup>316</sup>. Em grande parte da historiografia, esta censura é chamada de autocensura, uma vez que eram os próprios agentes do campo que operacionalizavam os vetos. Já a censura operada por agentes da polícia, que verificavam o material final produzido para autorizar ou não sua publicação, é chamada censura prévia. Esta censura intervia diretamente no final da linha de produção, na decisão sobre o que e como publicar.

Neste capítulo, em função dos sentidos fornecidos pelos entrevistados, chamarei de autocensura apenas as situações em que o jornalista decidia, sem “ordem superior”, evitar assuntos que avaliava censuráveis. O objetivo é me aproximar do olhar dos jornalistas, buscando indícios do trabalho de enquadramento de memória sobre a censura e o jornalismo.

### 5.1.1 Bilhetes e recados

Marcos de Castro trabalhou no copidesque do *Jornal do Brasil*, mais ou menos entre 1973 e 1979. Ele conta que havia uma lista com as proibições do dia que ficava no copidesque. “Não chegava aos repórteres, pois eles não tratavam de determinados assuntos” (CASTRO, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 5/12/2008). Vários repórteres do *Jornal do Brasil* confirmam que não tinham, em geral, acesso direto às proibições, apenas sabiam delas, ou nem isso.

---

coisas. Voltava com três, quatro matérias de cidade, matéria que até a *Veja* republicava depois.” (JACOB, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008).

<sup>315</sup> Linha editorial é um termo genérico que engloba diferentes critérios de seleção e produção. Diretrizes sobre procedimentos jornalísticos como características do texto, definição dos temas importantes, perfil imaginado do leitor, posicionamento ideológico do jornal e posições políticas da direção fazem parte da linha editorial.

<sup>316</sup> Há diversos casos, porém, em que o bilhete ou recado chegava depois da matéria pautada e até apurada, e cabia aos redatores e editores a tarefa de adequar o produto final às exigências da censura.

De acordo com Vera Perfeito: “Você tinha uma pauta, quando você chegava. Nessa pauta já não entrava nada que pudesse ser problema. A censura já era na pauta.” (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018). Regina Zappa, repórter e mais tarde editora de internacional faz avaliação semelhante. “Não pode falar sobre isso! Não falavam isso pra gente. Mas acho que já, ao pedir as matérias, pautar as coisas, já tinha ali um pouco de...” (ZAPPA, entrevista à autora, 27/11/2018).

No entanto, nem sempre os avisos da censura chegavam a tempo de eliminar o assunto na pauta. Segundo Marcos de Castro:

Tinha tempo perdido demais. O repórter ia apurar, passava a tarde lá, voltava, chegava lá o Carlos Lemos dizia “nem adianta bater. Esse assunto está proibido.”. E às vezes batia e tal, chegava só à noite o negócio do major e delegado, perdia-se um tempo enorme e a matéria ia pro lixo, muitas vezes. Totalmente. (CASTRO, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 5/12/2008)

Por outro lado, Romildo Guerrante conta que, algumas vezes, foi a proibição da censura que informou à redação sobre assunto que os jornalistas desconheciam<sup>317</sup>. Ou seja, a proibição criou pauta nova.

Por exemplo, um movimento guerrilheiro em Xambioá. Nós ficamos sabendo por causa da proibição da Polícia Federal. Nós não sabíamos de nada. Imagina, lá onde hoje é o Tocantins. Mas veio a proibição: É proibido falar no movimento guerrilheiro em Xambioá. O *Jornal do Brasil* ficou sabendo, mandou uma equipe pra lá. Foi como apareceu a guerrilha do Araguaia, que ninguém sabia de nada. É possível que eles tenham imaginado que a gente estivesse sabendo, porque começaram a deslocar muita tropa pra lá. A gente, talvez, acabasse sabendo. Mas ficamos sabendo... mandamos uma equipe pra lá. Eu lembro disso. Porque essa eu vi. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

A matéria não foi publicada, mas arquivada, segundo Romildo Guerrante, no “livro branco”<sup>318</sup>, criado por Alberto Dines, com matérias apuradas que não podiam ser publicadas. Guerrante conta, inclusive, que uma sigla para matérias não publicáveis chegou a ser criada. “Fazia matéria, sabia que não ia sair. O repórter às vezes ficava puto. Ah, isso é NF! Já olhava a pauta: isso aqui é ‘nada feito’, porque eu não vou poder publicar!”. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

---

<sup>317</sup> Outros jornalistas, em entrevista à autora, também mencionaram assuntos que a redação descobria pelo aviso da censura, como Luarlindo Ernesto e José Sérgio Rocha. Segundo Luiz Eduardo Rezende: “Às vezes a gente nem sabia das coisas, e a censura informava pra gente: é proibido dar matéria sobre o desaparecimento de fulano de tal. A gente dizia: caramba! (risos)” (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/18).

<sup>318</sup> Provavelmente para contrastar com o “livro negro”, também criado por Dines, a fim de arquivar as ordens da censura.



A apuração das informações que não seriam transformadas em matérias resultava, em geral, em relatórios. Esse procedimento de fazer relatório não era exclusividade do *Jornal do Brasil* e podia cumprir funções diferentes. Ana Lagoa começou a investigar política militar escrevendo relatórios, na sucursal da *Folha de S. Paulo*, em Brasília, por volta de 1975. Segundo a jornalista, dois colegas faziam o mesmo: Zenaide Azeredo, da sucursal do *Jornal do Brasil*, e Jorge<sup>319</sup>, do *Estado de S. Paulo*. Os três circulavam pelos ministérios militares, conversando aqui e ali, ouvindo histórias, checando informações, sem dar a perceber às fontes que se tratava de um trabalho de apuração.

Quando o editor passou a pedir que escrevesse relatórios, Ana Lagoa chegava na redação, “sentava e, tudo que eu tinha ouvido o dia inteiro, eu botava no papel, sem ter anotado. Porque eu não tava fazendo matéria (quando conversava com os militares), tava só “blá, blá, blá”, né?”. Esses relatórios de apuração eram usados para a produção das colunas de análise política de fim de semana. Os articulistas tinham suas fontes no Congresso, no Planalto, etc, que “eles cotejavam com as nossas informações” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017). Segundo Ana Lagoa, alguns jornalistas de outros veículos perderam sua credencial para entrar nos ministérios porque, ansiosos, publicavam o que tinham ouvido numa dessas conversas informais com autoridades.

As assessorias tinham essa função de embarrear mesmo, então cabia a cada um achar as brechas por onde passar. Agora, na área militar, muita gente trabalhou e foi cassada (a credencial). Porque você vai em uma assessoria de imprensa, o cara conversa, conversa, conversa. Aí chega o carinha do outro jornal, que não é da nossa “troiquinha”<sup>320</sup>, pega a conversa no meio e vira matéria no dia seguinte porque quer dá furo na gente. *O Globo* tinha muito isso: dar furo, dar furo. Uma bobajada! Era uma conversa, a gente não estava ali fazendo matéria, a gente estava só jogando semente. Aí sai matéria. Tá cassada, pronto. E a matéria é desmentida, porque não tinha matéria. Isso aconteceu mais de uma vez. (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017)

O repórter do *Globo* talvez não tenha entendido o método adequado de trabalho com as fontes daquela área. Porém, como a própria Ana Lagoa afirma, ela dependia, para atuar daquela maneira, do apoio e incentivo do editor-chefe. “Ele dizia: ‘vê se você consegue entrar, vê se consegue furar o cerco’. E foi assim que a gente foi tecendo isso.” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

A cumplicidade entre o repórter e a chefia, ou a falta dela, é recorrente como elemento significativo nas condições de trabalho dos repórteres. Esta cumplicidade aparece, em algumas

---

<sup>319</sup> Ela não conseguiu lembrar o sobrenome, nem foi possível localizá-lo.

<sup>320</sup> Ana Lagoa descreve um verdadeiro trabalho em equipe realizado pelos três repórteres de jornais diferentes. A palavra, que não está no dicionário, parece se referir à ideia de grupo fechado e cúmplice.

narrativas, identificada com uma espécie de liberdade de atuação, que em algum nível protegeria o repórter, mesmo dentro de um contexto de censura de Estado. Alguns jornalistas sugeriram, inclusive, que esta cumplicidade foi maior no período da ditadura.

Mas a censura não era a única forma como a repressão influía na pauta. Se a pauta já se apresentava restrita pelas proibições que não chegavam ao repórter, ela também trazia exigências cuja origem nem sempre era conhecida.

### 5.1.2 Pauta encomendada

Muito já foi dito e pesquisado sobre o que a ditadura proibia que se publicasse. As pautas encomendadas, ou recomendadas<sup>321</sup>, que criavam até mais constrangimentos para os jornalistas, ainda não foram muito exploradas. Talvez exatamente por isso. Luarlindo Ernesto foi o único entrevistado que mencionou, espontaneamente, a existência de pautas exigidas pelos órgãos de repressão<sup>322</sup>.

Os próprios militares avisavam às redações: “Estouramos um aparelho em Jacarepaguá. É de um subversivo.”. Aí mandava o endereço. O jornal mandava a equipe lá. Casa toda bagunçada. Se tivesse sido baleado e morto já não tinha mais nada lá. Não tinha corpo nem nada. Casa vazia, abandonada e os agentes do Exército, ou do Cenimar, ou da Força Aérea ainda lá. Mas a gente não podia fotografar os caras. Os agentes! Não podia fotografar nem identificar eles. Mas a gente ia e fazia: “mais um aparelho subversivo foi estourado, pá, pá, pá...”. Às vezes eles forneciam o nome do cara que foi preso, ou que foi morto ou baleado. Às vezes não. E você se virava lá. (ERNESTO, entrevista à autora, 26/5/17)

Romildo Guerrante também fala de pauta exigida pelas Forças Armadas. No entanto, o foco de sua narrativa é a atitude que poderia ser vista como rebeldia: a apuração de matéria que não poderia ser publicada. Guerrante recebeu a informação de que um rapaz havia sido baleado na Praça Comandante Xavier de Brito, na Tijuca. Mandou apurar. Segundo testemunhas, o rapaz saiu de um carro de onde mandaram ele correr, e o metralharam. Seu corpo tinha marcas de tortura. “A gente sabia que era coisa da ditadura”, explica Guerrante, que não publicou a matéria<sup>323</sup>.

Eu falei: “tem nada não, daqui a um mês vão chamar a gente lá no Ministério do Exército”. Como faziam, mandando: “de ordem do senhor ministro, vai um

---

<sup>321</sup> Alguns entrevistados falaram em pauta encomendada, outros em pauta recomendada, seja aquelas exigidas por órgãos do governo, seja as exigidas pelos diretores ou editores.

<sup>322</sup> Todos os demais entrevistados só mencionaram matérias recomendadas, com este caráter impositivo, independentemente do tema e da procedência, sob estímulo direto da entrevistadora.

<sup>323</sup> Neste caso, vemos a naturalização da autocensura, quer dizer, não era necessário qualquer aviso porque a proibição de notícias sobre a violência da repressão já estava introjetada.

repórter e um fotógrafo”. Tinha que ir lá no Ministério do Exército. Chegava lá eles distribuía uma versão deles, você não podia fazer pergunta, e a foto da pessoa. Veio, era esse garoto de Niterói.

— *E vocês tinham que dar a nota como o Exército...*

Então, a matéria foi feita e foi guardada nesse livro branco.

— *Mas vocês também fizeram a matéria de ordem do Exército?*

Essa era obrigado a fazer. E eles questionavam também a localização. Onde é que botamos essa matéria... a gente não dava muito destaque, não. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

Pode-se observar certa resistência do entrevistado para falar da matéria que tinha que publicar por exigência do Exército. O reconhecimento da submissão ainda é dito com uma ressalva que tenta salvaguardar a rebeldia possível: “A gente não dava muito destaque, não”. Perguntei a Romildo Guerrante se havia outros assuntos que eram exigidos pelo governo militar.

Olha só, existia um negócio no jornal que se chamava matéria recomendada. Eles, lá por cima... a gente suspeitava que que era uma matéria recomendada. Não vinha quem era. Era recomendada. Às vezes recomendada do doutor Brito<sup>324</sup>. É possível que tenham usado o nome dele pra valorizar. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

Ser recomendada significava que a matéria servia a interesses específicos, muitas vezes desconhecidos do repórter, e que não estava pautada em função dos critérios jornalísticos de interesse público. Uma espécie de voo por instrumentos, em que o repórter recebia um roteiro fechado. A apuração se limitava a um protocolo cujo sentido não lhe cabia questionar. “A gente ficava puto da vida quando chegava uma matéria dessas!”, comenta Vera Perfeito. “Se era uma matéria recomendada mixuruca, eles davam pra qualquer repórter. Mas se era recomendada do Nascimento Brito, do Dines, era repórter especial que fazia.”. Para a repórter significava:

Você ficar lá, às de paus, só fazer pergunta chapa branca<sup>325</sup>, que o cara vai responder o que você já sabe, porque é pra ser isso mesmo. E eu era muito sacana, de vez em quando eu não fazia as perguntas chapa branca, o cara me olhava de cima a baixo... “Vamos à próxima pergunta?”. Mas eu tentava (risos). (PERFEITO, entrevista à autora em 25/9/2018)

Nem sempre o repórter sabia que se tratava de matéria recomendada. Kristina Michahelles, repórter de economia no *Jornal do Brasil* a partir de 1979, não viveu o período mais intenso da ditadura dentro redação. Mas quando pergunto sobre outro tipo de pressão praticada pelas empresas, possíveis anunciantes, ela reflete:

Teve um ou dois episódios, que eu me lembro agora... até porque eu era muito nova. Repórter novo era usado pra um monte de coisa. Eu tinha bom texto,

<sup>324</sup> Manuel Francisco do Nascimento Brito, diretor-presidente do *Jornal do Brasil* de 1948 a 2000.

<sup>325</sup> Referência à cor das placas dos carros oficiais da época. No jargão jornalístico, significava algo que constituía pura formalidade, cumprimento de protocolo exigido por instâncias superiores.

boa entrevistadora. E não tinha ainda história pra discernir. Hoje eu lembro de uma, duas ou três coisas, que podem ter sido lobby da indústria do café, das pedras preciosas... uma matéria encomendada sobre exportação de pedras preciosas. (MICHAHELLES, entrevista à autora em 26/9/2018)

Ao longo da entrevista, ela se recordou de outra matéria, que tratava de assunto relativo à indústria automobilística. Hoje imagina que era recomendada, porque a pauta já vinha fechada, não com assuntos a serem apurados, mas pessoas a serem ouvidas sobre determinados assuntos. “O editor-chefe chamava e dizia: olha, a gente vai fazer matéria sobre tal coisa e você vai ouvir fulano, fulano, fulano e ciclano.” (MICHAHELLES, entrevista à autora em 26/9/2018).

Celeste Cintra, do *Globo*, também menciona, a certa altura da entrevista, uma matéria recomendada, sem dar maior atenção ao fato. “Eu estava fazendo a segunda (matéria) e tinha a terceira pra bater, que era a maior, de mais interesse, que eles tinham me recomendado. Era uma entrevista com alguém da Secretaria de Educação”. A matéria recomendada significava, portanto, aquela que mais interessava à empresa e que teria espaço maior nas páginas. Para ela, porém, a mais importante era sobre a greve dos médicos.

Então, quando eu voltei pra redação, eu bati primeiro a matéria da greve e entreguei. Pra garantir espaço. Quanto mais rápido eu batesse, mais garantido o espaço pra ela. Todo mundo batendo matéria, de repente podia cair, sobrar só um pedacinho de matéria. Se eu batesse mais cedo eu garantiria um maior espaço pra ela. (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018)

O que Celeste Cintra expressa é que a matéria recomenda em questão era parte de uma rotina, nada que merecesse atenção especial em seu depoimento. Kristina Michahelles e Vera Perfeito, as duas repórteres do *Jornal do Brasil*, não fizeram qualquer menção espontânea a este tipo de matéria. Michahelles lembrou delas quando perguntei sobre possíveis pressões de anunciantes. Vera Perfeito expressou sua ira apenas diante de minha pergunta direta: “Tinha matéria recomendada também, né?”.

O aspecto mais significativo desses depoimentos é o fato de que as matérias recomendadas não tinham origem, necessariamente, nos interesses do governo ditatorial. Se diante da censura havia margem para o repórter dizer “eu faço do meu jeito, o editor que corte”, no caso das matérias recomendadas, o repórter se via na contingência de seguir um roteiro pré-determinado.

Distribuída a pauta, segundo Romildo Guerrante, “as pessoas reclamavam, vinham: que pauta de merda!”. Para o chefe de reportagem, “o grande foco de insatisfação durante a ditadura

inteira era a redação. Era difícil, às vezes, você mandar fazer uma matéria, que era dessas de ‘babação de ovo’.”<sup>326</sup> (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

Em algumas situações, o poder de decisão do repórter era ainda menor, podendo se limitar a uma atitude protocolar. Cezar Motta conta que Bernard Costa Campos, diretor do *Jornal do Brasil* e da Rádio JB, foi buscar um repórter para acompanhá-lo num encontro com o então ministro da Fazenda Delfim Neto, seu amigo pessoal. “A presença de Bernard por ali, àquela hora, não era comum, e por isso a maioria dos jornalistas levantou a cabeça das máquinas ou parou a conversa para observar” (2018:213-214). A descrição cria uma imagem de excepcionalidade. Mas o fato possivelmente foi incluído nas memórias da redação e ganhou cores espetaculares porque o único repórter disponível era um estagiário, e a situação pressupunha responsabilidade grande. Além disso, trata-se de relato autobiográfico, pois este estagiário era o próprio autor do livro.

Quando se acomodaram no banco de trás, Bernard deu as instruções: — O governo acaba de valorizar o cruzeiro em 3% em relação ao dólar. É a primeira vez que isso acontece na história do Brasil, e nós vamos ter a notícia em primeira mão no “*Jornal do Brasil Informa*” das 18h30. Ninguém vai ter a notícia até lá, é exclusiva nossa, da Rádio. Você vai só ligar o gravador e não vai perguntar nada, o ministro sabe o que vai dizer. Quando chegar de volta na redação, faça a matéria e depois passe a fita para o jornal.

Passadas as instruções, Bernard amarrou novamente a cara e reassumiu a expressão vazia e circunspecta de velho cacique índio norte-americano de filmes de John Ford. E não mais falou durante o trajeto da Avenida Rio Branco até a garagem privativa do Ministério da Fazenda, na Avenida Antônio Carlos — ali pertinho, no Castelo. (Ibid.: 214)

Luiz Eduardo Rezende, repórter do *Globo* entre 1972 e 1982, conta um episódio que sugere que a prática de acompanhar o dono do jornal era comum. “O editor me chamou e disse: olha, o doutor Roberto tá pedindo um repórter pra sair com ele. Vai lá. Isso era muito comum. Quando ele tinha uma matéria dele, pedia um repórter, tudo bem. Eu fui.” (REZENDE, entrevista à autora em 21/9/2018). Embora isso fosse comum, o repórter destaca o fato de que não sabia do que se tratava.

Descemos, entramos no carro, era aquela Veraneio. Não tô sabendo que matéria é. Até agora não me falou nada. Aí virou pro motorista: “toca pro QG do I Exército”. Pensei: “Ih!!!...” (risos) Quando chegamos lá, já estava o Mauro Costa, que era o editor da TV Globo. Aí fomos pro gabinete do comandante do I Exército, que era o general Reinaldo Melo. O chefe de gabinete dele era o então coronel Leônidas Pires Gonçalves. Chegamos lá, ele virou e disse: “vocês esperem aí que eu vou entrar”. Ficou eu e Mauro esperando numa sala. Passou lá um tempo, bastante tempo. Saiu, virou e falou

---

<sup>326</sup> Matéria cujo objetivo era falar bem das autoridades.

assim: “olha, o coronel Leônidas vai falar tudo pra vocês”. Até agora: qual é a matéria? Ninguém sabia. (REZENDE, entrevista à autora em 21/9/2018)

Quando entraram na sala do coronel, o repórter recebeu um texto pronto.

“Aqui está a matéria que eu combinei com o Doutor Roberto”. “Como assim? Que matéria é essa?”. “São umas entrevistas de parentes de militares mortos por terroristas”. Eu falei: “sim, tudo bem. Mas nós não vamos falar com eles?”. “Não, já tudo aí. As entrevistas, as fotos, tá tudo aí.”. Eu abri o envelope, gente, era uma coisa! Um negócio!! (REZENDE, entrevista à autora em 21/9/2018)

Para ele, foi o limite intransponível. Ele levou a matéria para a redação, mas se recusou a mexer nela e se preparou para receber o aviso de demissão que não veio. A matéria foi publicada, ele não sofreu nenhuma retaliação, nem nunca soube como se administrou a situação. O episódio me foi narrado para mostrar o que era, para ele, uma situação limite nas negociações entre a consciência do repórter e a linha editorial do veículo. No entanto, o fato de ser chamado a acompanhar um diretor, para realização de matéria encomendada, embora crie uma situação constrangedora, parece ser percebida como normal, tanto por Luiz Eduardo Rezende, quanto por Cezar Motta<sup>327</sup>.

Um episódio em que o *Jornal do Brasil* teve que publicar matéria semelhante à descrita por Luiz Eduardo Rezende é contado de forma dramática por Cezar Motta sob o intertítulo: “O JB de joelhos” (2018: 220). No dia 2 de dezembro de 1972, Dines teria encontrado sobre sua mesa um envelope que continha reportagem acompanhada de bilhete do diretor Bernard Campos, ordenando sua publicação, em nome de Nascimento Brito<sup>328</sup>. O texto encomendado pelos órgãos de repressão, denunciando membros do PCB, foi publicado com chamada na capa<sup>329</sup>. Segundo o autor, Alberto Dines quis pedir demissão, mas foi dissuadido por Carlos Castello Branco.

---

<sup>327</sup> O exemplo do *Jornal do Brasil* é evidentemente bem mais fácil de justificar dentro dos critérios de noticiabilidade legitimados no campo profissional. Não à toa, está descrita em livro, na forma típica dos casos extraordinários que constroem a memória divertida do jornalismo. Luiz Eduardo Rezende também publicou um pequeno livro com memórias de seu trabalho como repórter (2017). Este episódio não aparece. Mesmo em nossa entrevista, ele termina recomendando: “Se você puder nem botar muito isso, pra não ficar parecendo provocação, quando não é. Só pra você entender como as coisas funcionavam.” (REZENDE, entrevista à autora em 21/9/2018)

<sup>328</sup> Dines também relata o episódio, em entrevista ao CCMJ: “houve um episódio, foi num sábado também, eu chego na redação e tem um envelope do Nascimento Brito pra mim, com uma matéria escrita em lauda do *Jornal do Brasil*, evidentemente por algum jornalista cooptado pelo Comando Militar sobre um negócio de um guerrilheiro arrependido, que tinha denunciado, não sei que, e a matéria já vinha com título, já vinha com lead, toda arrumadinha, em lauda do *Jornal do Brasil*, prontinha, com a ordem para publicar com destaque. (Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto, CCMJ, 17/9/2008)

<sup>329</sup> “Agente do PCB revela toda a ação subversiva no país” (JB, 3/12/1972, p.1). O conteúdo era uma longa entrevista com um suposto braço direito de Luís Carlos Prestes, que informava planos subversivos do Partido Comunista Brasileiro e entregava nomes da cúpula do partido (Anexo 5, p. 270).

O que podemos perceber, a partir desses relatos, é que os jornalistas construíram estratégias de acomodação às condições de trabalho sob censura. À adaptação às exigências estabelecidas pelo poder do Estado, se combina a afirmação de um *ethos* liberal, que condiciona o poder simbólico dos agentes à noção de autonomia de ação. O comentário de Dines sobre o episódio da matéria encomendada sobre o PCB é bastante revelador:

Isso nunca, mas nunca tinha acontecido, nunca tinha acontecido. O Brito, quando ele queria alguma coisa, mesmo relacionado com a situação política do país, ele vinha me dar a ordem e sujeito a eu discutir com ele. Nunca tinha acontecido eu receber uma matéria pronta, já com todas as instruções, chamada de primeira página, e, eu me lembro que eu falei: “Não, não vou continuar...”. (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008)

Ou seja, entre os dados que motivavam o constrangimento que teria feito o editor-chefe considerar o pedido de demissão, ganha destaque a forma como a exigência foi feita, sem espaço de debate, anulando o poder do jornalista na luta pelo controle da informação.

É dentro desta percepção de conflito que podemos compreender a importância que adquiriu, nos relatos sobre a imprensa e a ditadura, o conceito de “autocensura”<sup>330</sup>.

---

<sup>330</sup> Há evidências de que a palavra ganha importância e muda de sentido, ao longo dos anos 1960 e 1970, nas páginas dos jornais. A palavra “autocensura” se tornou mais usual na página do *Jornal do Brasil* e do *Globo*, na década de 1970. Além de ganhar importância, a expressão sofreu alteração de sentido predominante. No *Jornal do Brasil*, de acordo com a contagem da Hemeroteca Nacional, entre as décadas de 1930 e 1950, a palavra “autocensura” aparece, ao todo, em 14 páginas. O número de páginas que menciona “autocensura” sobe para 44 na década de 1960, para 297, na década de 1970, e depois vai caindo lentamente. No *Globo*, de acordo com a contagem do seu acervo digital, entre as décadas de 1930 e 1950, a palavra autocensura aparece 19 vezes. Em 1960 continua pouco importante: aparece apenas 12 vezes. Nas décadas de 1970 e 1980, o número de vezes que a palavra é mencionada aumenta para 95 e 103, respectivamente. Tanto no *Jornal do Brasil* quanto no *Globo*, na década de 30 do século XX, a palavra “autocensura” aparece como atributo necessário, no sentido de autocrítica e responsabilidade. Em 1933, o *Jornal do Brasil* comenta assim uma atitude do governo do Pará de apelar para autocensura dos jornais locais: “uma verdadeira homenagem ao espírito esclarecido dos jornalistas paraenses que não foi perfeitamente correspondida tanto assim que se fez necessário muito apelo para sustar a publicação das coisas desarrazoadas e inconvenientes...” (JB, 16/11/33, p.11). Nos anos 1940, aparecem referências à autocensura da imprensa internacional, em função da guerra. Ainda prevalece o sentido de responsabilidade. Nos anos 1950, a maioria das matérias são sobre a autocensura no cinema e na imprensa para evitar a pornografia e o sensacionalismo, em geral associado a um controle de qualidade. Na década de 1960, há uma evidente mudança de sentido. Já em 1961, matéria que critica as “restrições do Governo à liberdade do rádio e TV”, reproduz fala de um deputado que afirma que “o rádio e a televisão estão sob autocensura, isto é, castrados pelas próprias mãos” (JB, 4/7/61, p.3). Sobre o teatro, aparece pela primeira vez a opinião de autores alemães condenando a autocensura que “pode resultar mais grave e castrante do que a imposta por outrem” (JB, 14/11/63, p.4). No entanto, ao longo da década de 1960, a palavra ainda oscila entre um sentido de castração e o de autocrítica responsável, tanto se referindo às artes quanto à imprensa.

## 5.2 Defesa do território

### 5.2.1 “Nada de autocensura”

Carlos Lemos e Alberto Dines descrevem o cotidiano na relação com a censura através de ordens da polícia a que se submeteu o *Jornal do Brasil* como uma luta de poder consciente, em que o jornalista mantém sua autonomia de pensamento, ainda que em situação adversa. É o guerreiro que usa as armas de que dispõe para enfrentar o poder do inimigo. Segundo Lemos, chefe de redação entre 1962 e 1973, “a ordem da direção era obedecer a toda ordem da censura”. No entanto, como explica Alberto Dines:

A gente sempre dava um jeito de obedecer estritamente, isso foi uma coisa que partiu de todos, da lógica, do bom senso. Cumpra-se a determinação e interprete-se essa determinação com liberdade, é óbvio, você não poderia fazer diferente. (DINES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008)

Essa obediência estrita, segundo Lemos, incomodava.

De vez em quando às 7 horas da manhã ligavam para minha casa: “Aqui é da Polícia Federal, o inspetor Sena quer que o senhor esteja aqui às 10 horas”. Aí eu ia às 10 horas para lá e ficava sentado numa sala de espera, ficava até quatro horas da tarde esperando. Não fui preso, não sou herói da liberdade não, mas me encheram muito o saco. Ficava lá esperando e depois me mandava entrar e perguntava: “como o senhor publicou essa história?” “Não teve proibição. Se não foi proibido, nós publicamos. O que é proibido nós não publicamos, mas o que não é, nós publicamos, seja o que for”. Aí ele começava a me dar uma aula sobre a responsabilidade do jornalista. E eu tendo que aturar isso. Perdia meu dia. (LEMOS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008)

Lemos diz que só se livrou do constrangimento quando reclamou com Nascimento Brito.

Fui uma, duas, três vezes, no fim da terceira eu fui lá para o Dr. Brito e disse: “Se me chamarem eu não vou mais, não estou para ser humilhado por um inspetor de polícia, não tenho nada contra inspetor de polícia, mas ele não pode me humilhar, esse direito ele não tem”. Acho que o Dr. Brito falou lá com as autoridades competentes e tal e me disse que eu não precisava ir mais, se me chamassem era para avisar a ele que ele iria. Eu sei que nunca mais me chamaram. (LEMOS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008)

Histórias como a capa que noticiou a morte de Allende<sup>331</sup> e a notícia sobre a morte do médico de Geisel<sup>332</sup> reforçam a ideia de que, mesmo constrangido pela repressão, o jornalista não abria mão de sua missão de agir contra o autoritarismo da censura. Ou seja, as ordens eram

---

<sup>331</sup> Episódio narrado no capítulo 1.

<sup>332</sup> Narrada por Romildo Guerrante no capítulo 3.



acatadas, mas a redação se mantinha no exercício da liberdade possível. É significativa a forma como Alberto Dines defende a tática de obediência estrita às ordens da censura: “foi uma coisa que partiu de todos, da lógica, do bom senso”. Segundo ele, uma atitude óbvia: “você não poderia fazer diferente”. O que demonstra uma naturalização do sentido liberal da profissão. Quando avalia sua demissão, fazendo referência ao episódio da capa sobre a morte de Allende, Dines reconhece que foi rebelde, mas alega que “não era indisciplina, era bom jornalismo até”<sup>333</sup>.

Coerente com o *ethos* de uma profissão liberal, o jornalista se percebe atuando no sentido oposto ao da censura. Sob esse ponto de vista, a autocensura representava uma ruptura das regras do jogo que comprometia a identidade do campo; para o jornalista, significava perda do capital simbólico que o pertencimento ao campo profissional conferia. Marcos de Castro chega a defender que o sistema de censura através de recados evitava problemas de consciência:

Então tinha os assuntos determinados, quer dizer, não criava problemas de consciência pra ninguém. Era até bom nesse sentido, pois já era determinado pelo major fulano, pelo censor. Durante uma época foi um delegado, depois um major, de modo que a gente se sentia, claro, fora dos assuntos proibidos, mas pra mão da gente vinha só o que não era proibido. Não era você que tinha que se autocensurar. Isso era muito bom, né? (CASTRO, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 5/12/2008)

A imagem que surge desses relatos é a do jornalista que se mantém firme na defesa do *ethos* liberal da profissão, ainda que forças externas impusessem horizontes reduzidos: a imagem da resistência. Antônio Henrique Lago descreve uma experiência semelhante à de Marcos de Castro, quando trabalhou no *Estado de S. Paulo* sob censura prévia: “Era fácil, eu escrevia qualquer coisa, mandava pra lá, o censor: pá! Pum, botava o Camões e está feito.” (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017).

Ou seja, tanto sob censura prévia quanto sob a condição de obediência às ordens da censura, seria possível ao repórter preservar um espaço de liberdade que significava trabalhar sem abdicar dos próprios critérios profissionais, deixando a cargo de outra esfera o ônus da ação censória.

Diversos jornalistas relataram que havia uma espécie de mantra na redação do *Jornal do Brasil*: “nada de autocensura”. “E a coisa mais legal era essa que eu te falei: Você vai, ‘não se censure, nada de autocensura’. Esse era o lema que todos falavam”, afirma Joelle Rouchou,

---

<sup>333</sup> José Sérgio Rocha se refere ao período de abertura política, quando a redação começou a colocar “contrabando para testar a censura”, usando a mesma associação entre ganhar território frente à censura e fazer jornalismo: “Vamos testar limites, fazer jornalismo de vez em quando, né?” (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017).

que começou a trabalhar no *Jornal do Brasil* em 1979 (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018). Regina Zappa começou em 1976 e repete o mesmo princípio.

Vera Perfeito trabalhou no *Jornal do Brasil* durante toda a década de 1970. Falando da produção de matérias que podiam criar problema com a ditadura, ela afirma o princípio de não se autocensurar, transferindo para o editor o ônus do veto censório. Quando insisto em entender, na prática, o procedimento, ela reconhece a autocensura.

Você chegava, conversava com teu editor, ele mandava você escrever. Ia pro editor-chefe e aí saía o que podia.

— *Você escrevia exatamente...*

O que tinha visto.

— *Fazendo de conta que não tinha censura?*

Fazendo de conta que não tinha censura. Mas chegou uma época que, pra agilizar, você teve que fazer já uma autocensura. Você já sabia o que podia, o que não podia. JB diz que nunca fez autocensura? Fez, fez, fez sim, mentira. Fez, porque se não o jornal não saía. (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018)

Lemos, na mesma entrevista em que afirma a obediência estrita à censura, fala de uma reportagem que fez sobre a Transamazônica, em plena ditadura. À pergunta do jornalista sobre a possibilidade de produzir uma reportagem crítica no auge da ditadura, Lemos responde: “se você falava com cuidado dava para ter visão crítica” (LEMOS, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008). A palavra “cuidado” é também usada por outros jornalistas para expressar a necessidade de considerar os critérios da censura de Estado. Uma espécie de eufemismo para falar da autocensura, que contribui para misturar os critérios próprios ao campo com aqueles identificados com o invasor.

José Sérgio Rocha menciona o “cuidado” como conselho recebido de jornalistas mais velhos.

O Aloisio [Machado] era aquela puta velha de jornal, e eu um garoto de 20 anos, 21... Um dia, eu escrevi um negócio e o Aloisio, velho comuna, me disse: “olha, Sergião, seguinte, essas coisas você não pode deixar de fazer, mas você não pode ser pego. Então você tem que tomar cuidado.”. (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017)

Villas-Bôas Corrêa assume seus cuidados com a autocensura e garante que ela era inevitável, mesmo para quem trabalhava em jornal sob censura prévia. Ele descreve o “drama de consciência” vivido como jornalista político do *Estado de S. Paulo* sob censura prévia.

A gente tentava obter o máximo de informação, que eram raras, e nós n’*O Estado de São Paulo* passávamos por outro drama de consciência que era o seguinte: n’*O Estado de São Paulo* a ordem era publicar tudo, escrever tudo, o Estadão se recusava a fazer autocensura. Isso obrigou um censor a ir para o jornal. Quando você tinha uma informação que aporrinhava o governo, você

ia dar murro em faca de ponta, isso é uma coisa terrível que a censura faz, porque a censura te obriga a tentar negociar com ela na sua consciência, para poder publicar matéria. Eu fiz isso algumas vezes, abrandava a matéria daqui e dali para passar. Que adiantava para mim tirar mais uma estrofe de Camões que não tinha nada a ver com a matéria. Tive várias censuradas. (CORRÊA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 10/9/2008)

Augusto Nunes, jornalista do *Estado de S. Paulo* ao longo dos anos 1970, é ainda mais pessimista em sua avaliação sobre o efeito de trabalhar sob censura prévia.

Num primeiro momento, você acha que é herói da resistência e aí você decide que vai escrever e eles vão cortar. O problema da censura é que ela te emascula, ela acaba fazendo o afogamento na origem. Você cansa de escrever sabendo que vão cortar... Você escreve uma vez, escreve outra, quando vem a terceira matéria com aquele lápis vermelho, é difícil você escrever, porque vira uma coisa teimosa... Não é que você pratique a autocensura, você se rende, não há o que fazer. E aí você começa a publicar receita, essas coisas... (NUNES, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 27/9/2008)

De acordo com esses relatos, a presença de um agente externo que impõe seus critérios de seleção da informação provocava uma experiência de distorção dos procedimentos profissionais. É difícil, porém, reconhecer a autocensura como parte do próprio procedimento. Augusto Nunes chama a publicação das receitas no lugar das matérias censuradas de “rendição”.

### 5.2.2 Marcas da invasão

A partir de 1975, além de retirar os censores da redação do *Estado de S. Paulo* e do *Pasquim*, o governo Geisel reduziu radicalmente a ação da censura por bilhetes. De acordo com o próprio *Jornal do Brasil*, o último bilhete da censura chegou à redação no dia 8 de outubro de 1975 (JB, 18/6/1978)<sup>334</sup>. A maioria dos jornalistas entrevistados identifica entre os anos 1975 e 1976 um período em que a censura institucionalizada aos veículos recuou. Muito registros, porém, sugerem que a repressão policial aos jornalistas se intensificou<sup>335</sup>.

---

<sup>334</sup> O jornal publicou caderno especial sobre censura, sob a direção de Elio Gaspari, então editor de política. O caderno informa que a censura vigorou entre 1972 e 1975. No entanto, em depoimento a Paolo Marconi e ao CCMJ, Alberto Dines conta que demorou para começar a arquivar as notas da censura, que teria começado a chegar antes de 1972.

<sup>335</sup> Não foi possível aferir se houve, de fato, maior violência policial contra os jornalistas. Há dados que demonstram que nos anos de 1975 e 1976 se intensificou a repressão contra os membros do Partido Comunista Brasileiro. Como muitos jornalistas eram ligados ao PCB, isso pode ter representado uma real intensificação da repressão ao grupo profissional, ainda que não diretamente focada neles. Por outro lado, a prisão e o assassinato de Vladimir Herzog e o efeito político que gerou, incluindo a ação do sindicato dos jornalistas de São Paulo intensificando a denúncia sobre prisões e desaparecimentos, pode ter causado uma amplificação da percepção desta repressão.

Jornalistas que estavam no *Jornal do Brasil* a partir de 1975 falam em estratégias para testar a censura. “Porque era a abertura e os jornalistas e os jornais estavam testando o grau... o tamanho da distensão. Quebrando a censura”, explica José Sérgio Rocha (ROCHA, entrevista à autora, 21/7/2017). Osvaldo Maneschy conta que, como redator da Rádio JB, transformava em manchetes pequenas notas publicadas no jornal. “Por exemplo, Fleury morreu<sup>336</sup>. Saiu uma notinha desse tamanho no jornal (sinal de pequeno com indicador e polegar)”. Com o início da abertura, os jornalistas começaram a colocar essas matérias com pouco destaque. “A gente chamava de contrabando”. O que vigorava era a autocensura: “era ‘auto’ porque você perdia o emprego se desse merda com a censura”, explica Maneschy. Na rádio, ele tinha liberdade para definir as manchetes do programa que fazia. A editora, Ana Maria Machado, só exigia que o assunto estivesse no jornal. “Pra gente não ficar descoberto. Eu tinha que noticiar, mas tinha que estar escrito no jornal! ‘Hoje no *Jornal do Brasil*.’” (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017).

Regina Zappa também usa a expressão “para testar a censura”, ao narrar cobertura feita em Angola sob governo comunista, em 1979 (ZAPPA, entrevista à autora, 27/11/2018)

Romildo Guerrante, chefe de reportagem do *Jornal do Brasil*, entre 1976 e 1979, observa o recuo da censura institucionalizada sob outro ponto de vista.

Quando não tinha censura, nós é que tínhamos, da nossa cabeça ou do editor, que resolver o que podia dar ou não. Aí olhava: “isso aí não acho bom não”. Juarez Bahia<sup>337</sup> era editor lá do *Jornal do Brasil*. Ele era todo medroso. Às vezes: “ó, eu acho bom a gente não dar isso não, é perigoso. Vamos ver...” Valter Fontoura também era muito cauteloso com isso. Porque havia o risco de prisão. Nós tivemos um diretor preso lá, por uma coisa que não podia fazer, não me lembro mais o quê<sup>338</sup>. (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017)

Poderíamos supor que Romildo Guerrante adere ao conceito de autocensura como a obediência às ordens da censura. No entanto, considerando que o *Jornal do Brasil* teve censura prévia por muito pouco tempo (quando Romildo Guerrante sequer trabalhava no jornal), o que parece perceptível nos relatos dos jornalistas é que a presença da censura, na memória, inclui

---

<sup>336</sup> Sérgio Fernando Paranhos Fleury era delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo durante a ditadura militar no Brasil, com grande atuação da repressão e tortura de presos. Morreu em condições suspeitas, possivelmente como queima de arquivo, em maio de 1979.

<sup>337</sup> Não encontrei referência a Juarez Bahia como editor no *Jornal do Brasil*. É possível que o entrevistado estivesse se referindo a Luís Alberto Bahia, que foi editorialista e editor de opinião do jornal a partir de 1974.

<sup>338</sup> O único registro sobre possível prisão de um diretor foi a já citada prisão — ou ameaça de — de José Sette Câmara, em dezembro de 1968. No entanto, o fato de colar a lembrança desta prisão ao relato sobre a prática cotidiana de autocensura evidencia um recurso de recorrer à imagem da repressão para justificar a atitude conciliatória.

os períodos em que a redação obedecia aos recados<sup>339</sup>. Romildo Guerrante descreve a autocensura que ele presenciou nas reuniões de editores de que participou a partir de 1976, logo, se refere à época em que não há ordens expressas da censura.

Antônio Henrique Lago também avalia que, no *Estado de S. Paulo*, ficou mais difícil o trabalho quando a censura deixou de ser ostensiva. Neste caso, quando a censura prévia foi suspensa, em 1975. “A direção soltou um documento interno dizendo que a partir daquele momento o jornal estava sem censura e que, por isso, cada um passava a ter que controlar a veracidade das suas matérias”. Lago ressalta que o controle não era uma ação proibitiva, apenas uma responsabilidade maior de verificação das informações e fontes.

Mas não era uma coisa de não dar. Por exemplo, todas as prisões de quando o DOI-Codi caiu em cima do partidão, eu dava. Eu dei que o Davi Capistrano<sup>340</sup> foi preso, eu dei que o Massena<sup>341</sup> foi preso e que a família estava procurando, e saiu no jornal<sup>342</sup>. (LAGO, entrevista à autora, 29/11/2017)

“Não era coisa de não dar” explicita a salvaguarda de que o maior controle não representava praticar veto à publicação. No entanto, “controlar a veracidade das suas matérias”, como afirmou o próprio Lago, ao descrever os sistemas de checagem das fontes *off the record* faz parte dos procedimentos profissionais, com ou sem a presença da censura.

Sobrecarregado pelo peso de julgamento e condenação que o acompanha, o conceito de “autocensura” cria algumas dificuldades para a compreensão dos mecanismos de controle da informação que conformam o processo de produção jornalística. Há uma tendência à ocultação dos procedimentos profissionais de seleção.

O depoimento de Regina Zappa, redatora da editoria internacional do *Jornal do Brasil* é bastante revelador deste trabalho de enquadramento de memória que não parece ser plenamente consciente. Zappa foi para Angola, como enviada especial, cobrir a morte de

---

<sup>339</sup> Além de uma operação de memória, possivelmente o fato de que alguns recados eram trazidos pessoalmente pode ter contribuído para a percepção de presença do censor. De acordo com Carlos Lemos, no episódio da capa sobre a morte de Allende, o censor chegou à noite na redação: “Teve um dia interessante. Fechando o jornal, entra na minha sala um inspetor de polícia: “Sr. Carlos Lemos?” Sim senhor “O senhor assina essa ordem aqui?” O que é? “É proibido fazer sensacionalismo com o caso Salvador Allende.” (Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008).

<sup>340</sup> Davi Capistrano desapareceu em 15 de março de 1974, segundo a Comissão Nacional da Verdade. (No *Estado de S. Paulo*, a notícia é de que foi preso em 3 de abril de 1974, SP)

<sup>341</sup> João Massena Melo, desapareceu em 3 de abril de 1974. (No *Estado de S. Paulo*, a notícia é de que foi neste dia, no Rio de Janeiro).

<sup>342</sup> A primeira menção ao desaparecimento dos dois militantes do PCB é publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 7 de fevereiro de 1975, um mês após a retirada dos censores da redação (3 de janeiro de 1975). A matéria reproduz comunicado do ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre situação de alguns presos, sob o título: “Falcão menciona 27 nomes” (OESP, 7/2/75, p.12). A matéria é da sucursal Rio. Lago era o repórter que tinha fontes dentro da cadeia, segundo Ana Lagoa. No dia 14 de agosto de 1974, matéria sobre desaparecidos menciona os dois militantes, mas não foi publicada, foi proibida pela censura.

Agostinho Neto, em 1979<sup>343</sup>. Na entrevista, perguntei se não havia preocupação com a censura, por se tratar de um país comunista.

Tinha! Por isso que o Paulo Henrique me mandou. Era uma maneira, também, de ir testando a censura. Mas eu me lembro que nada foi censurado.  
— *Você não tinha alguns cuidados com a matéria pra evitar problema?*  
Eu acho que não. Eu acho que a gente deixava pro editor cortar se ele quisesse. Que eu acho que assim que tem que ser. Autocensura é muito ruim.

Mais adiante, retorno ao assunto Angola, perguntando não mais por censura, mas pelos critérios de seleção da informação, termo que remete às técnicas legitimadas de produção jornalística:

— *Voltando à cobertura de Angola, quais os critérios pra definir o que era notícia?*  
Eu já conhecia um pouco as histórias, como é que a África se apresentava, que realmente era bem diferente do mundo ocidental. Mas, o que eu tinha ido fazer? Cobrir (risos)... Me lembro do Paulo Henrique falando: ‘olha lá que você vai cobrir a morte desse presidente crioulo e comunista!’ Falava de sacanagem, pra me assustar. Ou seja, o comunismo era uma questão. Então eu sabia que não podia chegar e fazer uma matéria panfletária. A gente sabia. Nem é bom você fazer uma matéria panfletária, em nenhum caso, mas a gente tinha alguns cuidados. (ZAPPA, entrevista à autora, 27/11/2018)

Uso o exemplo de Regina Zappa, porque ao enviar uma repórter para cobrir a morte de Agostinho Neto, pode-se dizer que o Jornal do Brasil exercia um esforço de autonomia. Os jornais brasileiros dependiam, quase exclusivamente, das agências norte-americanas e europeias para cobertura da África. Regina Zappa enfatiza, ao longo da entrevista, que a perspectiva dela, assim como da maioria dos jornalistas, era simpática aos comunistas. É isso que torna necessário o cuidado, porque seu ponto de vista se opõe àquele que o Estado defendia. “O comunismo era uma questão”. Por isso, era preciso cuidado para não defender explicitamente suas posições — não fazer matéria panfletária. Como no depoimento de Lago, a narrativa da jornalista tende a minimizar o trabalho de controle da informação. Ao identificar seus cuidados em não fazer uma matéria panfletária, Zappa lembra que este procedimento faz parte das regras do campo profissional, dos critérios jornalísticos definidos pela linha editorial.

O que se pode observar é que a censura se estabeleceu como elemento central de definição das estratégias de atuação do jornalista. Não apenas aquelas conscientes frente às proibições explícitas, mas, principalmente, daquelas estratégias que são o que Bourdieu chama

---

<sup>343</sup> Agostinho Neto foi presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola e, em 1975, tornou-se o primeiro presidente de Angola, após a independência do país frente a Portugal. Identificado com o ideário marxista, o MPLA tinha o apoio de Cuba e da URSS. O governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer o novo governo de Angola, o que foi um dos elementos de tensionamento do governo Geisel com os Estados Unidos.

de “sentido do jogo”, de “história incorporada”. Uma conduta que não precisa ser defendida ou definida, porque é “óbvio”, é “bom jornalismo”, “não poderia ser de outro jeito”, como disse Alberto Dines. Trata-se do *habitus* do campo, que o jornalista defende e que o define como agente do campo, que inclui o modo de agir e o modo de dizer; o ato e o relato.

### 5.2.3 Liberdade dentro da linha

Tanto a afirmação de um lugar de resistência frente à censura, quanto a introjeção e submissão à linha editorial do veículo compunham o “sentido do jogo” que o jornalista devia aprender. Rezende nos oferece uma imagem interessante do sentido da liberdade de atuação profissional, que ele identifica no *Jornal do Brasil*, dentro de regras que naturalizam o limite da linha editorial.

O editor tinha liberdade total. Mas claro que o editor que estava sentado ali sabia qual era a posição da empresa. Ele não era maluco da empresa ser a seu favor e ele fazer uma matéria a meu favor contra você. Por mais democrático que ele fosse, não era louco. Mas ele tinha total liberdade pra fazer. (REZENDE, entrevista à autora, 27/11/2018)

O editor era livre, contanto que incorporasse os critérios de seleção exigidos pela linha editorial. O mesmo valia para o repórter. Cada veículo tem sua linha editorial, e o controle que garante esta linha não é tratado como censura, mas como parte do processo normal de produção.

Quando pergunto a Romildo Guerrante sobre vetos que teria feito, em função da censura, ele oferece um exemplo em que a matéria não foi publicada porque a repórter não se enquadrava nos critérios editoriais que definem o campo. A reportagem era sobre eleição para a direção da OAB e a repórter escreveu uma lauda falando apenas de uma das chapas, de esquerda, e ignorou a chapa “que era mais conservadora”. Conclusão: a matéria não saiu e a repórter ainda foi punida com suspensão de três dias: “Ela resolveu fazer a militância dela na matéria. Não dá.” (GUERRANTE, entrevista à autora, 26/7/2017).

Guerrante explica o veto à matéria com o mesmo argumento que Zappa utilizou para explicar seus cuidados na produção da notícia: “não fazer matéria panfletária”. Estamos diante de critérios considerados técnicos, que justificam as decisões profissionais dos agentes do campo. Os critérios técnicos se misturam à linha editorial, muitas vezes. Conhecer e submeter-se a esses critérios é o que se espera de um jornalista. A autocensura precisa ser colocada em lugar bastante diferente, pois deve ser rejeitada. Uma operação discursiva sofisticada, uma vez que em todos os casos trata-se de um conhecimento adquirido sobre o que deve e o que não deve ser publicado.

O trabalho no *Jornal do Brasil*, nos anos 1970 e 1980, é descrito por todos os entrevistados como uma experiência de liberdade<sup>344</sup>. Como explica Luiz Eduardo Rezende, que trabalhou também no *Globo*<sup>345</sup>:

O JB não era um jornal de esquerda. Não era. Era um jornal absolutamente liberal, onde você tinha total liberdade... A notícia era a rainha. Opinião era com os colunistas e com o editorial. Você tinha total liberdade pra escolher seus entrevistados, escolher o que você ia fazer, apurar e escrever. (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018)

Rezende acrescenta que Alberto Dines e Carlos Lemos “eram pessoas liberais. Eu nunca vi um editor tão democrático quanto o Dines. Trabalhei com vários.”. Quando pergunto a diferença entre um editor democrático ou não, ainda mais sob censura, ele lembra que “a censura proibiu dar manchete do Allende. O JB deu. É o que eu estou dizendo. No JB, o que valia era a notícia, entendeu?” (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018).

O que transparece aqui é uma identificação entre liberdade e respeito aos critérios jornalísticos de noticiabilidade. Como se a liberdade pretendida pelos jornalistas fosse a de se enquadrar nos procedimentos próprios do campo; submeter-se ao *habitus* profissional.

Há uma dupla operação de ocultamento do controle ou, dito de outro modo, de isolamento da “censura”, distanciando-a ao máximo dos procedimentos profissionais. Por um lado, o critério de controle operado pelos jornalistas assume caráter técnico. Complementarmente, aquilo que não pode ser incluído nos critérios técnicos fica a cargo do processo de edição. Deixar a cargo dos redatores e editores a responsabilidade de suprimir informações reduzia, simbolicamente, a ação da censura ao espaço já legitimado de controle dentro do processo de produção. Evitava-se, assim, o drama de consciência. No entanto, a não ser nos casos em que o corte foi feito pelo censor, ou seja, pelo invasor, dificilmente foi reconhecido pelos jornalistas como censura. “Se o texto saía diferente, é outra história, que aí alguém tinha censurado, mas eu não vi isso (ser censurada)” (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018).

José Sérgio Rocha e Osvaldo Maneschy eram redatores. Portanto, como expliquei no terceiro capítulo, estavam mais próximos do processo de edição. Somente numa conversa bastante informal e descontraída, Osvaldo Maneschy recorda imposições dos editores que ele não reconhece como critérios de seleção adequados. José Sérgio Rocha lembra que a editoria

---

<sup>344</sup> Com exceção do período em que JB Lemos ocupou o cargo de editor-chefe, identificado por diversos jornalistas como um período de falta de liberdade, com a linha editorial voltada ao “malufismo”.

<sup>345</sup> Luiz Eduardo Rezende entrou no *Jornal do Brasil* em 1965. Em 1972, foi convidado para *O Globo*, onde ficou até início de 1982. Retornou ao *Jornal do Brasil*, onde ficou até 1987.



internacional do *Jornal do Brasil* “era bastante arejada, a não ser quando falava de Israel”. Osvaldo Maneschky pega a deixa e lembra da repreensão que recebeu de Dines.

Israel invade os países árabes, na Guerra dos Seis Dias, e ocupa Jerusalém. E aí Israel assumiu que a capital deles não era mais Tel-Aviv, era Jerusalém. O Dines baixou uma nota de redação, é chato falar isso [inaudível] que tinha que ser, a partir daquele dia... que a gente identificava a origem dos despachos das agências internacionais — Tel-Aviv. Não era mais Tel-Aviv, tinha que ser, a partir daquele dia, por ordem do Dines, Jerusalém. E eu, inadvertidamente, que eu tava acostumado a fazer aquilo, escrevi Tel-Aviv, quando já havia ordem pra escrever Jerusalém. Porra, eu fui chamado num sábado, pelo Dines, porque eu escrevi Tel-Aviv, e ele queria que fosse Jerusalém. (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017)

No meio do desabafo, o comentário “é chato falar isso”, seguido de algo em voz mais baixa, é significativo. Demonstra o desconforto ao apontar uma exigência do editor que não se encaixava, segundo o redator, nos critérios profissionais reconhecidos. Em relação ao *Globo*, a crítica ao controle do texto é mais contundente:

Sobre a ética no *Globo*: nas greves do ABC, aquela famosa greve, aquela que fechou geral e a ditadura proibiu que fizesse a greve, e os caras fizeram a greve... Eu me lembro que eu tava no *Globo* e fui eu que fiz essa matéria. E aconteceu o seguinte: a ordem que chegou — foi até o Monteiro, que era o subeditor que me passou — “você bota no lide os empresários, portanto a Fiesp; você bota no sublide o governo de São Paulo; você bota no corpo da matéria aquele episódio lá do Maluf no primeiro de maio. No pé, se tiver espaço, bota o sindicato dos metalúrgicos.”. Eu me lembro dessa ordem. (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017)

Maneschky sugere que este tipo de orientação era comum e muitas vezes chegava por escrito. “Eu tenho guardado ordens, no meio dos meus papéis velhos, ordens por escrito do Evandro Carlos de Andrade para fazer isso ou aquilo.” Mas se recusa a apresentar os papéis. “O cara já morreu. Uma sacanagem com o cara soltar essa porra!” (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017). Quer dizer, tornar público os critérios de edição — ou alguns critérios não naturalizados como tipicamente jornalísticos — representa uma espécie de denúncia do editor.

Talvez, somente nos temas específicos sobre Israel, Dines tivesse exigências que revelavam uma postura pessoal. Talvez apenas nos assuntos relativos à questão judaica a posição política do editor não fosse compartilhada pelos dois redatores. Com isso, tornava-se visível para eles a opinião do editor.

A possibilidade de negociação dos limites estabelecidos pelos editores também contribuía para a percepção de um espaço democrático de trabalho. O próprio procedimento profissional incluía conversas e avaliações informais, que em alguns momentos aparecem nas entrevistas. Joelle Rouchou lembra:

Os próprios Fritz (Utzeri), Fefêu (Sérgio Fleury), Heraldo (Dias), Israel (Tabak), que eram assim os quatro mosqueteiros, eles negociavam isso com os... você tinha chefes de redação, editores, que eram parceiros. Porque eles queriam a mesma coisa que você. (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018)

Todos os jornalistas do *Jornal do Brasil* que entrevistei afirmam, em algum momento, que o jornal era contra a ditadura, embora eu não tenha perguntado sobre a linha política ou editorial do jornal. A linha editorial muda com os malufistas. Segundo Rezende, “o jornal deu uma guinada”:

Os malufistas eram contra o Brizola, contra o PT. Aí mandava fazer a matéria contra, mesmo. Não tinha... No JB antigo, dificilmente uma pessoa dizia assim: “Olha, vai lá e faz uma matéria contra fulano”. Não era assim que a banda tocava. (REZENDE, entrevista à autora, 21/9/2018)

Joelle Rouchou chega a usar a palavra repressão para falar da experiência do período em que o *Jornal do Brasil* “malufou”. “Certas coisas não podia falar... eu não sei te explicar. Era uma sensação de que a gente tava meio que coibido dentro da... era melhor ficar falando de cidade do que se posicionar.” (ROUCHOU, entrevista à autora, 21/9/2018). Esta mudança marcou a história do jornal. Talvez, em parte, porque contrastava com a imagem que o jornal já havia consolidado.

George Vidor, que passou pelo *Jornal do Brasil*, entre 1983 e 1984, editando economia, conta que foi um período difícil da vida dele e enfatiza a aparente contradição: “porque o jornal tinha tomado a posição de não apoiar as eleições diretas, veja bem, o *Jornal do Brasil* não apoiar as eleições diretas, dizem que porque teria interesse na eleição do Paulo Maluf.” (VIDOR, entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 8/10/2008).

Vera Perfeito, que saiu do *Jornal do Brasil* em 1979 para trabalhar em assessoria, afirma:

A gente amava a profissão, gostava da linha do *Jornal do Brasil*. Eu, graças a Deus, quando malufou não estava lá, porque eu vi os meus colegas muito tristes com isso. Porque ele sempre foi um jornal que foi contra uma ditadura... (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018)

O amor pelo jornal e o sentimento de liberdade são percepções reiteradas por muitas fontes. O sentimento vago de liberdade parece se ligar a uma convicção de que estavam todos lutando contra a ditadura. Joelle Rouchou explica que “a briga era contra o governo militar pra ter uma abertura. Isso era muito claro! Se ia onde pudesse.”. Portanto, mais do que um reconhecimento técnico do “valor-notícia” que condicionava a seleção das informações a serem publicadas, o que parece prevalecer é uma percepção de coerência de propósito político.

Cláudio Abramo, que dirigiu o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, afirma que “em quarenta anos de jornal, nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos do jornal.”. Segundo ele, os jornalistas muitas vezes se confundem com isso, acreditando que têm liberdade de opinião. Porém, na realidade, “a liberdade de opinião do jornalista tem como limite a orientação do jornal” (1998:116). O que acontece é que há momentos em que os interesses da classe que controla os jornais coincidem com os interesses dos jornalistas.

São momentos traumáticos. Um exemplo é o assassinato de Vladimir Herzog. Nessa ocasião, a grande imprensa se juntou na denúncia do que os jornalistas consideravam um crime. Houve uma convergência temporária de ponto de vista. Durante os governos Geisel e Figueiredo, também houve convergências conjunturais entre a grande imprensa e a opinião dos jornalistas. (Ibid.:16)

Abramo aponta para uma condição importante do período da abertura política da ditadura militar: a percepção de convergência entre os diversos agentes do campo do jornalismo que propiciou aos jornalistas uma experiência de “liberdade” de ação e/ou expressão. No entanto, ele reduz as posições assumidas pelo jornal aos interesses de classe dos donos, desconsiderando as estratégias de campo dos diversos agentes em luta. Inclusive as diferenças de estratégias e vontades que se escondiam por trás da aparente convergência.

Também deixa de lado o que parece um fator aglutinador significativo: a censura. Como parte instrumento de repressão e elemento invasor, a censura institucionalizada pelo Estado parece ter cumprido papel aglutinador, capaz de fortalecer a percepção de consenso no campo do jornalismo.

### **5.3 O trabalho de memória**

O trabalho de memória ou, como defende Pollak, enquadramento de memória, é operação indispensável para “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”. Portanto, numa situação de confronto, em que há uma percepção de invasão do campo profissional, podemos esperar dos agentes deste campo um trabalho árduo no sentido de reforço das fronteiras.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989:7)

Uma análise da representação da censura na narrativa dos jornalistas entrevistados permite afirmar que este instrumento de poder do Estado na luta pelo controle da informação assumiu, na memória desses jornalistas, o lugar da “oposição irreductível” que reforça as fronteiras do grupo pela confrontação. A presença da censura serviu à construção de uma percepção de identidade do campo, na medida em que atuou como uma espécie de invasora, favorecendo a representação de uma “inimiga comum” unificadora do campo. Este parece ter sido um aspecto significativo na conformação das estratégias dos diferentes agentes sob a vigência da censura de Estado.

Retornando aos documentos da época, podemos identificar alguns sinais reveladores do investimento de jornalistas na construção dessa perspectiva de unidade do campo em oposição à censura. Em 1975, o Teatro Casa Grande promoveu o I Ciclo de Debates da Cultura Contemporânea<sup>346</sup>. A 6ª reunião foi dedicada ao Jornalismo, e o tema quase exclusivo dos debatedores foi a censura<sup>347</sup>. Villas-Bôas Corrêa iniciou sua participação afirmando: “por falar em imprensa, a censura vai muito bem, obrigada” (1976:139). A primeira frase de Zuenir Ventura é: “Quero confessar, com certa vergonha, que eu sou o único aqui da mesa que não sofreu censura prévia” (Ibid.:142). O último a falar, Mino Carta, se apresenta dizendo: “Eu sou apenas um jornalista censurado” (Ibid.:147).

Ziraldo apresentou uma pergunta da plateia questionando por que os jornais do Rio de Janeiro não estavam noticiando a greve de fome dos presos políticos, acompanhada pelo *Estado de S. Paulo*. “Falou-se muito de censura, mas falou-se pouco de autocensura”, segundo ele, vivida pelo *Pasquim* desde que ficou livre da censura prévia (Ibid.:152-153). Corrêa é contundente: “Os jornais do Rio não estão publicando porque não querem. Porque em geral consulta-se a censura, em caso de dúvida, para saber se se pode ou não publicar.”. E conclui: “É um caso de excesso de medo” (Ibid.:153). Mino Carta avalia que a autocensura depende dos humores do dono do jornal ou de seus empregados, mas afirma que quem está censurado (era o caso da *Veja*, onde Carta era editor, na época) não podia publicar. “Possivelmente, os que têm mais medo do que devem, ao saber que nos órgãos sob censura essa notícia não passa, se antecipam e ajudam o que está aí, não publicando essa informação.” (Ibid.:153-154).

---

<sup>346</sup> Segundo Miriam Hermeto, este evento provavelmente consolidou a formação do grupo Casa Grande. “O Grupo levava o nome do Teatro Casa Grande, também ele um espaço de sociabilidade importante para o campo artístico-intelectual carioca e brasileiro de meados da década de 1970”. O grupo ainda realizou mais dois ciclos, o último em 1978 e, segundo a autora, se dissolveu em 1979. (2010:87-100)

<sup>347</sup> Debate realizado no dia 12 de maio de 1975, com a participação de Zuenir Ventura, Villas-Bôas Corrêa e Mino Carta, mediado por Ziraldo (transcrito pela editora Inúbia, páginas 137 a 168).

Outra pergunta levou Villas-Bôas Corrêa a defender com veemência a unidade contra a censura. Ziraldo, mediador do debate, lê a pergunta da plateia: “O Estadão é contra a censura em qualquer caso ou somente desde que a democracia capitalista não esteja ameaçada?” (Ibid.:155). Villas-Bôas Corrêa respondeu:

Considero muito fácil fazer esse tipo de restrição. É claro que o Estadão defende suas posições. É claro que é um jornal conservador, ou liberal, conforme queiram chamar. Mas, no momento em que o problema é a censura, em que o Estadão mantém realmente uma postura irrepreensível, numa recreação pessoal, vai-se agredir o Estadão? Isso é uma burrada estratégica, isso é um erro de tática. Então a gente vai dividir, vai brigar, vai desunir o grupo que está contra a censura? (Ibid.:155)

O jornalista lembrou que Júlio de Mesquita Neto presidia a Sociedade Interamericana de Imprensa, que denunciava a falta de liberdade de imprensa no Brasil em todos os relatórios que produzia. Por fim, Corrêa defende que este tipo de questionamento deve deixar para ser colocado “depois que o primeiro palmo de terreno for conquistado”. No entanto, em maio, *O Estado de S. Paulo* já havia conquistado um primeiro palmo de terreno e estava livre da censura prévia. Corrêa reconheceu, inclusive, que “o Estado podia ser um pouco mais solidário com os outros órgãos que estão sob censura”, colocando “com mais constância” a denúncia da censura (1976:155). Ziraldo esboça uma discordância, explicando que a defesa da liberdade de imprensa, por parte dos empresários, é expressão de interesse comercial, e talvez mais tímida do que poderia, quando se trata de Brasil. No entanto, conclui conciliando: “não é por causa disso que nós vamos criar caso com *O Estado de S. Paulo*. Deixa ele falar. Queremos é liberdade mesmo.” (ibid:156). Zuenir Ventura também afirma, a partir de outra pergunta:

Quando se cobra muito aqui, quando se fala em censura oficial, é porque esse é o problema mais dramático para quem exerce a profissão. Quando essa censura acabar, e espero que acabe logo, aí então vamos lutar contra a outra e ver como se pode vencê-la. (Ibid.:157)

Em seguida, uma pergunta dirigida a Mino Carta com teor semelhante: “Mino, você acha que, mesmo em condições normais de pressão e temperatura, a imprensa brasileira lesa os leitores na medida em que representa menos a opinião geral da redação do que a dos patrões?” (Ibid.:156-157). A resposta seguiu a linha de Corrêa. Primeiro, Carta ironizou: “Acho que não estamos para iniciar uma revolução socialista, ou estamos?”; em seguida, explicou que *Veja* era uma revista de grande empresa, preocupada com lucro, que “jamais negou isso” e afirmou que “é claro” que os veículos exprimem antes de tudo a opinião dos donos. Depois desta digressão sobre o que lhe parecia óbvio e natural, Carta conclui, com base “nos dados objetivos da situação”, que: “Vivemos aqui, alguns têm até filhos para sustentar” (Ibid.:157).

Villas-Bôas Corrêa, naquele momento, era o chefe da sucursal Rio do *Estado de S. Paulo*; Mino Carta, editor-chefe da revista *Veja*, que ainda estava sob censura prévia. Diante de uma plateia de mais de mil jovens<sup>348</sup>, parece precisarem fazer certa defesa de posição que explicaria o fato de só se destacar no debate o problema da censura identificada com o Estado. Além do fato de serem jornalistas inseridos em postos de comando dos veículos que representam, o debate também era marcado pela autocensura. De acordo com relatos colhidos por Mirian Hermano, a liberação do próprio ciclo de debates, pela censura, foi um processo difícil e demorado<sup>349</sup>. O que nos permite imaginar que havia “cuidados” a serem tomados pelos debatedores em suas exposições. Principalmente, seria fácil supor, que havia gente da polícia assistindo aos debates. Mino Carta chega a afirmar, em certo momento, em resposta às provocações da plateia: “posso dizer que quem está sentado à mesa, e disse o que disse esta noite aqui, sabe que corre alguns riscos” (1976:154).

Portanto, podemos observar, já naquele momento, este jogo de afirmação do lugar de resistência, combinado com uma postura de conciliação com base em um cálculo de risco. Passadas mais de quatro décadas, os depoimentos de jornalistas — principalmente os profissionais do *Jornal do Brasil* — que atuavam no período dos governos Geisel e Figueiredo, nos permitem perceber indícios do trabalho de enquadramento de memória do campo do jornalismo. A afirmação do lugar de resistência do jornalista frente à censura — dentro do possível — permanece. A noção de unidade contra o inimigo comum talvez tenha até se amplificado.

### 5.3.1 Somos todos democratas

José Sérgio Rocha e Osvaldo Maneschy reiteram, em diversas passagens da entrevista conjunta, uma postura do *Jornal do Brasil* de combate à ditadura. Maneschy afirma que a direção “era alinhada com a gente, era também contra a ditadura” (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017). Numa ampliação da perspectiva, Maneschy chega a listar os jornais que ficaram sob censura, para explicar que havia mais solidariedade no meio jornalístico, e dos

---

<sup>348</sup> De acordo com Mirian Hermano (2010), o público desses debates ficava em torno de 1.200 pessoas, em geral, jovens.

<sup>349</sup> Max Haus conta que a negociação com a censura para liberação do ciclo de debates foi difícil. Segundo Zuenir Ventura, o evento quase foi inviabilizado, porque o governo queria fazer censura prévia. Por fim, Ventura afirma: “a gente corria muitos riscos”, porque havia ameaças de bombas. Outro cuidado era fazer com que as perguntas chegassem por escrito, para evitar tumulto e exposição dos jovens militantes presentes na plateia. “Tanto porque seria mais fácil para os órgãos de informação identificar os possíveis subversivos, quanto porque se corria o risco de ocorrência de tumulto.”. (1976:91-92)

jornais com os leitores, na época. Os dois redatores avaliam que o fato do *Jornal do Brasil* ter enfrentado a ditadura foi um dos motivos de não ter conseguido um canal de televisão. Segundo Maneschy, na época da ditadura “havia confiança entre a gente”, até por uma questão de responsabilidade, porque além de pôr em risco o próprio emprego, o jornalista podia pôr em risco “também o emprego do seu chefe”. Pergunto quando este clima mudou. Quando “entrou dinheiro do Maluf”, garantem os dois (MANESCHY, entrevista à autora, 21/7/2017).

Vera Perfeito assinala uma fissura nesta união: o machismo da redação. Entre as manifestações desse machismo, ela menciona a proibição de mulher cobrir passeata, no início dos anos 1970 e, mais enfaticamente, o assédio às jovens repórteres. Também menciona uma tendência ao rebaixamento salarial. Mas explica o fato de que esta opressão contra a mulher era secundarizada, em função de um inimigo comum.

Porque, veja só: você, debaixo de uma ditadura, com o que você se importava? Era derrubar aquela ditadura. Não interessa homem, mulher, que a mulher era massacrada, não era o grande objetivo. O grande objetivo era derrubar aquele regime! (PERFEITO, entrevista à autora, 25/9/2018)

Regina Zappa, Kristina Michahelles e Joelle Rouchou, tratando da segunda metade dos anos 1970 e início dos 1980, reafirmam esta imagem de uma redação unida na luta contra a ditadura. Nas palavras de Zappa: “nessa época, quase todo mundo era de esquerda. Os redatores, os repórteres. Era um momento em que ser jornalista era praticamente sinônimo de ser de esquerda.”<sup>350</sup> (ZAPPA, entrevista à autora, 27/11/2018).

Os jornalistas que trabalharam no *Globo* não identificam unidade de propósitos com a direção, nem são tão enfáticos na identificação de um objetivo comum na redação. Pelo menos na memória, o jornal não é representado como um aliado contra a ditadura. Ainda assim, há uma insistente defesa da aliança com o dono, baseada na preferência e proteção dos “comunistas”, pelo “doutor Roberto”, como demonstrado no capítulo anterior. Também há uma defesa das possibilidades de atuação dos jornalistas. Celeste Cintra lembra que quando foi trabalhar no *Globo* imaginou que teria seu trabalho muito controlado. Contudo, descobriu o espaço de liberdade que tinha para definir a linha da sua matéria:

Você fazia uma matéria que podia colocar o outro lado, se você quisesse colocar, de forma sutil. Quer dizer, você ia lá fazer os médicos. *O Globo* botava um editorial desse tamanho, metendo o pau: Movimento dos médicos, falta de não sei quê, médicos residentes parados, deixando de atender só visando salário, etc. Na tua matéria, você podia dizer assim: os médicos

---

<sup>350</sup> Sobre a *Folha de S. Paulo*, Ana Lagoa afirma que “era uma redação bem de esquerda, né? Aquela sucursal (Rio) da Folha sempre foi, até a virada, com o Boris (Casoy)”, que ocorreu em 1979 após a greve dos jornalistas (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017).

residentes estão tendo uma sobrecarga, não estão tendo o ensino que eles deveriam ter... eles não estão parados só pelo salário... Você podia colocar isso no lide! Podia abrir a matéria com isso. E saía, a matéria saía sem mexer. (CINTRA, entrevista à autora, 28/11/2018)

O depoimento de Marcelo Berbara sobre O *Globo* integra a redação no campo de oposição à ditadura.

Era claro para nós todos que ali era um jornal que a gente tinha mais limitação do que outros jornais. Embora não houvesse uma coisa assim... quer dizer... era quase que uma autocensura<sup>351</sup>. Mas havia um espírito também de você tentar driblar isso de uma maneira inteligente. Mas não era driblar o editor... A própria redação, acho que o próprio editor envolvido, todo mundo estava preocupado... Tem que lembrar que a redação d'*O Globo*, nessa época, quando tem essa mudança toda do Caban, passa a ser praticamente de esquerda. Muitos jornalistas que foram para lá eram do Partido Comunista e muitos de nós, que não éramos do Partido Comunista, éramos ligados a uma organização ou outra de esquerda, na época. Então, havia uma relação de muita confiança interna, de crítica e tudo mais, mas todo mundo sabia um pouco os limites ali. (BERBARA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 24/10/2008)

O que emerge dessas memórias, seja apresentando um campo perfeitamente unificado, seja identificando contradições internas, é uma imagem polarizada da luta de poder no campo do jornalismo. O “doutor Roberto” é uma personagem rica para a compreensão desse enquadramento de memória. Impossível colocá-lo no lugar de combate à ditadura, como alguns jornalistas fazem em relação à direção do *Jornal do Brasil*. No entanto, o fato de montar uma redação com perfil de esquerda é sistematicamente ressaltado como se este dado cumprisse a função de retirá-lo do campo do inimigo. Alguns jornalistas, como Henrique Caban, Milton Coelho da Graça e Antônio Henrique Lago ainda ressaltam a identificação do patrão com o lugar social do jornalista: “O doutor Roberto era, antes de tudo, jornalista!” (Caban em entrevista a Aziz Ahmed, canal do Youtube, postado em 13/7/2018).

Não é unânime, porém, a imagem de unidade das redações. No período de maior repressão, há a presença de dedos-duros. Alberto Jacob, que chegou a fazer contato com a clandestinidade, fala da experiência tensionada dentro da redação do *Jornal do Brasil*. Para suas atividades, que iam além da luta no campo do jornalismo, a redação não era um lugar seguro.

No jornal, chegou um período que você não tinha mais confiança nos colegas. Quando a gente ia conversar sobre os acontecimentos, ia para o banheiro para falar, mas depois entrava alguém e você não sabia quem estava a favor ou contra. Foi um período duro na redação do jornal, você não sabia quem era dedo-duro e quem não era. (JACOB, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008)

---

<sup>351</sup> Aqui também podemos supor a dificuldade de acolher a autocensura, atenuando a afirmação com o advérbio “quase”.



Tanto Jacob quanto Maneschy completam a menção à insegurança dentro da redação com experiências do medo da deduração em outros ambientes<sup>352</sup>, sugerindo que esta insegurança era uma condição do período, não da redação especificamente. Ou seja, o medo do dedo-duro era parte da realidade do período da ditadura.

Ana Lagoa parece ter sido vítima deste clima de desconfiança descrito por Alberto Jacob, quando chegou à sucursal Rio da *Folha de S. Paulo*, vinda de Brasília. Ela conta que “os colegas não me recebiam bem, porque era a mulher que cobria a área militar: é amiga dos homens”. Avalia que, por causa disso, “nunca fui na casa de ninguém, nunca ninguém me chamou pra tomar um chopp”. Pergunto se em Brasília havia o mesmo problema. “Em Brasília não. Porque em Brasília, como todo mundo vive dentro do poder (risos), as pessoas sabiam o que eu tava fazendo.” (LAGOA, entrevista à autora, 8/12/2017). O preconceito contra a jornalista que circulava entre os militares reforça a imagem de polarização entre jornalistas e militares.

Esta polarização pode nos ajudar a compreender a ênfase que diversos jornalistas dão ao sentimento de união entre os agentes do campo. Uma união amalgamada, em grande parte, por uma perspectiva de inimigo comum oferecida pelo momento político. No *Jornal do Brasil*, marcado pela memória de resistência e liberdade criativa, o sentimento de união se reflete em elos afetivos significativos.

Kristina Michahelles entrou no *Jornal do Brasil* em 1979. A imagem idealizada da redação talvez seja alimentada pelo tanto que lutou para chegar à redação, pela experiência de sucesso profissional e até mesmo pela experiência afetiva, uma vez que se casou com outro jornalista da empresa. Para ela:

A gente adorava ficar lá dentro! Era uma grande família. Tinha uma grande sinergia de todo mundo trabalhando junto. Tinha uma grande autonomia dada aos editores e muito respeito entre os editores. (MICHAHELLES, entrevista à autora, 26/9/2018)

O sentimento de pertencimento se repete em diversos outros depoimentos, ainda que com menos ênfase<sup>353</sup>. Joelle Rouchou mistura o entusiasmo do trabalho com o clima político das ruas.

---

<sup>352</sup> Maneschy lembra que um amigo recebeu voz de prisão no ônibus porque estava falando contra o governo com um amigo. Jacob conta que um desconhecido sentou ao seu lado num avião e começou a puxar conversa falando contra a ditadura: “eu comecei a falar e de repente, eu desconfiei porque eu passei de um voo, pegamos outro para outra cidade, aí eu disse: “não, tem coisas boas”.” (JACOB, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008).

<sup>353</sup> Belisa Ribeiro trabalhou no *Jornal do Brasil* por pouco mais de um ano, por volta de 1974. Mas quando explodiram as bombas no Riocentro, em 1981, deu um jeito de voltar à redação através das entrevistas para

Foi muito bom! Tinha esse sentimento... imagina aquele palanque, que tinha todo mundo: Ulisses, Brizola, Lula, Fernando Henrique, todo mundo ali. Nas redações, tinha uma união de todo mundo contra o inimigo maior. Todo mundo lutando pela abertura! Lutando pelas Diretas. Tinha uma união. (ROUCHOU, entrevista à autora, 27/9/2018)

Dácio Malta trabalhava na revista *Veja* na primeira metade dos anos 80. Sobre o comportamento da imprensa, Malta avalia que “depois de um determinado período, acho que foi ótimo, porque foi uma das poucas vezes que patrão e empregados queriam a mesma coisa. Então, ficava mais fácil.”. Nas Diretas, mesmo as Organizações Globo acabaram aderindo, seguindo o jornalista.

Demoraram, mas quando entrou também, quer dizer, se o dono decide dar e se a redação também está a fim de dar... quando o clima aqui é favorável, aquele comício da Candelária, comício do um milhão. Se a gente se informar direito, devia ter umas trezentas mil pessoas. Se for fazer aquela coisa do metro quadrado, quantos metros tinham, quantas pessoas cabem por metro quadrado, são quatro pessoas, então, umas trezentas mil pessoas. Todos os jornais deram um milhão. Entrou para a história como o comício de um milhão. Sendo que a *Folha de S. Paulo* avançava um pouco mais porque falava em um milhão e cem mil pessoas. (MALTA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 19/8/2008)

Ou seja, a cobertura era engajada. A entrevistadora pergunta se o “entusiasmo” pode prejudicar o trabalho jornalístico.

Falamos que tinha um milhão e não tinha. Ninguém ia contestar que não era, mesmo quem sabia fazer conta e falava que podia ser trezentos, falava que era um milhão, porque se combinou que ia ser um milhão. Os organizadores que disseram “vamos trazer um milhão de pessoas”. Aí era um milhão de pessoas, pronto. Mas eu acho que isso acontece quando todas as pessoas estão de um lado só. Depois não teve mais isso. Não me lembro de outro episódio como esse. Talvez na queda do Collor. Depois... (MALTA, entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 19/8/2008)

Seria necessário perguntar a Malta quem era “todo mundo”. O que parece evidente é o enquadramento da memória social dentro de uma perspectiva polarizada: “nós”, “democratas” e “bons” contra “eles”, “ditadores” e “maus”. Claro que nenhum entrevistado apresentou ideias assim ingênuas. Pelo contrário, como já foi descrito ao longo desta tese, todos apontaram aspectos de contradição no campo da luta política. O que não impediu que suas memórias fossem predominantemente construídas a partir desta perspectiva polarizada. Também é preciso considerar aqui o lugar de fala dos entrevistados. Todos foram entrevistados na condição de

---

produzir seu livro sobre o papel da imprensa naquele episódio. “Eu tava num jornal frio, que a *Gazeta Mercantil* falava de economia! Fiquei louca pra fazer (o livro). Doida pra estar lá! Fiquei muito feliz de ver os colegas brilhando.” (RIBEIRO, B., entrevista à autora, 27/7/2017). José Sérgio Rocha, Osvaldo Maneschy, Romildo Guerrante, Ubirajara Roulien e Luarlindo Ernesto expressam o orgulho e/ou prazer de ter feito parte da redação do *Jornal do Brasil*.

jornalistas ou ex-jornalistas, isto é, os entrevistadores estavam interessados em suas experiências exatamente pelo fato de serem reconhecidos como agentes pertencentes ao campo do jornalismo. Essa condição pode ter reforçado, inconscientemente, o compromisso com o *ethos* profissional que garante seu pertencimento ao campo.

Atitudes de rebeldia e outras estratégias de defesa de território corroboram para o trabalho de enquadramento da memória. Nos depoimentos recolhidos através de entrevistas, a censura figura ao lado do Estado como o adversário a ser combatido. Por decorrência, surge uma imagem de união no campo do jornalismo, principalmente a partir do momento em que as empresas jornalísticas assumem postura crítica em relação ao regime e abre-se espaço para denúncias do sistema repressivo. Na condição de invasora, inimiga comum do campo, a censura favoreceu a construção de uma imagem unificada do campo, e a invisibilização da luta de poder entre os agentes internos. Tais estratégias podem ter contribuído para a construção de uma memória sobre a ditadura baseada em um raciocínio polarizado entre o bem e o mal, traduzido, como denuncia Daniel Aarão Reis, em “Opressão e Liberdade. Ditadura e Democracia. Repressão e Resistência” (2014:8). Por meio dos depoimentos analisados, pudemos perceber indícios do trabalho de enquadramento de memória que contribuiu para a construção do mito heroico, apontado por Beatriz Kushnir, do “jornalista descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos heroicos, de desafiar esse opressor (o censor)” (2001: 36).

Desmitificar este herói não implica sua condenação como vilão ou covarde, mas o esforço de compreender as estratégias mobilizadas por seres humanos atuando dentro de um campo profissional e um momento histórico específico. O que se revela são as regras do jogo próprias ao campo do jornalismo que moldam as ações desses seres humanos, na mesma medida em que a ação desses jornalistas define e modifica essas regras. A polarização do campo contribuiu para o ocultamento dos mecanismos de controle da informação próprios da produção jornalística. O jornalista se apresenta, assim, não como o controlador do fluxo de informação, mas como um promotor do livre fluxo, que precisa enfrentar as barreiras externas à sua atividade. Ao serem negadas como procedimento, as estratégias de controle da informação jornalística ganham força simbólica. Como explica Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (2016: 4).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial desta pesquisa foi a convicção de que nem toda forma de controle da informação pode ser compreendida como censura. No entanto, o trabalho de enquadramento da memória sobre a imprensa brasileira e a ditadura parece ter favorecido a ampliação do sentido atribuído à palavra “censura”. A consequência foi a ocultação de outros mecanismos de controle da informação jornalística, favorecendo uma percepção de antagonismo entre imprensa e censura. A partir deste ponto de vista, a imprensa, sob a ação da censura de Estado institucionalizada, só poderia resistir cumprindo sua missão “natural”, ou colaborar capitulando ao inimigo.

Com base nos conceitos de campo e *habitus*, propostos por Pierre Bourdieu, esta pesquisa investigou as estratégias de poder dos jornalistas no “chão da fábrica”, isto é, dos repórteres e redatores, no seu cotidiano de trabalho. O que se revelou foi um *ethos* profissional fortemente enraizado na imagem de imprensa como uma instituição liberal — portanto defensora da democracia — e, ao mesmo tempo, técnica-empresarial — portanto capaz de produzir um discurso neutro e distanciado das disputas políticas. Esta ideologia tornava qualquer exercício de controle da informação por parte dos jornalistas uma espécie de negação do *ethos* profissional, ameaçando o agente de exclusão do campo.

O foco desta pesquisa foi identificar as estratégias de controle da informação que operavam dentro do processo produtivo do campo do jornalismo concomitante — e relacionando-se — com os mecanismos de censura do Estado. A aproximação à rotina de trabalho de repórteres e redatores revelou uma estrutura de produção altamente hierarquizada e controlada, como a linha de produção de uma fábrica. Porém, uma fábrica que não produz objetos, mas informação pública, portanto, uma cujo produto está diretamente ligado à luta pelo poder político. A censura institucionalizada pelo Estado, durante a ditadura militar, figura, neste panorama, como uma estratégia, entre outras, na luta de poder entre os agentes do campo do jornalismo e da política.

No entanto, diferente dos demais mecanismos e estratégias de luta, a censura institucionalizada pelo Estado representou uma espécie de ruptura das regras do jogo. Pressões, negociações, intimidações, chantagens e acordos entre agentes da imprensa e do Estado fazem parte das regras do jogo de poder dos campos. Mas a presença ostensiva da censura nas redações, através do censor ou dos bilhetes, representou uma invasão territorial, criando situação de confronto no campo do jornalismo. Não se trata de um antagonismo entre agentes com objetivos opostos, mas da luta pelo controle do processo.

Ao analisar a cobertura das bombas no Riocentro, no segundo capítulo, foi possível evidenciar aspectos relevantes dos critérios de seleção da informação aplicados pelos jornalistas. Em primeiro lugar, a escolha das fontes-personagens, predominantemente entre os representantes do poder institucional de Estado, revela o compromisso fundamental dos jornais com o *status quo*. Como esclarece Nelson Traquina, este compromisso com a afirmação do *status quo*, pela predominância de “fontes oficiais” é, em grande parte, garantido pelas regras operacionais da linha de produção. Portanto, ainda que possa atender aos interesses políticos dos donos de jornal, não é possível compreender este *modus operandi* exclusivamente como consequência da vontade da direção.

Na cobertura analisada, a preferência pelas “fontes oficiais” contribuiu para fortalecer a construção discursiva que projetava na figura do presidente João Batista Figueiredo a vontade e o poder de construção da democracia “desejada por todos”. Ao mesmo tempo, a ênfase nos silenciamentos de fontes testemunhais, bem como daquelas comprometidas com o alto escalão das Forças Armadas, serviu para denunciar a repressão e a censura. Para completar o enredo, os repórteres aparecem, diversas vezes, transformados em personagens das reportagens, sempre na atitude de enfrentamento das autoridades que escondem as informações. O enredo, portanto, é a luta entre liberdade e opressão, onde a imprensa assume a aura de contrapoder.

No entanto, tudo o que chega a ser efetivamente denunciado é o terrorismo de direita e seus aliados. O grande vilão do Caso Riocentro são os terroristas; por definição, aqueles que querem desestabilizar, provocar desordem e insegurança. A função central da imprensa permanece, no Caso Riocentro, no campo da conservação da ordem. Esta constatação não nos impede de reconhecer que a cobertura realizada pelo *Jornal do Brasil* — seguido pelo *Globo* e outros veículos — pode ter cumprido papel significativo nos rumos do processo de abertura. Contudo, parece evidente que a cobertura realizada pelos jornais estava em harmonia com os objetivos de parte significativa da cúpula do poder de Estado.

Ao mesmo tempo em que se revelou uma relação estreita entre os campos do jornalismo e da política, a análise das estruturas produtivas das redações de *O Globo* e *Jornal do Brasil*, no terceiro capítulo, revelou relações de poder internas bastante rígidas e verticalizadas.

Ao analisar o campo da política, Bourdieu identifica, como característica comum a diferentes campos profissionais, a tensão entre os novos agentes, que buscam alcançar postos de maior poder, e os velhos agentes, que tentam manter seus postos. Nesta luta de poder, os novos tentam impor mudanças ao *habitus*, enquanto os velhos tentam preservá-lo. Mas os novos agentes vivem sob tensão, pois é a incorporação do *habitus* que permite ao agente ser incluído

no campo. Portanto, colocar em questão o *habitus* representa o risco de exclusão, tanto quanto não colocá-lo representa não disputar poder dentro do campo.

No jornalismo, os baixos salários, as jornadas exaustivas, a instabilidade no emprego e a rigidez da hierarquia institucional sugerem um campo profissional onde a ameaça de exclusão é enorme e, portanto, a tendência conservadora também. Outros aspectos tendiam a corroborar para esta tendência conservadora das regras do jogo: regulamentação profissional frágil, formação pela prática — mais precisamente por imitação dos mais velhos — e contratação predominantemente por indicação. Por fim, os atributos valorizados para caracterizar o profissional são extremamente subjetivos: “faro”, “intuição”, “sensibilidade” e “bom texto”.

Essas características tendem a tornar mínima a capacidade de crítica do *habitus* institucionalizado por parte dos profissionais. O que pode explicar, por exemplo, o fato da atitude de colaboração com o poder institucional interno à redação aparecer, na maioria dos depoimentos de jornalistas, naturalizada como profissionalismo. Realizar jornadas de trabalho extenuantes, submeter-se à linha editorial do veículo e acatar a pauta determinada pelo editor ou chefe de reportagem eram posturas que caracterizavam o bom profissional.

Quando falam em liberdade de criação, os repórteres e redatores, em geral, se referem, exclusivamente, ao poder de decisão que lhes competia entre a pauta que lhes era pedida e a entrega do texto, a ser publicada de acordo com os editores. E mesmo nesta etapa, repórteres e redatores precisavam atuar obedecendo as regras de procedimento institucionalizados para execução de sua tarefa.

A censura se insere neste ambiente de liberdade restrita e processo de produção rigidamente compartimentalizado. Mas, se as estratégias de controle da informação, mesmo sob governos ditatoriais, não se limitavam à ação censória, a presença da censura de Estado implicou em investimento na reestruturação das estratégias de defesa do *habitus* do campo.

Entre essas estratégias, como pudemos observar no quarto capítulo, havia a delimitação simbólica da área de atuação da censura. No esforço de proteção do espaço criativo de produção de informação, tanto no *Jornal do Brasil* quanto no *Estado de S. Paulo*, os jornalistas afirmam que eram orientados a evitar a autocensura. Em alguns casos, teriam sido estimulados, inclusive, a exercitar a “rebeldia”, apurando e tentando publicar informações proibidas ou que se supunha proibíveis. Sobre o *Jornal do Brasil*, diversos depoimentos reforçam a ideia de que os jornalistas eram estimulados a buscar brechas para furar o bloqueio da censura. Era o que se entendia por “bom jornalismo”, nas palavras de Alberto Dines.

A censura impediu a imprensa de tornar público informações consideradas importantes pelos jornalistas, em especial aquelas que mostrariam a ação repressiva do Estado. Por outro lado, ao invadir o território próprio do jornalista, por meio da censura institucionalizada, o Estado propiciou a percepção de uma situação de “guerra”, favorecendo a construção de uma memória de unidade entre os agentes do campo. Com isso, a censura pode ter contribuído para a construção de um espaço de pertencimento e afirmação de um determinado *status* do grupo “jornalistas”.

A construção discursiva desta unidade do campo do jornalismo fica evidente quando interpelamos os jornalistas sobre o período de abertura da ditadura, no Brasil. Com a posse de Ernesto Geisel, em 1974, e sua promessa de distensão política, a censura institucionalizada começou a recuar, sem se extinguir, num sinal de que a “liberdade” era uma concessão. Mesmo sob “liberdade vigiada”, a retirada do processo formal parece ter funcionado, simbolicamente, como uma proposta de armistício do governo. Por outro lado, a repressão ampliou seu campo de atuação para eliminar os dissidentes não envolvidos com a luta armada. O assassinato de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e sua repercussão entre os jornalistas, reforçou a ideia de que a repressão de Estado se acirrava contra esses profissionais. O cenário era propício para a construção de estratégias de isolamento do setor mais violento das forças repressivas, sem romper — muitas vezes em aliança — com o governo federal.

Assim, os jornalistas do *Jornal do Brasil* contam que começaram a “botar contrabando” nas matérias e a “testar a censura”. Setores da repressão acirraram suas ações terroristas, muitas contra sedes de jornais alternativos e bancas que vendiam esses jornais. Ao mesmo tempo, as grandes empresas de jornalismo começaram a publicar reportagens de denúncia da repressão. Na percepção dos jornalistas, em geral, esse foi um momento em que há uma confluência de interesses dentro das redações, em que todos, jornalistas e diretores, teriam o objetivo de derrotar a ditadura e implantar a democracia. Neste momento, a imagem dos jornais-empresa como quase partidos fica evidente. Sob esse viés, poderíamos supor que os jornais haviam se convertido em organizações políticas com unidade de ação.

No entanto, em sua estrutura de funcionamento, o jornal-empresa não tem nenhuma semelhança com um partido. A começar porque se trata de uma organização privada e o vínculo de seus membros se dá por contrato de trabalho. Considerando as relações de trabalho específicas já listadas acima, a condição de pertencimento ao campo está fortemente marcada pelas relações hierárquicas e estruturalmente arbitrárias que constituem uma empresa. A

sobrevivência do jornal-empresa depende de estratégias políticas, mas também de estratégias de mercado.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o campo do jornalismo se reconfigurou técnica, administrativa e economicamente. E também politicamente.

Antes da década de 1950, os jornais eram, em grande parte, expressões dos partidos e/ou grupos políticos organizados dentro das estruturas institucionais do Estado. Eles defendiam abertamente posições políticas e serviam de instrumento de defesa desses grupos. As grandes reformas da década de 1950, sustentadas pela entrada de vultuosas verbas publicitárias no país, representaram a despartidarização dos jornais. Processo definido, por muitos, como profissionalização do jornalismo, que deveria se tornar menos politizado e mais objetivo e imparcial. Era a consolidação do jornal-empresa.

Despartidarização, porém, não quer dizer, necessariamente, despolitização. Os jornais-empresa dos anos 1960 e 1970 continuaram atuando intensamente nas disputas travadas no campo da política.

Como vimos no primeiro capítulo, Armand Dreifuss demonstrou, com riqueza de detalhes, como o grande capital internacional contribuiu para articular o golpe de 1964. Das listas de presença e filiação ao Ipes, às atas de reunião, podemos identificar o compromisso estreito de grande parte dos jornais empresa e de muitos jornalistas da época com a conspiração que redundou na queda do presidente João Goulart.

Pelo depoimento de jornalistas de política, pode-se entrever que esta atuação política se descolou dos partidos, que se esvaziaram de poder político com a ditadura. Esta politização sem partidos políticos que pudessem representá-la pode ter contribuído para a identificação dos profissionais de jornalismo com a ideologia liberal que conforma a instituição imprensa.

Os jornalistas entrevistados por mim descrevem condições precárias de trabalho e, ao mesmo tempo, um sentido de poder no campo da política. Especialmente entre os jornalistas que cobriam os assuntos da política, a participação no debate público através das páginas do jornal conferia capital social significativo no campo da luta política. Quando o governo militar buscou apoio na imprensa para seu projeto de institucionalização do regime — conhecido como abertura política —, a representação partidária e o Parlamento estavam esvaziados de poder. A imprensa tornou-se especialmente estratégica para o projeto de abertura do governo militar.

Analisamos, no segundo capítulo desta tese, a cobertura das bombas do Riocentro, episódio que representou, na memória da imprensa, um marco da vitória do jornalismo contra o terror da repressão. Como vimos, as regras de procedimento profissional do campo do



jornalismo definiram quem falava e o que falava para o público leitor. Representantes do governo, das Forças Armadas e dos partidos tiveram suas opiniões reproduzidas. O político falava ao povo por meio do jornal. Porém, a repetibilidade das opiniões, a limitação do espectro de personagens e a coerência entre as opiniões expressas e a verdade defendida pelos jornais sugere que a visibilidade dos políticos dependia, em grande parte, de sua capacidade de submissão às leis do campo do jornalismo. No jargão jornalístico, à sua capacidade de ser uma boa fonte. Emerge a possibilidade de considerarmos, inversamente, que o jornal falava ao povo por meio do político. Como o ventríloquo que projeta sua voz para que vejam o fantoche falando. Contudo, o político não é um fantoche, mas um agente que também luta com as armas de que dispõe, a fim de determinar à sua maneira as regras do jogo. Jornalismo e política, portanto, são campos que se interpenetram, não por desvio, mas pelas próprias regras do jogo.

Há uma negociação necessária à garantia da delegação recebida, tanto pelos agentes que ocupam os cargos políticos, quanto por aqueles que se apresentam como agentes do campo do jornalismo. O mito do jornalista como fiscalizador do poder é o par complementar do mito segundo o qual o interesse de mercado distanciaria a empresa de jornalismo da luta política.

A tese da incompatibilidade entre interesses políticos e interesses de mercado, própria da ideologia liberal, pressupõe que, para cumprir a função de fiscalização do poder, o jornal precisaria se sustentar apenas com os mecanismos de mercado. Na prática, isso significa depender das grandes empresas anunciantes, cujos interesses políticos não podem ser desprezados.

O jornal se distanciou do lugar de expressão partidária para se oferecer como o próprio espaço público onde as lutas de poder se expressam. E se expressam dentro das regras do jogo no campo do jornalismo. Essas regras, como vimos no terceiro capítulo, incluíam procedimentos industriais, mecanismos de controle de produção bastante rigorosos e condições de emprego precárias. Mas a fábrica de notícias conferia a seus empregados um capital social especial, ao propiciar a proximidade e algum nível de participação no exercício do poder da instituição imprensa no campo político.

Esta pesquisa revelou a interdependência entre o campo da política e do jornalismo. Demonstrou-se, assim, que a imagem de autonomia do campo do jornalismo em relação ao campo da política é uma ideologia, que camufla as estratégias próprias do campo do jornalismo, ampliando seu poder de penetração no campo da política.

Não se trata de denunciar a imprensa, mas de demonstrar que o princípio da “independência” do jornalismo não se sustenta quando perguntamos sobre as regras do jogo

que constituem e são constituídos pelo campo. A imprensa, como instituição político-empresarial, atua, deliberadamente, no campo da política. A ocultação do compromisso político dos jornais faz parte das estratégias de luta no campo, incorporadas ao *habitus* profissional dos jornalistas.

É com base nesta ideologia que se torna possível, até os dias de hoje, a construção de uma narrativa que aponta qualquer intervenção do Estado no campo do jornalismo como ameaça à liberdade e à democracia. Este talvez seja um dos legados mais significativos do processo de transição brasileiro, no campo do jornalismo. Ao se construir, na memória, como espaço de resistência à repressão, a imprensa se impôs ao Estado como referência democrática. Uma distorção considerável, se lembrarmos que o Estado, como instituição pública, conta com mecanismos de controle social. Já as empresas de jornalismo, como propriedade privada, são controladas por seus proprietários e sócios. Assim, os jornais-empresas, transformados em palco “neutro” onde se joga o jogo político, contribuem para que as leis de mercado se imponham ao campo da política. Um legado significativo do processo de modernização conservadora que embalou o golpe e a ditadura brasileira.

## FONTES HISTORIOGRÁFICAS

### Fontes orais

#### Entrevistas realizadas pela autora:

**Ana Lagoa:** realizada em 8 de dezembro de 2017, na residência da entrevistada.

**Antero Luiz Martins Cunha:** realizada em 9 de agosto de 2017 no escritório de advocacia do entrevistado.

**Antônio Henrique Lago:** realizada em 29 de novembro de 2017, na residência do entrevistado.

**Belisa Ribeiro:** realizada em 27 de julho de 2017, via *skipe*.

**Celeste Soares Cintra Lima:** realizada em 28 de novembro de 2018 na Casinha da Paz, Spa Pedro Américo Zen, Rua Pedro Américo, 329.

**José Sérgio Rocha, Osvaldo Maneschy e Cláudio Renato Ferreira da Silva:** realizada no dia 21 de julho de 2017, no restaurante Toca do Baiacu, Rua do Ouvidor.

**Joelle Rouchou:** realizada em 27 de setembro de 2018 na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rua São Clemente.

**Kristina Michahelles:** realizada em 26 de setembro de 2018, na padaria La Bicyclette, Rua Pacheco Leão, 320.

**Luarlindo Ernesto Silva:** realizada em 26 de maio de 2017 na redação do jornal *O Dia*.

**Luiz Eduardo Rezende:** realizada em 21 de setembro de 2018 na residência da entrevistadora.

**Milton Coelho da Graça:** realizada em 5 de dezembro de 2017, na sede do CPDA/UFRRJ, Rua Presidente Vargas, 417, 6º andar.

**Murilo Rocha:** realizada em 19 de setembro de 2018, no gabinete da vereadora Teresa Berger, Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

**Regina Zappa:** realizada em 27 de novembro de 2018, na residência da entrevistada.

**Romildo Guerrante:** realizada em 26 de julho de 2017, na residência do entrevistado.

**Ubirajara Roulien:** realizada em 26 de novembro de 2018, na residência do entrevistado.

**Vera Perfeito:** realizada em 25 de setembro de 2018, na residência da entrevistada.

Entrevistas realizadas pelo Centro de Cultura e Memória do Jornalismo

Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/acervo/conteudo/depoimentos>; capturadas em agosto de 2018.

**Audálio Dantas:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 24/09/2008.

**Alberto Dines:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 17/9/2008.

**Alberto Jacob:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008.

**Augusto Nunes:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 27/9/2008.

**Carlos Lemos:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008.

**Dácio Malta:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 19/8/2008.

**Domingos Meireles:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/8/2008.

**Fritz Utzeri:** Entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 29/8/2008.

**George Vidor:** Entrevista à Carla Siqueira, CCMJ, 8/10/2008.

**Henrique Caban:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 29/7/2008.

**Israel Tabak:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 24/10/2008.

**Jânio de Freitas:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 9/10/2008.

**Luiz Garcia:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 28/7/2008.

**Marcelo Berbara:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 24/10/2008.

**Marcos de Castro:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 5/12/2008.

**Pery Cotta:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 22/7/2008.

**Villas-Bôas Corrêa:** Entrevista à Carla Siqueira e Caio Barretto, CCMJ, 10/9/2008.

Outras entrevistas

**Henrique Caban:** Entrevista realizada por Aziz Ahmed, disponível no canal Aziz Ahmed no Youtube, publicado em 13/7/2018.

**Luís Mario Gazzaneo:** Entrevista realizada por José Sérgio Rocha, em 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BS6lDx62O6I> - Capturado em 13/7/17

**Villas Bôas Corrêa:** Entrevista a Américo Oscar Freire e Marieta de Moraes Ferreira, CPDOC, 10/9/1997.

**Elmar Bones:** Entrevista realizada para o documentário Resistir é preciso. Instituto Vladimir Hersog. Disponível em: [resistirepreciso.org.br/protagonistas-dessa-historia/](http://resistirepreciso.org.br/protagonistas-dessa-historia/)

### **Acervos consultados**

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: [bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/](http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/)

Acervo digital *O Globo*: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/>

Acervo digital *O Estado de S. Paulo*: <https://acervo.estadao.com.br/>

Acervo digital *Folha de S. Paulo*: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

### **Documentos**

Ciclo de debates do teatro Casa Grande, coleção Opinião. Rio de Janeiro: Inúbia, 1976.

Document 99 – Foreign relations of the United States, 1973-1976, volume E-11, part 2, documents on South America, 1973-1976 99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger. Disponível em: [history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76vol1p2/d99?platform=hootsuite](http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76vol1p2/d99?platform=hootsuite)

Inquérito Policial Militar de 1981 sobre explosões no Riocentro. Vol.1, 2 e 3. Disponível em: [www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm](http://www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm). Capturado em: 27/12/2016.

Relatório Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Capturado em: 15/12/2016.

Relatório da CPI do IBAD. Disponível em: [www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes](http://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes)

Relatório Preliminar de pesquisa Caso Riocentro: terrorismo de estado contra a população brasileira, 2011. Disponível em: [cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/relatorio\\_preliminar-riocentro-CNV.pdf](http://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/relatorio_preliminar-riocentro-CNV.pdf)

Resolução da Câmara dos Deputados, nº 100/1957.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE). Companhia Editora de Pernambuco Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

Comissões parlamentares de inquérito, 1946 a 2002. Coordenação de Publicações Centro de Documentação e Informação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17081>

## **Periódicos**

*Correio Braziliense*, maio-junho, 1810, volume IV.

*Correio da Manhã*. Edição: 26/4/1959.

*Diário do Congresso Nacional*: 9/8/1957 – Seção I; 30/1/1959 – Seção I; 30/10/1959 – Seção I; 30/7/1963 – Seção I; 2/9/1963 – Seção I; 28/10/1976 – Seção II.

*Folha de S. Paulo*, 28/1/1979.

*Jornal do Brasil*. Edições: 16/11/1933, 4/7/1961, 2/8/1963, 14/11/1963, 13/04/1971, 3/12/1972, 10 e 11/12/1973, 31/10/75, 19/4/76, 18 a 20/12/1976, 11/3/1977 e 4/5/1977, 18/6/1978, 22/10/1978, 1 a 4/5/1981 e 15/8/1984.

*Observador Econômico e Financeiro*. Edição: julho de 1954. Ano XIX número 221.

*O Estado de S. Paulo*. Edições: 14/12/1968, 14/9/1974, 3/1/1975 e 7/2/ 1975.

*O Globo*. Edições: 12/4/1956, 22/3/1966, 2/22/1968, 3/12/1974, 4/12/1974, 9/1/1977, 11/3/1977 e 1 a 4/5/1981.

*O Pasquim*. Edição: número 300, 29/03/1975.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo: O jornalismo e a ética do marceneiro.** São Paulo: Schwarcz, 1988.

ABREU, Alzira Alves. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

\_\_\_\_\_, A.A. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50** [online]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_, A.A. **A modernização da imprensa (1970-2000).** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_, A.A. **A mídia na transição democrática brasileira.** Sociologia, Problemas e Práticas [online], n.48, p. 53-65, 2005.

\_\_\_\_\_, A.A. (org) **A Democratização do Brasil: atores e contextos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de São Paulo e Movimento.*** Bauru: EDUSC, 1999.

ARBEX, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo.** São Paulo: Casa Amarela, 2002. 2ª Ed.

ARGOLO, José A., RIBEIRO, Kátiae FORTUNATO, Luiz Alberto M.. **A direita explosiva: A história do Grupo Secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações.** Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica vol.1: História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2009. 5ª Ed.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de jornalismo: século XX.** Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900/2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010a. 2ª Ed. Versão digital.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800/1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis, Vozes, 2004.

BIERRENBACH, Julio de Sá. **Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?** Rio de Janeiro, Domínio Público, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Edições 70, 2016. 2ª Ed.

\_\_\_\_\_, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2002.

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALLADO, Ana Arruda. O texto em veículos impressos. In: CALDAS, Álvaro (org). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. RJ/SP: PUC-RJ/Loyola, 2002.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar brasileira 1964-1988**. Niterói: Eduff, 2017.

CASTILHO, Márcio de Sousa. **A presença da Esso na imprensa brasileira**. Revista Rumores. v. 2 n. 3. São Paulo, USP: 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51132>

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

COSTA, Cristina (org.). **Seminários sobre censura: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP)**. São Paulo: Balão Editorial, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar**. Estudos Avançados, 28 (80) , p.59-74, 2014.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**, São Paulo: Summus, 1986. 6ª ed.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. 3ª ed.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

\_\_\_\_\_, C. **Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador**. Topoi. Revista de História | Volume 14, Número 27. Rio de Janeiro, Julho/Dezembro, 2013. (Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/numerosanteriores/topoi27/>)

\_\_\_\_\_, C. **Censura, ditadura e “utopia autoritária”**. in COSTA, Cristina (org). Seminários sobre censura: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura/ECA/USP. São Paulo, Balão Editorial/Fapesp, p.65-75, 2012.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1986. 6ª ed.

FRANKL, Victor. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 1984: 5 digital.



- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_, E. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. Versão digital.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Schwarcz, 1989.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.
- GRAEL, Dickson M. **À sombra da impunidade: Aventura, corrupção, terrorismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- HERMETO, Mirian. **“Olha a gota que falta”**: um evento no campo artístico-cultural brasileiro (1975-1980). UFMG, 2010. (Tese de doutorado)
- (2010), o público desses debates ficava em torno de 1.200 pessoas, em geral jovens.
- HERTZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre, Tchê: 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionário: no tempo da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.
- \_\_\_\_\_, B. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- \_\_\_\_\_, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Campinas: Insular, 2001. 3ª Ed.
- LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e capitalismo**. Campos dos Goytacazes: Kairós, 1984.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978**. São Paulo: Global, 1980.

MAUÉS, Flamarion. **Livros na campanha pela anistia**. In: Revista Perseu: história, memória e política, Vol. 6, n. 6, p.257-277, 2011. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

\_\_\_\_\_, F. **Intimidades entre imprensa e ditadura**. In: Revista Fórum, 19/9/2010. [online]. (Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/rodrigovianna/brodrigovianna-intimidades-entre-a-grande-imprensa-e-a-ditadura/>)

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988. 2ª ed

MILTON, John. **Aeropagítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOLICA, Fernando (org). **Dez reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: O fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTTA, Cezar. **Até a última página: uma história do Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. Versão Digital: LeLivros.

Napolitano, Marcos. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)**, Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. (Disponível em <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.24766>)

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Em: Revista Estudos Históricos, vol.2, n.3, p3-15, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social**. Em: Revista Estudos Históricos, vol.5, nº 10. p.200-212, Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, pp. 103 – 137.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro, Campus: 2002. Versão digital.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. D.A. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. D.A. **Ditadura militar e revolução socialista no Brasil**. Revista Tempos Acadêmicos. Número 4, Criciúma: Ed. UNESCO, 2006. Acesso eletrônico: <http://periodicos.unesc.net/>.

REZENDE, Luiz Eduardo. **No tempo da reportagem**. Rio de Janeiro: Xenon, 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 31, p. 147-160, 2003.

\_\_\_\_\_, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. História da comunicação no Brasil: um campo em construção. Em: ABREU, Alzira ALVES; HEICHMAN, Micael; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

\_\_\_\_\_, A.P.G. **Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50**. Artigo ao XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 3 a 7 de setembro de 2001. (Disponível em: [www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/arquivos/trabalhos.htm](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/arquivos/trabalhos.htm))

RIBEIRO, Belisa. **Bomba no Riocentro: o fim de uma farsa**. Rio de Janeiro: Sisal, 1999.

RIBEIRO, Belisa. **Jornal do Brasil: história e memória**. Rio de Janeiro: Caminhos da cultura. 2015.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta: Condições e contradições do trabalho Jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROXO, Marco. **Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979**. Niterói: UFF, 2013.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Summus, 2005.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Senac, 2001.

SILVA, Carla Luciana Souza Silva, **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Niterói: UFF, 2005. (Tese de doutorado).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

STEPAN, Alfred. **OS militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.

Thompson, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAZ, Ana Lucia. **Jornalismo na correnteza**: senso comum e autonomia na prática jornalística. Rio de Janeiro, Senac, 2013.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1994

### **Vídeo**

Resistir é Preciso - Episódio 7 - "A imprensa alternativa pelo Brasil afora", Instituto Vladimir Herzog. Publicado no canal do Youtube Kâmera Libre, 2/4/2014. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=d1oGbON1wIM&t=14s](http://www.youtube.com/watch?v=d1oGbON1wIM&t=14s)

# ANEXO 1 - O AI-5 NO JORNAL DO BRASIL

Jornal do Brasil, 14/12/1968 anuncia a promulgação do AI-5

Tempo negro. Temporária suspensão. O país está sendo varrido por fortes ventos. Min. 38º, em Brasília. Min. 25º, em Rio de Janeiro.

# JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sábado, 14 de dezembro de 1968

Ano LXXVIII — N.º 213

Ontem foi o Dia dos Cegos

(Página 12)

## Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

### O Ato Institucional n.º 5

Assinado pelo Presidente da República e por todos os Ministros do Estado, é o seguinte o Ato Institucional n.º 5, baixado ontem:

Art. 1.º — São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais com as modificações constantes do Ato Institucional.

Art. 2.º — O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, sob o pretexto de qualquer motivo quando convocados pelo Presidente da República.

Art. 3.º — Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 4.º — Durante o período de recesso, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores só poderão exercer a função de seus subsídios.

Art. 5.º — Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 6.º — O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios sob as limitações previstas na Constituição.

Art. 7.º — Os interventores dos Estados e municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que cabem respectivamente aos Governadores ou prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixadas em lei.

Art. 8.º — No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos, federais, estaduais e municipais.

Art. 9.º — Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 10.º — A suspensão dos direitos políticos com base neste Ato importa simultaneamente em:

1.º cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

2.º suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições municipais;

3.º proibição de atividades e manifestações sobre assuntos de natureza política;

4.º aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de frequentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

Art. 11.º — O Ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

Art. 12.º — As medidas de segurança de que trata o item 4.º deste Artigo, serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, de acordo com a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 13.º — Ficam suspensas as garantias constitucionais, ou legais de vitalidade, inamovibilidade, estabilidade, assim como a do exercício de funções por prazo certo.

Art. 14.º — O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, suspender ou pôr em disponibilidade qualquer militar das garantias referidas neste Artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das Polícias Militares, assegurados, quando for o caso, vencimentos ou vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 15.º — O disposto neste Artigo e seu parágrafo 1.º, aplicam-se também nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 16.º — O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Parágrafo único — Em caso de recesso do Congresso Nacional, fica dispensada a exigência contida no § 1.º do Artigo 153 da Constituição.

Artigo 8.º — O Presidente da República, após investigação, decretar o controle de bens de todos quantos tenham emprego ou função no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único — Proveda a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a sua restituição.

Art. 9.º — O Presidente da República poderá baixar Ato Complementar para execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da revolução, as medidas previstas nas alíneas "b" e "c" do parágrafo 1.º do Art. 102 da Constituição.

Art. 10.º — Fica suspensa a garantia de habeas-corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11.º — Exceção de qualquer agrégado judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Ato Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12.º — O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968.

### O Ato Complementar n.º 38

É o seguinte o Ato Complementar n.º 38, baixado ontem juntamente com o Ato Institucional n.º 5:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o Ato Complementar:

Art. 1.º — Nos termos do Art. 2.º e seu parágrafo do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o recesso do Congresso Nacional a partir desta data.

Art. 2.º — O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968.

### TRADIÇÃO QUE SE RENOVA



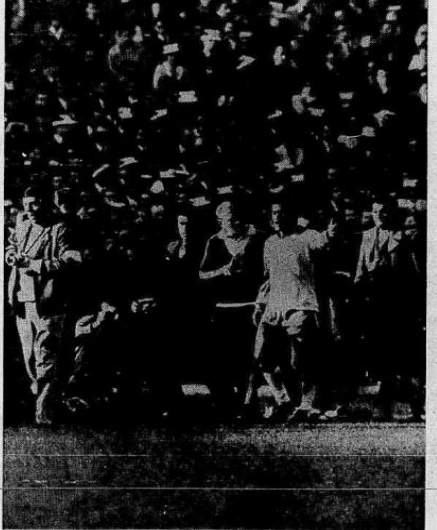
O Presidente dirige a entrega de espadas aos novos guardas-marinhos

### IDENTIDADE PROFUNDA



Os Ministros militares fraternizam durante a homenagem à Marinha

### HORA DRAMÁTICA



Garrinha foi expulso quando o Brasil venceu o Chile na Copa de 62

O Governo, depois de uma expectativa de várias horas, baixou, ontem à noite, o Ato Institucional n.º 5, e, com base nele, o Ato Complementar n.º 38, que decreta o recesso do Congresso Nacional, sem prazo determinado. Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve-se calmo e não houve corridas aos bancos, apesar das apreensões de alguns cidadãos que, decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de *A Voz do Brasil* — e deixaram de chegar ontem às suas casas.

Houve grande movimentação, ontem, nos quartéis do Rio, onde continua rigoroso o regime de prontidão. Na Vila Militar, os ca-

minhões estão em posição de deslocamento. A Polícia Federal tem 400 homens, na Guanabara, "prontos para agir", e também estão totalmente mobilizadas a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil.

Várias reuniões sucederam-se na área militar. O Ministério do Exército apresentou movimento incomum, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles estavam no gabinete do Ministro do Exército, ora no comando do I Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou a promulgação do Ato Institucional n.º 5.

### DINHEIRO — CAUTELAS

REGIA DE NOVA BRASÍLIA, 13 de dezembro de 1968. — O Banco do Brasil anunciou que a partir de amanhã, 14 de dezembro, o dinheiro em espécie deixará de ser emitido em notas de 100 mil e 500 mil cruzeiros. O Banco do Brasil também anunciou que a partir de amanhã, 14 de dezembro, o dinheiro em espécie deixará de ser emitido em notas de 100 mil e 500 mil cruzeiros. O Banco do Brasil também anunciou que a partir de amanhã, 14 de dezembro, o dinheiro em espécie deixará de ser emitido em notas de 100 mil e 500 mil cruzeiros.

A PARTIR DE HOJE, 14 de dezembro, o dinheiro em espécie deixará de ser emitido em notas de 100 mil e 500 mil cruzeiros. O Banco do Brasil também anunciou que a partir de amanhã, 14 de dezembro, o dinheiro em espécie deixará de ser emitido em notas de 100 mil e 500 mil cruzeiros.

EMPRESAS... (text partially obscured)

### Bonifácio declara que Ato resulta de várias crises

Após tomar conhecimento, pelo rádio, do Ato Institucional n.º 5, o presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio, disse que ele "resulta de crises e dificuldades do Governo e do mal-estar do povo. Não é o momento para examinar, mas sim para manifestar ainda uma vez mais a esperança de que crises como esta sejam resolvidas de maneira a possibilitar o desenvolvimento brasileiro."

Acrescentou o Sr. José Bonifácio "duas coisas, que jamais devem esquecer, e neste país têm sido tradição: perenes têm sido

as eleições, e nós, os eleitores, formulamos apelo mais uma vez para que o Brasil permaneça e se transforme numa grande nação, como faz jus pelo trabalho de seu povo. Com essas palavras, e obedecendo ao novo regime, declaro nossa missão encerrada."

O presidente da Arena, Sr. Daniel Krieger, após ouvir, pelo rádio, a leitura do novo Ato, no Rio, dirigiu-se, com alguns parlamentares, para uma residência na zona sul, a fim de examinar o quadro político. Admite-se a possibilidade de um pronunciamento dos dirigentes da Arena.

### TELEFONES

ATENÇÃO: Fone... (text partially obscured)

TELEFONE... (text partially obscured)

ANUNCIOS... (text partially obscured)





PAIS Médicos no interesse

COMISSÃO de estudo para a criação de um Conselho Nacional de Médicos...

PARA NÃO perder a oportunidade de participar...

INPS contesta ação sobre terra de terreno

INSTITUTO Nacional de Previdência Social contesta ação...

Juristas no Paraná debatem Processo Civil

DEBATE sobre o novo Código de Processo Civil em Curitiba...

José, 94 anos, casou-se com Maria, de 90

NOUVELES casamento em São Paulo...

Ferrovia pode ligar S. Paulo a Viracopos

PROPOSTA de linha férrea para conectar as duas cidades...

Jornalista suicida-se na prisão

NOTÍCIA sobre o suicídio de Vladimir Herzog...

CPI do Menor sugere um órgão com mais poder que a Funabem

COMISSÃO de inquérito sugere a criação de um Conselho Nacional de Menores...

Delegação do Brasil termina visita à China

DELEGACÃO brasileira retorna ao Brasil após 15 dias de viagem...

Testemunhas depõem em Salvador

DEPOIMENTOS em audiência sobre o caso de um jornalista...

Mãe encontra amanhã o filho seqüestrado há 5 anos em Vitória

REUNIÃO familiar marcada para o próximo dia...

Ministério encerra a campanha nacional contra a meningite

ENCERRAMENTO da campanha de conscientização...



O edifício "Mundo Cultural" e o último detalhe para a Topografia Leste/Oeste da Bahia

Exército e FAB fazem exercício conjunto na Bahia com mil homens

MANOUBRA militar realizada na região de Salvador...

Advertisement for a General PT 5000 CA 1206P electronic typewriter.

Edifício de 30 andares vai ser demolido em 10 segundos

PROPOSTA de explosão controlada para a remoção do prédio...

Small advertisement for a children's product with an illustration of two children.

RÉVEILLON NA ARGENTINA

UMA festa como essa só o touring pode oferecer!

Large advertisement for a newspaper article titled 'Jornalista suicida-se na prisão' with a detailed text block.



Primeira página

Página 5

**Brasil se recusa a jogar nova partida contra o México**

João Carlos ao Brasil o novo herói nacional

**Flu goleia em 8 minutos**

**O GLOBO**  
FUNDAÇÃO DE BENEVOLENTIA

**Terror mata 5 policiais na Argentina**

**Confiança pragmática**

**Il Estreito informa suicídio de jornalista**

**Congresso da Aeta será aberto hoje**

**II Exército informa suicídio de jornalista**

Em nota oficial divulgada ontem em São Paulo, o Comando do II Exército explica o suicídio do jornalista Wladimir Herzog, da TV Cultura, que momentos antes admitira ser militante do Partido Comunista Brasileiro. Deixado só numa sala para redigir sua confissão, Wladimir enforcou-se com uma tira de pano. (Página 5)

27-10-75 - Segunda-feira ☆ Página 5

# Nota do II Exército explica suicídio de jornalista na prisão

SÃO PAULO (O GLOBO) — O Comando do II Exército distribuiu nota oficial informando que o jornalista Wladimir Herzog, da Tv-Cultura, se enforcou na tarde de sábado, em dependências daquela unidade, após prestar declarações e confessar-se militante do Partido Comunista Brasileiro.

O corpo do jornalista, liberado através da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, está sendo velado no Hospital Albert Einstein e será sepultado hoje, às 10 horas, no Cemitério Israelita.

## Nota oficial

É a seguinte a nota oficial do Comando do II Exército:

"O Comando do II Exército lamenta informar o seguinte: (1) Em prosseguimento das diligências que se desenvolvem na área do II Exército que revelam a estrutura e as atividades do "Comitê Estadual do Partido Comunista", apareceu, citado por seus companheiros, o nome do Sr. Wladimir Herzog, diretor-responsável de tele-jornalismo da Tv-Cultura, Canal 2, como militante integrante de uma célula de base de jornalistas do citado "Partido".

"(2) Convidado a prestar esclarecimentos, apresentou-se, acompanhado por um colega de profissão, às 8 horas do dia 25 do mês fúente, sendo tomado por termo suas declarações".

"(3) Relutante, inicialmente, sobre suas ligações e atividades criminosas, foi acareado com seus deitadores, Rodolfo Oswald Konder e Jorge Benigno Jatsay Duque Estrada, que o aconselharam a dizer toda a verdade, pois assim já haviam procedido".

"(4) Nessas circunstâncias, admitiu o Sr. Wladimir Herzog, a sua atividade dentro do "PCB", sendo-lhe permitido redigir suas declarações de próprio punho.

"(5) Deixado, após o almoço, e por volta das 15 horas, em sala, desacompanhado, escreveu a seguinte declaração: "Eu, Wladimir Herzog, admito ser militante do PCB desde 1971 ou 1972, tendo sido aliciado por Rodolfo Konder; comecei contribuindo com Cr\$ 50,00 mensais, quantia que chegou a Cr\$ 100,00 em fins de 1974 ou começo de 1975; meus contatos com o PCB eram feitos através de meus colegas, Rodolfo Konder, Marco Antônio Rocha, Luiz Weis, Antônio de Brito, Miguel Urbano Rodrigues, Antônio Prado, e Paulo Markun, enquanto trabalhava na revista "Viação". Admito ter cedido minha residência para reuniões, desde 1972; recebi o jornal "Voz Operária", uma vez pelo correio, ou duas ou três vezes, das mãos de Rodolfo Konder. Relutei em admitir neste órgão, minha militância, mas, após acareações, e diante das evidências, confesso todo o meu envolvimento, e afirmo não estar interessado mais em participar de qualquer militância político-partidária. (assinatura ilegível)."

"(6) Cerca das 16 horas, ao ser procurado na sala onde fora deixado, desacompanhado, foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano. O papel, contendo suas declarações, foi achado rasgado, em pedaços, os quais, entretanto, puderam ser recompostos para os devidos fins legais.

"(7) Foi solicitada à Secretaria de Segurança a necessária perícia técnica, positivando os senhores peritos a ocorrência de suicídio.

"(8) As atitudes do Sr. Wladimir Herzog, desde a sua chegada, a órgão do II Exército, não faziam supor o gesto extremo por ele tomado.

"(9) As prisões até hoje efetuadas se enquadram, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, não visando a atingir classes, mas, tão-somente, salvaguardar a ordem constituída e a segurança nacional."

## Inquirido

O Comandante do II Exército determinou abertura de inquérito para apurar e esclarecer as circunstâncias em que ocorreu a morte do jornalista, e solicitou, também, que 3 médicos civis examinem o corpo de Wladimir Herzog.

## Nota do sindicato

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo divulgou nota informando "que ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos" sobre o episódio.

## Comando do II Exército explica em nota oficial morte de jornalista

São Paulo — Em nota oficial, o comando do II Exército anunciou a morte do jornalista Wladimir Herzog, de 38 anos, casado e com dois filhos, ocorrida nas dependências do DOI-CODI, órgão de segurança diretamente vinculado ao comando do Estado-Maior do II Exército.

Herzog era diretor responsável do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, Canal 2, em São Paulo.

### A nota

A nota do II Exército é a seguinte na íntegra:

"O Comando do II Exército lamenta informar o seguinte:

1 — Em prosseguimento de diligências que se desenvolvem na área do II Exército que revelam a estrutura e as atividades do Comitê Estadual do Partido Comunista, apareceu citado, por seus companheiros, o nome do senhor Wladimir Herzog, diretor responsável de Telejornalismo da TV Cultura, Canal 2, como militante e integrante de uma célula de base de jornalistas do citado Partido.

2 — Convidado a prestar esclarecimentos, apresentou-se acompanhado por um colega de profissão, às 8h do dia 25 do mês corrente, sendo tomadas por termo suas declarações.

3 — Relutando, inicialmente, sobre suas ligações e atividades criminosas, foi acareado com os seus delatores, Rodolfo Osvaldo Konder e Jorge Benigno Jatohy Duque Estrada, que o aconselharam a dizer toda a verdade, pois assim já haviam procedido.

4 — Nessas circunstâncias, admitiu o senhor Wladimir Herzog atividade dentro do PCB, sendo-lhe permitido redigir suas declarações de próprio punho.

5 — Deixado, após o almoço e por volta das 15h, em sala, desacompanhado, escreveu a seguinte declaração: "Eu, Wladimir Herzog, admito ser militante do PCB desde 1971 ou 1972, tendo sido aliciado por Rodolfo Konder; comecei contribuindo com Cr\$ 50 mensais, quantia que chegou a Cr\$ 100 em dias de

1974 ou começo de 1975; meus contatos com o PCB eram feitos através de meus colegas Rodolfo Konder, Marco Antonio Rocha, Luis Wels, Antonio de Brito, Miguel Urbano Rodrigues, Antonio Prado e Paulo Markun, enquanto trabalhava na revista *Visão*. Admito ter cedido minha residência para reuniões desde 1972; recebi o jornal *Voz Operária* uma vez pelo correio e duas ou três vezes das mãos de Rodolfo Konder. Relatei em admitir nesse órgão minha militância, mas após acareações e diante das evidências confessei todo o meu envolvimento e afirmo não estar interessado mais em participar de qualquer militância político-partidária. Assinado (legível).

6 — Cerca das 16h, ao ser procurado na sala onde fora deixado, desacompanhado, foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano. O papel, contendo suas declarações, foi achado rasgado, em pedaços, os quais entretanto, puderam ser recompostos para os devidos fins legais.

7 — Foi solicitada à Secretaria da Segurança a necessária perícia técnica positivando os senhores peritos a ocorrência de suicídio.

8 — As atitudes do Sr Wladimir Herzog desde a sua chegada, ao órgão do II Exército, não faziam supor o gesto de extremo por ele tomado.

9 — As prisões até hoje efetuadas se encontram, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, não visando a atingir classes, mas tão-somente salvaguardar a ordem constituída e a segurança nacional".

## Sepultamentos

O jornalista Wladimir Herzog será sepultado às 9h30m de hoje, no Cemitério Israelita do Butantã, no km 15 da Rodovia Raposo Tavares, saindo do velório no Hospital Albert Einstein,

no Morumbi. Wladimir era casado com Clarice Herzog e tinha dois filhos: Ivo, de 9 anos, e André, de 7.

Wladimir Herzog tinha 38 anos, nascido na Iugoslávia, e naturalizado brasileiro.

## Nota do sindicato

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo cumpre o doloroso dever de comunicar a prisão e a morte do jornalista Wladimir Herzog (Vlado), ocorrida ontem nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI), do II Exército em São Paulo.

A sequência dos acontecimentos que conduziram a esse trágico desfecho foi esta:

1. Na sexta-feira, dia 24, às 21h30m, agentes de segurança foram à TV-Cultura, local de trabalho do jornalista, com ordens de levá-lo para o DOI. Houve interferência da direção da emissora e de colegas de trabalho do jornalista. Os agentes de segurança, após consulta a seus superiores, comunicaram ao jornalista Wladimir Herzog que ele deveria comparecer no dia seguinte, sábado, às 8 horas, àquele departamento, a fim de prestar um depoimento. O jornalista comprometeu-se a ir, sem necessidade de escolta policial.

2. No sábado, à hora marcada, o jornalista chegou ao DOI num táxi, acompanhado de um colega de trabalho da TV-Cultura, que foi dispensado em seguida.

3. As primeiras horas da noite de sábado, as autoridades de segurança informaram que o jornalista se suicidara na prisão e que uma nota oficial do II Exército seria distribuída. O fato foi comunicado à família através do presidente da TV-Cultura e o Instituto Médico Legal forneceu um atestado de óbito, informando como causa da morte "asfixia mecânica por enforcamento"; como local a Rua Thomas Carvalho, 1.630 (sede DOI) e "hora ignorada".

Segundo informações chegadas à família, o corpo do jornalista Wladimir Herzog tinha sido entregue ao Instituto Médico Legal por volta das 17 horas.

Não obstante as informações oficiais fornecidas pelo II Exército, em nota distribuída à imprensa, o Sindicato dos Jornalistas deseja notar que, perante a lei, a autoridade é sempre responsável pela integridade física das pessoas que coloca sob sua guarda.

O Sindicato dos Jornalistas, que ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos, denuncia e reclama das autoridades um fim a esta situação, em que jornalistas profissionais, no pleno, claro e público exercício de sua profissão, cidadãos com trabalho regular e residência conhecida, permanecem sujeitos ao arbítrio de órgãos de segurança, que os levam de suas casas ou de seus locais de trabalho, sempre a pretexto de que irão apenas prestar depoimento, e os mantêm presos, incomunicáveis, sem assistência da família e sem assistência jurídica, por vários dias e até por várias semanas, em flagrante desrespeito à lei.

Trata-se de uma situação, pelas suas peculiaridades, capaz de conduzir a desfechos trágicos, como a morte do jornalista Wladimir Herzog, que se apresentara espontaneamente para um depoimento.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo comunica ainda que o sepultamento do jornalista Wladimir Herzog será realizado segunda-feira, às 9h30m, saindo do velório do Hospital Albert Einstein, no Morumbi, para o Cemitério Israelita, no km 15 da Rodovia Raposo Tavares, e conclama os jornalistas de todas as redações de jornais, revistas, rádio e televisão, sem exceção, a que compareçam para prestarmos a última homenagem ao companheiro desaparecido. A diretoria: São Paulo, 26 de outubro de 1975; Ass.: Audálio Dantas; José Aparecido; Gastão Thomaz de Almeida; Wilson Games; Fernando Pacheco Jordão; Moisés Ziskind; Deril Marques Silva.

Primeira página

Página 4

# Governo vai apurar morte de jornalista

Em resposta à Oposição, que exigiu mais detalhes sobre o suicídio do jornalista Vladimir Herzog em uma cela do DOI-CODI em São Paulo, o líder do Governo no Senado, Sr. Petrônio Portela, garantiu que todas as providências serão tomadas para esclarecer o caso, pois "quem mais interesse tem em que o fato se elucidie e as razões se apurem é o Governo".

O Comando do II Exército distribuiu à imprensa cópia xerográfica do laudo de exame de corpo de delito feito pelo IML do Estado de São Paulo no cadáver do jornalista e que comprova seu suicídio. Foi também entregue cópia do exame grafotécnico atestando a autenticidade da nota manuscrita em que Vladimir confessou seu envolvimento com o PCB. (Pág. 4 e editorial pag. 6)

Ativar o Windows

**JORNAL DO BRASIL**  
Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1975  
Ano LXXXV - Nº 208

**Geisel anuncia aplicação de US\$ 120 milhões em turismo**  
O presidente Geisel anunciou hoje a aplicação de US\$ 120 milhões em turismo para o Brasil. O anúncio foi feito durante uma reunião com ministros do Gabinete de São Paulo, disse um porta-voz do presidente. Segundo o mesmo porta-voz, o dinheiro será usado para melhorar a infraestrutura turística do país, incluindo a construção de hotéis e a melhoria dos serviços turísticos.

**Embaixadas começam a deixar o Líbano para fugir à luta**  
As embaixadas dos Estados Unidos, França, Alemanha Ocidental e Itália começaram hoje a deixar o Líbano para fugir à luta. Segundo fontes diplomáticas, as embaixadas estão sendo evacuadas devido à situação de insegurança no país.

**Governo vai apurar morte de jornalista**  
O governo vai apurar a morte do jornalista Vladimir Herzog. O anúncio foi feito pelo líder do governo no Senado, Sr. Petrônio Portela, durante uma reunião com ministros do Gabinete de São Paulo.

**Faria Lima traça política para servidor**  
O ministro da Fazenda, Faria Lima, traçou hoje a política para o servidor público. Segundo o ministro, o governo pretende implementar uma série de medidas para melhorar a situação financeira dos servidores públicos.

**Executivo é sequestrado na Argentina**  
O executivo brasileiro foi sequestrado na Argentina. Segundo fontes diplomáticas, o sequestro ocorreu durante uma viagem de negócios.

**Leia editorial "Repressão Preventiva"**

# Laudo diz que foi suicídio

São Paulo — O Comando do II Exército distribuiu à imprensa cópia xerográfica do laudo de exame de corpo de delito (exame necroscópico) realizado pelo Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo no cadáver do jornalista Vladimir Herzog, comprovando seu suicídio, por enforcamento, em uma das celas do DOI-CODI.

Os corpos — eram mais de 100 — ainda chegavam quando o sepultamento foi iniciado. A viúva de Vladimir, Clárisse, chorando pediu que esperassem a chegada da mãe do morto, para que ela atirasse, de acordo com a cerimônia tradicional, três punhados de terra sobre o caixão.

Também foram distribuídas cópias xerográficas dos inuados da pericia de encontro de cadáver e do exame grafotécnico que atesta a autenticidade da nota manuscrita em que o jornalista Vladimir Herzog confessou o seu envolvimento nas atividades do PCB.

## EXAME

No exame de corpo de delito, os Drs. Arildo de T. Viana e Harry Shibata, designados pelo diretor do IML, responderam aos seguintes quesitos: 1º — Houve morte? 2º — Qual a sua causa? 3º — Qual o instrumento ou meio que a produziu? 4º — Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio cruel? Suas respostas: 1a. — Sim; 2a. — Asfixia mecânica; 3a. — Enforcamento; 4a. — Não.

## ENTERRO

Numa cerimônia rápida, que causou protestos de parentes e amigos, o jornalista Vladimir Herzog foi sepultado pela manhã no Cemitério Israelita do Butantã, diante de cerca de 500 pessoas.

## LIBERADOS

Os jornalistas Paulo Sérgio Markum, Anthony Jorge Andrade de Christo, Jorge Benigno Jahay Duque Estrada e Rodolfo Oswaldo Konder, que estavam presos no DOI-CODI, foram soltos por determinação do Comando do II Exército. As 17h30m, foi liberado o jornalista Luis Paulo Costa, que passará a depor no DOPS. Segundo informaram dirigentes do DOI, os jornalistas Egger Moellward (mulher de George Duque Estrada), Sérgio Gomes, Marilinda Marchi, Ricardo de Moraes Monteiro, Frederico Pessoa da Silva e Luis Poia Gale continuarão presos até "o esclarecimento de suas implicações subversivas".

# JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1975  
Diretor-Presidente: Condessa Fátima Cavaco  
Diretor: Lyval Tolha  
Diretor: Bernard de Carras Campos  
Editor: Walter Fontene

## Repressão Preventiva

Depois de prestar depoimento nas dependências de um órgão de segurança que apura atividades subversivas, em São Paulo, o jornalista Vladimir Herzog matou-se, segundo informaram, em nota oficial, as autoridades militares da região. As circunstâncias do caso, a exemplo de alguns outros ocorridos ao longo da guerra travada contra a subversão em nosso país, requerem reflexão.

Procurado em seu local de trabalho por uma escolta, Herzog prometeu comparecer, no dia seguinte, em hora determinada, à sede do órgão. E assim o fez. Inocente ou culpado, colocou-se voluntariamente à disposição das autoridades para dar os esclarecimentos que lhe fossem exigidos. Ao agir assim, confiantemente, ele se pôs sob a guarda e proteção dos investigadores, que representavam o Estado.

Tudo indica que a custódia não lhe foi concedida em nível mínimo de segurança. Afinal, o acusado morreu. Não importa como. Também não cabe, no caso, lembrar crimes que lhe são atribuídos. Verifica-se apenas que não houve, por parte do órgão investigador, retribuição de confiança.

O Estado tem todo o direito, igualmente um dever, de travar guerra, que todos reconhecem de longa duração, contra os inimigos da ordem, da segurança, das instituições, da estabilidade do país. Mas, exatamente por ser longa, essa dura batalha precisa ser institucionalizada de forma a conquistar a adesão da maioria da sociedade que, não competuando com a agitação, nela não está envolvida e dela não quer ser vítima.

Isso supõe a normalização, por assim dizer, do processo movido à guerra subversiva. Os métodos desse processo, principalmente quando não defrontam choques e conflitos de suma gravidade, não podem deixar de ser civilizados. Do contrário, em vez da adesão da maioria absoluta de brasileiros bem intencionados, os métodos dos órgãos de segurança transformam-se em fontes de insegurança. E em lugar da confiança, instaura-se a intranquilidade.

No episódio ocorrido em São Paulo houve violação clara de regras normais que instruem o processo civilizado de apurar manufações subversivas. Ou seja: a incapacidade revelada pelo Estado, através de seus representantes, de garantir segurança a quem nela confia. A partir daí, o fato pode ensejar a exploração demagógica de radicais, e até mesmo gerar sentimentos contrários à solidariedade que o processo de combate à subversão comunista deveria buscar.

Deve o Estado, nessa luta sem tréguas, aprimorar os meios de defesa. A guerra seria mais facilmente vencida se utilizasse métodos mais compatíveis com as normas sociais. Os crimes políticos, tanto quanto os crimes comuns, admitem um estágio de prevenção anterior e paralelamente à fase de repressão. Quando esta dispensa aquela, é porque a repressão assumiu proporções tais que justifica, então, o qualificativo de preventiva.

Nesse ponto, tudo se torna possível. Em nome da repressão preventiva podem ser atingidos indistintamente inocentes e culpados.

Leia editorial "Repressão Preventiva"

Editorial



O Globo, página 4

Jornal do Brasil, 01/11/1975, Primeira página e página 15



Na Faculdade da Medicina, o Presidente Geisel cumprimenta grupos de estudantes e funcionários

# Geisel encontrou clima de tranquilidade em São Paulo

**SÃO PAULO (O GLOBO)** — O Presidente Geisel encontrou, ontem, em São Paulo, um clima de tranquilidade e de bem-entendido. As duas últimas horas de sua programação de visitas foram de manhã, à 1ª Igreja, e à Faculdade de São Paulo, da USP. A sua chegada ao Brasil, no âmbito de uma viagem de trabalho, foi recebida com entusiasmo e com uma recepção de nível internacional. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

Na manhã de ontem, o Presidente Geisel encontrou, na Faculdade de São Paulo, um clima de tranquilidade e de bem-entendido. As duas últimas horas de sua programação de visitas foram de manhã, à 1ª Igreja, e à Faculdade de São Paulo, da USP. A sua chegada ao Brasil, no âmbito de uma viagem de trabalho, foi recebida com entusiasmo e com uma recepção de nível internacional. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

# JORNAL DO BRASIL

Diário de Notícias — São Paulo, 1º de Novembro de 1975

## Estado aplica no Rio mais de Cr\$ 3 bilhões

Estados mais gastos em todos os estados brasileiros, segundo o IBGE, o Rio de Janeiro aplicou mais de Cr\$ 3 bilhões em obras de infraestrutura em 1975. O maior investimento foi em saneamento básico, com Cr\$ 1,2 bilhão. Outras áreas com alto investimento foram transporte e energia.



Acompanhado do Governador Paulo Egídio Martins, o Presidente Geisel visita o Alameda

## Itamar assegura a Geisel apoio efetivo da Oposição

O governador Itamar Franco, vice-presidente do MDB, declarou ontem em Belo Horizonte, que se o Presidente Geisel quiser, ele terá o apoio efetivo da oposição. Itamar afirmou que a oposição não tem medo de enfrentar o presidente e que está pronta para assumir a responsabilidade de governar o Brasil.

## Indio no Bialzi

Na visita a Bialzi, o Presidente Geisel encontrou um clima de tranquilidade e de bem-entendido. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Itamar garante que Geisel pode contar com MDB

O governador Itamar Franco afirmou que o MDB pode contar com o apoio efetivo da oposição. Itamar afirmou que a oposição não tem medo de enfrentar o presidente e que está pronta para assumir a responsabilidade de governar o Brasil.

## Geisel para a oposição

Geisel para a oposição. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Culto ecumênico na Sé se realiza com tranquilidade

O culto ecumênico na Sé se realizou com tranquilidade. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Operação Göttemberg se bem

Operação Göttemberg se bem. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Abil promove ato simbólico

Abil promove ato simbólico. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Situação

Situação. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Nota da OAB

Nota da OAB. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Geisel recomenda multa moderada

Geisel recomenda multa moderada. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

## Celo recomenda multa moderada

Celo recomenda multa moderada. O clima de bem-entendido e de tranquilidade que Geisel encontrou em São Paulo, durante sua visita, é considerado um fator importante para a realização de sua missão presidencial.

**clínica de balneio**  
 O que nos diferencia é a qualidade do atendimento e a eficiência dos tratamentos. Estamos em São Paulo, na Rua...  
 Rua... 123, São Paulo, SP. Tel: (11) 1234-5678.

# ANEXO 3 - BOMBAS DO RIOCENTRO

Dia 1/5/1981 - Primeira página: *Jornal do Brasil e O Globo*

## JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro - Sexta-feira, 1º de maio de 1981

### Figueiredo pede voto contra a VW

“Se quisermos voltar contra, votem contra a Volkswagen e não contra mim”, afirmou o Presidente Figueiredo em Rio de Janeiro, após aderecer ao clima da Ferveira de Aço. Salientou que o candidato almeja um nível de maturidade para saber que ele ou seu Governo não têm culpa, “absolutamente”, do desemprego na Volkswagen.

Embora não se intenda de abandonar o cargo, Figueiredo não quer pagar o preço político. A ideia é que a Volkswagen, “uma multinacional que tem recursos à flor”, traga os recursos para “resolver” e não que ele ou seu Governo se “oblitere”, nunca restar na sua memória.

O que seu Governo quer, acrescentou, é que o desemprego não continue a ser uma situação real. “Queremos que esse clima de desespero seja normal, que o indivíduo não se desespere, que não se desespere a empresa, que não se desespere a cidade — com 11 milhões de habitantes e mais de 1 milhão de desempregados — que estejam resolvendo esse problema.”

Essa situação que o Chile sofreu e que não se resolveu, disse o Presidente, não quer dizer para nós. É por isso que a condição é diferente no Brasil. O Brasil não quer mais despesa, quer mais lucro, quer mais produtividade.

### Pinochet acusa Argentina de violar acordo na fronteira

O Chile acusa a Argentina de violar o acordo de fronteira de 1980, assinado entre os dois países, que estabelece o controle de armas e munições. Pinochet afirma que a Argentina está violando o acordo ao enviar armas para o Chile.

### Exército, Marinha e Aeronáutica têm 1 mil 184 promoções

O Presidente Figueiredo e a Marinha da Força Armada Brasileira promoveram 1 mil 184 oficiais superiores e subalternos. As promoções ocorreram em 1981, em substituição a outras promovidas em 1980.

## JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro - Sexta-feira, 1º de maio de 1981

### Bombas matam um e ferem capitão no “show” de 1º de maio

Dois bombas explodiram no Rio-Centro, matando um jovem e ferindo um capitão da Polícia Militar. A explosão ocorreu durante o “show” de 1º de maio, realizado em um estacionamento na Rua do Trabalho.

### Figueiredo pede voto contra a VW

“Se quisermos voltar contra, votem contra a Volkswagen e não contra mim”, afirmou o Presidente Figueiredo em Rio de Janeiro, após aderecer ao clima da Ferveira de Aço. Salientou que o candidato almeja um nível de maturidade para saber que ele ou seu Governo não têm culpa, “absolutamente”, do desemprego na Volkswagen.

### Greve cancela no Rio 600 mil consultas

Devido à greve dos médicos, cerca de 600 mil consultas foram canceladas em hospitais de Rio de Janeiro.

### Fiat-Rio vai à greve para admitir 185

A Fiat-Rio vai à greve para admitir 185 novos funcionários.

### Bombas em show de 1º de maio fazem um morto

Dois bombas explodiram no Rio-Centro, matando um jovem e ferindo um capitão da Polícia Militar.

### Tensão cresce na Irlanda com barricadas

A tensão cresce na Irlanda com o aparecimento de barricadas em algumas cidades.

### Pinochet acusa Argentina de violar acordo

O Chile acusa a Argentina de violar o acordo de fronteira de 1980, assinado entre os dois países.

### Exército, Marinha e Aeronáutica têm 1 mil 184 promoções

O Presidente Figueiredo e a Marinha da Força Armada Brasileira promoveram 1 mil 184 oficiais superiores e subalternos.

### Combate à inflação é lento para não rovocar desemprego

O combate à inflação é lento para não rovocar o desemprego, afirmou o Presidente Figueiredo.

### Fábricas vão elevar preços de seus carros

Fábricas vão elevar os preços de seus carros devido à inflação.

### Operário-Pedro começa hoje

O Operário-Pedro começa hoje suas atividades.

### Grêmio vence com esplêndida atuação de Paulo Isidoro

O Grêmio venceu com uma esplêndida atuação de Paulo Isidoro.

### Nuclebrás: Angra II e III terão atraso de doze meses, no mínimo

Nuclebrás: Angra II e III terão atraso de doze meses, no mínimo.

### Chile dará resposta ‘firme’ à Argentina

O Chile dará uma resposta ‘firme’ à Argentina.

### Mitterrand ganha votos: Bolsa e franco em baixa

Mitterrand ganha votos: Bolsa e franco em baixa.

### Bomba no Riocentro mata sargento e fere capitão

Bomba no Riocentro mata sargento e fere capitão.

## O GLOBO

FUNDAÇÃO DE RUI REIS

Quarta Edição: CARLOS MARINHO

Editor: RICARDO BARROSO

Editor Executivo: RICARDO BARROSO

# GENERAL MARCONDES PROMETE DIVULGAR TUDO QUE FOR APURADO

## O Exército investiga bombas no Riocentro

Comandante do 1º Exército, general Guilherme Pereira do Rosário, prometeu que as investigações sobre as explosões de duas bombas no Riocentro, na noite de abertura do jogo de futebol entre o Flamengo e o Botafogo, serão concluídas o mais rápido possível. Ele afirmou que "se for necessário, serão convocados todos os militares em situação de prontidão para o caso de uma explosão de bomba".

**Abi-Ackel: Abertura política nada sofrida**  
O presidente da República foi informado sobre o atentado do Riocentro no dia 24, pelo ministro da Justiça, Abi-Ackel, que passou a lhe transmitir os dados que recebeu. Em entrevista ao jornalista, Abi-Ackel disse que não se trata de uma situação política, mas sim de um atentado terrorista. Ele afirmou que "o atentado não tem caráter político", e que "o compromisso do Governo é com a abertura política e a democracia".

**Muniz: militares apuraram denúncia**  
O secretário de Segurança, general Waldyr Muniz, disse ontem à noite que a polícia e o Exército estiveram trabalhando para apurar a denúncia de uma bomba no Riocentro. Ele afirmou que "as investigações estão sendo conduzidas com a máxima eficiência".



Em entrevista, o general Waldyr Muniz nega a existência de uma bomba



No comando do 1º Exército, general Marcondes Filho

### No Dia do Trabalho, 200 mil vão à Quinta

O Dia do Trabalho, 1º de maio, será comemorado em todo o País com a realização de espetáculos musicais, teatrais e cinematográficos. Em São Paulo, haverá um grande desfile no centro da cidade, com a participação de milhares de pessoas.

### PP promoverá amanhã suas convênções em 18 Estados

O Partido Popular realizou ontem suas convênções estaduais em 18 Estados. O partido está se preparando para a eleição presidencial de 1984. As convênções foram realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Piauí.

## O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

# JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro - Sábado, 2 de maio de 1981. Ano XXI - Nº 24. Preço: Cr\$ 20,00

## Abi-Ackel diz que bomba explodiu no Governo

### Gentil revela que militares cumpriam missão

O comandante do 1º Exército, General Gilmar Marcondes Filho, declarou que os militares atingidos pela bomba no estacionamento do Riocentro estavam em missão de informações, a serviço do 1º Exército. Ele afirmou que "os militares estavam trabalhando para apurar a denúncia de uma bomba".



O Comandante do 1º Exército, Gen. Marcondes Filho, e seu chefe de Estado-Maior, Gen. Patrício (D), agendam um carregador de estado do sargento Rosário, no comando de Irája

Esta bomba explodiu dentro do Governo — disse o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ao declarar a noite no Riocentro. O Ministro garantiu, no entanto, que o episódio não afetará o processo de abertura democrática. O Presidente Figueredo receberá segunda-feira os primeiros resultados das investigações sobre o assunto.

Para o Senador Tancredo Neves, a bomba é o último estorço da reação batida nas urnas e varrida de suas posições. O secretário-geral do PMDB, Senador Pedro Simon, disse ter a impressão de que se trata de um atentado terrorista, e lamentou "a incompetência do Governo em apurar as responsabilidades".

### A tragédia irlandesa

A TRAGÉDIA de Irlanda do Norte, tendo sido no centro dos acontecimentos e do recente tratado de paz assinado por Robert Sempson, volta a ser o assunto de um episódio de notícias. O episódio é o lançamento de uma bomba no Riocentro, na noite de abertura do jogo de futebol entre o Flamengo e o Botafogo.

### ACADÊMICOS E PERDIDOS

ACADÊMICOS — 510. PERDIDOS — 510.

### EMPREGUADOS

EMPREGUADOS — 200.

### DISSERTADORES

DISSERTADORES — 210.

### ACADEMIA DE CIÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS — 210.

### Bomba explodiu nas mãos do sargento Guilherme Pereira do Rosário

Ele a mantinha na altura do abdome, dilacerado pelo impacto, que causou lesão às suas pernas, braços e mãos — ossos foram arrancados longe. A esquerda do sargento, o Capitão Wilson Luís Chaves Machado dirigia o carro, com as pernas protegidas pelo túnel da caixa de marchas e o console do câmbio. Seu abdome, sem proteção, foi gravemente atingido, o que não ocorreu com o tórax, protegido pelo braço direito deste, toda a musculatura foi destruída, que empunhava o volante ou o câmbio; seu rosto foi atingido no lado direito. No Riocentro, quando pertos examinavam o carro, o deslegrado Patrício Romano, da 16ª DP, da Barra, disse que havia uma segunda bomba dentro do carro — e que não explodiu. Ela foi desativada por um técnico do DPPS e o chefe da equipe — um homem de cabelos grisalhos, 1,70 m de estatura aproximadamente, de calça jeans, camisa escura, fazendo anotações numa prancheta — explicou que ela só não explodiu porque não foi afetada pelo deslocamento de ar da outra explosão. Apesar de periclitado pelo Exército e pela Polícia Civil, o carro ficou ontem à tarde num terreno baldio em frente à delegacia com o cartão de estacionamento no Riocentro, flutuando e com um rolo de fita adesiva (fixa objetos em superfícies lisas) — material que interessaria à investigação do atentado.



ACADEMIA DE CIÊNCIAS — 210. ACADÊMICOS — 510. PERDIDOS — 510. EMPREGUADOS — 200. DISSERTADORES — 210. ACADEMIA DE CIÊNCIAS — 210.









ANEXO 4 - PLANILHA - A FONTE DO JORNALISMO NA COBERTURA DAS BOMBAS DO RIOCENTRO (1981)  
 Tabulação de fontes-personagens utilizadas na cobertura do Caso Riocentro pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo* (1 a 4 de maio de 1981)

linha	dia	nome	qualificação	classificação	função discursiva	JB	Globo	autores	alvo	imagem do governo	imagem do presidente	conteúdo
1	1	José Bernardo Cabral	presidente da OAB/RJ	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	terroristas	NR	NR	NR	<b>Globo, p9:</b> "À medida que a escalada do terror, parta de onde partir, não encontre a sua adequada punição, gera sempre um novo episódio como o que se viu ontem..."; "Está na hora das autoridades responsáveis darem um basta, pondo cobro a atentados dessa natureza..."
2	1	Miro Teixeira	deputado e secretário geral do PP (RJ)	partido de oposição	repercussão política	NC	sim	terroristas	intimidar os democratas	NR	fragilizado pelas bombas	<b>Globo, p9:</b> "O terror não deve intimidar os democratas que acreditam na mobilização do povo e que acreditam na conquista da liberdade"; "Nessa hora em que o terror se manifesta até contra a figura do presidente da República".
3	1	sem nome	funcionário do Riocentro	serviço público	testemunha	NC	sim/ não	-	-	-	-	<b>Globo, p1-p9:</b> 'diziam que as vítimas estavam no mesmo carro, "chegando ao estacionamento", mas se recusaram a dizer se a bomba foi lançada contra o Puma ou se explodiu com o carro em movimento.'
4	1	Souza Pinto	coronel do I Exército	Forças Armadas	testemunha	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p9:</b> "afirmou que ambos servem no DOI-Codi; perguntou se o ferido podia ser removido para o Hospital Central do Exército
5	1	Rosane Rodrigues Garcia, Ney Freitas de Oliveira, Fátima Facuri	público do show	peessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	<b>JB, p4:</b> 'disseram ter ouvido um barulho surdo e em seguida viram um homem sair do Puma com as mãos amparando a barriga, todo chamuscado gritando por socorro...'
6	1	sem nome	Jornal do Brasil	imprensa	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	<b>JB, p4:</b> O Comando Delta assumiu a responsabilidade pelo atentado, em telefonema ao jornal
7	1	sem nome	médico HMC	serviço público	especialista	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p9:</b> informou que o capitão está "fora de perigo", sofreu queimaduras no braço e perfurações no intestino, que "foram consideravelmente afetados por pólvora"
8	1	sem nome	peritos do DGIE e do DPPS	polícia	especialista	sim	NC	-	-	-	-	<b>JB, p4:</b> revelaram que a explosão foi muito violenta e só não causou mais danos porque o carro estava distante de outros veículos
9	2	Gentil Marcondes Filho	general, comandante do I Exército	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	sim	sim	grupos extremistas	conturbar o processo de evolução política do Governo	NR	NR	<b>JB, p1-7/Globo p1-6:</b> RESUMO: Informa que os dois militares atingidos eram do DOI-CODI e estavam em missão, que não havia outras bombas no carro/que tratou-se de um atentado./"Vejo como uma reação de grupos extremistas, não sei de que coloração, para tentar conturbar o processo de evolução política do Governo".
10	2	Waldir Muniz	general, secretário de Segurança RJ	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	sim	sim	Comando Delta/ terroristas	perturbar o show	NR	NR	<b>JB, p1-9/Globo p1-6:</b> RESUMO: Informa que os dois militares atingidos eram do DOI-CODI e estavam em missão, que não havia outras bombas no carro/que tratou-se de um atentado. Alega que o Riocentro recebeu telefonema ameaçando explosões em nome de um Comando Delta. " "O que nós repudiamos e todo o povo deste Brasil repudia é essa violência indiscriminada de que nós estamos sendo alvo."
11	2	Ibrahim Abi-Ackel	ministro da Justiça	governo federal	repercussão política	sim	sim	NR	nenhuma relação com a abertura	atingido pelas bombas	garantia da continuidade da abertura pelo compromisso com a democratização	<b>JB, p1-9:</b> RESUMO: Não quis avaliar o atentado. "...explodiu dentro do governo"/"seus efeitos foram nulos no que diz respeito ao processo de abertura democrática"/ o presidente Figueiredo "conduzirá o país às eleições de 1982 e manterá as garantias individuais". <b>Globo, p1-6:</b> Apresenta conteúdo semelhante ao do JB. Em destaque, entrevista em BH: repórter insiste em perguntar sobre repercussão política do envolvimento de militares, e irrita ministro.
12	2	Tancredo Neves	senador PP-MG	partido de oposição	repercussão política	sim	sim	terroristas de direita	reagir contra a democracia/ fortalece os democratas/ oferece pista sobre os responsáveis	governo tímido diante do terrorismo de direita	NR	<b>JB, p1-3-9: p9:</b> "...a bomba é o último estertor da reação, que foi batida nas urnas..."/ "Ela é um estímulo para que os verdadeiros democratas continuem sua luta"/"O Governo, que se mostra tão eficiente no combate à subversão de esquerda, revela-se tímido diante do terrorismo de direita"/ <b>Globo, p9:</b> 'governo mostra-se "muito tímido" diante da força terrorista, em vez de reprimi-la. Ele acha que o episódio de anteontem, embora não o conheça em detalhes, pode ser "uma pista", mas não acrescenta em nada, "porque não é de hoje que o Governo tem recursos para conter o terrorismo..."
13	2	Miro Teixeira	deputado federal e secretário geral do PP (RJ)	partido de oposição	repercussão política	sim	sim	terroristas	impedir eleições diretas	NR	NR	<b>JB, p1-3-9:</b> "Não podemos deixar que impeçam nossa marcha pelas eleições diretas em todos os níveis." <b>Globo, p3-9:</b> "O povo não se deve deixar intimidar por atentados terroristas, mas sim combatê-los, unindo-se aos partidos de oposição para ajudá-los na briga pela democracia." <b>JB e Globo:</b> 'dia de protesto, "porque os trabalhadores não têm porque festejar a fome, o desemprego e o terror."

14	2	Délio Jardim de Mattos	brigadeiro, ministro da Aeronáutica	governo federal	repercussão política	sim/não	sim	terroristas	não ameaça a abertura	NR	comprometido com a normalização política	JB, p1-9: 'não quis fazer nenhuma comentário sobre as explosões (...) mas garantiu a continuidade da abertura.' <b>Globo, p9:</b> "O presidente da República já deixou clara sua determinação de levar adiante o projeto político de normalização da vida do País. Não será, portanto, o terrorismo que desviará a rota do projeto adotado com o consenso da Nação. Tenho inteira confiança nas intenções do presidente João Figueiredo de dar prosseguimento à normalização política, mesmo com atos de terrorismo que visam a perturbação."/o Brasil precisa ter uma lei compatível para combater aqueles que praticam esses atos."
15	2	sem nome	fonte do Palácio do Planalto	governo federal	repercussão política	sim	NC	militares terroristas	ameaçar a abertura/ acelera desmonte do Codi	atingido pelas bombas	NR	JB, p1-9: RESUMO: "...evidência: as bombas do terrorismo, ao menos neste episódio, estavam sendo colocadas por um capitão e um sargento do serviço de informação do I Exército./...para repetir uma frase ouvida de um Ministro: "a bomba estourou debaixo da nossa cama."/Um sentimento começava a se esboçar (...), o de que a bomba arrebentara com a credibilidade e a confiança dos serviços secretos."
16	2	Paulo Maluf	governador SP - PDS	partido da situação	repercussão política	não	NC	NR	NR	NR	NR	JB, p1-28: "Por duas vezes negou-se também a comentar a explosão das bombas" / "Os jornalistas lhe perguntaram quatro vezes sobre o atentado do Rio'."
17	2	Murilo Macedo	ministro do Trabalho	governo federal	repercussão política	NC	sim	terroristas	não interfere no processo de abertura democrática	NR	garantia da continuidade da abertura pelo compromisso com a democratização	<b>Globo, p9:</b> "nada vai interferir no processo de abertura democrática promovido pelo presidente Figueiredo"/"Não sei o que os terroristas desejam, mas o que eles estão fazendo é justamente o que eu não desejo."
18	2	Carlos Átila	secretário de imprensa do Palácio do Planalto	governo federal	repercussão política	NC	sim	terroristas	NR	NR	comprometido com as investigações	<b>Globo, p6:</b> "O Governo não vai se posicionar sobre a explosão das bombas no Riocentro até ter um relatório pormenorizado das forças de segurança do Rio sobre o fato."/O presidente Figueiredo está acompanhando atentamente o assunto..."/"As informações que surgiram em Brasília (...) de que os três ministros militares, o chefe do Gabinete Militar e o chefe do SNI estariam reunidos com o presidente Figueiredo para fazer avaliação dos rumos políticos (...), devido ao envolvimento de dois militares, foram negadas..."/ "A informação sobre o ato terrorista foi dada ao presidente ontem de manhã"
19	2	João Figueiredo	presidente da República	governo federal	repercussão política	NC	sim	terroristas	não ameaça a abertura	NR	garantia da continuidade da abertura pelo compromisso com a democratização	<b>Globo, p2:</b> "O presidente João Figueiredo reafirmou que os atentados terroristas não impedirão o prosseguimento da abertura política nem afetarão a realização de eleições no próximo ano."
20	2	Pedro Simon	senador PP-RS	partido de oposição	repercussão política	sim	NC	terroristas	cria insegurança política	governo responsável pela impunidade aos terroristas	responsável por dar resposta	<b>JB, p1-9:</b> Lamenta "a incompetência do governo em apurar responsabilidades"/"a impunidade por toda essa série de violência terrorista (...) deixa todo mundo apreensivo com respeito ao futuro"/"A 'Oposição' deve 'ativar os trabalhos da CPI do Congresso e "cobrar do Presidente da República sua palavra empenhada de que o Governo apuraria os responsáveis pelos atentados à OAB e à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro" .
21	2	Sarney	senador PDS-MA	partido da situação	repercussão política	sim	NC	terroristas	NR	comprometido com as investigações	comprometido com as investigações	<b>JB, p9:</b> "assegurou que o Governo envidará todos os esforços para encontrar e punir os responsáveis pelo atentado terrorista..."/"Eu confio no Governo, em suas providências, e confio principalmente no Presidente da República."
22	2	Modesto da Silveira	membro CPI do Terror presente na reunião OAB/ABI - deputado PMDB-RJ	partido de oposição	repercussão política	sim	sim	membros das áreas de segurança	atinge a imagem dos órgãos de segurança	NR	NR	<b>JB, p9:</b> matéria sobre a CPI do Terror cita o deputado que foi designado, junto com o deputado Péricles Gonçalves, para acompanhar as investigações no Rio, mas não explicita quem foi a fonte das informações/ <b>Globo, p9:</b> "todas as setas de investigação feitas pela CPI apontam para as áreas de segurança nacional que não podem ser investigadas"/"As setas não apontam para instituições e sim para elementos de instituições. Os órgãos de segurança sistematicamente impedem as nossas investigações, comprometendo assim as instituições em seu todo..."
23	2	Saturnino Braga	senador PMDB-RJ	partido de oposição	repercussão política	sim	NC	militares do DOI-CODI	atinge a imagem do Exército	NR	responsável por dar resposta	<b>JB, p9:</b> "agora a responsabilidade é do Presidente Figueiredo: ele já tem o fio da meada, basta puxar..."/"Não me surpreendo com a participação do DOI-CODI"/"o Exército está com sua imagem manchada".
24	2	Marcelo Cerqueira	deputado federal PMDB-RJ	partido de oposição	repercussão política	sim	NC	terroristas de extrema direita	dar golpe de estado contra a abertura	NR	responsável por dar resposta	<b>JB, p9:</b> "A bomba de ontem (anteontem) pode representar para o Governo Figueiredo o que o martírio de Herzog representou para o Governo Geisel"/"...o presidente Figueiredo pode desativar o terrorismo"/"Se as vítimas somos nós, o alvo é Presidente Figueiredo"/"A extrema direita está armando um golpe de estado, pois não podem conviver com a abertura."

25	2	Raimundo Faoro	ex-presidente OAB	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	extrema direita	NR	NR	NR	Globo, p9: "a explosão das duas bombas no Riocentro faz parte de uma sequência de atentados que não será interrompida pelas autoridades por métodos puramente policiais"/lembrou que a repressão foi muito eficiente contra a extrema esquerda - "Agora, contra a extrema direita, a repressão precisa identificar onde está o perigo, ou seja, onde antes essa mesma repressão via apoio."
26	2	nota	ABI e OAB	sociedade civil	repercussão política	sim	sim	terroristas	criar obstáculos contra a democracia	NR	comprometido com a democratização	JB, p9/Globo p9: RESUMO DA NOTA: ..."inteiro repúdio aos atos de terrorismo, partam de onde partirem"/vai ao encontro das aspirações de todo brasileiro e dos compromissos tantas vezes reiterado pelo Presidente da República no sentido de serem removidos quaisquer obstáculos à restauração da democracia"
27	2	Padre José Goulart	porta-voz CNBB	sociedade civil	repercussão política	sim	NC	terroristas	NR	NR	NR	JB, p9: "Aguardamos que esses fatos terroristas não fiquem na impunidade como tantos outros".
28	2	José Ramos de Alencar	general, inspetor-geral das políticas militares	governo federal	repercussão política	sim	NC	NR	NR	NR	NR	JB, p9: 'informou que sua inspetoria não tem nada a ver com a questão'/levantou várias hipóteses: a de que os militares se encontravam em serviço e teriam ido ao Riocentro para desativar outras bombas; a de que poderia ter sido um acidente ou um atentado contra os agentes'
29	2	Sérgio de Ary Pires	chefe de Gabinete do ministro do Exército	governo federal	repercussão política	sim	NC	NR	ferir os militares	NR	NR	JB, p9: 'afirmo que os militares se encontravam em serviço'/para dar tranquilidade e segurança às pessoas que estavam na concentração'/acrescentou não ter "a menor dúvida de que as bombas foram colocadas no carro dos militares"
30	2	Benito Maia Pinto de Almeida	general, chefe do Departamento de Material Bélico	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	sim	NC	radicais de esquerda	não atrapalha os planos do govono	NR	NR	JB, p9: "São elementos subversivos, radicais de esquerda, que usam tradicionalmente esses métodos. Mas isto não é motivo para atrapalhar os planos do Governo".
31	2	sem nome	Ato do 1º Maio no Campo de São Cristóvão	sociedade civil	repercussão política	sim	sim	terroristas	NR	NR	NR	JB, p3: 'todos os discursos se referiram à explosão das bombas no Riocentro' <b>Globo, p5:</b> 'A maioria dos oradores repudiou a explosão de duas bombas, antontem...'
32	2	José Carlos Serra	ex-presidente Sindicato dos Médicos	sociedade civil	repercussão política	sim	NC	militares terroristas	NR	NR	NR	JB, p3: 'condenou as explosões terroristas dizendo que "a de ontem, no Riocentro, foi acidente de trabalho"
33	2	Roberto Chabo	presidente Sindicato dos Médicos	sociedade civil	repercussão política	sim	NC	terroristas	NR	governo responsável pela impunidade aos terroristas	NR	JB, p3: 'exaltadas queixas contra a omissão do governo na apuração dos mais recentes atentados terroristas'
34	2	Godofredo Pinto	presidente Centro Estadual de Professores	sociedade civil	repercussão política	sim	NC	NR	NR	NR	NR	JB, p3: 'misturaram as reivindicações específicas das classes que representam e dos trabalhadores em geral à revolta contra as bombas detonadas no Riocentro'
35	2	Carlos Alberto Oliveira	presidente Sindicato dos Jornalistas	sociedade civil	repercussão política	sim	NC	terroristas	NR	NR	NR	JB, p3: lamentou 'a impunidade do terrorismo'
36	2	Antônia Benedita Campos	Coordenação de Mulheres da FAFERJ	sociedade civil	repercussão política	sim	NC	terroristas do DOI-CODI	NR	NR	NR	JB, p3: '... além de exigir a prisão "dos terroristas do DOI-CODI", envolvidos no atentado do Riocentro'.
37	2	sem nome	técnico em explosivos do DPPS	polícia	especialista	sim	sim	-	-	-	-	JB, p1-8: 'Uma terceira bomba, que não explodiu, foi recolhida pela polícia no automóvel detruído, segundo informação de um técnico em explosivos do DPPS.' <b>Globo, p7:</b> 'um dos peritos chamados ao local - o mais idoso deles, com cabelos grisalhos e que não quis identificar-se - informou ao GLOBO ter desativado, dentro do Puma, outro petardo que não explodira' / 'chegou a dizer a um repórter que todos deveriam se afastar (...) pois havia receio de que ainda existissem explosivos'.
38	2	Petrônio Romano Henrique	delegado Polícia Civil	polícia	especialista	sim/não	sim	-	-	-	-	JB, P1-8: de madrugada, informou sobre outra bomba no carro; à noite, desmentiu a informação/ao deixar o estacionamento negou-se a dar informações sobre as explosões.
39	2	Newton Costa	diretor do DGIE	polícia	especialista	sim	NC	-	-	-	-	JB, p9: negou que o DGIE tenha recolhido bomba não explodida.
40	2	Borges Forte	delegado DPPS	polícia	especialista	não	NC	-	-	-	-	JB, p9: 'nada revelava sobre as investigações'.
41	2	sem nome	policiais do DGIE	polícia	especialista	sim/não	NC	-	-	-	-	JB, p9: ' Os policiais do DGIE que estavam de prontidão por causas das comemorações do Dia do Trabalho comentavam a existência de pelo menos quatro grupos de terroristas nas proximidades do Riocentro.' Mas 'fugiam da resposta' sobre se era acidente ou atentado.
42	2	Nova Monteiro	diretor do HMC	serviço público	especialista	sim	sim	-	-	-	-	JB, p7 - <b>Globo, p9:</b> fala sobre estado de saúde do capitão.
43	2	Ronaldo Gazolla	cirurgião chefe do HMC	serviço público	especialista	sim	sim	-	-	-	-	JB, p7 - <b>Globo, p9:</b> fala sobre estado de saúde do capitão.
44	2	sem nome	funcionários IML	serviço público	especialista	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'A bomba - conforme informação de um funcionário do IML - explodiu no colo do sargento...'/funcionários receberam ordens de não dar informações'.
45	2	Celso	delegado 16º DP	polícia	especialista	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p7:</b> "A única instrução que recebi é para entregar o carro a quem viesse procurá-lo, mediante assinatura de um recibo."
46	2	sem nome	policiais 16º DP	polícia	especialista	NC	não	-	-	-	-	<b>Globo, p7:</b> 'Na 16º DP, os policiais ontem de plantão não quiseram fazer qualquer comentário e nem foi permitido acesso ao registro policial'.

47	2	sem nome	peritos	polícia	especialista	NC	sim	-	-	-	-	Globo, p7: '...a bomba era feita de substância gelatinosa (...), segundo informações de peritos.'
48	2	D. Sueli	viúva do sargento	família	testemunha	sim/não	NC	-	-	-	-	JB, p1-7: ' "-Por que vocês estão fazendo isso? ", gritou aos repórteres. No IML, dizia não entender como isso aconteceu "com Guilherme, que era um homem tão bom"... 'Disse ainda que ele trabalhava no DOI-CODI'./ ' Como o repórter insistisse com outras perguntas, D. Sueli, desconfiada, perguntou: "Você é repórter, não é?"/"Por favor, eu já falei demais. Eles me proibiram de falar. Não me pergunte mais nada."
49	2	Teófilo Chaves Machado	pai do capitão	família	testemunha	sim	sim	-	militares	-	-	JB, p7: 'o pai do capitão (...) que não acreditava que o filho pudesse ter participado de um atentado "Acho que foi um acidente" '. <b>Globo, p9:</b> "ele foi vítima de um atentado, isso sim".
50	2	Luiz Maia	tio do capitão	família	testemunha	sim	sim	-	-	-	-	JB, p7: "Toda família está perplexa. Não sabemos de nenhuma ligação de Wilson com terroristas."/ "Até a mulher dele está sem saber o que pensar." <b>Globo, p9:</b> "Este atentado tem que ser apurado com rigor, até às últimas consequências."
51	2	Sousa Lima	capitão do Exército e amigo do capitão	Forças Armadas	testemunha	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p9:</b> disse que o carro não pertencia ao capitão e que "existem muitos carros com placas frias lá no DOI...".
52	2	Souza Pinto	capitão do Exército	Forças Armadas	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'disse que o Capitão Wilson não estava de serviço na noite de 30 de abril e que o Puma em que se encontrava no momento de explosão não pertencia a ele.'/disse ao policial de plantão no Miguel Couto, diante de repórteres, ' que o capitão e o sargento pertenciam ao DOI-Codi.
53	2	Paulo Leite	tio do capitão e coronel do Exército	família	testemunha	sim/não	sim	-	militares	-	-	<b>Globo, p9:</b> 'informou que "a bomba poderia ter sido colocada no Puma, como em qualquer outro carro que estivesse no local." ' <b>JB, p7:</b> repete a informação do Globo e 'Sobre o fato de um oficial estar com um carro de chapa fria, não respondeu.'
54	2	Cesar	capitão do Exército e amigo do capitão	peessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: "O Capitão Wilson sempre foi amigo de todos, amante dos esportes, bom de conversa, sempre alegre e pacato." Narrou a carreira militar comum até ser avisado por um segurança para não falar.
55	2	sem nome	esposa do capitão	família	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'declarou que desconhecia qualquer atividade extra-quartel do marido'.
56	2	Pedro	colega de futebol do capitão	peessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'definiu-o como "um sujeito camarada", mas que "ficou mais fechado depois da vida militar"'. JB, p7: "Apesar de tudo ele é meu parente e eu tenho que ficar do lado dele..."
57	2	sem nome	primo do capitão	família	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: "Apesar de tudo ele é meu parente e eu tenho que ficar do lado dele..."
58	2	sem nome	vizinho do capitão	peessoa física	testemunha	sim/não	NC	-	-	-	-	JB, p7: informou 'sem sequer interromper seus passos' que soube que o capitão sofreu um acidente
59	2	sem nome	vizinho do capitão	peessoa física	testemunha	sim/não	NC	-	-	-	-	JB, p7: '...com medo de ser fotografado, comentou que os pais do Capitão chegaram a desligar o telefone.'
60	2	sem nome	jornaleiro	peessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'limitou-se a dizer que conhece a família há 10 anos'
61	2	sem nome	porteiro	peessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'chegou a empalidecer ao ser interrogado por repórteres. " Comecei a trabalhar aqui ontem"...
62	2	sem nome	amigos do sargento	peessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'Seus amigos alegaram desconhecer suas atividade no DOI-CODI (...), surpreendeu família e amigos, que nunca imaginaram que ele trabalhasse com bombas.'
63	2	Amaro Ribeiro	chefe da segurança Riocentro	serviço público	testemunha	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p7:</b> "Ouvi a explosão e corri para o setor de estacionamento. Vi muita fumaça e um homem segurando as vóceras..."
64	2	Luis Henrique	público do show	peessoa física	testemunha	sim	sim	-	-	-	-	JB, p7 - <b>Globo, p7:</b> 'disse que um carro particular levou o oficial para o hospital'.
65	2	Rosane Rodrigues Garcia, Ney Freitas de Oliveira, Fátima Facuri	público do show	peessoa física	testemunha	sim	sim	-	-	-	-	JB, p8 - <b>Globo, p7:</b> relatos do momento da explosão.
66	2	sem nome	segurança do Riocentro	serviço público	testemunha	sim	sim	-	-	-	-	JB, p8 - <b>Globo, p7:</b> relato do momento da explosão.
67	2	sem nome	funcionário do Riocentro	serviço público	testemunha	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p7:</b> 'O Riocentro desmentiu que tivesse recebido qualquer telefonema...'/um funcionário disse ao GLOBO que a mesa telefônica foi desligada às 19h...'/ "As pessoas que trabalham na recepção não receberam qualquer tipo de ameaça"
68	2	Perna Fróes	público do show	peessoa física	testemunha	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p7:</b> Chegava ao estacionamento quando a primeira bomba explodiu. Afirma se tratar de bomba muito potente e alega conhecimento, como ex-militar.
69	2	sem nome	vizinho do sargento	peessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: "Ele gostava muito de brincar com a gente e era bamba na bazuca, lá no fliperama."
70	2	sem nome	parentes e vizinhos do pai capitão	peessoa física	testemunha	não	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'Medo de envolvimento foi motivo suficiente para que parentes e vizinhos dos pais do Capitão se abstivessem de tecer comentários'
71	2	sem nome	vizinho do sargento	peessoa física	testemunha	não	NC	-	-	-	-	JB, p7: 'Ninguém queria falar, nem mesmo um homem chamado Edson que, embora apontado por alguns vizinhos como irmão do sargento morto, negava até o parentesco'/Vizinhos disseram que era um mulato alto, forte e simpático.'
72	2	sem nome	oficial do regimento honras	Forças Armadas	não informada	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: "Não me perguntem nada. As dúvidas de vocês são as mesmas que tenho."

73	2	sem nome	sargento do Exército no IML	Forças Armadas	não informada	sim	NC	-	-	-	-	JB, p7: '... pediu aos jornalistas que fossem ao Comando do I Exército pedir informações.'
74	2	Walter Pires	ministro do Exército	governo federal	não informada	não	NC	-	-	-	-	JB, p1-9: TÍTULO INTERNO: "Walter Pires só fala oficialmente".
75	3	nota	I Exército	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	sim	sim	NR	ferir os militares	NR	NR	Os dois jornais publicam a íntegra da nota. TÍTULOS: JB, p1: "I Exército afirma que não havia mais bombas"/Globo, p1-21: 'General Gentil condena "conclusões apressadas"/ "interpretações malévolas a respeito vêm causando viva indignação aos integrantes do I Exército, traumatizados com tão torpe atentado"
76	3	Danilo Venturini	chefe do Gabinete Militar da Presidência da República	governo federal	repercussão política	NC	sim	NR	nenhuma relação com a democratização	NR	garantia da continuidade da abertura pelo compromisso com a democratização	Globo, p1-2-21: 'O presidente está confiante nas investigações e quer tudo apurado/'Acrescentou que o presidente já deixou clara sua determinação de levar adiante o projeto político./'Relembrou frase de Figueiredo: "é melhor uma democracia com dificuldade que uma ditadura progressista"/'O projeto político não vai ser afetado pelo episódio do Riocentro. Não tem nada a ver uma coisa com a outra."
77	3	sem nome	área política	área política	repercussão política	sim	NC	NR	NR	NR	NR	JB, p3: 'Na área política há convicção de que o Conselho examinará, também, as consequências da explosão de duas bombas no Riocentro'.
78	3	Mendes Canale	presidente da CPI do Terror - senador PP-MT	partido de oposição	repercussão política	sim	NC	NR	NR	NR	NR	JB, p3: 'admite a possibilidade de convocar uma sessão extraordinária/'pelas implicações, a explosão dessas bombas será o principal fato político desta semana'.
79	3	Itamar Franco	senador PMDB-MG	partido de oposição	repercussão política	sim	NC	NR	atingir o governo	NR	NR	JB, p3: 'Ele entende que as bombas explodiram contra o Governo."
80	3	José Luiz Coelho Neto	general, comandante da 4ª Divisão do Exército	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	NC	sim	esquerda marxista	ferir os militares	NR	NR	Globo, p21: "foi mesmo um atentado"/ 'os autores "fazem parte da esquerda marxista".
81	3	Ruy de Lima Pessoa	vice-presidente do STM	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	NC	sim	NR	frear a democratização	NR	garantia da continuidade da abertura pelo compromisso com a democratização	Globo, p21: '...disse ontem que as autoridades devem partir para uma ação enérgica visando a descobrir os autores de atentados como os de quinta-feira"/'toda a opinião pública brasileira considera igualmente lamentável não só esse atentado, como os outros"/ "o povo brasileiro sempre foi conhecido como o povo que gosta de futebol e carnaval e que nunca agiu com violência"/'Quem conhece o presidente Figueiredo como eu, sabe da sua inabalável decisão de adotar a democracia novamente, quer continuem ou não esses atentados."
82	3	Milton Menezes da Costa Filho	procurador geral da Justiça Militar	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	NC	sim	aparentemente terroristas	NR	NR	NR	Globo, p21: "É lamentável que a Nação receba mais uma vez os efeitos de um ato que tem toda a aparência de terrorismo"/'afirmou que se constar do inquérito (...) que houve ato terrorista, com a identificação da autoria, "o Ministério Público, de imediato, de acordo com a lei, parta de onde partir a agressão, providenciará a instrução de ação penal para punir os responsáveis."
83	3	Dom Quirino Adolfo Schmitz	CNBB/ bispo de Teófilo Otoni	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	terroristas de direita	cria insegurança política	o combate ao terror depende da vontade do governo	deve manter seu compromisso com a democratização	Globo, p21: "Foi este anticomunismo que gerou o terrorismo de direita, praticado por grupos ligados à indústria do anticomunismo. O combate a esses grupos depende, agora, da vontade do Governo"/'o padre espera que o presidente "não esqueça o juramento de ir à democracia a qualquer custo".
84	3	Paulo Studart	presidente da Comissão de Seg. Nac. da Câmara - deputado PDS-CE	partido da situação	repercussão política	NC	sim	terroristas	NR	NR	NR	Globo, p21: 'Ele considerou "uma barbaridade" a explosão das bombas/'não importa a que organizações possam ser atribuídos os atentados - a grupos de direita ou de esquerda"/'defendeu a reformulação da Lei de Segurança Nacional"... Para "combater as ações terroristas./' não acredita que haja "poder paralelo"/'isso jamais acontecerá, porque o brasileiro, por sua natureza repudia a violência"/'É necessário apenas alterar a atual LSN, estabelecendo novos mecanismo de punição a terroristas".
85	3	Erasmus Dias	membro da CPI do terror -deputado federal PDS-SP	partido da situação	repercussão política	NC	sim	terroristas de direita	desestabilizar o regime	desacreditado	NR	Globo, p21: '...atribui ao descrédito e à desconfiança no Governo o retorno dos atentados terroristas de direita"/'A intervenção das Forças Armadas impõe-se porque a segurança interna está periclitante, há descrédito e desconfiança da população em relação ao Governo. A escalada terrorista deseja desestabilizar o regime..."
86	3	Cantídio Sampaio	líder do PDS na Câmara - deputado-SP	partido da situação	repercussão política	NC	sim	improvável que sejam os militares	não ameaça o avanço democrático	preparado para enfrentar a situação / fortalecido pelo apoio da nação	NR	Globo, p21: 'os atentados "são percalços que não impedirão o avanço democrático"/'o Governo está preparado para enfrentar a situação porque conta, para isso, com o apoio de toda a nação/'Ele classificou de absurda a hipótese de os próprios militares vitimados pela bomba do Rio estarem envolvidos no atentado: "Embora, para as investigações, todas as hipóteses tenham o mesmo peso, é difícil conceber isto, sendo mais provável que os militares tenham sido vítimas de atentado."
87	3	Afonso Camargo Neto	senador PP-PR	partido de oposição	repercussão política	NC	sim	terroristas	NR	governo responsável pela impunidade aos terroristas	NR	Globo, p21: "O que não aceitamos é que até hoje, depois de tantos atos terroristas praticados, o governo, com todo seu aparelho, não tenha conseguido apontar ainda quem são os verdadeiros culpados por esses atentados."

88	3	Luiz Portilho Astony	comandante do V Comar	Forças Armadas/ autoridade	repercussão política	NC	sim	NR	NR	NR	comprometido com a democratização	<b>Globo, p21:</b> "o presidente Figueiredo está muito atento a estes fatos e continua firme em sua disposição de promover a abertura democrática no País."
89	3	Francelino Pereira	governador MG - PDS	partido da situação	repercussão política	NC	sim	terroristas/ organizações clandestinas	não ameaça a democracia	comprometido com as investigações	NR	<b>Globo, p21:</b> "Não serão bombas caseiras ou sofisticadas, de qualquer grupo ou organização clandestina, que deterão a abertura e a plena democratização do País."/"...o Governo irá a todas as consequências para apurar mais esse ato..."/"Sei que é difícil estancar esta escalada terrorista..."
90	3	Dom Benedito Ulhoa	CNBB/ presidente Leste II	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	terroristas de direita	NR	precisa combater os terroristas	NR	<b>Globo, p21:</b> 'atribuiu os atentados "aos frutos que certos políticos deram à direita em tempos passados"/"Foi esse anticomunismo que gerou o terrorismo de direita"/"O combate a esses grupos depende, agora, da vontade do governo."
91	3	Marco Maciel	governador PE - PDS	partido da situação	repercussão política	NC	sim	terroristas	não ameaça a democracia	precisa dar resposta	comprometido com o desenvolvimento num clima de democracia	<b>Globo, p21:</b> "Ao repudiar o atentado terrorista ocorrido no Rio, tenho certeza de estar expressando o sentimento de toda a opinião pública do País, porque, como se sabe, o povo brasileiro é, por natureza, contrário às manifestações de radicalismo político, partam de onde partirem"/"espero que o governo do Estado do Rio de Janeiro venha a adotar as providências necessárias (...) para que os autores (...) sejam responsabilizados"/"...isso em hipótese alguma vai nos desviar ou desviar o presidente Figueiredo do seu itinerário político, que é promover o desenvolvimento num clima de democracia..."
92	3	Sérgio Buarque de Hollanda	vice-presidente do Cebrade	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	desconfia dos militares	NR	NR	NR	<b>Globo, p20:</b> "Acho estranho que dois polícias à paisana, que sequer participavam do policiamento do show, estivessem no carro na hora da explosão. Não disponho, porém, de maiores informações"
93	3	nota	Coligação dos Policiais Cíveis do RJ	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	NR	atacar a política de abertura	NR	NR	<b>Globo, p20:</b> "total solidariedade à política de abertura"/"neste momento histórico, todos os brasileiros devem se dar as mãos."
94	3	Francisco Costa Netto	presidente da OAB/RJ	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	terroristas	retornar ao regime autoritário	alvo das bombas	precisa de pressão da sociedade civil para cumprir seu compromisso com a democratização	<b>Globo, p20:</b> "Vê a "nova escalada do terror" como uma tentativa de fazer o Governo retornar ao regime autoritário", dos que estão "contrariados com a abertura democrática". 'Ele disse também que a sociedade civil deve assumir uma posição de cobrança (...) para criar as condições de o presidente cumprir seu "compromisso reiterado de instaurar a democracia no País." '
95	3	Sérgio de Ary Pires	chefe de Gabinete do ministro do Exército	governo federal	repercussão política	sim/não	NC	NR	sem importância	NR	NR	<b>JB, p30:</b> 'Negou com energia a realização de uma reunião do Alto Comando..."/"disse que está tudo muito tranquilo"/'e que os jornalistas não deveriam preocupar-se tanto com o episódio'.
96	3	informe oficial	Sec. de Segurança do RJ	polícia	especialista	sim	sim	-	-	-	-	<b>JB, p30/Globo p1-20:</b> diz que no dia seguinte estarão prontos os laudos do Insituto de Criminalística Carlos Éboli e do Departamento Geral de Investigações Especiais.
97	3	sem nome	Sec. de Segurança do RJ	polícia	especialista	sim	NC	-	-	-	-	<b>JB, p1-30:</b> 'Apesar do sigilo das invetigações, determinado pelo Comando do I Exército, soube-se ontem na Secretaria de Segurança que os peritos do IC (Instituto Carlos Eboli) tiveram seus trabalhos prejudicados porque foram chamados ao local com atraso... o local já havia sofrido muitas mudanças' / <b>Globo, p20:</b> 'A Secretaria de Segursnçs informou ontem que amanhã estará pronto o laudo do Instituto Carlos Éboli...'
98	3	sem nome	Serviço de Recursos Especiais	polícia	especialista	sim	NC	-	-	-	-	<b>JB, p30:</b> 'Um técnico do Serviço de Recursos Especiais explicou que bombas manejadas com espoletas normalmente explodem cinco minutos depois de acionadas.'
99	3	sem nome	DGIE	polícia	especialista	sim/não	sim/não	-	-	-	-	<b>JB, p30:</b> 'No DGIE ninguém quis adiantar se as bombas eram das acionadas com espoletas...'/ <b>Globo, p20:</b> 'Segundo a mesma fonte, os peritos trabalharam até as 5 horas da manhã de ontem; depois, reuniram-se com o diretor do DGIE, delegado Newton Costa (...) Não se informou, no entanto, se o DGIE recebeu, para exame pericial, outras bombas-relógio (...) que teriam sido encontradas no interior do Puma pelo Departamento de Polícia Política e Social (DPPS).'
100	3	Roberto Felipe Porto	superintendente da Polícia Federal	polícia	especialista	sim/não	NC	-	-	-	-	<b>JB, p16:</b> 'Sobre a outra bomba, que explodiu na mesma noite no Riocentro, nada falou'. O delegado diz que policiais da Secretaria de Segurança foram os primeiros a chegar ao local, insinuando exclusão da Polícia Federal. A matéria tratava de outro assunto
101	3	Nova Monteiro	diretor do HMC	serviço público	especialista	sim	sim	-	-	-	-	<b>JB, p1-30/Globo p1-20:</b> estado de saúde do Capitão/trasferência para HCE.
102	3	sem nome	policiamento HMC	polícia	especialista	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p20:</b> 'apurou-se que eles encontraram lá apenas um pacote vazio...' sobre ameaça de bomba no CTI do Hospital.
103	3	Firmino	inspetor	polícia	especialista	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p20:</b> informa sobre ameaça de bomba no CTI do Hospital.
104	3	Matos	detetive	polícia	especialista	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p20:</b> informa sobre ameaça de bomba no CTI do Hospital.
105	3	Robson	delegado 16º DP	polícia	especialista	NC	sim	-	-	-	-	<b>Globo, p20:</b> informa sobre transferência do carro (Puma).
106	3	sem nome	policiais 16º DP	polícia	especialista	NC	não	-	-	-	-	<b>Globo, p20:</b> 'Quanto ao boletim de ocorrência em que foi registrada a explosão no Riocentro, os policiais disseram que só o Delegado Petrônio Romano Henrique poderia liberá-lo à imprensa.'



107	3	Antonio Vilanova	perito OAB	sociedade civil	especialista	NC	sim	-	-	-	-	Globo, p20: explicação técnica sobre o tipo de bomba e a possibilidade de outras bombas não detonadas.
108	3	João de Deus	público do show	pessoa física	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p30: Estacionou próximo ao Puma. 'Quando estacionou, notou que no interior do Puma havia dois homens, "o que estranhei um pouco."/Ao sair do carro, "um boa-noite instintivo" ao ocupante do banco direito do Puma, que não respondeu.' Depois do show: 'Pediram-lhe que abrisse o carro, revistaram-no rapidamente, 'procurando alguma bomba, acho', mas não pediram documento nem revistaram ninguém'.
109	3	D. Sueli	viúva do sargento	família	testemunha	sim/não	NC	-	-	-	-	JB, p30: reproduz rápido diálogo por telefone em que a viúva afirma que 'o marido "era um homem muito bom e tinha um caráter muito elevado" - limitou-se a comentar, batendo o telefone.' Em seguida informa o conteúdo da entrevista a ser publicada, no mesmo dia, pelo Estadão, em que a viúva se diz indignada com artigo de Villas-Boas Corrêa (JB) que afirma que os militares atingidos eram os responsáveis pelas bombas.
110	3	João Roberto Kelly	presidente Riotur	serviço público	testemunha	NC	sim	-	-	-	-	Globo, p20: nega telefonema do Comando Delta mencionado por Waldyr Muniz para justificar a presença dos militares no show.
111	3	sem nome	funcionário HMC	serviço público	testemunha	sim	NC	-	-	-	-	JB, p30: informa presença de parentes do capitão no Hospital
112	3	sem nome	parentes do capitão	família	testemunha	não	não	-	-	-	-	JB, p30: Intertítulo: 'parentes nada dizem no hospital'/Globo, p20: 'Os pais do capitão e outros parentes estiveram no Hospital Miguel Couto, mas se mantiveram afastados dos jornalistas...'
113	4	Tancredo Neves	senador PP-MG	partido de oposição	repercussão política	sim	sim	terroristas de direita	intimidar o presidente	deve desmontar os organismos policiais do tipo DOI-CODI	impotente e conivente com o terror/ autoridade atingida/ conta com apoio da oposição para a democratização	JB, p1-4: RESUMO: '...aconselhou o Presidente Figueiredo a não se deixar intimidar com os atentados...'/o alvo mais atingido com as manifestações de violência é a autoridade do Presidente da República que, na medida em que se mostra impotente para esclarecer esse atentado, vai se tornando, pela omissão, conivente...'/Logo depois do famoso e retumbante discurso de Uberlândia, a direção nacional do PP, por unanimidade, deu seu incondicional apoio à ação do Presidente Figueiredo...'/Globo, p6: "o governo pode debelar o terrorismo de direita com a mesma eficiência com que debelou o de esquerda. Bastando, para isso, o desaparelhamento dos organismos policiais do tipo DOI-CODI".
114	4	Maximiano Eduardo Fonseca	almirante, ministro da Marinha	governo federal	repercussão política	NC	sim	terroristas	NR	Conta com o apoio das Forças Armadas na investigação	interessado na investigação/ comprometido com a democratização	Globo, p1-6: "...as Forças Armadas apoiam as apurações que o presidente faz questão que sejam feitas com relação aos atos de terrorismo.../O presidente já definiu, com determinação, seu projeto democrático."
115	4	Carlos Átila	porta-voz do presidente	governo federal	repercussão política	sim/não	sim	NR	NR	NR	NR	JB, p4: 'Ontem, o porta-voz do Planalto, Sr. Carlos Átila, disse pelo terceiro dia consecutivo que não tinha nada a informar sobre este assunto, que está sob exame num inquérito específico.'/Globo, p6: Informa a ida do presidente ao Rio e sobre o conselho político. Também explica que o porta-voz recebeu orientação através do ministro Danilo Venturini de que a determinação é de que a Presidência não se pronuncie até a conclusão do IPM.
116	4	Aureliano Chaves	vice-presidente da República	governo federal	repercussão política	sim	sim	terroristas	não ameaça a democracia	NR	garantia da continuidade da abertura pelo compromisso com a democratização	JB, p4: Título 'Aureliano pede lei específica'/recusou-se a comentar as causas do recrudescimento da ação terrorista no país.../eu não quero antecipar julgamento.../a nação aspira à consolidação de um processo político democrático.../Globo, p6: "...nós brasileiros, que temos um sentimento profundo e arraigado de solidariedade..."/ sobre trazer problema para a abertura política: "Não creio, mesmo porque há, em primeiro lugar, uma determinação no presidente Figueiredo (...)/somos um povo amante da liberdade e por consequência da democracia.'
117	4	José Ferraz da Rocha	general, Min. Chefe do Est. Maior das F.A.	governo federal	repercussão política	sim/não	NC	terroristas	NR	NR	NR	JB, p5: '...defendeu ontem a atualização da Lei de Segurança Nacional para o julgamento de crimes de terrorismo.../...negou-se a comentar especificamente a explosão da bomba no Riocentro.'
118	4	João Figueiredo	presidente da República	governo federal	repercussão política	sim/não	NC	NR	NR	NR	em dificuldades	JB, p4: 'O Presidente Figueiredo reconheceu ontem as dificuldades que vem enfrentando na chefia do Governo, ao comentar em rápido diálogo público com um jornalista, no Jôquei Clube de Brasília, que "a barra está pesada"/Os jornalistas foram logo avisados de que seria inútil tentar uma conversa.'
119	4	Marcelo Cerqueira	deputado federal PMDB-RJ	partido de oposição	repercussão política	sim	NC	setor do governo à direita	fazer recuar a política de abertura	dividido	ameaçado em sua autonomia	JB, p4: 'O Sr. Marcelo Cerqueira acredita na existência de dois setores atuando no Governo: "O primeiro, é o que formula esta política de abertura; e o segundo é o que deseja levar o Presidente para a direita, com a consequente diminuição ou perda de autonomia do Chefe do Governo."
120	4	Thales Ramalho	deputado federal, presidente PP-PE	partido de oposição	repercussão política	NC	sim	terroristas	NR	o combate ao terror depende da vontade do governo	NR	Globo, p4: "o governo precisa dar um basta no terrorismo" - retirado do discurso na convenção regional do partido

121	4	Mendes Canale	presidente da CPI do Terror - senador PP-MT	partido de oposição	repercussão política	NC	sim	desconfia dos militares	NR	NR	NR	<b>Globo, p6:</b> "não se pretende adiantar nada antes que haja uma manifestação concreta e convincente do Governo/"apesar da negativa do Ministro do Exército, "todos puderam ver pela televisão inclusive, que havia, dentro do carro que explodiu, uma outra bomba que não detonou".
122	4	José Fragelli	senador PP-MS	partido de oposição	repercussão política	NC	sim	duvida que sejam os militares/ grupos radicais fora da instituição militar/esquerda	fortalecer a repressão	dividido	NR	<b>Globo, p6:</b> "-O máximo que se pode dizer desse atentados, especificamente desses últimos contra entidades, banca de revistas e no Riocentro, é que eles não estão sendo provocados pelas esquerdas políticas e que no máximo colocam em risco a segurança individual"/"Os setores que provocam esses crimes estão interessados exatamente em que a nação brasileira veja nos atentados um valor e um risco que não têm para, com isso, sensibilizar setores direitistas do Governo simpáticos a um endurecimento ainda maior do regime de repressão*."/ "Em princípio, não acredito que os militares que se feriram na explosão fossem portadores das bombas, e se fossem obedeciam tão-somente a orientação de grupos radicais organizados clandestinamente, fora das instituições militares e contra elas."
123	4	Luis Fernando Cirne Lima	ex-ministro da Agricultura PP-RS	partido de oposição	repercussão política	NC	sim	terroristas	impedir a democratização	comprometido com as investigações	atingido pelas bombas/ comprometido com a democratização	<b>Globo, p6:</b> "O presidente João Figueiredo, que empenhou sua palavra num compromisso democrático"/"Depois das pessoas vitimadas, o maior atingido é o presidente."/ "O terrorismo, em todas as suas manifestações, é uma afronta à vida do País"/ "o Governo tomará todas as providências para, em curtíssimo prazo, esclarecer os casos ocorridos, partam de onde partirem."
124	4	nota	Unidade Sindical do Rio de Janeiro	sociedade civil	repercussão política	NC	sim	terroristas	tumultuar a manifestação do Dia do Trabalhador	NR	NR	<b>Globo, p9:</b> repudia o "ato terrorista" e "sente-se particularmente atingida uma vez que a ação criminosa visava a tumultuar uma manifestação em homenagem ao Dia do Trabalhador".
125	4	Ronaldo Gazolla	cirurgião chefe do HMC	serviço público	especialista	sim	sim	-	-	-	-	<b>JB, p1-5/O Globo, p1-6:</b> "o Capitão está lúcido... Mas não se referiu em nenhum momento ao acidente que o vitimou."
126	4	Wilson Saião	assessor de imp. da Sec. de Segurança RJ	polícia	especialista	sim/não	sim/não	-	-	-	-	<b>JB, p5 /Globo, p6:</b> Infoma que relatório do DGIÉ só será divulgado com autorização do I Exército./"a informação oficial, até o momento, é de que havia apenas uma bomba no Puma..." /"Outros carros que saíram do local após a explosão estão sendo investigados".
127	4	sem nome	médico HMC	serviço público	especialista	sim	sim	-	-	-	-	<b>JB, p5/O Globo, p6:</b> informa estado de saúde do capitão
128	4	sem nome	Sec. de Segurança do RJ	polícia	especialista	sim/não	NC	-	-	-	-	<b>JB, p5:</b> "Na Secretaria de Segurança não há ninguém que queira dizer se, além da que explodiu no Puma, outra bomba foi recolhida intacta, pelos peritos do DGIÉ"/"Os policiais que estavam de plantão ontem na sede da polícia comentaram que o Exército poderia explicar o que aconteceu no Riocentro."
129	4	sem nome	segurança no HMC	polícia	especialista	NC	não	-	-	-	-	<b>Globo, p6:</b> "Não quero saber de repórter aqui. Daqui a pouco vou começar a quebrar máquina."
130	4	Waldyr Muniz	general, secretário de Segurança RJ	Forças Armadas/ autoridade	não informada	não	não	-	-	-	-	<b>JB, p5:</b> "O general Waldyr Muniz evitou os repórteres."/ <b>Globo, p6:</b> "Nem o General Waldyr Muniz, nem o diretor do DGPC quiseram falar com os repórteres que estiveram na Secretaria de Segurança".
131	4	sem nome	diretor do DGPC	polícia	não informada	NC	não	-	-	-	-	<b>Globo, p6:</b> "Nem o General Waldyr Muniz, nem o diretor do DGPC quiseram falar com os repórteres que estiveram na Secretaria de Segurança".







# CARTAS DOS LEITORES

## ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS

"Segundo declaração da alta autoridade federal, o desperdício causado por desgastes de motores a óleo diesel constitui 50% do consumo de combustível. Digo que as empresas e os particulares responsáveis por tais motores tomem providências para evitar tal desperdício, que é estragador."

"Falta-se economizar quantidade muito grande de"

## LIMITAÇÃO DE VELOCIDADE

"Parabéns ao autor da carta publicada pelo GLOBO em 27/12/76 sob o título 'Limitação de velocidade'."

"Como ele disse, o tacômetro apenas registra a velocidade, não impede mecanicamente que seja ultrapassado limite de velocidade."

"Os subúrbios precisam de parques com o rio Flamengo, para saudável lazer."

"Foi, portanto, com grande satisfação que li que a criação de parques em subúrbios é uma prioridade da administração do Prefeito Marcos Tanno e será uma das áreas que não sofrerão adiantamento em face da neces-

combustíveis sem sacrifício, apenas com racionalização — eliminando-se desperdícios, melhorando-se os sistemas de transporte coletivo, intensificando-se o uso de ferrovias e hidrovias (o acasalado e abandono da navegação fluvial) etc."

"Racionalizar é preciso."

A. Silveira, Rio.

"Devem ser tempo e uso de limite de velocidade e deva-se exercer rigorosa fiscalização, permanentemente, quanto a seu uso."

"O excesso de velocidade é o maior responsável por 85% dos acidentes de trânsito."

Rúbia Hélio Nogueira, Rio.

## PARQUES NOS SUBÚRBIOS.

"Espero que a promessa seja cumprida. E que no parque a ser criado haja o devido policiamento, para evitar assaltos etc. Preocupamos de parques e da segurança nos parques — e em todo o resto da cidade."

Jorge Costa, Rio.

## LAZER NOTURNO EM CALÇADÃO

# O 31 de março de 64, segundo Lincoln Gordon

O Professor Lincoln Gordon, que foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil na época do movimento de março de 1964, afirma que existem "erros absurdos" nos documentos recolhidos na Biblioteca Lyndon Johnson, em Austin, no Texas, e publicadas no Brasil e nos EUA.

Gordon, após sua missão no Brasil, foi Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, e, abandonando a carreira diplomática, professor na Universidade John Hopkins. Hoje, trabalha para a organização "Recursos para o Futuro", da Fundação Ford, especializada em pesquisas sobre questões populacionais, energéticas e ambientais. Além disso, ele está escrevendo um livro sob o título "The sustaining world".

Em Washington, onde mora, Lincoln Gordon prestou ao GLOBO o seguinte depoimento:

— Não houve participação da embaixada americana no "coup d'Etat" brasileiro de primeiro de abril de 1964, nem havia razões para isso. Os artigos publicados no "Jornal do Brasil" em 18-20 de dezembro contêm alguns erros absurdos, até de tradução. Inclusive, o meu local de nascimento e residência atual. Nasci na cidade de Nova York, não na Rússia, e agora moro no Distrito de Columbia.

O mais grave é que presumiram que a palavra Foi significasse "político", quando, na verdade, é um termo padrão naval e militar para petróleo, óleo e lubrificantes. O resultado disso é que no "Jornal do Brasil" de 18 de dezembro há uma referência que devia ser a "movimento de combustíveis" e não a "movimento político". Isso se relaciona com uma conversação por teletipo citada na edição do dia seguinte, onde se cita, corretamente, a minha frase: "Acreditamos que a força-tarefa deve retornar o mais depressa possível, mas não os navios-tanques."

A propósito da referência (do relatório do GLOBO) a meus pronunciamentos públicos anteriores, nos quais eu teria negado conhecimento prévio dos preparativos para o "coup d'Etat" no Brasil, revei meu depoimento no Comissão de Relações Exteriores do Senado em 7 de fevereiro de 1966, e também minha entrevista a "Veja" no final de 1971. No

depoimento no Senado, declarei que não encorajara, não promovera ou causara a derrubada do Presidente Goulart. E que o movimento que derrubou Goulart era 100 por cento brasileiro.

Não sugeri que ignorávamos a existência de um movimento organizado contra Goulart, um movimento de incluir muitos membros do Congresso, militares, governadores de Estados, líderes da Igreja, empresários, profissionais liberais, jornalistas e outros. Quem examinar as páginas 37 e 38 do meu depoimento, verá uma discussão que esclarece que estávamos a par do que descrevi inicialmente como uma "conspiração defensiva" para impedir certas iniciativas de Goulart. Mas mais tarde ela se transformou numa "conspiração ofensiva", especialmente após o discurso de Goulart em 13 de março de 1964. O que indicou, tanto para o Senado como para "Veja", passo repetir hoje: não éramos participantes ativos no movimento e não éramos informados dos detalhes de movimentos militares ou manifestações civis previstas contra Goulart.

Os documentos publicados no "Jornal do Brasil" confirmam a exatidão dessas declarações. Se tivéssemos intimamente a par dos detalhes dos planos de ações militares, eu o teria indicado em minha análise de 27 de março, que está traduzida na edição do "Jornal do Brasil" de 18 de dezembro.

No número de 20 de dezembro, o "Jornal do Brasil" se mostra muito impressionado com um telegrama da CIA de 30 de março, de Belo Horizonte, relatando as opiniões de um oficial não identificado sobre os planos de conspiradores de Minas Gerais. Analisando hoje, é evidente que aquele relatório era bastante preciso. Mas recebíamos toda sorte de relatórios de uma grande variedade de fontes, e muitos deles se revelaram inteiramente inexatos.

A respeito de minha declaração pública anterior, na qual eu disse não ter conhecimento de uma força-tarefa naval "para dar apoio militar aos rebeldes", presumo que a questão se refere ao trecho correspondente de minha entrevista a "Veja" em 1971. Em meu depoimento no Senado, a respeito dos planos contingenciais não chegou a ser levantada. Era um interrogatório formal. Na entrevista a "Veja", Eli Gaspari me perguntou sobre

os rumores de movimentação naval em 1964. Respondi não ter conhecimento disso, mas que alguns movimentos de frota poderiam ter ocorrido, para dar apoio à retirada de cidadãos americanos em caso de guerra civil. Essa resposta não era evidentemente uma revisão completa do que eu realmente sabia. Eli Gaspari então perguntou: "E se houvesse uma guerra civil?" Ao que respondi: "Essa é uma questão muito IFYY (expressão criada na segunda guerra mundial para designar questões muito condicionais, coisas de 'SSE')."

Não fomos informados passo a passo sobre os planos dos rebeldes. Que alguma forma de rebelião estava sendo organizada era coisa que todo mundo sabia nos primeiros meses de 1964 — e era fato muito comentado por jornalistas políticos. Tivemos contactos muito amplos com pessoas ligadas a muitos campos de atividade, inclusive Governadores de Estado, oficiais das Forças Armadas, funcionários civis, membros do Congresso, autoridades da Igreja e líderes empresariais, sindicais, educacionais e da imprensa.

Tentávamos reunir informações dessa variedade de fontes num conjunto tão coerente e inteligível quanto possível sobre o curso dos acontecimentos e sua possível evolução futura. Mas não éramos participantes do planejamento e não recebíamos detalhes dos planos, seja das ações militares, seja das manifestações civis contra Goulart.

Não garantimos aos conspiradores apoio, financeiro ou de outra natureza. Recebemos diversas solicitações de apoio, mas invariavelmente adotamos a atitude de que, por mais louváveis que fossem os seus objetivos, o problema era brasileiro, para ser resolvido por brasileiros. A esse respeito, veja-se um parágrafo no "Jornal do Brasil" de 19 de dezembro, no qual menciono uma dessas solicitações, partida do Governador Ademar de Barros e outros paulistas, e as descrevo como "não sendo sérias ou responsáveis". Eu me referia a uma conversação com um emissário de São Paulo que me visitara na tarde de 31 de março, esperando que algum ato ostensivo de nossa parte pudesse influenciar o General Krusl, levando-o a unir-se ao movimento contra Goulart. Deixei claro

que era um problema para os líderes civis e militares brasileiros em São Paulo, e não para a embaixada americana ou para o governo dos EUA.

Realmente aprovei a fui consultado sobre a força-tarefa naval concebida como "Operação Brother Sam". De fato, a operação foi organizada em decorrência de recomendação minha. No entanto, o objetivo da força-tarefa não era proporcionar "apoio militar" aos rebeldes, como me foi perguntado. Era destinada a possibilitar uma forma limitada de ação americana em uma contingência hipotética especial, cujo background está exposto em minha mensagem de 27 de março. Essa contingência era a de uma guerra civil, dividindo o Brasil segundo linhas geográficas, com as forças opostas equilibradas. Nessa hipótese, a força-tarefa teria três objetivos: a) fornecer apoio logístico especialmente em produtos petrolíferos, ao lado que acreditávamos representar a moderação e a democracia (como vocês dizem no Brasil, a ordem e o progresso); b) desencorajar o lado oposto, mostrando que a bandeira americana numa embargação do porto de porta-aviões "Forrestal" era uma poderosa manifestação de proteção; c) auxiliar, se necessário, numa evacuação de cidadãos americanos dos regiões envolvidas em combates civis.

Não era destinada a utilizar forças de combate americanas, e portanto, não era destinada a apoiar os rebeldes genericamente, mas apenas na hipótese específica de uma guerra civil. E de forma alguma equívale à intervenção na República Dominicana em 1965. Mas atenda à hipótese específica de uma guerra civil com ambos os lados proclamando a sua legitimidade.

Em resumo, não era uma decisão de intervir, mas uma decisão de possibilitar um tipo limitado de intervenção na contingência específica de uma guerra civil prolongada. As distâncias eram tão grandes que era preciso tomar uma decisão antecipada no sentido de acionar a força-tarefa. Recomendamos essa ação em 27 de março porque a situação parecia estar se deteriorando dia a dia. Felizmente, a contingência hipotética não se materializou e a força-tarefa retornou quando ainda estava distante de águas brasileiras, a mais de uma semana de Santos.



## Nixon quer o fim da guerra no Vietname até o dia 15

O Presidente Richard Nixon anunciou ontem que os Estados Unidos pretendem assinar um acordo de paz com o Vietname do Norte até o dia 15 deste mês, apesar das objeções do Presidente sul-vietnamita Nguyen Van Thieu.

Segundo o *NY Times*, "novas concessões foram feitas pelos norte-vietnamitas com relação à supervisão do cessar-fogo", e fontes de Saigon adiantaram, inclusive,

que Nixon espera a libertação do primeiro contingente de prisioneiros norte-americanos até aquela data.

A intenção dos Estados Unidos de pôr fim à guerra "definitivamente antes do Natal" foi anunciada pelo Presidente Nixon no decorrer de uma série de conferências, em Washington, com o enviado sul-vietnamita Nguyen Phu Duc. Kissinger viajará amanhã a Paris

O JORNAL DO BRASIL de hoje circula com 170 páginas em quatro cadernos de *Classificados*, *Noticiário*, *Clad. Especial*, *Revista de Domingo*, *Caderno B* e *Caderno Infantil*

para ultimar os preparativos do cessar-fogo.

Em Saigon, o Presidente Van Thieu tratou de ampliar os seus poderes extraordinários durante uma reunião com o Conselho de Segurança Nacional. Os meios oposicionistas da capital sul-vietnamita disseram que Thieu está preocupado com a possibilidade de uma drástica modificação no quadro político interno, em função do cessar-fogo. (Página 18)

## Agente do PCB revela toda a ação subversiva no país

Todo o processo de subversão do Partido Comunista no Brasil e na América Latina — inclusive um golpe armado na Guatemala, marcado para 1973 — foi denunciado em entrevista secreta ao JB pelo agente Carlos (ou Alcindo), que nos últimos anos foi o braço direito de Luís Carlos Prestes.

Desiludido com o comunismo — em função dos aproveitadores que infestam a sua cúpula — e animado com a denúncia da jovem gaúcha Judite Zanatta, que foi induzida na Bélgica a fazer uma tese ofensiva ao Brasil, Carlos resolveu também revelar o que sabe a respeito da subversão comu-

rista. O ex-agente comunista revela que o PCB faz, no momento, um esforço no sentido de infiltrar-se nas Forças Armadas e aconselha o aproveitamento da Igreja Católica, em toda a sua estrutura e como um todo, e não apenas os chamados "progressistas", para infiltrar suas idéias na sociedade brasileira.

Revela igualmente que o Partido Comunista Brasileiro está intimamente ligado à União Soviética, com cujos dirigentes entra sistematicamente em contato através de agentes do KGB infiltrados na Missão Comercial soviética no Brasil. Es-

ses agentes é que entregam material de propaganda e dinheiro aos comunistas brasileiros.

Carlos também revela os nomes dos chefes que compõem toda a estrutura dirigente do Partido Comunista Brasileiro e suas ramificações na Europa e América Latina. Quanto à Guatemala, afirmou que o golpe está marcado para fins de 1973 e conta com toda a assistência da União Soviética.

Carlos só consentiu em dar a entrevista desde que o JB assumisse, como efetivamente assumiu, o compromisso de manter o seu nome em sigilo, para preservar sua segurança. (Pág. 5)

## Peron deseja de lutar por candida

O ex-Presidente Juan Domingo Peron abandonou definitivamente seus planos de se candidatar à Presidência da República nas eleições programadas para março de 1973, informou o principal assessor, Hector Campora, acrescentando, entretanto, que o movimento peronista "não abandonará o processo de institucionalização" do país.

Trata-se da primeira declaração de Campo-

## Flamengo hoje ten

Flamengo e América decidem esta tarde passar a semifinal. O caso de derrota, o Flamengo estará desclassificado se o Remo vencer Cruzeiro, em Belém, e se colocará se o Real perder ou mesmo empatar.

A situação do América é um pouco melhor,

## Agente do PCB revela toda a ação subversiva no país

Todo o processo de subversão do Partido Comunista no Brasil e na América Latina — inclusive um golpe armado na Guatemala, marcado para 1973 — foi denunciado em entrevista secreta ao JB pelo agente Carlos (ou Alcindo), que nos últimos anos foi o braço direito de Luís Carlos Prestes.

Desiludido com o comunismo — em função dos aproveitadores que infestam a sua cúpula — e animado com a denúncia da jovem gaúcha Judite Zanatta, que foi induzida na Bélgica a fazer uma tese ofensiva ao Brasil, Carlos resolveu também revelar o que sabe a respeito da subversão comu-

rista. O ex-agente comunista revela que o PCB faz, no momento, um esforço no sentido de infiltrar-se nas Forças Armadas e aconselha o aproveitamento da Igreja Católica, em toda a sua estrutura e como um todo, e não apenas os chamados "progressistas", para infiltrar suas idéias na sociedade brasileira.

Revela igualmente que o Partido Comunista Brasileiro está intimamente ligado à União Soviética, com cujos dirigentes entra sistematicamente em contato através de agentes do KGB infiltrados na Missão Comercial soviética no Brasil. Es-

ses agentes é que entregam material de propaganda e dinheiro aos comunistas brasileiros.

Carlos também revela os nomes dos chefes que compõem toda a estrutura dirigente do Partido Comunista Brasileiro e suas ramificações na Europa e América Latina. Quanto à Guatemala, afirmou que o golpe está marcado para fins de 1973 e conta com toda a assistência da União Soviética.

Carlos só consentiu em dar a entrevista desde que o JB assumisse, como efetivamente assumiu, o compromisso de manter o seu nome em sigilo, para preservar sua segurança. (Pág. 5)